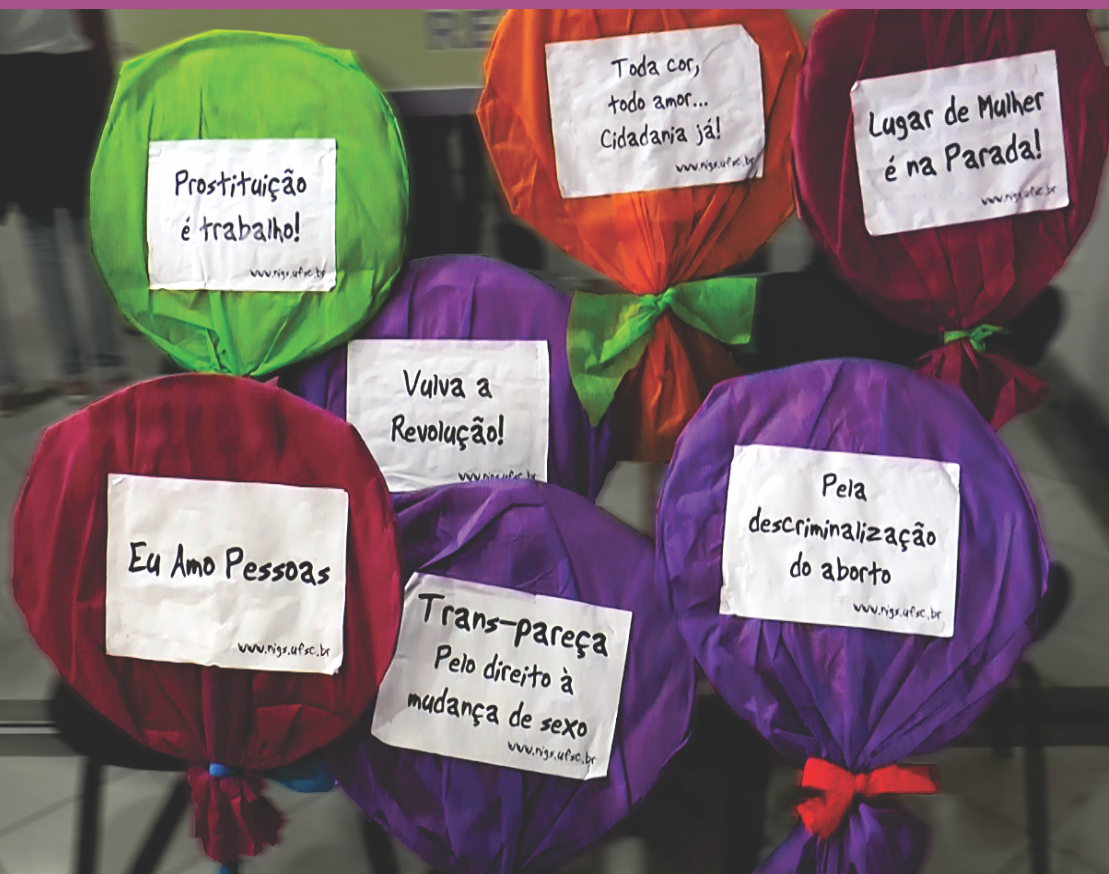


OFICINAS

DE GÊNERO, SEXUALIDADE E VIOLÊNCIAS:
Metodologia de
FORMAÇÃO FEMINISTA



ORGANIZAÇÃO

Miriam Pillar Grossi
Tânia Welter

TRIBO DA ILHA EDITORA

30 anos
nigs.ufsc.br
1991 - 2021



Fundado em 1991, o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades está ligado ao Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e integra o Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da mesma universidade. Pioneiro na produção de conhecimento antropológico feminista no Brasil, ao longo da sua trajetória tem produzido conhecimento sobre gênero, sexualidade, feminismo e temas correlatos, a partir do investimento em ensino, pesquisa e extensão, em profundo diálogo com a sociedade civil. Em seus 30 anos de existência o NIGS vem formando gerações de pesquisadoras e pesquisadores, atuantes em diferentes instituições de ensino superior nacionais e internacionais, que se materializam na Rede NIGS, numa potente articulação científica e afetiva.

**OFICINAS DE GÊNERO,
SEXUALIDADE E VIOLÊNCIAS:
metodologia de formação feminista**



COLEÇÃO ANTROPOLOGIA, GÊNERO E EDUCAÇÃO

Coleção do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que apresenta resultados de pesquisas, experiências pedagógicas e projetos de extensão no campo educacional.

Coordenação: Miriam Pillar Grossi e Tânia Welter

CONSELHO EDITORIAL

Alinne de Lima Bonetti (UFSC)

Anna Carolina Horstmann Amorim (UEMS)

Anna Paula Uziel (UERJ)

Anelise Fróes da Silva (UNDP Brasil)

Carla Giovana Cabral (UFRN)

Carmelita Afonseca Silva (UNICV)

Caterina Alessandra Rea (UNILAB)

Claudia Regina Nichnig (UNESPAR)

Crishna Mirella Correa (UEM)

Eduardo Steindorf Saraiva (UNISC)

Elisete Schwade (UFRN)

Fátima Weiss de Jesus (UFAM)

Flávio Luiz Tarnovski (UFMT)

Isadora Vier Machado (UEM)

Felipe Bruno Martins Fernandes (UFBA)

Jimena Maria Massa (Universidade

Nacional de Córdoba)

Luiz Mello (UFG)

Marcelo José de Oliveira (UFV)

Mareli Eliane Graupe (UNUPLAC)

Marlene Tamanini (UFPR)

Maria Begoña Sanchez (Universidad de Cadiz)

Marinês da Rosa (UNEMAT)

Melissa Barbieri de Oliveira (UNIOESTE)

Miriam Adelman (UFPR)

Miriam Pillar Grossi (UFSC)

Myriam Aldana Vargas Santin (Católicas pelo direito de decidir)

Maria Violeta de Siqueira Holanda (UNILAB)

Olga Regina Zigelli Garcia (UFSC)

Patrícia Rosalba Moura Costa (UFS)

Pedro Rosas Magrini (UNILAB)

Paula Pinhal de Carlos (UNILASALLE)

Rosa Blanca Cedillo (UFSM)

Rozeli Maria Porto (UFRN)

Simone Nunes Ávila (Aids Healthcare

Foundation – AHF Brasil)

Tânia Welter (Instituto Egon Schaden)

LIVROS PUBLICADOS

Antropologia e Educação: refletindo sobre processos educativos em contextos escolares, não escolares e de políticas públicas

Organização: Antonella Tassinari, Deise Lucy Montardo e José Glebson Vieira

Coedição: Editora da UFRN e Tribo da Ilha. Ano: 2020

Antropologia, Gênero e Educação em Santa Catarina

Organização: Tânia Welter, Miriam Pillar Grossi e Mareli Eliane Graupe

Coedição: Editora Mulheres e Editora Copiart. Ano: 2017

Sexualidades, Juventude e Representações Docentes: uma etnografia em escolas públicas de Santa Catarina

Organização:

Miriam Pillar Grossi, Felipe Bruno Martins Fernandes e Fernanda Cardozo

Coedição: Editora Tribo da Ilha e Editora Copiart. Ano: 2017

MIRIAM PILLAR GROSSI
TÂNIA WELTER
(Organizadoras)

OFICINAS DE GÊNERO, SEXUALIDADE E VIOLÊNCIAS: metodologia de formação feminista



Florianópolis, 2021

© 2021, Miriam Pillar Grossi, Tânia Welter e Alinne de Lima Bonetti

Equipe editorial

Barbara Michele Amorim
Cláudia Leticia Lazcano Vázquez
Marie-Anne Stival Pereira e Leal Lozano
Tânia Welter

Projeto gráfico e diagramação

Rita Motta

Capa

Gracco Bonetti

Revisão

Gerusa Bondan
Inês Bernal

Grafismos da orelha

Felipe Bruno Martins Fernandes

Edição

Editora Tribo da Ilha

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

O32 Oficinas de gênero, sexualidade e violências [recurso eletrônico on-line] : metodologia de formação feminista / Miriam Pillar Grossi, Tânia Welter, Aline de Lima Bonetti (organizadoras). – 1. ed. – Florianópolis (SC) : Tribo da Ilha, 2021.
297 p. (Antropologia, Gênero e Educação)

Formato: PDF

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: <https://nigs.ufsc.br/>

ISBN: 978-65-86602-24-1 (e-book)

Inclui referências bibliográficas e anexos

1. Feminismo – Aspectos Antropológicos. 2. Gênero. 3. Sexualidade.
4. Diversidade. 5. Violência na escola. 6. Sociologia educacional. 7. Jogos Educativos. 8. Metodologia. I. Grossi, Miriam Pillar. II. Welter, Tânia.
III. Bonetti, Aline de Lima.

CDU: 396

SUMÁRIO



Conhecimento não se produz solitariamente.....	11
Co-autoras e co-autores	19
MÓDULO 1 – Como Organizar as Oficinas.....	21
1.1 Como preparar a equipe?	23
1.2 Qual é a duração ideal de uma oficina?	25
1.3 Quantas oficinas são necessárias?	25
1.4 Como escolher as dinâmicas?	26
1.5 É recomendado unir estudantes de turmas diferentes?.....	26
1.6 Que fazer se a professora ou o professor quiser participar junto com o grupo de estudantes?	27
1.7 Qual a importância de preparar o material com antecedência?.....	27
1.8 Porque se deve fazer avaliação grupal do desenvolvimento das oficinas?	27
MÓDULO 2 – Sexo, Gênero e Identidade de Gênero	29
2.1 Sexo, Gênero, Identidades de Gênero – algumas noções	29
2.2 Os estudos de gênero	30
2.3 Gênero não é sexo, sexo não é gênero	32
▷ Dinâmica 01: “Homem, Mulher?”	34
▷ Dinâmica 02: Acordar	36
▷ Dinâmica 03: (Des) Construindo gênero	38
▷ Dinâmica 04: A cultura, as diferenças e o gênero.....	40

▷ Dinâmica 05: Definindo Conceitos	44
▷ Dinâmica 06: Desconstruindo as “regras do jogo”	46
▷ Dinâmica 07: Ouvindo com outros ouvidos	50
▷ Dinâmica 08: O verdadeiro homem, a verdadeira mulher	52
▷ Dinâmica 09: Sexo e Gênero em família	54
▷ Dinâmica 10: Corpos e gostos	57
▷ Dinâmica 11: A coluna	60
▷ Dinâmica 12: Desconstruindo a masculinidade	62

MÓDULO 3 – Violências de Gênero e Outras Formas de Violência 65

3.1 Violência baseada no gênero: algumas noções..... 67

3.2 Racismo na escola..... 68

3.3 Definições legais de violência de gênero contra as mulheres e meninas 69

▷ Dinâmica 13: Violência é o quê?

▷ Dinâmica 14: Discutindo violência na escola

▷ Dinâmica 15: O que falam sobre violência

▷ Dinâmica 16: Violências de gênero e segurança pública

▷ Dinâmica 17: Role Play

▷ Dinâmica 18: Representando violências.....

▷ Dinâmica 19: Falando sobre violência sexual.....

▷ Dinâmica 20: Definindo violências

▷ Dinâmica 21: Repensando preconceitos.....

▷ Dinâmica 22: Estação das regras.....

▷ Dinâmica 23: Violência Cantada? – Músicas e Violências contra as
.....Mulheres

96

MÓDULO 4 – Sexualidades, Homossexualidades, Transexualidades,

Homo-Lesbo-Bi-Transfobias e afetividades..... 98

4.1 Sexualidades na adolescência, escola e homofobia..... 98

4.2 O direito à liberdade sexual

4.3 Homossexualidades, bissexualidades, não binarismos, travestilidades,
transexualidades.....

4.4 Travestis e transexuais: subjetividades, desejos, preconceitos

4.5 Famílias LGBT

▷ Dinâmica 24: Palavras cruzadas NIGS

▷ Dinâmica 25: Cabeças de batata – discutindo identidades,
travestilidades e sexualidades

▷ Dinâmica 26: Banco de recursos contra os preconceitos

▷ Dinâmica 27: *Role Playing*.....

▷ Dinâmica 28. Falando sobre homossexualidades – O tribunal	128
▷ Dinâmica 29: “Amor”, “Namoro”, “Ficar”	131
▷ Dinâmica 30: Relacionamentos Afetivos	134
MÓDULO 5 – Religião, Gênero e Sexualidade	136
5.1 O direito à liberdade religiosa.....	136
5.2 Estado laico, laicidade e secularização.....	138
▷ Dinâmica 31: Religião, gênero e sexualidades	140
▷ Dinâmica 32: Nossas cabeças	142
▷ Dinâmica 33: Sensibilização sobre religião e diversidade sexual.....	145
▷ Dinâmica 34: Religião e direitos sexuais e reprodutivos	147
MÓDULO 6 – Saúde Reprodutiva, Aborto, Sexualidade, Prevenção de ISTs E AIDS.....	149
6.1 Saúde sexual e reprodutiva: A saúde como garantia de direitos	150
6.2 O que são os direitos reprodutivos?	151
6.3 O que são os direitos sexuais?	152
6.4 Aborto.....	153
6.5 Prevenção das ISTs e AIDS.....	155
6.6 Direitos das pessoas vivendo com HIV	157
▷ Dinâmica 35: Imagens, palavras, histórias.....	158
▷ Dinâmica 36: Aborto: discutindo um caso verdadeiro.....	161
▷ Dinâmica 37: Contra/A favor	164
▷ Dinâmica 38: Aborto: um tema em debate.....	166
▷ Dinâmica 39: Debatendo direitos sexuais	169
▷ Dinâmica 40: Árvore de problemas e soluções	172
▷ Dinâmica 41: Mitos e verdades	175
▷ Dinâmica 42: Classificados	178
▷ Dinâmica 43: Scripts Sexuais: construindo cenas sobre a negociação de preservativos e as demais pressões sociais relacionadas à sexualidade	181
▷ Dinâmica 44: Autógrafos.....	184
▷ Dinâmica 45: Práticas de sexo seguro	186
▷ Dinâmica 46: A batata quente da sexualidade.....	189
MÓDULO 7 – Dinâmicas de Apresentação e Avaliação	192
7.1 O que é importante considerar ao realizar as dinâmicas de apresentação?	192
7.2 O que se avalia?	193
7.3 É possível o trabalho grupal online? Quais os desafios?	194

▷ Dinâmica 47: Apresentação rápida	196
▷ Dinâmica 48: Apresentando os colegas e as colegas	197
▷ Dinâmica 49: Representando a compreensão	198
▷ Dinâmica 50: Avaliando aprendizados	200
▷ Dinâmica 51: Avaliando em palavras	201

MÓDULO 8 – O Concurso de Cartazes sobre Lesbo-Trans-Bi-Homofobia e Heterossexismo nas Escolas: um marco para trabalhar sexualidades não

normativas no contexto escolar	203
1º Fase: Divulgação.....	205
E-mail e ligações para escolas.....	205
Visitas pessoais às escolas.....	206
Uso das redes sociais	206
2º Fase: Exposições nas escolas.....	207
3º Fase: Recepção dos cartazes.....	208
4º Fase: Montagem das exposições	208
5º Fase: Monitoria das exposições.....	209
6º Fase: Votações	210
7º Fase: Cerimônia de premiação.....	212

MATERIAL DE APOIO

Glossário	215
Links Úteis	226
Filmes Indicados	240

Referências Bibliográficas	242
----------------------------------	-----

ANEXOS

Anexo 1: Guia de observação nas oficinas “Papo Sério”	255
Anexo 2: Edital do VII Concurso de Cartazes sobre Lesbofobia, Transfobia, Homofobia e Heterossexismo nas Escolas	257
Anexo 3: Guia de observação nas Escolas.....	265
Anexo 4: Publicações sobre o Projeto Papo Sério.....	267
Anexo 5: Publicações da equipe NIGS	271
Teses de doutorado	271
Dissertações de mestrado	275
Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação.....	280

CONHECIMENTO NÃO SE PRODUZ SOLITARIAMENTE

[VOLTA AO SUMÁRIO]



Este livro é fruto de um trabalho coletivo que vem sendo desenvolvido no Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades – NIGS há 30 anos. Desde 1991, por ele passaram diferentes gerações de estudantes e pesquisadoras que hoje estão espalhadas pelo mundo e pelo Brasil afora, disseminando práticas coletivas de produção científica e ativista feminista.

É sobre esse modo de produzir conhecimento, a partir do “fazer”, que compartilhamos aqui uma breve história do lugar das oficinas na trajetória do NIGS.

Data de dezembro de 1990, quando o Movimento de Mulheres Camponesas nos chamou para um curso sobre mulheres e feminismo, uma das primeiras atividades do NIGS envolvendo metodologias lúdicas para a transmissão de conhecimentos teóricos sobre gênero a um grupo de participantes de fora da universidade. A esta atividade, que levou a então pequena equipe do NIGS à Chapecó, se seguiram muitas outras, sempre em diálogo e parceria com redes e ONGs feministas. Foram estas experiências e demandas frequentes de formação feminista que nos levaram a iniciar o projeto de *Oficinas de Gênero*. Também nos seus inícios, este projeto incluía o debate de filmes sobre gênero e sexualidade, em uma época em que cinema era algo raro em Florianópolis, como o ciclo *Sexo, cinema e videotapes*, realizada em 1991. Desde então o NIGS atendeu regularmente a demandas de formação em gênero e feminismo oriundas dos mais variados grupos,

movimentos e ONGs como Católicas pelo Direito de Decidir (São Paulo), Casa Renascer (Natal), Themis (Porto Alegre), Genus (Florianópolis) com quem colaboramos mais intensamente em alguns projetos nos anos 1990/2000.

Entre 2007 e 2009 desenvolvemos dois grandes projetos de Pesquisa que foram fundamentais para o desenvolvimento deste livro de oficinas pois foram eles que nos aproximaram do universo escolar: “Ensino Religioso e gênero em Santa Catarina” financiado pelo PROSARE/CEBRAP e “Representações de professores/as sobre iniciação sexual e homossexualidade em escolas públicas de Santa Catarina”, financiado pelo Ministério da Saúde.

Ao iniciar estes trabalhos, em 2007 iniciamos o projeto *Papo Sério*, que é a base deste livro de oficinas. Trata-se de um projeto de extensão que articulou gênero, sexualidade, diversidade, violências e direitos humanos no campo da Educação. Seu objetivo foi o de problematizar as convenções sociais de gênero e sexualidade com estudantes, professoras e professores das escolas públicas da Grande Florianópolis. Para alcançá-lo, atuamos em três eixos distintos: as Oficinas Temáticas, o Concurso de Cartazes e organização de eventos acadêmicos (seminários, intervenções, mesas redondas, debates) que celebraram lutas feministas como o dia internacional da mulher, o dia de luta pelo aborto seguro, o dia internacional de combate à violência contra as mulheres, o dia de luta contra a homo-lesbo-transfobia, a Parada da Diversidade, o dia de luta contra a discriminação racial, entre outras. Foi através deste projeto, desenvolvido com recursos da UFSC obtidos em editais da Pró-reitoria de Extensão (PROEX) e do Ministério da Educação por meio do programa de apoio à ações de extensão, o PROEXT (que existiu durante os governos Lula e Dilma), que criamos, experimentamos e sistematizamos os modelos de oficinas que apresentamos aqui. Foi também neste período, entre 2013 e 2016 que contamos com um significativo apoio da FAPESC, através do edital PRONEM, para o desenvolvimento do Projeto “Antropologia, Educação e Gênero em Santa Catarina”, que foi articulado com equipes de pesquisa da UNIPLAC, UFFS e UNISUL. Também desenvolvemos, com apoio do programa PNPd/CAPES o projeto de formação de pós-doutorandos: “Antropologia, Gênero e Educação: Políticas Públicas de Respeito às diversidades em Escolas Públicas de Santa

Catarina”. Estes dois projetos foram fundamentais para a consolidação das atividades de extensão do NIGS junto à escolas de Santa Catarina.

O desejo de sistematizar esse modo de fazer ciência antropológica feminista chegou em 2009, no final da primeira edição do curso na modalidade de Educação à Distância (EAD) “Gênero e Diversidade na Escola” (GDE) oferecido pelo Instituto de Estudos de Gênero (IEG) com recursos do Ministério da Educação (MEC)/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) na UFSC, no qual utilizamos muitas destas experiências para formar um grupo de mais de 400 professoras de todo o estado de Santa Catarina. Durante o curso a demanda por material didático de apoio à abordagem de gênero, sexualidade e violências em sala de aula foi muito grande e por isto iniciamos a sistematização das oficinas em formato de cartilha. O material aqui publicado foi utilizado também nas duas edições seguintes do GDE, realizadas em 2012/2013 e em 2015/2017 (esta última na modalidade de Especialização com 140 formadas e formados), em várias cidades do interior de Santa Catarina.

O que era para ser uma pequena cartilha acabou se tornando este livro, que publicamos em 2021 porque foram anos e anos de escrita das experiências que não paravam de se renovar com a chegada de novas integrantes na equipe. Ao longo de nove anos- entre 2007 e 2015 – tivemos muitas equipes, onde atuavam desde bolsistas de iniciação científica de Ensino Médio à pós-doutorandas. O projeto Papo Sério foi uma experiência viva do que constitui a riqueza das universidades públicas brasileiras em sua inseparabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Foi também resultado das marcas das políticas públicas para o ensino universitário brasileiro que foram criadas e se desenvolveram nos governos Lula (2002-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) nas quais destacamos também as assessorias antropológicas que demos para a formação de professoras da rede pública de todo o Brasil no projeto “Correção de Fluxo” desenvolvido pelo Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia da Pesquisa e Ação (GEEM-PA) com recursos do MEC. Data também desta parceria entre o NIGS e o GEEMPA nossa sensibilização para os aspectos teóricos dos processos de aprendizagem que as oficinas, como atividades extra-classe, proporcionam

a seus e suas participantes.

Após a finalização do projeto Papo Sérió, em 2015, quando já não havia mais editais de apoio à extensão como o PROEXT, continuamos a receber demandas de oficinas e atividades de formação em gênero, sexualidade, diversidade e violências. Entre estas atividades, destacamos o mutirão de oficinas que fizemos em 2017 em atividade promovida pela empresa Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC) e o início do projeto de extensão desenvolvido pelo NIGS – Momento Lilás. Este foi criado por Marinês da Rosa como parte de seu projeto de doutorado junto a mulheres encarceradas, com a proposta das *cartas do cárcere* que se desdobraram em muitas atividades dentro e fora da prisão e na qual a equipe de bolsistas do NIGS atuou em várias atividades entre elas, a tenda no *Acampamento Lula Livre no 1o de Maio* de 2018 em Curitiba e nos projetos *UFSC na Praça* e na *Feira da semana de Ciência e Tecnologia* organizada pela SBPC SC no Jardim Botânico de São José em 2019.

Em 2020, já oficializado como novo projeto de extensão do NIGS, sob coordenação da professora Alinne de Lima Bonetti, o projeto *Momento Lilás* foi selecionado no edital nacional *SBPC vai à Escola*, integrando uma rede de projetos de divulgação científica da *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência* no espaço escolar. Surpreendidas com a pandemia do Covid 19, as atividades deste novo projeto mudaram para o formato virtual e nos dedicamos à formação virtual de professoras e finalizamos a escrita e revisão deste livro, graças ao apoio financeiro deste edital. Também entre julho de 2020 e março de 2021 desenvolvemos, com apoio de Bolsa Cultura da SECART/UFSC o projeto de extensão *Cine DDHH*, que consistiu na reedição, em formato virtual, de debates de filmes relativos aos dias comemorativos e de luta em relação à questões de gênero, raciais, violências e sexualidades. Mesmo durante o isolamento social imposto pela pandemia do COVID 19 mantivemos o NIGS ativo em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e a finalização deste livro se deu neste contexto.

Produzimos esta publicação encarando o desafio de transformar a prática em teoria, lembrando que esta díade é constituidora do próprio feminismo enquanto ideário político contemporâneo, que se manifesta em duas dimensões intrinsecamente associadas: a movimentalista e a episte-

mológica. Este se produziu na busca de transformação do mundo a partir das experiências de opressão/libertação das mulheres em diferentes dimensões. Foi na interface deste mal estar que o feminismo se constituiu no século XX como um movimento estreitamente relacionado com um campo científico que se consolidou no último quarto daquele século: os estudos sobre mulheres, feministas ou de gênero. No caso do Brasil é inegável que este movimento se deu na intensa relação entre ativismos feministas tanto com o campo acadêmico de produção de conhecimento, que são as pós-graduações das universidades, quanto com a articulação com a produção e execução de políticas públicas, que marcou um período histórico, que se encerrou com a destituição da primeira mulher presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, em 2016.

As oficinas aqui registradas são o resultado de centenas de *corpos e mentes em ação*, seja na produção conceitual das oficinas seja na sua vivência e realização. Muitas delas vieram de cartilhas e publicações oriundas de movimentos feministas de educação popular, como os materiais produzidos na década de 1990 por várias Organizações Não Governamentais (ONGs). Em sua grande maioria estiveram inspiradas por propostas de educação popular, da metodologia pós-construtivista aprendida nas assessorias da rede NIGS com o GEEMPA, do psicodrama de experiências do campo artístico/teatral, através de propostas como de Augusto Boal (1989) e da atriz e diretora de teatro Marisa Napolini (2015), que atuou na coordenação do projeto Papo Sério em sua última fase.

As oficinas deste livro não têm autoria individual pois são registros de experiências, de reflexões teóricas e de ações de muitas pessoas, parte delas registradas abaixo na lista de estudantes e pesquisadoras que passaram pelo NIGS nestas décadas em que se construiu coletivamente um laboratório de pesquisa-ação. Além de estudantes e pesquisadoras com projetos de pesquisa desenvolvidos no NIGS, também acolhemos na preparação e execução das oficinas, colegas e estudantes estrangeiras e de outras regiões do Brasil que vieram à UFSC em missões de projetos oriundos de dois projetos vinculados ao Programa do Comitê Francês de Avaliação

da Cooperação Universitária com o Brasil (CAPES-COFECUB)¹ e de três projetos do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD CAPES)², ambos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Rede Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades (LIESS), apoiado pelo governo espanhol.

Articulamos ensino, pesquisa e extensão levando às escolas estudantes de graduação que fizeram disciplinas de gênero, estimulando-os e estimulando-as a aprenderem a transpor conteúdos teóricos para o *chão da escola*. Também são, em outra dimensão, coautoras e coautores, as e os estudantes e as professoras das escolas públicas onde realizamos as oficinas, uma vez que a cada experiência concreta de realização, os roteiros se modificavam e eram reapropriados e ressignificados de acordo com cada contexto escolar. A defesa de uma autoria coletiva deve-se, sobretudo, às concepções teórico-políticas que nos orientam. *Feminismo acadêmico* e a *antropologia feminista* (BONETTI, 2011), associados à *Teoria da prática* (ORTNER, 1996), estão no DNA do NIGS e das pesquisadoras egressas e pesquisadores egressos que hoje atuam em universidades federais de todas as regiões do Brasil. Estes são princípios fundantes da forma como concebemos a produção de conhecimento feminista que envolve obrigatoriamente a articulação entre teoria e práxis e que se faz de forma coletiva, solidária e crítica.

Destacamos e reconhecemos, todavia, algumas pesquisadoras que dedicaram muitas horas à sistematização deste livro ao longo de mais de uma década: Anelise Fróes da Silva com Vinicius Kauê Ferreira em 2009/2010, Arianna Sala com Bruno Cordeiro e Geni Daniela Núñez Longhini em 2013/2014, Marisa Napolini com Suzana Martins Costa e Gabriela Dequech em 2015/2016, Alinne de Lima Bonetti com Marie-Anne Stival Pereira e Leal Lozano, Claudia Lazcano, Tânia Welter, Alexandra Alencar e Barbara Michele Amorim em 2020/2021.

1 Projetos Gênero, Sexualidade e Parentesco: Um estudo comparativo entre França e Brasil (2010-2014) e Gênero Ameaça(n)do (2019-2023).

2 Projetos de intercâmbio PROCAD CAPES entre PPGICH UFSC/PPGNEIM UFBA (2008-2012), PPGAS UFSC/PPGAS UFRN/PPGAS UFAM (2011-2015) e PPGAS UFSC/PPGAS UFG/PPGAS UFRGS (2012-2016).

Neste último ano, algumas pessoas assumiram tarefas de maior responsabilidade para que o livro pudesse finalmente ser publicado. Alinne Bonetti articulou e representou o NIGS na rede de projetos financiados pela SBPC Vai à Escola em Santa Catarina e na elaboração do logo comemorativo aos 30 anos do NIGS. Marie Lozano cuidou do diálogo com o setor de prestação de contas da SBPC. Barbara Amorim intermediou o contato com nossas parceiras revisoras Inês Bernal e Gerusa Boldan e na (re)montagem final do livro. Tânia Welter foi a responsável pela construção da capa e pela complexidade de todo o processo editorial e de inúmeros trâmites junto às editoras Tribo da Ilha e Copiart. A organização geral do livro, em suas diferentes etapas, assim como a busca de financiamentos e revisão técnica final desta obra coletiva foi feita por Miriam Grossi.

Finalizamos este livro, após mais de uma década de produção, em meio à pandemia do COVID-19 que tem assolado de maneira brutal o mundo e, em especial, nosso país. A experiência, nem sempre fácil, de viver em isolamento em nossas casas, nos permitiu maior proximidade virtual. Foi, em parte, graças a este momento, em que deixamos de nos encontrar presencialmente, que pudemos nos concentrar e finalizar a produção deste livro, marcando assim as comemorações dos 30 anos do NIGS.

Fruto de muita reflexão, este momento nos permitiu revisar diferentes formas de estar no mundo e, nelas, nossas práticas acadêmicas. Em meio a demandas para relatório Sucupira de avaliação da CAPES, solicitação de bolsas e recursos para pesquisa e luta pela manutenção das Humanidades nas prioridades de financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) percebemos a urgência de repensar nossas formas de produção de conhecimento, desafiando lógicas competitivas e produtivistas que dão mais valor, no campo das Ciências Sociais, a publicações com autorias individuais em detrimento das produções em coautoria. É também para questionar este modelo muito valorizado em vários processos avaliativos da vida acadêmica, de produção individual e individualista, escrita em nome próprio mas fruto de aprendizados coletivos, que optamos por assumir a autoria coletiva que este livro reflete. Publicamos assim este livro, sem registrar a autoria de cada um dos textos

e das oficinas como forma de registrar e pleitear o reconhecimento de outras formas de fazer ciência. Registrando, assim, a prática grupal de produção do conhecimento, reconhecemos a contribuição de muitas pessoas que passaram pelo NIGS e é com gratidão que celebramos a consolidação desta prática multidualógica com este livro.

Entre muitos e muitas que fizeram parte da história desta publicação, listamos a seguir aquelas e aqueles que atuaram no projeto com vínculos institucionais de bolsa e realização de pesquisas de graduação ou pós-graduação junto ao NIGS.

Florianópolis, maio de 2021.

Miriam Pillar Grossi

Tânia Welter

Alinne de Lima Bonetti

*Coordenação do Núcleo de Identidades
de Gênero e Subjetividades*

CO-AUTORAS E CO-AUTORES

[VOLTA AO SUMÁRIO]



Incluimos aqui, por ordem alfabética, uma lista não exaustiva de co-autoras e co-autores das oficinas e dos textos de referência teórica aqui publicadas. Esta co-autoria diz respeito à elaboração, aplicação e relatoria das oficinas, assim como na escrita e revisão de textos desta versão publicada em 2021.

Alexandra Alencar
Alexandre Soli
Alana Reis Verani
Alinne de Lima Bonetti
Ana Paula Garcia Boscatti
Anahi Guedes de Mello
André Luís da Rosa
Anelise Fróes da Silva
Arianna Sala
Arthur Leonardo Costa Novo
Assis Menin
Barbara Michele Amorim
Bernadette Grossi dos Santos
Bruna Carolina Bernhardt
Bruna Klöppel

Bruno Pereira Cordeiro
Camila Bianca dos Reis
Camila Laurindo
Camila Pinheiro Medeiros
Caroline Gorski Marques Araújo
Caterina Alessandra Rea
Claudia Lazcano Vázquez
Claudia Regina Nichnig
Cláudio Leite Leandro
Delza da Hora
Dina Susana Mazariegos García
Eduardo Vasconcelos Garcia Frigério
Emilia Haline Dutra
Emilia Juliana Ferreira
Everson Fernandes Pereira

Fátima Weiss de Jesus
Felipe Bruno Martins Fernandes
Fernanda Azeredo Morais
Fernanda Cardozo
Fernando Altair Pocahy
Gabriela Dequech
Gabriela Pedroni
Gabriella Figueiredo dos Santos
Geni Daniela Núñez Longhini
Gicele Sucupira
Giovanna Barros Gomes
Giovanna Lícia Rocha Triñanes Aveiro
Guilherme Laus
Helena Motta Monaco
Isabela Pereira Cantarelli
Isadora Machado Vier
Izabela Liz Schlindwein
Isis Mendonça Beckhauser
Jimena Maria Massa
Joana Pagliosa Corona
Julia Godinho
Juliana Cavilha Mendes Losso
Kathilça Lopes de Souza
Laís Eloá Pelegrinello
Larissa Fonseca
Laura Gelpi
Laura Martendal
Leonardo de Miranda Ramos
Leticia Barreto
Lino Gabriel Nascimento dos Santos
Liza Bilhalva Martins Silva

Luisa Naves
Marcus Vinícius Martins da Silva
Mareli Eliane Graupe
Marie-Anne Stival Pereira e Leal Lozano
Marisa de Souza Naspolini
Mauricio Pereira Gomes
Miriam Pillar Grossi
Nathalia Maia
Nathalia Dothling Reis
Natan Schmitz Kremer
Nattany Rodrigues
Nauana Antonello Ramos de Aguiar
Nayara Uber Piloni
Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa
Paula Pinhal de Carlos
Rari Oliveira
Rayani Mariano dos Santos
Regina Ingrid Bragagnolo
Rosa Blanca Cedillo
Rosa Maria Rodrigues de Oliveira
Rozeli Maria Porto
Sara Nacif Sayão
Simone Nunes Ávila
Sophia Caroline Amenezes
Suzana Morelo Vergara Martins Costa
Tânia Welter
Victória Regina dos Santos
Vinicius Kauê Ferreira
Vinicius Bressan Ferreira
Virginia de Santana Cordolino Nunes

MÓDULO 1 – COMO ORGANIZAR AS OFICINAS

[VOLTA AO SUMÁRIO]



Este livro reúne atividades didáticas que visam problematizar de forma lúdica e educativa questões pertinentes aos temas *gênero, sexualidades, diversidades e violências* na Escola. Utilizadas em forma de oficinas de formação de multiplicadoras e de multiplicadores, voltadas a estudantes da sexta série do ensino fundamental ao terceiro ano do Ensino Médio, todas as dinâmicas e temáticas aqui apresentadas foram elaboradas a partir de discussões teóricas no campo dos estudos de Gênero na perspectiva antropológica e interdisciplinar que norteia as pesquisas e projetos do NIGS.

Aplicadas em inúmeros desses projetos, em particular como parte das atividades do Projeto “Papo Sério – Discussões sobre Gênero, Homofobia e Prevenção com jovens”, as dinâmicas têm autorias variadas: foram construídas criativamente pelas equipes que atuaram no projeto ou adaptadas de dinâmicas produzidas por outros coletivos que se mostraram eficazes nas atividades desenvolvidas pelo grupo da UFSC.

A equipe de pesquisadores e pesquisadoras do NIGS envolvida com este Projeto e com outras ações de formação como curso de capacitação de docentes em Gênero e Diversidade na Escola (GDE), se compõe de estudantes de graduação de inúmeros cursos (Antropologia, Administração, Ciências Sociais, Cinema, Direito, Engenharia, Letras, Pedagogia, Psicologia, Teatro, etc), de mestrandas e mestrandos em Antropologia Social e de doutorandas e doutorandos e pós-doutorandas em Antropologia Social

(PPGAS) e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH). Esses estudantes articulavam suas pesquisas individuais com a experiência coletiva de transmissão de conhecimentos sobre diferentes temas como: Movimentos Sociais, Homofobia, Sexualidades, Direitos Sexuais e Reprodutivos, Aborto, Religiosidades, História da Antropologia, Masculinidades, Feminismos, Políticas Públicas e Educação, Homossexualidades, Arte Erótica e Teorias Queer, Transexualidades, Violências, Conjugalidades Homoafetivas, Estudos Geracionais, entre outros. O domínio de tantas temáticas por parte da equipe foi profundamente enriquecedora para as propostas de oficinas realizadas, que estão agrupadas neste livro em 7 grandes eixos temáticos. São eles:

- » Sexo, gênero e identidade de gênero;
- » Violências de gênero e outras formas de violência;
- » Sexualidades, homossexualidades, homo-lesbo-bi-transfobias;
- » Religião, gênero e sexualidades;
- » Saúde reprodutiva, aborto, sexualidade, prevenção de ists e aids;
- » Dinâmicas de apresentação e avaliação;
- » O concurso de cartazes sobre lesbo-trans-bi-homofobia e heterossexismo nas escolas: um marco para trabalhar sexualidades não normativas no contexto escolar.

Entendemos que a mera delimitação temática, ou escolha de eixos que contemplem de forma ampla as questões de gênero e diversidades no ambiente escolar, ainda que embasadas teoricamente em estudos reconhecidos em seus campos, por si só não seria suficiente para garantir a formação de educadoras, educadores e estudantes. Nossa proposta se alinha a metodologias que compreendem os processos de ensino/aprendizagem como integradores, capazes de estimular ao mesmo tempo o desenvolvimento da autonomia das pessoas perante seus corpos, ideias, reflexões e desejos, e também a construção do conhecimento formal, desde que este seja dialógico e centrado na potencialidade de cada uma e de cada um e, em sua interação com os contextos nos quais se constitui.

Ao elaborarmos e realizarmos dinâmicas para atividades de formação, estamos seguindo a perspectiva definidora de nossas ações, de que não é possível produzir atividades práticas sem teoria, e que as teorias se constroem e se alimentam em experiências concretas e vividas. Sabemos também que é fundamental a vivência das questões abordadas para que se possa refletir teóricamente sobre elas. Por isso as reflexões, discussões e aportes teóricos encontram sentido ao serem materializados em jogos, vídeos, rodas de conversa, dramatizações, elaboração coletiva de cartazes relativos aos temas trabalhados, de forma a permitir que todas as envolvidas e todos os envolvidos nas atividades de formação expressem, a partir de questionamentos, suas próprias concepções, ideais, preconceitos e dúvidas. As oficinas são um espaço para se problematizar coletivamente, dialogar, contestar, e propor outras possibilidades de abordagem dos temas trabalhados.

Organizadas em eixos temáticos e ações teórico-lúdicas que visam proporcionar mais dinamicidade ao processo de ensino e aprendizagem para as questões de gênero e diversidade, as atividades que apresentamos aqui tem como objetivo servir de referência para educadores e educadoras, mas podem ser adaptadas, revisadas, adequadas a contextos educativos diversos daqueles em que foram utilizadas originalmente.

ANTES DE COMEÇAR, ALGUMAS REFLEXÕES E DICAS...

1.1 Como preparar a equipe?

É importante que a equipe que aplicará a oficina tenha encontros prévios nos quais possa discutir sobre a dinâmica de acordo com a demanda, refletir teoricamente acerca da temática, para que possa definir e se preparar para a oficina. A partir da nossa experiência sugerimos o seguinte esquema:

1.1.1 Definir tema e modelo das oficinas

A partir da demanda da escola, uma equipe reduzida procura, adapta ou cria as dinâmicas mais adequadas para as turmas com as quais vai trabalhar. É fundamental levar em conta a idade e a série dos e das estudantes. Essa equipe tem que criar um roteiro da oficina, também indicando o tempo estimado de duração para cada dinâmica ou atividade a se realizar com a turma. O tempo de duração da oficina será negociado e combinado com quem a solicitou.

1.1.2 Organizar as oficinas com a equipe

O roteiro é apresentado a todas as pessoas que forem ministrar as oficinas. Nesse momento é importante se deter em todos os aspectos das dinâmicas, e de algum jeito “testá-los” para apontar eventuais modificações e aprimorar o planejamento. É imprescindível que todas as pessoas que forem ministrar as oficinas participem, para que na hora de trabalhar com as turmas conheçam as dinâmicas e o objetivo a ser alcançado com cada uma. Este é um momento importante para que a equipe esteja entrosada na realização da oficina, dominando a dinâmica e a temática.

1.1.3 Mutirões de oficinas

Após inúmeras experiências de oficinas, criamos o modelo que chamamos de mutirão de oficinas. Este modelo implica em envolver um grupo de 10 a 15icineiras e icineiros para a realização simultânea de várias oficinas ao mesmo tempo, com diferentes turmas nas escolas. Essa opção visa um maior impacto político-pedagógico das oficinas e otimização do tempo e custos para a equipe dinamizadora. Nesse modelo, uma equipe com muitas pessoas propõe-se a ministrar várias oficinas simultaneamente em várias salas de aula, alargando, assim, a reflexão temática para diversas turmas e/ou séries de uma mesma escola.

1.1.4 Preparação teórica

Um dos aspectos fundamentais para a realização de uma boa oficina é que a equipe procure fundamentar teoricamente os conceitos que quer trabalhar com as turmas, sabendo dialogar e argumentar com as e os

estudantes. Nesse sentido, seria oportuno alternar momentos de intervenção nas escolas com momentos de reflexão e debate por meio de um grupo de estudos.

1.2 Qual é a duração ideal de uma oficina?

O tempo de duração de uma oficina é um dos muitos aspectos importantes para sua realização e que, portanto, deve ser pensado e planejado. Como muitos dos elementos preparativos, o tempo de duração também dependerá de uma série de fatores. Inicialmente em relação à demanda da escola e adequação da oficina aos períodos de aulas da escola, que variam de 40 a 50 minutos. Em segundo lugar é preciso saber o número de participantes e por fim adequar as dinâmicas ao tempo previsto.

O cumprimento do tempo acertado com a escola é de suma relevância, ainda mais em contextos escolares onde o tempo é marcado por horários rígidos para início e final de aulas, recreio, lanche e final das aulas. Observamos o quanto as/os estudantes são atentos aos sinais que marcam os tempos dentro da escola e que é fundamental prever o término da oficina com tempo para a avaliação final. Apesar de muitas variáveis, a maior parte das oficinas apresentadas neste livro (baseadas nas experiências práticas) têm duração média de 90 minutos, ou seja, o período de 2 horas/aula. Este tempo permite que se trabalhe bem a temática com a turma sem, contudo, levá-la à exaustão. Também é uma duração de tempo boa para as e os estudantes e para a negociação com as escolas, visto que 90 minutos ocupam somente duas aulas (cada uma de 40 a 50 minutos), não acarretando prejuízos nem atrasos escolares. Lembre-se sempre que uma oficina modelo se compõe de: dinâmica de apresentação, uma ou duas dinâmicas temáticas e uma dinâmica de avaliação final.

1.3 Quantas oficinas são necessárias?

O número de oficinas e de oficinairos apropriado para uma oficina depende de muitas variáveis, como o número de participantes, a especificidade de cada dinâmica e o domínio de cada oficina e oficinaira acerca

da temática. Para um melhor rendimento da oficina e um aprofundamento da reflexão por parte das e dos participantes, é ideal que a equipe ministrante seja composta por três pessoas, com as seguintes funções: uma será a principal responsável por realizar as dinâmicas, outra será a co-responsável, dando todo tipo de suporte necessário e a terceira observará e relatará a oficina seguindo um roteiro. A importância deste exercício encontra-se no fato de que a observação relatada aponta nuances muitas vezes despercebidas no decorrer da oficina e também informações necessárias para uma reflexão crítica sobre a experiência, tais como o número de participantes, sexo, identidades de gêneros, raça etc., conforme roteiro de observação (Anexo 1). Essas informações, juntamente com a experiência da oficina realizada, são imprescindíveis para se pensar o que deu certo, o que poderia ter sido feito diferente e o porquê, a dificuldade ou facilidade da compreensão da dinâmica e das discussões suscitadas.

1.4 Como escolher as dinâmicas?

A escolha das dinâmicas deve atender à demanda da oficina, a partir do contexto sociocultural identificado junto à escola. São aspectos a serem considerados: a idade, o bairro e sua composição socioeconômica, a escolaridade das e dos participantes e o espaço físico em que ela ocorrerá. Também é importante saber quantos integrantes terá a equipe e qual o material que cada dinâmica exige para a sua realização: datashow, cartolinas, tintas, canetões para escrever em cartazes, equipamento para ouvir música, revistas e jornais para recortes etc. A dinâmica é o modo através do qual se leva à reflexão acerca da temática que a oficina abordará, portanto é preciso que ela seja compreensível para as e os participantes.

1.5 É recomendado unir estudantes de turmas diferentes?

Às vezes faltam muitas pessoas de uma turma e a direção da escola nos propõe, na hora, para otimizar o grupo, chamando estudantes de outra turma. Conforme nossa experiência nesse contexto, a união de diferentes grupos dificulta a interação, sendo preferível, na medida do possível, realizar a oficina com estudantes de uma mesma turma, pois o grupo já se

conhece e a integração se faz mais rápido. No caso de misturar crianças ou jovens de mais de uma turma, se sugere prever mais tempo para o momento de apresentação e integração das turmas.

1.6 Que fazer se a professora ou o professor quiser participar junto com o grupo de estudantes?

Em muitas ocasiões, a professora ou o professor deseja ficar na sala e muitas vezes participar nas oficinas junto com os e as estudantes. A resposta a esta demanda exige negociação prévia com a escola. Observamos que em alguns casos a presença dos professores pode inibir e constriar a participação das e dos estudantes, sobretudo quando abordam temáticas da sexualidade, afetando a dinâmica da oficina. Em outros casos, a presença de professoras mais abertas aos temas abordados, é positiva pois dá às e aos estudantes mais tranquilidade e confiança para a integração do grupo. Em todos os casos o que se recomenda é que a presença de professora ou professor seja apenas como ouvinte, ficando de fora das dinâmicas.

1.7 Qual a importância de preparar o material com antecedência?

Quando vamos realizar oficinas nas escolas é importante ter todo o material necessário preparado com antecedência. Aconselhamos a organização prévia de kits para cada oficina que vamos ministrar com todo o material que vamos necessitar: folhas, canetas, colas, tesouras, material impresso de todo tipo, folhas de presença, material para avaliação, etc. Se formos utilizar vídeos é oportuno levá-los em suporte digital e não depender da internet dos centros escolares, uma vez que esta atitude costuma nos poupar muito estresse na hora de ministrar as oficinas. Também é importante prever água, café e um lanche para a equipe.

1.8 Porque se deve fazer avaliação grupal do desenvolvimento das oficinas?

As oficinas são atividades dinâmicas, que sempre podem ser melhoradas e adaptadas ao contexto em que nos encontramos trabalhando.

Ademais são uma ocasião para realizar pesquisa e intervenção ao mesmo tempo, por isso aconselhamos realizar uma avaliação grupal por parte dos oficinairos e das oficinairas, para ver o que deu certo e o que poderia ser melhorado, o que resulta em um processo de constante aprimoramento de nossa prática.

MÓDULO 2 – SEXO, GÊNERO E IDENTIDADE DE GÊNERO

[VOLTA AO SUMÁRIO]



Para realização das oficinas com temática “Sexo, Gênero e Identidade de Gênero”, utilizamos conceitos fundamentais acerca destes assuntos, a fim de delimitar nossa atuação, partindo sempre da perspectiva que orienta as ações do NIGS no campo dos estudos de gênero.

Com isso, iniciamos este módulo com uma breve explanação sobre os temas para, em seguida, apresentarmos as dinâmicas e sugestões de trabalho no ambiente escolar, seja para formação de outros educadores e outras educadoras, seja na sensibilização e formação de estudantes.

Como cada situação é única, não definimos faixas etárias estanques para o trabalho com estudantes, mas seguimos a orientação de sempre adaptar temas, conceitos, ideias e noções a cada grupo trabalhado.

2.1 SEXO, GÊNERO, IDENTIDADES DE GÊNERO – ALGUMAS NOÇÕES³

Entendemos que não é a biologia que determina a identidade de homens e mulheres, de meninos e meninas. Somos todos informados e todas informadas por processos sociais pelos quais passamos desde que nascemos, no espaço familiar e seus modos de socialização, na entrada na escola,

3 Versão adaptada de GROSSI, Miriam. Identidade de Gênero e Sexualidades, Antropologia em Primeira Mão, PPGAS/UFSC, 1998a.

no convívio com a rede de amizades, nos relacionamentos afetivos, ao começar a vida profissional. Somos parte de processos e contextos culturais, e são estes que irão, ao longo do tempo, influenciar nosso modo de estar no mundo, de estabelecer relações com o que nos cerca.

Sabemos que, socialmente, há hierarquias construídas a partir de diferenças tomadas como se fossem naturais entre homens e mulheres. Tais hierarquias posicionam os gêneros de forma desigual na estrutura social; em nossa configuração sócio-histórica colocam o homem, o masculino, em posição superior, como se fosse dotado de algo que naturalmente o torna mais forte, mais importante, mais merecedor de direitos do que o gênero feminino. Deste modo, tudo que se relaciona ao feminino, às mulheres, acaba sendo visto como menos válido, menos importante, menos forte. Essa forma de ver a relação masculino/feminino ou homens/mulheres não é fruto da natureza ou da biologia (anatômica ou genética), como aprendemos na família, escola e mídia. Ela é construída social, cultural e historicamente e materializa-se, por exemplo, na violência contra mulheres, homossexuais e travestis; nas diferentes brincadeiras de meninas e meninos; nos rendimentos em sala de aula, nas vozes e interações com educadores e educadoras, e também com colegas.

Essas questões sobre as diferenças entre sexo e gênero também não podem ser vistas como isoladas de outras tão importantes quanto classe social, religião, grau de instrução, orientação sexual, diferentes padrões corporais, deficiências físicas, etnia e raça as quais são igualmente diferenciadores sociais e estão relacionadas com essa divisão arbitrária e hierárquica entre homens e mulheres, entre o masculino e o feminino. Para tentar dar conta dessas interlocuções e ampliar as discussões feitas por movimentos sociais e grupos organizados (como os movimentos feministas, de mulheres, LGBT e negro, por exemplo), emergiram academicamente os Estudos de Gênero, nos quais está inserido o NIGS, assim como outros Núcleos de pesquisa no Brasil e no exterior.

2.2 OS ESTUDOS DE GÊNERO

A partir dos anos 1980, teve início o crescimento das pesquisas sobre as mulheres brasileiras. Em muitos programas de pós-graduação começam a ser oferecidos cursos sobre a questão, que resultam em um grande número de teses sobre o tema. Apesar disso, permanece nesse período, a

referência quase que unânime a uma unidade biológica das mulheres, ou seja, que todas as mulheres, independente de sua condição social, reconhecem-se pela morfologia do sexo feminino (vagina, útero, seios). O que os estudos de gênero problematizarão é justamente essa determinação biológica da condição feminina. Assim, ser mulher não é algo “natural”!

O conceito de gênero chegou até nós por meio de pesquisadoras norte-americanas que passaram a usar a categoria *gender* para falar das **origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas** de homens e mulheres. A ênfase colocada na origem social das identidades subjetivas não é gratuita. De fato, não existe uma determinação natural dos comportamentos de homens e mulheres, apesar das inúmeras regras sociais calcadas numa suposta determinação biológica que diferencia os sexos e os seus atributos correlatos em estereótipos. Com base em estereótipos, generaliza-se e atribui-se valor a características de um grupo. Assim, definem-se lugares de poder, impondo lugares de inferioridade. No cotidiano, encontramos visões estereotipadas sobre mulheres, homens, assim como sobre pessoas negras, nordestinas, gaúchas, por exemplo.

A Antropologia Feminista tem mostrado que essa explicação da ordem natural não passa de uma formulação ideológica que serve para justificar os comportamentos sociais de homens e mulheres em determinada sociedade. No caso das sociedades ocidentais, a biologia é uma explicação de grande peso ideológico, pois aprendemos que ela é uma ciência e, portanto, tem valor de verdade. Acreditamos que a ciência nos dá explicações neutras e objetivas para as relações sociais. E aprendemos, principalmente na escola, uma perspectiva parcial: a de que os homens, brancos e heterossexuais, é que produzem o conhecimento; em outras palavras, seriam aqueles autorizados a serem cientistas. Os estudos de gênero ajudam a nos mostrar que a ciência, em geral, está falando apenas de uma parte da humanidade, vista sob o ângulo masculino.

Durante séculos, as mulheres enfrentaram muitos obstáculos para se dedicar a atividades científicas e, mais recentemente, tecnológicas. Além de serem socializadas para se dedicar a atividades no âmbito privado (da casa), passaram a ter o direito de estudar em universidades brasileiras, por exemplo, somente a partir do final do século XIX. Mesmo assim, as mulheres não estiveram ausentes dos empreendimentos científicos e tecnológicos, mas poucos são os registros históricos de suas contribuições. A história da antropologia nos mostra que muitas antropólogas tiveram reconhecimento tardio de seu trabalho, por serem mulheres ou fazerem

pesquisa como esposas de antropólogos. Nesse caso, muitas não receberam crédito pelo seu trabalho ou ele foi simplesmente ignorado.

Enfim, podemos compreender que a noção de gênero tem historicidade, e veio sendo construída ao longo do tempo, merecendo espaços de reflexão e discussão nos mais diversos campos.

2.3 GÊNERO NÃO É SEXO, SEXO NÃO É GÊNERO

O conceito de gênero está socialmente colado ao de sexualidade. Essa associação cria uma imensa dificuldade no senso comum de separar a problemática da identidade de gênero da sexualidade (marcada pela orientação do objeto de desejo). Para problematizar essa associação, é preciso pensar sobre a constituição individual da identidade de gênero e a forma como adquirimos nossas identidades de gênero, feminina ou masculina ou não binária.

Ao contrário do que costumamos pensar, agimos como seres sociais culturalmente construídos, e não a partir de nossa condição biológica de machos e fêmeas. Com isso, podemos ter por certo que podemos e devemos modificar cotidianamente aquilo que é esperado dos indivíduos do sexo feminino e do masculino, pois o gênero (ou seja, aquilo que é associado ao sexo biológico) é algo que está permanentemente em mudança e todos os nossos atos ajudam a reconfigurar localmente as representações sociais de feminino e masculino. O tempo todo, o gênero está sendo ressignificado pelas interações concretas entre indivíduos do sexo masculino e feminino. Por isso, diz-se que o **gênero é mutável**, além de ser **relacional**.

Assim, quando falamos de sexo nos referimos apenas a dois sexos: homem e mulher (ou macho e fêmea, para sermos mais biológicos), dois sexos morfológicos sobre os quais apoiamos nossos significados do que é ser homem ou ser mulher e que têm nos caracteres fisiológicos como pênis, seios e vagina seu suporte de representação social.

Cabe, então, refletirmos também sobre as identidades de gênero. Um psicólogo norte-americano chamado Robert Stoller (1978), que estudou inúmeros casos de indivíduos (intersexuais ou com os genitais escondidos) que haviam sido rotulados com o gênero oposto de seu sexo biológico, diz uma coisa impressionante que é mais fácil mudar o sexo biológico do que

o gênero de uma pessoa. Para ele, uma criança aprende a ser menino ou menina até os três anos – momento de passagem pelo complexo de Édipo e pela aquisição da linguagem. Esse é um momento importante para a constituição do simbólico, pois a Língua é um elo fundamental do indivíduo com sua cultura.

Na cultura ocidental, costumamos associar a sexualidade ao gênero como se fossem uma coisa só, quando, na verdade, são dimensões distintas da experiência humana. É importante salientar que a **sexualidade**, isto é, como chamamos o **conjunto de práticas e concepções eróticas humanas**, é também **culturalmente determinada**. Para a maior parte das pessoas em nossa cultura, a heterossexualidade, ou seja, a atração erótica de pessoas de um sexo por pessoas de sexo oposto, é um algo “instintivo” da espécie humana, com o objetivo de sua autopropagação pela reprodução. Nessa lógica, sexo e reprodução são vistos nas sociedades ocidentais como intrinsecamente relacionados entre si, pois se considera a reprodução como envolvendo apenas os dois indivíduos, de sexos diferentes, que se relacionaram sexualmente. Por isso, costuma-se classificar indivíduos que mantêm relações sexuais e/ou afetivas com outros do mesmo sexo como homossexuais (gays ou lésbicas) e indivíduos que se relacionam com o mesmo sexo e também com indivíduos de sexo oposto são chamados bissexuais, categorias que remetem imediatamente, no imaginário ocidental, à ideia de pecado, doença, promiscuidade, perversão ou anormalidade. Segundo a análise de Michel Foucault (1988), é no século XIX, graças ao advento da Medicina, que as relações entre dois indivíduos do mesmo sexo passaram a serem rotuladas como doença no Ocidente.

Considerando o que já foi dito aqui, vale lembrar então que o gênero, como construção social, não é algo natural, não nos é algo inato; diz respeito a um empreendimento social de significação dos corpos reforçado por inúmeras instituições sociais, entre elas a própria escola. Ao desmitificarmos as noções de gênero, sexo e sexualidade, entendendo-as como produtos socioculturais ordenados por lógicas que se pretendem hegemônicas, trazemos à tona a possibilidade de múltiplas recombinações entre tais dimensões na vida dos sujeitos. Refletindo teoricamente a respeito, não mais as tomamos como categorias coladas umas às outras, e é com base nessas orientações teóricas que apresentamos as dinâmicas a seguir.



DINÂMICA 01: “HOMEM, MULHER?”

Tema: Sexo, Gênero, Identidade de Gênero.

Objetivos: Visa problematizar as construções sociais de padrões acerca do que é ser homem, ser mulher, masculino e feminino, e discutir as diferenças de papéis de gênero, contextualizando com o ambiente escolar e as realidades vivenciadas em sala de aula.

Material necessário: Revistas, papel Kraft ou cartolina, canetas coloridas, cola, tesoura.

Metodologia: Dividir a turma em grupos de no máximo seis pessoas. Cada grupo recebe um cartaz vazio (de papel Kraft ou cartolina, mas de tamanho médio de uma cartolina), e duas figuras recortadas de revistas, uma de homem e outra de mulher. É importante que as figuras sejam bastante estereotipadas quanto ao padrão de beleza, corpo e roupas. Usar preferencialmente modelos fotográficos ou artistas famosas e famosos.

Instruir que os grupos desenhem três colunas em seus cartazes, e escrevam na primeira **Sexo**, na segunda **Gênero**, e na terceira coloquem um **Ponto de Interrogação (?)**. Depois, a partir do que veem nas imagens, e também a partir da observação de si mesmos entre as e os colegas de grupo e sala de aula, devem discutir as diferenças entre Sexo e Gênero, começando por identificar se sabem o que é uma coisa e outra, e qual a diferença entre os dois conceitos. Depois, devem listar na primeira coluna quatro ou cinco diferenças entre homens e mulheres no que tange a Sexo, e fazer o mesmo na segunda coluna, listando diferenças relativas à Gênero, entre masculino e feminino. A terceira coluna deve permanecer vazia durante toda a primeira parte da atividade. Ao terem concluído o preenchimento das duas primeiras colunas, os grupos apresentam às e aos colegas sua produção, e abre-se espaço para discussão ampliada.



A segunda parte da atividade consiste em construir, a partir das diferenças listadas entre homens e mulheres, entre masculino e feminino, outra possibilidade identitária, que permita discutir os papéis de gênero. Com as duas figuras que receberam (um homem e uma mulher), cada grupo deve, recortando e colando, criar uma terceira imagem, que misture as representações de masculino e feminino, e a partir desta figura, o grupo passa então a preencher a última coluna, onde está o ponto de interrogação. No final, abre-se novamente para a discussão coletiva, a fim de conhecer o resultado da mistura de figuras, e também as discussões feitas sobre papéis de gênero e identidades.

Tempo de duração: 90 minutos. Lembre-se de que é necessário um bom tempo para discussões e reflexões finais, então, pelo menos 20 minutos para a conclusão é o que se considera ideal.

Aplicável para turmas: a partir do 7º ano do ensino fundamental, máximo de 30 estudantes.

Questões norteadoras: O que é Gênero? O que é sexo? Quem define o que é certo para homens e mulheres? Ser mulher é ser feminina? O que significa ser masculino, ser homem? E quem são as pessoas que misturam gêneros? Quem são as pessoas que mudam de sexo? Como a sociedade vai moldando e definindo padrões de comportamento e atuação social para cada indivíduo? Essas questões se refletem na escola? Se sim, de que forma? Como são tratados meninos e meninas em sala de aula? O que é preciso mudar para termos uma sociedade e uma escola mais plural, e capaz de conviver com as diversidades?



DINÂMICA 02: ACORDAR

Tema: Sexo, Gênero, Identidade de Gênero.

Objetivos: Visa problematizar as construções sociais de padrões acerca do que é ser homem, ser mulher, masculino e feminino, colocá-las em relação, e discutir as diferenças de papéis entre homens e mulheres, contextualizando com o ambiente escolar e as realidades vivenciadas em sala de aula.

Material necessário: Vídeos que problematizam as questões de gênero e identidade, como “Acorda, Raimundo, acorda! (1990)⁴”. Apresentação em *powerpoint* que traga de forma conceitual o tema. Cartolina ou papel *kraft*, canetas coloridas.

Metodologia: Convidar a turma para uma pequena sessão de filmes. No caso aplicado foi escolhido o vídeo “Acorda, Raimundo, acorda”, para iniciar a reflexão sobre o assunto. Trechos de outros vídeos ou filmes podem ser utilizados, desde que sirvam para provocar questionamentos sobre os papéis de homens e mulheres e sobre a questão das identidades de gênero. Depois de exibir o vídeo, realizar uma breve rodada de discussão sobre as ideias trazidas, sobre gênero, sexualidade, identidades, e como as diferenças quanto ao tema são encontradas socialmente. A seguir, apresenta-se em *powerpoint* os conceitos principais da dinâmica de modo que seja possível comparar as opiniões e noções surgidas na primeira rodada de discussão com questões teóricas. Um segundo vídeo pode ser exibido a seguir, retomando os questionamentos acerca de sexo, gênero e suas identidades. Dá-se preferência a vídeos que apresentem travestilidades ou outras formas de contraste entre identidade, sexo e gênero. Para finalizar, a turma deve ser chamada a utilizar as folhas de cartolina para criar cartazes, listando vantagens e desvantagens de ser homem e mulher, e quais as

4 Direção de Alfredo Alves. Disponível em <http://vimeo.com/5859490> Acesso em 25/05/2020.



diferenças construídas entre os sexos e entre os gêneros, que causam a hierarquia entre uns e outros.

Tempo de duração: 90 minutos mas a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável.

Aplicável para turmas: a partir do 7º ano do ensino fundamental, máximo de 30 estudantes.

Questões norteadoras: O que é Gênero? O que é sexo? Quem define o que é certo e errado para homens e mulheres? Ser mulher é ser feminina? O que significa ser masculino, ser homem? E quem são as pessoas que misturam gêneros, mudam de sexo? Como a sociedade vai moldando e definindo padrões de comportamento e atuação social para cada indivíduo? Essas questões se refletem na escola, de que forma? Como são tratados meninos e meninas em sala de aula? O que é preciso mudar para termos uma sociedade e uma escola mais plural, capaz de conviver com as diversidades? Quem toma as principais decisões na sua casa? Quem contribui mais efetivamente para o pagamento das despesas? Quais são as principais semelhanças e diferenças entre você e seus irmãos e irmãs? Pelo que você pode analisar, o cotidiano escolar contribui para a construção do sentimento de igualdade entre homens e mulheres? Como isso acontece hoje? Quais os estereótipos que a escola, a família, os livros e os materiais didáticos ainda reproduzem atualmente?



DINÂMICA 03: (DES) CONSTRUINDO GÊNERO

Tema: Modelos de feminilidade e masculinidade

Objetivos: Voltada prioritariamente para educadores e educadoras, visa sensibilizar inicialmente para as diferentes correntes dos estudos de gênero. Refletir sobre modelos de masculinidades e feminilidades a partir de experiências do cotidiano nas escolas, discutindo de que forma o gênero é construído ao longo da trajetória de vida de cada um e cada uma. Sugerir reflexões sobre os espaços e processos de construção das identidades de gênero no mundo ocidental.

Material necessário: Papel A4, canetas, quadro branco, vídeo sobre sexualidade e gênero.

Metodologia: A oficina inicia com o pedido de que todos e todas escrevam individualmente em uma folha as primeiras palavras, expressões e adjetivos que surgem de imediato a partir da pergunta: “O que primeiro vem à cabeça quando se fala em ser homem e ser mulher?”. Todas as folhas são recolhidas e guardadas para outro momento. Deve-se permitir que haja diálogos rápidos sobre se foi fácil ou difícil pensar e escrever sobre o tema. A seguir, realiza-se uma explanação teórica sobre estudos de gênero, que consiga tratar de movimentos sociais, discussões sobre estudos a respeito das mulheres e dos estudos de gênero, discutir a diferença entre o biológico e o cultural e de que forma essa diferença implica as trajetórias de cada um e cada uma, masculinidades e feminilidades e construções das categorias, papéis de gênero, identidades, sexualidades. Abrir espaço para que o grupo vá refletindo enquanto acompanha a exposição dos temas e conceitos.

A seguir, exibir um vídeo que trate de sexo e gênero (no exemplo aqui, foi apresentado também o vídeo “Acorda, Raimundo, acorda⁵”), e pro-

5 Ver Dinâmica 02: Acordar.



vocar a discussão reflexiva depois do filme levantando questionamentos que permitam que as e os participantes possam pensar sobre o que são masculinidades, o que são feminilidades, como estas se constroem, como as diferentes identidades de gênero são encontradas no ambiente escolar, como trabalhar com preconceitos. Buscar exemplos do cotidiano na escola: que práticas de feminino e masculino são estimuladas, aprovadas, reprovadas? Quais os xingamentos mais comuns verificados entre estudantes, direcionados a quem é “diferente”? Qual o papel de educadores e educadoras diante da diversidade e seus reflexos? Acontece também entre colegas educadores/as, ou apenas entre estudantes?

Para finalizar, são retomadas as palavras escritas no início da oficina, sendo divididas em um quadro branco, para que todos e todas possam ver. Em duas colunas, apresentam-se as noções iniciais sobre ser mulher e ser homem, problematizando as hierarquias, ideias do senso comum, e as percepções que foram ou não transformadas com a oficina.

Tempo de duração: de 120 a 180 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: de educadores e educadoras, quadro técnico (ATPs, orientadores e orientadoras escolares), máximo de 35 pessoas.

Questões norteadoras: O que é Gênero? O que é sexo? Quem define o que é certo para homens e mulheres? Ser mulher é ser feminina? O que significa ser masculino, ser homem? E quem são pessoas que misturam gêneros, mudam de sexo? Como a sociedade vai moldando e definindo padrões de comportamento e atuação social para cada indivíduo? Essas questões se refletem na escola, de que forma? Como são tratados meninos e meninas em sala de aula? O que é preciso mudar para termos uma sociedade e uma escola mais plural, e capaz de conviver com as diversidades?



DINÂMICA 04: A CULTURA, AS DIFERENÇAS E O GÊNERO

Tema: Gênero, diferenças e perspectivas culturais

Objetivos: Visa problematizar a noção da construção social das diferenças como um fenômeno cultural, colocando em perspectiva o processo de naturalização dos valores sociais, entre as quais estão aquelas que constituem nossas convenções sociais de gênero. Busca provocar reflexão sobre as diferenças de gênero especialmente em sala de aula e seus contextos. Propõe questionar os modelos e padrões vigentes, e propiciar espaços para mudanças de conceitos previamente estabelecidos acerca das diferenças, partindo de uma perspectiva antropológica.

Material necessário: Cartões com frases e imagens, para serem utilizados na dinâmica “O jogo do sexo e do gênero”. Os jogos de frases e imagens devem tratar tanto de sexo quanto de gênero, separadamente. Canetas, folhas em branco para anotações em grupo das discussões, um quadro para registrar o que foi fixado com a atividade. Datashow para exibição de slides com aporte teórico sobre gênero e material teórico sobre o tema para mostrar em slides.

Metodologia: Apresentação da equipe, do tema e da dinâmica a ser realizada. Organizar a turma em duplas ou trios, de acordo com o número de participantes, e distribuir cartões com frases e imagens que remetam a situações de sexo e gênero, separadamente. Pode-se utilizar, como no exemplo desta oficina aqui descrita (ver materiais ao final da dinâmica), frases conhecidas popularmente, como “*homem não chora*”, “*mulher que usa roupa curta pede para ser estuprada*”, “*a voz dos meninos muda na adolescência*”, entre outras, assim como imagens que possam “confundir” as noções estabelecidas de sexo, gênero, identidades (um homem transexual grávido, uma mulher travesti). Os grupos terão o tempo de até 35 minutos para estudar sua imagem ou frase, elaborar um debate, e registrar suas impressões e discussões em folhas



que também serão distribuídas. Cada ideia, noção, conceito, resultado da discussão, deverá ser argumentado e explicado, estimulando assim que todos e todas fujam das respostas mais simples como “concordo” ou “discordo”.

Depois de realizada esta atividade, deve-se promover um grande círculo com a participação de todos e todas, visando dialogar e refletir sobre as discussões e frases recebidas. Cada pequeno grupo deverá apresentar sua frase ou imagem, sinalizando se ela se refere às diferenças de sexo ou gênero, e a seguir apresentar suas discussões e argumentações. Este momento deve ser acompanhado de aporte teórico sobre as noções de gênero, a construção da categoria, as mudanças sociais desde as discussões sobre mulher até o surgimento da concepção de gênero, as diferenças biológicas e físicas e as diferenças culturais e sociais que separam mulheres e homens, em todas as relações. Sobretudo deve-se enfatizar o caráter relacional do gênero, e suas implicações em todas as situações e contextos sociais nos quais os sujeitos se movem. Também deve-se chamar a atenção para a importância da escola e da comunidade escolar para a diminuição das violências de gênero, das discriminações e das segregações baseadas em preconceitos.

Tempo de duração: 90 a 120 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: dos três anos do ensino médio, e também para estudantes de graduação da área de Ciências Humanas que tenham alguma familiaridade com a temática do gênero e das sexualidades.

Questões norteadoras: O que vem à cabeça quando pensamos em gênero? O que é gênero? O que é sexo? O que de fato diferencia homens e mulheres? Há algo que diferencia? Além de homens e mulheres, que outras categorias de sujeitos podemos encontrar socialmente, a partir das diferentes identidades de gênero? O que são identidades?

Como as relações sociais mudaram ao longo da história? Como a escola trata alunos e alunas? O que fortalece as discriminações, e o que pode ser ferramenta teórica e prática para diminuí-las? Meninos e meninas pensam igual sobre sexualidades e seus corpos? Existe um jeito certo de estar em sala de aula para meninos e meninas? E para as pessoas trans? A sexualidade é construída socialmente ou é natural? A natureza e a cultura são diferentes em quais pontos? Como se podem ampliar os diálogos sobre a temática de gênero, diversidade e sexualidades na escola?

Materiais para a oficina: Figuras e frases para facilitar a discussão. Exercício proposto: analisar as figuras e imagens sugeridas para que participantes digam se estão falando de sexo ou de gênero argumentando suas respostas. Abaixo algumas sugestões:

1) Imagens:



2) Frases de senso comum e de músicas:

"A mulher é o sexo frágil".

"A maioria dos professores do ensino fundamental é mulher".

"A voz dos meninos muda na puberdade, a das mulheres não".

"O destino de toda a mulher é ser mãe".

“É da natureza do homem pular a cerca”.

“As meninas são delicadas e os meninos são rudes”.

“Mulher é bicho esquisito, todo o mês sangra.” (Rita Lee, *É cor-de-rosa* choque)

“Não se nasce mulher, torna-se mulher”. (Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*)

3) Narrativas sobre gênero:

- a) *O sujeito foi a um psicólogo porque a mulher batia nele e toda a vizinhança o via como um frouxo. **Mas é muito simples para você resolver isso** – aconselhou-o o psicólogo – **Toda vez que você estiver apanhando, basta ficar gritando: “Tome! Tome!”**, que todos os vizinhos vão associar o barulho dos socos e tapas com a sua voz e vão achar que é você que está batendo. O cara gostou da ideia e na primeira oportunidade resolveu colocá-la em prática. Chegou em casa tarde e assim que a mulher lhe deu a primeira pancada ele berrou: **Tome! Tome, sua sem vergonha!** Ao ouvir isso, a mulher começou a bater cada vez mais e o cara gritava cada vez mais alto. Até que uma hora ela se encheu e jogou-o pela janela, do 18º andar. Antes de chegar ao chão, ele ainda gritou: **“E agora eu me vou embora e você nunca mais me procure!** (Fonte: www.humornanet.com)*
- b) Em um estudo sobre 224 culturas, havia cinco em que os homens eram os responsáveis exclusivos pela cozinha e 36 onde as mulheres eram as únicas responsáveis pela construção das casas. (Fonte: *The OXFAM Gender Training Manual*)



DINÂMICA 05: DEFININDO CONCEITOS

Tema: Sexo, Gênero, Homossexualidade e Transexualidade.

Objetivos: Visa problematizar as construções sociais de padrões acerca do que é ser homem, ser mulher, e, ao mesmo tempo, distinguir conceitos introduzindo uma reflexão sobre a existência de uma variedade de expressões da sexualidade humana. Esta dinâmica, que consiste na realização grupal de um cartaz, pode ser aplicada a uma grande variedade de tópicos em função dos interesses, idade, nível de formação etc. da turma (ex. violência de gênero, violência homófoba, bullying, sexismo...).

Material necessário: Papel Kraft ou cartolina, canetas coloridas, revistas, tesouras.

Metodologia: Depois da apresentação da equipe e dos e das estudantes, dividir a turma em grupos de no máximo seis pessoas. Nesse momento também cada grupo é convidado a escolher um ou uma porta voz para a posterior apresentação da atividade. Cada grupo recebe um cartaz vazio (de papel Kraft ou cartolina), canetas, revistas, tesouras. Pede-se às e aos participantes que escrevam, desenhem, realizem uma colagem etc. para transmitir o que sabem, o que pensam, o que conhecem sobre os tópicos escolhidos pelos oficineiros e pelas oficineiras. É importante que um oficineira ou uma oficineira acompanhe o debate em cada grupo, para poder estimular a co-construção dos conceitos. Os grupos dispõem de aproximadamente 35 minutos para ir construindo as definições dos conceitos e para preencher os cartazes.

Após a finalização dessa primeira parte todos os grupos vão compartilhando no grande grupo suas definições. A dinamizadora ou o dinamizador vai estimulando o debate, questionando as ideias dos e das participantes e anotando no quadro as definições tratando de incorporar as contribuições de todos os grupos, de maneira tal que a dinâmica termine com uma série de definições compartilhadas por



todos e todas participantes. Ao final pode ser deixado um pequeno espaço para permitir que emergjam questões relevantes para a turma e para resolver eventuais dúvidas. Caso a equipe siga trabalhando com a mesma turma em outras oficinas, pode ser útil anotar as definições finais em um cartaz ao invés de fazê-lo no quadro, já que poderá ser exposto na sessão de trabalho seguinte.

Tempo de duração: 90 minutos, considerando: aproximadamente 10 minutos para apresentação da turma e da dinâmica, 35 minutos para discussão nos grupos, 35 minutos para apresentação de cada grupo ao coletivo, 10 minutos para avaliação final da dinâmica.

Aplicável para turmas: a partir do 7º ano do ensino fundamental, máximo de 30 estudantes. Por ser uma dinâmica que trata de temas básicos, aconselha-se a realizá-la no princípio da intervenção para firmar as bases de futuras reflexões. Os conceitos a trabalhar e a complexidade das reflexões estimuladas, podem ser moduladas em função das características da turma com a qual se está trabalhando.

Questões norteadoras: O que é Gênero? O que é sexo? Quem define o que é certo para homens e mulheres? Ser mulher é ser feminina? O que significa ser masculino, ser homem? E quem são as pessoas que misturam gêneros, mudam de sexo? Tem diferença entre transexuais e travestis? Como a sociedade molda e define padrões de comportamento e atuação social para cada indivíduo? Essas questões se refletem na escola, se sim, de que forma? Como são tratados meninos e meninas em sala de aula? O que é preciso mudar para termos uma sociedade e uma escola mais plural, e capaz de conviver com as diversidades? Outras questões norteadoras podem surgir em função do tema escolhido pelos/pelas dinamizadoras.



DINÂMICA 06: DESCONSTRUINDO AS “REGRAS DO JOGO”

Tema: Regras sociais que mantêm as desigualdade de gênero

Objetivos: A dinâmica objetiva visibilizar as regras da sociedade patriarcal e como essas regras favorecem aos homens em detrimento das mulheres (maiores facilidades de avanço profissional, maior tempo livre para dedicar às atividades de lazer, descanso, maior liberdade...). Pode acontecer que os garotos expressem sentimentos de culpabilidade por ganhar o jogo, por isso é importante prestar atenção para que a dinâmica não se converta simplesmente em uma acusação aos garotos enquanto homens, mas sim que é preciso demarcar que esses privilégios têm como contrapartida exigências bem grandes a eles (ser os provedores principais da família, não mostrar debilidade, não mostrar os sentimentos...). Essa dinâmica pode ser utilizada como introdução para falar das “regras do jogo” que produzem desigualdades de gênero e das consequências que produzem. Um exemplo possível é a exibição de vídeo sobre violência de gênero (ex: Reportagem do programa Fantástico, da rede Globo, sobre violência contra a mulher⁶).

Material necessário: Fita adesiva para marcar o quadrado no chão uma linha de partida e uma de chegada, lista de frases para avanços e retrocessos.

Metodologia: Marca-se o chão com fita adesiva uma linha de saída e uma linha de chegada. Atente-se também para que o espaço entre ambas seja o maior possível para possibilitar o avanço e o retrocesso em função do número de participantes.

Toda a turma começa atrás da linha de saída, e os e as estudantes irão avançando ou retrocedendo em relação às linhas, a partir da identificação ou não com as frases que estiverem sendo ditas pelo dinamizador

6 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=rxm3tufdXvQ>. Acesso em 26/05/2020.



ou pela dinamizadora. Por exemplo: *“Avança dois passos quem nunca chora em público”*, quem se identificar dá dois passos à frente. Ganha quem chega antes na linha de chegada. O/a dinamizador/a tem que ir controlando as pautas que vai lendo (podem variar os números de passos se se tem a percepção que a dinâmica vai muito devagar ou muito rápida, podem se inserir pautas de retrocessos...) mas o objetivo é que os garotos ganhem, chegando à linha final, e as garotas fiquem na “periferia”, atrás.

Em seguida, alguns exemplos de pautas de avanço e retrocesso, mas outras podem ser inventadas para se adequar à idade e às experiências/interesses da turma.

Pautas de avanço dos meninos:

Avancem só aqueles ou aquelas que:

1. Pode ir sozinho/à balada.
2. Não arruma a cama ao acordar.
3. Não lava sua roupa.
4. Não passa sua roupa.
5. Não cozinha.
6. Tem ciúmes do seu parceiro ou parceira.
7. Nunca chora em público.
8. Não passa perfume com frequência.
9. Não se maquia.
10. Dá cantadas.
11. Sente-se confortável falando palavrão.
12. Conversa sobre novos modelos de carros.
13. Suja-se ao brincar na rua.
14. Não retira a louça suja da mesa após as refeições.
15. Brinca até tarde na rua.
16. Sai com os amigos sem hora para voltar.
17. Já viu filme pornográfico na internet.

Pautas de retrocesso para meninos:

Retrocedam só aqueles e aquelas:

1. Ajuda todo dia nas tarefas da casa.
2. Não reconhece quando erra.
3. Não assiste novela.
4. Nunca recebeu uma boneca como presente.
5. Sente vergonha de abraçar os amigos e as amigas.
6. Nunca conversa com a mãe sobre as pessoas de quem gosta.
7. Nunca abraça o pai dizendo que o ama.
8. Controla as relações amorosas da irmã.
9. Controla o horário de saída e chegada do irmão mais novo e da irmã.

Pautas de retrocesso para meninas

Retrocedam só aqueles ou aquelas que:

1. Nunca ganhou um carrinho de presente.
2. Nunca ganhou uma bola de futebol de presente.
3. Já escreveu em um diário secreto.
4. Na noite, tem que voltar para casa mais cedo que seus irmãos.
5. Já recebeu cantadas na rua.
6. Costuma ficar responsável pelo cuidado de crianças.
7. Costuma conversar sobre assuntos pessoais com amigos/as.
8. Costuma comentar com amigos/as o que fez no final de semana.
9. Conversa sobre roupas ou moda.
10. Conversa sobre novos modelos de carros.
11. Não ajuda em tarefas que exigem muita força física.
12. Não ajuda os pais nos reparos da casa.

Quando já houver uma distância importante entre meninos e meninas, ou quando os meninos já tiverem chegado à linha de chegada, pede-se para que sentem no chão respeitando as posições que alcançaram, e perguntamos: “*Quem avançou mais?*”, e depois, “*É justo que os meninos tenham avançado mais?*” a ideia é que eles e elas se deem conta de que os meninos avançaram mais por causa das regras mes-

ma do jogo e que as meninas em nenhum momento tiveram chances reais de ganhar. Então a reflexão a estimular é sobre o feito que em geral na sociedade há regras estruturais que fazem que os homens cheguem ao objetivo (o centro do quadrado) e as mulheres fiquem na periferia.

Tempo de duração: Aproximadamente 40 minutos entre jogo e debate (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: a partir do 7º ano do ensino fundamental, máximo de 30 estudantes.

Questões norteadoras: Homens e mulheres têm as mesmas possibilidades de progresso na vida? Quais são as regras do jogo que regem a nossa sociedade? Podemos achar exemplos dessas regras na nossa vida cotidiana? Quais? Podemos achar exemplos dessas regras na nossa escola? Quais? O que é preciso mudar para termos uma sociedade e uma escola mais plural e justa?



DINÂMICA 07: OUVINDO COM OUTROS OUVIDOS

Tema: Sexismo e violências no universo cultural

Objetivos: Essa dinâmica está pensada para ser realizada após um trabalho mais teórico sobre temas como o sexismo ou a violência de gênero. Visa aplicar as categorias teóricas introduzidas previamente à escuta crítica da música popular. Pode ajudar a treinar uma atitude crítica com os conteúdos culturais que garotos e garotas consomem diariamente.

Material necessário: Canções, trechos de filmes etc., selecionados por transmitir uma ideologia sexista, caixa de som, computador, data-show.

Importante: a dinâmica funciona melhor se as canções tiverem legenda em vídeo, ou se as letras forem entregues impressas à turma.

Metodologia: Divide-se a turma em grupos de no máximo seis pessoas. Propõe-se uma competição entre grupos: “Vamos escutar várias canções, cada canção será escutada duas vezes, ganha o grupo que for capaz de encontrar mais frases ou atitudes sexistas na música”.

Alguns exemplos de músicas usadas em oficinas: “Bruto rústico e sistemático” de João Carreiro e Capataz⁷; “Um tapinha não dói” do Furacão 2000⁸; “Esse cara sou eu” de Roberto Carlos⁹.

Tempo de duração: 20 minutos para cada rodada de músicas, mas pode variar em função do número de canções analisadas.

7 Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=TJGtix9bEzc>. Acesso em 26/05/2020.

8 Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=-TIwL2hDndk>. Acesso em 26/05/2020.

9 Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=hu97mL-SQDk> Acesso em 26/05/2020.



Aplicável para turmas: a partir do 7º ano do ensino fundamental, máximo de 30 estudantes.

Questões norteadoras: O que é o sexismo? É um conceito abstrato ou podemos encontrá-lo nos conteúdos culturais que consumimos todos os dias? Como se transmite o sexismo na cultura popular? O que diferencia uma escuta passiva de uma escuta crítica? O que é preciso mudar para termos uma sociedade e uma escola mais plural e consciente?



DINÂMICA 08: O VERDADEIRO HOMEM, A VERDADEIRA MULHER...

Tema: Preconceitos sexistas

Objetivos: Essa dinâmica tem como objetivo o de deixar emergir preconceitos sexistas sobre homens e mulheres por meio de um jogo rápido de associações livres. É uma atividade rápida e introdutória, que pode servir para nos darmos conta dos nossos preconceitos, assim como de ideias inovadoras sobre gênero, expressadas pelos e pelas participantes, para uma posterior reflexão e debate.

Material necessário: Uma bola pequena de plástico, papel ou qualquer outro material, para cada grupo.

Metodologia: Divide-se a turma em dois grupos de no máximo 15 pessoas, e se pede a cada grupo que forme um círculo. Para isso é necessário antes deslocar as cadeiras e mesas para um lado da sala, de forma a torná-la mais espaçosa. O/a dinamizador/a de cada círculo fala seu nome e idade e lança a bola à outra pessoa que terá também de dizer nome e idade. Uma vez que todos e todas tenham falado seus nomes, o dinamizador ou a dinamizadora fala uma palavra qualquer (amarelo, casa, mar...) e lança a bola à outra pessoa que terá com a maior rapidez possível dizer outra palavra que tenha alguma associação com a palavra falada pela pessoa que lançou a bola. Seguem assim até que o grupo vai se ambientando à dinâmica, depois o dinamizador ou a dinamizadora vai lançar palavras ligadas a conceitos (felicidade, amizade, solidariedade, preconceito etc.) a dinâmica segue do mesmo jeito. É importante suscitar a fala de todos e todas. Depois de algumas rodadas o dinamizador ou a dinamizadora vai dizer: *"O verdadeiro homem é aquele que..."* e lança a bola. Depois de um giro de palavras o dinamizador ou a dinamizadora vai dizer *"A verdadeira mulher é aquela que..."*. Segue-se com *"Menos homem é aquele que..."* e *"Menos mulher é aquela que..."* É importante nessa última fase de



dinâmica prestar atenção às associações de ideias produzidas pelos e pelas estudantes. Por isso duas pessoas de cada equipe – até a finalização da dinâmica – deverão anotar quantas associações “interessantes”, em termos de representações de gênero, foram expressas para posterior devolução e reflexão em conjunto ao final da oficina.

Tempo de duração: Aproximadamente 15 minutos a rodada, seguida de 30 minutos para discussão dos preconceitos e representações de gênero.

Aplicável para turmas: a partir do 8º ano do ensino fundamental, máximo de 30 estudantes. Funciona melhor com turma de estudantes mais velhos.

Questões norteadoras: Quais são as características que associamos a homens e mulheres? Essas ideias têm consequências nas nossas vidas cotidianas? Quais? Os preconceitos sobre como homens e mulheres têm que se comportar podem ter alguma consequência em termos de discriminação de pessoas homossexuais e bissexuais? Quais? Por quê? Essas regras tão rígidas sobre masculinidade e feminilidade podem representar um obstáculo para a livre expressão das diferentes possibilidades humanas? Como a sociedade vai moldando e definindo padrões de comportamento e atuação social para cada indivíduo?



DINÂMICA 09: SEXO E GÊNERO EM FAMÍLIA

Tema: Sexo e Gênero na família

Objetivos: Refletir sobre as diferenças de sexo e gênero nos contextos familiares das pessoas envolvidas na dinâmica, através de discussões coletivas que podem partir da identificação de conceitos culturais sobre sexualidade, gênero, comportamentos, aprendidos em casa, nas famílias ou contextos familiares de origem. Deve-se permitir que os grupos conversem livremente, tendo como orientação fundamental o resgate de memórias sobre como foram seus processos educacionais, o que era aceito em casa ou não, quais assuntos eram tabus e quais não, sempre na temática de gênero e sexualidade.

Material necessário: Cartões com as palavras SEXO e GÊNERO, para distribuição nos grupos.

Metodologia: Apresenta-se o tema e a dinâmica, e divide-se a turma em grupos menores, de acordo com o número de participantes. Esta divisão, porém, diferencia-se de outras, ao propor que os grupos se organizem em torno de uma noção de “origem” familiar. Quem ministra a oficina deve perguntar aos participantes, por exemplo, se sabem quais grupos étnicos compõem suas origens. Mesmo que nem todos saibam, é fácil garantir uma identificação com alguma origem, bem como identificar lugares, países ou continentes pelas falas das e dos estudantes que seguidamente remetem à grupos étnicos e origens geográficas para sua definição identitária: *“Meus ancestrais foram trazidos da África”, “Minha avó indígena foi capturada a laço e se casou com meu avô”, “Meus pais são nordestinos”, “Minha mãe fala que tem muita mistura em nossa família: sangue índio, negro, branco”, “Eu venho de uma região de imigrantes italianos”, “Meus bisavós vieram da Alemanha”, “Minha avó veio do Japão”, “Eu sou de uma família judia que fugiu do nazismo”, etc.*



Se possível, os grupos devem se arranjar a partir disso, ou outras possibilidades, como ter nascido na cidade ou fora dela, no estado ou fora dele. Uma vez formados os grupos, distribui-se os cartões com as palavras de orientação (idealmente, deve-se ter grupos em número par, ou seja, ou quatro, ou seis, ou dois grandes grupos), e pede-se que todos e todas discutam sobre cada um dos temas, iniciando com uma conversa livre conforme já orientado, e depois, elaborando reflexões que contemplem o seguinte:

Grupo SEXO – Como o assunto é tratado em casa? Pode falar sobre sexo com os pais, ou outros membros da família? Recebeu ou recebe orientações sobre sexo e sexualidade em casa? Algum assunto é proibido? Sabe de que forma o assunto era tratado quando o pai, a mãe, tios e tias eram adolescentes? Pode namorar em casa? E ter relações sexuais?

Grupo GÊNERO – Como as diferenças de gênero são tratadas em família ou contextos familiares? Irmãos e irmãs são tratados igualmente? Que orientações foram dadas aos meninos e meninas da família? Quais as histórias e memórias de família sobre o papel e as atividades de homens e mulheres, desde os tempos de avós e avôs, até o momento? Há permissões e interdições que separam homens e mulheres da família?

Depois de discutirem as questões a partir dos conceitos, cada grupo deverá escolher um modo para apresentar o que foi discutido, podendo ser através de dramatização, leitura de um pequeno texto elaborado em grupo, mímica, que contemple suas questões e permita a participação dos outros grupos com observações e comentários ao final. Deve-se estar atento para as diferenças percebidas pelos grupos a partir de suas origens étnicas e territoriais: as orientações sobre sexo e gênero são iguais para os descendentes africanos, indígenas, imigrantes europeus ou asiáticos? Quem cresceu em cidades pequenas ou na zona rural tem as mesmas orientações familiares que as pessoas que nasceram na capital? Qual a diferença entre

famílias com arranjos diversos (só mães, só pais, pai e mãe, avós no lugar de mães, tios e tias que moram na mesma casa, padrastos e madrastas etc.)?

Tempo de duração: 90 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: a partir do sexto ano do ensino fundamental, e todas as séries do ensino médio, com máximo de 40 participantes.

Questões norteadoras: O que vem à cabeça quando pensamos em gênero? O que é gênero? O que é sexo? O que de fato diferencia homens e mulheres? Há mesmo algo que os diferencia? Como os diferentes contextos familiares, seus arranjos e suas origens afetam noções sobre sexo e gênero? Houve mudança na abordagem dos temas de sexo e gênero entre as gerações? O que mudou? Como aprendemos socialmente a sermos homens e mulheres? Como os contextos familiares moldam as identidades de gênero, as concepções sobre sexo e sexualidade, de meninos e meninas?



DINÂMICA 10: CORPOS E GOSTOS

Tema: Imagens e representações corporais

Objetivos: Esta dinâmica visa sensibilizar e aproximar os/as participantes, através de expressões de gostos, ideias, crenças, e outro que busca discutir as imagens e representações corporais que se tem de si e dos outros. Voltada para oficinas de gênero e sexualidades, em variadas faixas etárias, sendo mais indicadas, porém para as últimas séries do ensino fundamental, por seu caráter lúdico e de aproximação com as temáticas do corpo, da sexualidade e da diversidade na escola.

Material necessário: Caixa de objetos (podem ser brinquedos, colares, pulseiras, carrinhos de brinquedo, bonecas, símbolos religiosos, maquiagens, instrumentos musicais, livros, revistas, jogos, apitos, fotografias, maços de cigarro, frutas, garrafas). Papel *kraft*, tesoura, canetas coloridas.

Metodologia: A dinâmica é composta de dois momentos e deve ser apresentada como um jogo de descobertas, sobre corpos e gostos. No primeiro momento a turma é convidada a sentar em círculo, que pode ser organizado em cadeiras ou mesmo no chão, se houver essa possibilidade. Ninguém se apresenta, nem mesmo quem ministra a oficina, antes da caixa de objetos circular. Quando a dinâmica começar, a primeira pessoa que tem a caixa na mão deve escolher um objeto dentro, com o qual tenha afinidade, ou que possa representar algo de que ela goste. Com este objeto, então, a pessoa deverá falar de si, suas escolhas na vida, suas preferências, hobbies, interesses, ou desinteresses também, se for o caso. Cada participante tem cinco minutos para escolher um objeto e se apresentar a partir dele.

Quando todos/as tiverem escolhido seus objetos e se apresentado, deve-se permitir um tempo de até 15 minutos para comentários gerais sobre as impressões iniciais da turma, mesmo que sejam colegas

e se conheçam antes dali. O que sabemos sobre as pessoas que nos cercam? No que os gostos são diferentes? Como entendemos as diferenças entre as pessoas? O que as escolhas dizem sobre cada um e cada uma?

Na segunda parte da atividade, partindo das discussões sobre gostos e escolhas, divide-se a turma em duplas. Cada dupla receberá canetas coloridas, e um pedaço de papel kraft, que deverá ser suficiente para atingir a altura de cada membro da dupla. Se possível, as duplas deverão ser mistas em gênero. Com o papel e as canetas, as duplas são orientadas a escolher um modelo e um desenhista entre si. Para esta atividade, o espaço físico é muito importante. Quem for escolhido modelo, deverá deitar sobre o papel *kraft*, enquanto o/a desenhista, com a caneta, percorre o contorno do corpo do colega ou da colega, fixando assim uma figura humana no papel.

Uma vez tendo sido feito o desenho, as duplas deverão então montar aquela figura. É uma mulher? É um homem? Como se veste? Usa acessórios? Como é o cabelo? A representação não precisa ser exatamente da pessoa que foi desenhada, o importante é destacar as noções sobre os corpos de homens e mulheres, perceber se a continuidade do desenho contempla diferenças anatômicas, se a figura está nua ou vestida, se tem uma identidade de gênero compatível como o sexo biológico ou é diferente.

Quando todos os desenhos estiverem prontos, deve-se pedir que sejam apresentados, permitindo que os dois ou duas integrantes falem sobre a experiência dos dois lugares, de quem foi modelo e de quem desenhou, como se sentiram, o que pensaram, como montaram suas figuras posteriormente, e o que a atividade provocou de reflexões sobre si mesmos ou mesmas, sobre a relação que estabelecem com seus corpos, como veem a sexualidade, como percebem os corpos dos outros, o que as roupas significam, o que os gostos inicialmente descritos informam aos corpos. Assim como na primeira parte da dinâmica, se os e as ministrantes da oficina estiverem à vontade, também poderão desenhar e ser desenhados, participando de forma mais ativa junto com a turma.

Tempo de duração: 90 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: a partir do sexto ano do ensino fundamental, até o nono ano. Máximo de 30 participantes.

Questões norteadoras: Todas as que emergirem das próprias discussões, desde a temática dos gostos, estilos de vida, diferenças, até as questões que remetam ao corpo, sexo, gênero, diversidade, experiências e descobertas.



DINÂMICA 11: A COLUNA

Tema: Representações e estereótipos de gênero e orientação sexual

Objetivos: Esta dinâmica tem como objetivo promover o debate sobre diversos aspectos da vida cotidiana, ideias comumente aceitas sobre masculinidades e feminilidades, assim como sobre as sexualidades não heteronormativas. Por tratar de vários temas relativos à construção dos gêneros e das sexualidades, pode ser útil para realizar uma primeira aproximação ao ideário da turma. Voltada para oficinas de gênero e sexualidades, em variadas faixas etárias, é mais indicada, porém para as últimas séries do ensino fundamental, e para as do ensino médio pela necessidade de argumentar as próprias ideias para convencer os e as colegas.

Materiais: Frases para estimular o debate.

Metodologia: Propõe-se à turma que forme uma coluna no centro da sala de aula. Explica-se para eles e elas que serão lidas algumas frases e que vão ter que expressar se estão de acordo ou não com a mesma e se consideram a frase verdadeira ou falsa. Após a leitura de cada frase, quem pensa que é verdadeira irá formar outra coluna à esquerda e quem pensa que é falsa irá formar outra coluna à direita, quem não tem uma opinião definida vai ficar na coluna do meio.

Posteriormente, aqueles e aquelas que tenham mudado de coluna devem tratar de argumentar porque acham que a frase é falsa ou verdadeira e devem tratar de convencer os indecisos e as indecisas para que mudem de coluna. Nesse momento de debate, os dinamizadores e as dinamizadoras da oficina irão provocando e estimulando o debate, problematizando as várias posições.

Algumas frases sugeridas:

1. *"Uma travesti tem sempre que ser tratada pelo seu nome de registro".*
2. *"Uma mulher de respeito não usa mini-saia".*
3. *"Menina que se valoriza não fica com várias pessoas".*
4. *"Uma mulher de verdade deve estar sempre arrumada, maquiada e depilada".*



5. *“Mulher que apanha e não denuncia é porque gosta de apanhar”.*
6. *“Toda mulher que joga futebol é sapatão”.*
7. *“Homem que é homem não chora”.*
8. *“Pessoas com deficiência não fazem sexo”.*
9. *“Tem pessoas que podem querer não fazer sexo nunca”.*
10. *“Os gays querem ser mulheres”.*
11. *“As pessoas se masturbam quando não têm ninguém com quem manter relações sexuais”.*
12. *“Homens são violentos por natureza”.*
13. *“Em um relacionamento estável não é preciso utilizar camisinha, pois não tem riscos de contágio de DST ou AIDS”.*
14. *“O abuso sexual sempre acontece em locais obscuros e perigosos, sendo o agressor um desconhecido”.*
15. *“Uma mulher com menstruação não pode ter relações sexuais”.*
16. *“As pessoas têm direito de escolher se querem ou não ter filhos, quantos, quando e com quem”.*
17. *“As crianças também têm sexualidade”.*

É importante que a equipe consiga regular e estimular o debate, visibilizando contradições no discurso dos e das estudantes. Não é preciso problematizar todas as frases, apenas é necessário prestar atenção na escolha a fim de manter a fluidez da dinâmica e se for o caso, incorporar novas frases a partir do que está sendo dito na oficina.

Tempo de duração: 35-40 minutos em função da participação da turma.

Aplicável para turmas: a partir do oitavo ano do ensino fundamental, até o terceiro de ensino médio. Máximo de 30 participantes.

Questões norteadoras: Essa dinâmica enfrenta temas relativos à construção do gênero e da sexualidade. O sexo determina o caráter e as atitudes das pessoas? Quem decide o que é mais adequado para um sexo e para o outro? O que sabemos sobre sexualidades não heteronormativas? O dinamizador ou dinamizadora tem que prestar atenção aos temas que suscitarem o maior debate na turma para se deter neles.



DINÂMICA 12: DESCONSTRUINDO A MASCULINIDADE

Tema: Masculinidades

Objetivos: Esta dinâmica tem como objetivo refletir sobre a construção de gênero com uma especial ênfase sobre masculinidades.

O objetivo é desconstruir especificamente a ideia de masculinidade hegemônica. A mensagem central é a necessidade de uma aliança entre homens e mulheres para construir um modo de vida mais justo e libertador para ambos. Aconselha-se implementar essa dinâmica após outra que trate mais especificamente da feminilidade. É fundamental na condução das dinâmicas sobre construção de gênero com adolescentes evitar que o debate se converta em uma briga entre garotos e garotas, pondo claramente que a construção hegemônica do gênero é opressiva para ambos os sexos.

Materiais: Computador, caixa de som, datashow, vídeo baixado de internet com a fala de Tony Porter, ativista norte-americano contra o fim da violência contra as mulheres, na série TED TALKS, intitulado “Apelo aos homens¹⁰”, cópias do texto de Boutros Boutros-Ghali, Secretário Geral da ONU de 1991 a 1996, intitulado “Para cada mulher forte, cansada de aparentar debilidade...” (uma para cada estudante), papel *kraft*, canetas de cores.

Metodologia: Introduzimos rapidamente para a turma o vídeo apresentando inicialmente quem é Tony Porter, um dos fundadores da organização não governamental norte-americana “A Call to Men¹¹”, que convoca os homens a uma mudança cultural para redefinir o conceito de masculinidade, e em seguida apresentamos o vídeo “Apelo aos ho-

10 Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=fbBeXQBVQ5s&list=PL0096D19D2DF2746D>. Acesso em 26/05/2020.

11 Para saber mais sobre, veja em <https://www.acalltomen.org/about-us-bios/2016/3/8/tony-porter>. Acesso em 26/05/2020.

mens” de 11 minutos. O material de apoio encontra-se no final desta oficina.

No vídeo o apresentador usa a metáfora da “caixa da masculinidade”: traduzimos o texto da caixa da masculinidade e a expomos no quadro, perguntando se querem acrescentar alguma coisa. A partir da caixa da masculinidade se constrói a caixa da feminilidade, mostrando a complementaridade das construções. Após estimular o debate sobre o que acharam do vídeo e das “caixas da masculinidade e da feminilidade” se distribui a cada um o texto do Secretário da ONU, “*Para cada mulher forte, cansada de aparentar debilidade...*”. Pedimos a cada estudante ler em voz alta uma frase, (se não houver voluntários e voluntárias, a equipe lê o texto em voz alta). Após a leitura distribuimos papel em branco a cada um e a cada uma e damos cinco minutos para que os e as estudantes respondam individual e anonimamente à pergunta: “*O que me oprime (o que gostaria tirar) dentro desse ideário de ser homem*” ou “*O que me oprime dentro desse ideário de ser mulher*”.

As folhas anônimas com as respostas são recolhidas e as respostas transcritas (para manter o anonimato da resposta) num cartaz a ser pendurado na sala de aula.

Texto de Boutros Boutros-Ghali, Secretário Geral da ONU de 1991 a 1996, para estimular o debate sobre a construção de gênero como fonte de opressão para ambos os sexos:

Para cada mulher forte, cansada de aparentar debilidade, há um homem débil e cansado de parecer forte. Para cada mulher cansada de ter que agir como uma tonta há um homem agoniado por ter que aparentar saber tudo. Para cada mulher cansada de ser qualificada como um “ser emotivo”, há um homem a quem se tem negado o direito de chorar e ser “delicado”. Para cada mulher catalogada como pouco feminina quando compete, há um homem obrigado a competir para que não se duvide de sua masculinidade. Para cada mulher cansada de ser um objeto sexual, há um homem preocupado com sua potência sexual. Para cada mulher sem acesso a um emprego ou a um salário satisfatório, há um homem que deve assumir o sustento de outro ser humano. Para cada mulher que

desconhece os mecanismos do automóvel, há um homem que não aprendeu os segredos da arte de cozinhar. Para cada mulher que dá um passo em direção à sua liberação, há um homem que redescobre o caminho da liberdade. A Humanidade possui duas asas: uma é a mulher, a outra é o homem. Enquanto as asas não estiverem igualmente desenvolvidas, a humanidade não poderá voar!

Tempo de duração: 35-40 minutos em função da participação da turma. (A duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: a partir do oitavo ano do ensino fundamental, preferencialmente para estudantes de ensino médio. Máximo de 30 participantes.

Questões norteadoras: Essa dinâmica enfrenta as características atribuídas aos gêneros como construções históricas e culturais e, por isso, mutáveis. Focaliza-se a atenção sobre a construção da masculinidade e a discussão se amplia à feminilidade. Os e as estudantes são convidados e convidadas a refletir sobre que aspectos dessa construção resultam opressivos em sua experiência cotidiana ao mesmo tempo em que vão pensando em formas alternativas de serem homens e mulheres.



MÓDULO 3 – VIOLÊNCIAS DE GÊNERO E OUTRAS FORMAS DE VIOLÊNCIA

[VOLTA AO SUMÁRIO]



Uma das expressões mais cruéis da violação dos Direitos Humanos pode ser identificada na violência letal. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2019), o número de mortes violentas no Brasil em 2018 foi de 27,5 por 100 mil habitantes. No que diz respeito à violência contra as mulheres, foram registrados 1.206 feminicídios, o que representou um aumento de 4% em relação ao ano anterior.

Interessa destacar o perfil das vítimas: o maior índice de mortalidade está entre mulheres negras (61%), com baixa escolaridade (70,7% com ensino fundamental), na faixa etária entre 30 e 39 anos (29,8%). Em 88,8% dos casos, o autor foi o companheiro ou ex-companheiro. Já a violência doméstica cresceu 4,1% no Brasil em 2018; foram registrados 263.067 casos de lesão corporal dolosa, o que significa um registro a cada 2 minutos, denotando um crescimento de 0,8%. No que tange à violência sexual, contabilizaram-se 180 estupros/dia, o que significou um aumento de 4,1% em relação ao ano anterior. Como perfil da vítima, temos meninas (81,8%) de até 13 anos (53,8%) e negras (50,9%). Ou seja: 4 meninas de até 13 anos foram estupradas por hora no Brasil, em 2018.

Como resultado destas aterradoras estatísticas, tem-se inúmeros casos de gravidez precoce que coloca as meninas em risco de morte, em que há a possibilidade de abortamento legal, duplamente justificado, mas que tem sido de difícil implementação em função da ingerência de valores

morais religiosos no âmbito dos direitos. Como ilustrativo desta situação, em agosto de 2020, testemunhamos o caso da menina capixaba, grávida aos dez anos em decorrência da violência sexual a que era submetida por seu tio desde os seis anos de idade, que, para efetivar o direito à interrupção da gestação teve de se deslocar até Pernambuco, já que o procedimento lhe foi negado no Hospital Universitário de Vitória. (<https://catarinas.info/quero-voltar-logo-para-jogar-futebol-a-saga-de-uma-crianca-para-fazer-o-aborto-no-brasil/>).

No contexto da pandemia de Covid-19, em função do isolamento social, os índices de violência de gênero contra as mulheres e meninas aumentaram. Embora os números de registros de boletins de ocorrência e de solicitação de medidas protetivas tenham apresentado decréscimo, os índices de feminicídios e homicídios de mulheres cresceram, o que indica que, em função do isolamento social junto a seus agressores, as mulheres em situação de violência não conseguem buscar ajuda, culminando com suas mortes.

Embora os registros administrativos aparentemente indiquem redução da violência de gênero, os números de feminicídios e homicídios femininos apresentam crescimento, indicando que a violência doméstica e familiar está em ascensão. Em São Paulo o aumento dos feminicídios chegou a 46% na comparação de março de 2020 com março de 2019 e duplicou na primeira quinzena de abril. No Acre o crescimento foi de 67% no período e no Rio Grande do Norte o número triplicou em março de 2020. No Rio Grande do Sul não houve variação no número de feminicídios (FBSP, 2020, p.15).

No que diz respeito a crimes contra minorias sexuais, embora não existam estatísticas oficiais no país, organizações não governamentais nacionais e internacionais têm monitorado os casos. Chegou-se à conclusão de que o Brasil é o campeão mundial de crimes contra pessoas LGBT+: em 2018, 420 morreram em função da discriminação sexual.

De forma geral, tais dados denotam fortemente a relação entre a violência letal, os marcadores sociais da diferença e a produção de alteridades no nosso país e, embora impactem a todas cidadãs e todos os cidadãos, têm afetado de forma mais dramática e brutal as mulheres, as negras e as

minorias sexuais. Apesar dos esforços empreendidos pela sociedade civil organizada e pelo Estado brasileiro (segundo obrigatoriedade constitucional, Art. 226, § 8º da CF) no combate às violências contra as mulheres, meninas e meninos e minorias sexuais, as estatísticas demonstram que estas ainda são persistentes.

Ressalte-se que, no que diz respeito ao enfrentamento da violência contra mulheres e meninas, os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário preveem a adoção de medidas transformadoras por meio da educação. A Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (ONU, 1979), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará (OEA, 1994), a Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha (art. 8º), e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres preveem ações de prevenção e enfrentamento das violências em distintos espaços e formatos para a construção de uma sociedade igualitária, pacífica, democrática e que respeite a diferença.

Para realização das oficinas sobre o tema violências de gênero e outras formas de violência, também partimos de conceitos básicos, para que seja possível visualizar o que entendemos por violências de gênero e todos os processos que as motivam ou as perpetuam.

3.1 VIOLÊNCIA BASEADA NO GÊNERO: ALGUMAS NOÇÕES

De forma geral, por sua complexidade, o fenômeno da violência tem sido estudado por diferentes campos disciplinares, com distintas abordagens e perspectivas teóricas, e tratado de uma única maneira, como algo homogêneo. Aqui, adotamos a perspectiva teórica antropológica que aborda o fenômeno da violência a partir da sua singularidade (ótica que privilegia o contexto distinto em que cada caso se apresenta), sua positividade (ótica que mostra a violência como constitutiva de certas relações) e a valorização da experiência concreta (o ponto de vista dos sujeitos que vivem situação de violência). Em suma, a abordagem do fenômeno da violência enquanto contextual, estruturante de valores e relações sociais e vivenciada por indivíduos concretos.

No que diz respeito às mulheres e meninas, o enfrentamento da violência tem sido uma das principais bandeiras das lutas feministas ao redor do mundo em geral, e no Brasil, em particular. A partir da perspectiva antropológica feminista, este fenômeno tem sido estudado segundo o enfoque das relações conjugais nas quais a violência está inscrita. Essa postura possibilita a compreensão dos significados de sua existência em determinados contextos. Busca-se, portanto, entender cada situação de violência de forma contextual, por meio das mais diferentes experiências dos indivíduos dentro de determinados grupos sociais. Deste ponto de vista, uma das novas formas de se entender a violência doméstica sugere que a violência seja uma linguagem que estrutura o contrato conjugal de muitos casais. A abordagem antropológica feminista é classificada como relacional e relativiza a perspectiva dominação-vitimização, apontando que a mulher não é puramente vítima da violência no relacionamento e nem somente dominada pelo homem; há, pois, parceria nos relacionamentos conjugais em que a violência pode ser uma maneira de se comunicar entre eles, uma forma de atribuição de significados. É relevante destacar que, no Brasil, estudos sobre homo-lesbo-transfobias e violências capacitistas têm forte influência do campo de estudos antropológicos feministas das violências de gênero.

3.2 RACISMO NA ESCOLA

O racismo é uma ideologia que existe e persiste fundamentada na desumanização de uns como base na afirmação de outros. Este é um pensamento que está presente em nossas relações sociais, na economia, na linguagem e em todas as instituições que constituem o Estado-nação brasileiro.

Segundo Silvio Almeida (2019), racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial a qual pertencem. Por sua vez, a raça opera por sua construção histórica em dois

aspectos: como característica biológica, em que a identidade racial será atribuída por algum traço físico, como a cor de pele; e como característica étnico-cultural, em que a identidade será associada à origem geográfica, à religião, à língua, ou outros costumes “a uma certa forma de existir”.

De acordo com o autor, o pensamento se manifesta de forma individual na relação de um indivíduo com outro, ou na relação de um indivíduo com uma instituição, ou está de forma naturalizada presente em nossos processos de socialização, e de criação da sociedade como um todo.

Assim, por estruturar nossa sociedade, o racismo está presente também na escola, e talvez seja neste lugar que muitas crianças negras enfrentam pela primeira vez discriminações por conta de suas características físicas e/ou culturais. Além disso, para além do racismo em relação à presença negra no ambiente escolar, há o racismo relativo à construção do conhecimento. Tal conhecimento que ainda é repassado como conteúdo em algumas instituições escolares, ou por alguns profissionais da educação, como uma narrativa do herói colonizador branco frente aos demais grupos tidos total ou parcialmente como “incivilizáveis”, o que, nos termos de Sueli Carneiro (2005), é tido como “epistemicídio”.

Mas assim como o racismo é antigo, as formas de resistências negras também o são e também se atualizam no tempo. Nesse sentido, as formas de reconhecimento e valorização da população e cultura negra, bem como as denúncias dos casos de racismo e a visibilidade dessas ocorrências na mídia e nas redes sociais, permitem uma tomada de consciência de que essas ações de depreciação do outro ou outra estão longe de serem naturais.

3.3 DEFINIÇÕES LEGAIS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA AS MULHERES E MENINAS

Conforme a “Declaração Sobre A Eliminação Da Violência Contra As Mulheres”, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 48/104, de 20 de dezembro de 1993, a violência contra as mulheres é uma violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais das mulheres (ONU, 1993). Violência contra as mulheres é definida como

qualquer ato de violência baseado no gênero do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais atos, a coação ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada (ONU, 1993, art.1).

Na mesma declaração se afirma que

esse tipo de violência constitui uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres, que conduziram ao domínio e à discriminação das mulheres por parte dos homens e impediram o progresso pleno das mulheres. [...] A violência contra as mulheres constitui um dos mecanismos sociais fundamentais através dos quais as mulheres são forçadas a assumir uma posição de subordinação em relação aos homens (ONU, 1993).

Para lutar contra essa violência, em 2006, foi aprovada a Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha que visa coibir e prevenir a violência familiar e doméstica contra as mulheres no país. A Lei Maria da Penha tipifica cinco diferentes tipos de violência familiar e doméstica: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Destacamos que esse tipo de violência afeta a mulher de forma integral (social, laboral, afetiva, jurídica), supondo um grave problema de saúde para ela (OMS, 2002).

É importante lembrar que a violência, enquanto uma forma de comunicação entre o casal, costuma principiar já no começo da relação afetiva, normalmente com maus-tratos psicológicos que procedem aos maus-tratos físicos. Conforme o relacionamento continua, a violência vai se intensificando, o que tem sido chamado de “ciclo da violência” (WALKER, 1999), caracterizado por diferentes etapas: inicia com a acumulação da tensão seguido da explosão da violência e do arrependimento. Este ciclo costuma acontecer com maior rapidez e intensidade conforme a relação continua. Não são, portanto, episódios isolados no tempo, mas sim um processo longo e complexo no qual as mulheres experimentam vulnerabilidade, perda de poder e controle como consequência do exercício de poder do parceiro por meio do uso da força física, sexual, psicológica e moral. Destacamos

que seguidamente relacionamentos de adolescentes e jovens são vividos desta forma, caracterizando-se como relacionamentos abusivos.

Todas as dinâmicas apresentadas seguem o mesmo roteiro, e lembramos que podem ser adaptadas para turmas diferentes e variar em tempo de execução e objetivos, uma vez que possuem um caráter mais formador e reflexivo. Consideramos muito pertinente trabalhar esses temas com jovens para que eles e elas sejam capazes de identificar os indícios de uma relação pautada pela comunicação violenta e, a partir disto, poder transformá-la.



DINÂMICA 13: VIOLÊNCIA É O QUÊ?

Tema: Violências de Gênero e outras formas de violência.

Objetivos: Visa problematizar as práticas e processos que envolvem as violências contra as mulheres, baseadas nas diferenciações e hierarquias entre os gêneros, além de outras formas de violência, contextualizando no ambiente escolar e em situações vivenciadas em sala de aula.

Material necessário: canetas coloridas, cartolinas ou papel Kraft, computador, datashow, vídeos.

Metodologia: Após uma breve apresentação do tema e equipe, dividir a turma em grupos de até seis pessoas. Provocar uma discussão inicial pedindo que cada grupo pense sobre o que é violência, e que a represente de forma imagética, utilizando os materiais disponíveis. Pedir que os grupos escrevam ou desenhem nas cartolinas o que acham que é violência, sem determinar uma forma única de manifestação. Depois desse primeiro momento, deve-se passar à apresentação de conceitos mais específicos, direcionados ao tema da violência e suas muitas faces.

No caso utilizado aqui, a equipe elaborou uma apresentação em *powerpoint* que buscava explicar e exemplificar várias formas de violências, utilizando conceitos e ideias que articulam os exemplos com o cotidiano escolar. Também foram utilizados trechos de vídeos abordando casos de violências de gênero (especialmente sobre mulheres vítimas de violência) e outros que tratavam especificamente da questão da violência no contexto escolar, como *bullying*, perseguições ou diferenças entre meninos e meninas.

Pode-se utilizar desde recortes de matérias veiculadas em telejornais até pequenos trechos selecionados de documentários sobre o tema. Como recurso extra, também podem ser utilizados jogos de imagens que demonstrem a diversidade em suas muitas formas, para reflexão



sobre a identificação e a ausência dela, como causadora também de situações e reações violentas. Ao fim da dinâmica, deve-se retomar a discussão sobre as representações de violências elaboradas no início, comparando com as questões surgidas a partir dos vídeos e conceitos.

Tempo de duração: de 60 a 90 minutos.

Aplicável para turmas: Todos os anos do ensino médio, com máximo de 30 estudantes.

Questões norteadoras: O que é violência? Quais são os tipos mais comuns? Como se manifestam? Existem diferenças na forma como se apresentam entre os diferentes gêneros? Existe algum tipo legítimo de violência? Quais são os 5 tipos de violência da Lei Maria da Penha? O que diferencia violência física de violência psicológica? De que forma a sociedade vê os processos relacionais entre homens e mulheres que levam a práticas violentas? Como a violência aparece na escola? Por que há tantos casos de educadores agredidos e educadoras agredidas? Como lidar com a violência entre colegas? Violência patrimonial é um tipo de violência presente no ambiente escolar? Como transformar padrões violentos em outros mais justos e respeitosos para todos e todas?



DINÂMICA 14: DISCUTINDO VIOLÊNCIA NA ESCOLA

Tema: Violência no contexto escolar, especialmente manifestações de *bullying*.

Objetivos: Visa problematizar as práticas violentas, agressivas e discriminatórias na escola, as diferenciações entre meninos e meninas, e as relações conflituosas entre estudantes e educadores e educadoras. Também devem estar presentes as discussões sobre as violências de gênero de forma mais ampla, embora a ênfase aqui se dê nas violências presentes na escola.

Material necessário: Cartolina, canetas coloridas, computador, data-show, vídeos e trechos de vídeos (ex: *Bullying*¹²; ou reportagem do Jornal Nacional sobre meninas vítimas de violência no Rio e São Paulo¹³, de julho de 2009, entre outros).

Metodologia: A oficina contempla três momentos em sua aplicação. Inicialmente, depois de uma breve apresentação, deve-se propor que a turma se divida em pequenos grupos, para trabalhar com o tema, a partir da confecção de cartazes que respondam à pergunta: “*O que é violência?*”, de forma geral. Depois de elaborados os cartazes, deve-se permitir um tempo para apresentação, a fim de refinar os exemplos de violência apontados, e direcionar posteriormente para a questão pontual do *bullying* e outras práticas agressivas e/ou violentas na escola.

A seguir, apresentar em *slides* alguns conceitos e questões pertinentes sobre violências e suas diversas formas de manifestação, para incentivar o debate e aproximar com os possíveis contextos em que transitam as e os estudantes.

No terceiro momento, deve-se introduzir a questão das violências no contexto escolar, preferencialmente utilizando trechos de filmes ou

12 Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=ZFn1jUo6HR8>. Acesso em 26/05/2020.

13 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Za1wIz8I9I4>. Acesso em 26/05/2020.

documentários que tratem do assunto (lembramos que ao final do módulo estão listadas referências teóricas e também de filmes e outros materiais sugeridos para serem utilizados e/ou adaptados).

Tanto as imagens quanto as discussões deverão abordar: modos subjetivos de violências (apelidos, ofensas, práticas repetidas que causem sofrimento); situações de violências e agressividades de educadores e educadoras para com estudantes; situações em que estudantes são agentes de violências contra educadores e educadoras ou outros membros da comunidade escolar. Deve-se também apontar para a questão do respeito às diferenças de forma ampla (vestimentas, modo de falar, imagem corporal, etnia, religião, orientação sexual, desempenho escolar, lugar de residência).

No final, deve-se abrir espaço para uma grande discussão sobre quais as formas possíveis de enfrentamento das violências, tanto na escola quanto em outros ambientes, sugerindo que todos e todas são responsáveis por transformar a realidade em que vivem, a partir de novas práticas cotidianas.

Tempo de duração: de 60 a 90 minutos.

Aplicável para turmas: a partir do 7º ano do ensino fundamental, com participação de até 30 pessoas.

Questões norteadoras: O que é Violência? Como reconhecer o bullying? Quais são os tipos mais comuns de violências na escola? No pátio? Dentro da sala de aula? Em outros locais da escola? Como se manifesta entre meninos e meninas? Existe algum tipo legítimo de violência? O que diferencia violência física de violência psicológica? Por que há tantos casos de educadores e educadoras agredidos/as por estudantes? Como lidar com a violência entre colegas? Como transformar padrões violentos em outros mais justos e respeitosos para todos e todas? É possível recorrer à Lei Maria da Penha para violências na escola? Em que situações de violências pode-se chamar o Conselho Tutelar?



DINÂMICA 15: O QUE FALAM SOBRE VIOLÊNCIA

Tema: Violências de gênero e outras formas de violência.

Objetivos: O objetivo é problematizar o conceito e as práticas de violência a partir do que sai na mídia, o que dizem jornais, revistas, a televisão. Visa problematizar as práticas e processos que envolvem as violências contra as mulheres, mas também outras formas diversas de violências.

Material necessário: Recortes de jornais com notícias sobre violências. Podem ser escolhidas notícias variadas, de acordo com as turmas, idades e contextos. Deve-se pensar sempre em ter um grande número de recortes, para que seja possível escolher no momento quais são os mais adequados. Revistas que abordem o tema, trechos de telejornais que tratem da temática da violência (que pode ser dentro da questão de gênero ou outras, como tráfico de drogas, guerras, agressões familiares).

Metodologia: Depois de uma breve apresentação do tema, a turma deve ser dividida em pequenos grupos, nos quais será entregue ou uma revista com matéria selecionada, ou uma notícia recortada de jornal, que tenha como tema a violência. Cada grupo deverá ler, discutir, refletir sobre o que dizem as notícias ou matérias, tentando identificar o que é dito sobre violência, como é dito, qual o tipo de discurso presente na mídia, como são construídos os perfis de vítimas, agressores/as, como é colocado o papel da polícia, da justiça, as opiniões. Esse tempo de leitura e reflexão deverá ser o suficiente para que todos e todas possam se posicionar, e as discussões deverão ser preferencialmente acompanhadas pela equipe de oficinairas, circulando entre os grupos.

Após esse momento, os grupos devem ser desfeitos, e a turma organizada em círculo para que a discussão aconteça de forma ampliada. Cada grupo poderá indicar um ou uma representante para



apresentar sua notícia ou matéria, e também as reflexões e discussões feitas pelo grupo. A participação de toda a turma deve ser incentivada, trocando impressões entre os grupos. Pode-se concluir apresentando um trecho de uma notícia veiculada na televisão, como pequenas notas em telejornais, por exemplo, a fim de discutir também as diferentes abordagens entre mídia impressa e televisiva. Para finalizar, deve-se relacionar a divulgação e apresentação das muitas formas de violências pela mídia, e de que modo isso impacta a vida de cada sociedade e comunidade, inclusive a escola, o bairro, os grupos nos quais podem estar inseridos as e os estudantes participantes da oficina.

Tempo de duração: 90 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: a partir do 7º ano do ensino fundamental, adequando as matérias selecionadas à idade da turma. Máximo de 30 participantes.

Questões norteadoras: Quais são os tipos mais comuns de violências? Como se manifestam para as diferentes pessoas envolvidas? De que forma a sociedade vê os processos relacionais de gênero que levam a práticas violentas? Como a violência aparece na mídia? O que dizem as revistas e jornais sobre as diversas formas de manifestação da violência? O que dizem a televisão, os telejornais, as novelas, reportagens, sobre violências? Há diferenciação entre os tipos de violências exercidas sobre mulheres e homens? Como são representados os atores e atrizes envolvidos nos processos de violência: polícia, justiça, vítimas, agressores/as? Como a violência é tratada na mídia? Como se posicionar frente ao que a mídia fala sobre violência?



DINÂMICA 16: VIOLÊNCIAS DE GÊNERO E SEGURANÇA PÚBLICA

Tema: Violências de gênero e suas implicações no campo das articulações com a segurança pública.

Objetivos: Quer-se refletir sobre as políticas públicas existentes na área do enfrentamento às violências, mas também sobre os processos relativos ao reconhecimento das práticas violentas como questões públicas, não mais restritas ao ambiente doméstico apenas, ou nas quais ninguém poderia interferir. Pretende-se também abordar as diferenciações e hierarquias entre os gêneros, além de outras formas de violência, contextualizando com o ambiente escolar e as realidades vivenciadas em sala de aula, e de que forma educadores e educadoras podem abordar essas questões com suas turmas.

Material necessário: Papel *Kraft*, canetões coloridos, cartolina, tesouras, faixas de tecido ou TNT, cola em bastão.

Metodologia: Propor que se comece fazendo um exercício coletivo para refletir sobre confiança, segredos, denúncias, proteção etc. Para isso, pede-se que a turma inteira sugira temas que relacionem as questões das violências com as intervenções possíveis, tanto de sujeitos quanto das forças da segurança pública. Podem ser temas gerais, como Direitos Humanos, Segurança Pública, Polícia, Prisão. Uma vez sugeridos os temas, divide-se a turma em duplas para começar o exercício. Cada uma das duplas deverá ser orientada da seguinte forma: uma pessoa terá os olhos vendados, e a outra funcionará como sua guia. É importante que a sala onde esteja sendo realizada a dinâmica tenha espaço para circulação das duplas.

A primeira parte do exercício terá dez minutos, para que cada dupla caminhe, de forma livre, devendo depois trocar de posição, quem guiou será vendado ou vendada e vice-versa. Ao final da atividade, deve-se abrir para reflexões sobre o exercício. Como se sentiram, o que signifi-



ca confiar em outras pessoas, como é ser guia e ser guiado? O que significa confiança, segredos e entrega? Que práticas violentas quebram esses acordos de confiança?

Na segunda parte da atividade, organiza-se a turma em pequenos grupos, distribuindo o seguinte material: papel *Kraft* em tamanho suficiente para fazer um pequeno painel (mais ou menos 1,5m), três canetões coloridos, de cores diferentes, tesoura e uma folha de cartolina para cada grupo.

A atividade consiste em primeiro, definir o que são violências em suas múltiplas dimensões. Cada grupo poderá escolher o significado ou significados que considerar mais adequado(s). Deverá então escrever em um pequeno cartão recortado da cartolina, com caneta de uma cor. Segundo, deverão ser listados tipos diferentes de violências, em outros pequenos cartões, partindo sempre da definição de violência escolhida. Por fim, deverão ser criados os últimos cartões, com sugestões de resoluções para cada um dos tipos de violência, retomando as discussões iniciais sobre segurança, denúncias, responsabilidades e confiança.

Cada grupo deverá então montar seu painel, colando os cartões de cartolina no papel *Kraft*, na ordem em que foram elaborados: primeiro, definição de violência; segundo, formas de manifestação ou tipos de violências; terceiro, sugestões para solução e enfrentamento. Por fim, cada grupo apresenta seu painel, explicando suas escolhas, e promove-se uma discussão ampla com toda a turma, comparando os painéis de cada grupo, cruzando as informações e pensando de que forma esses temas podem também ser trabalhados em sala de aula.

Tempo de duração: de 60 a 120 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: de educadores e educadoras, pela complexidade dos exercícios iniciais, mas pode ser adaptada também para estudantes do ensino médio. Máximo de 30 participantes.

Questões norteadoras: Como a violência aparece na sua comunidade? Existe algum tipo legítimo de violência? Há violências contra mulheres e/ou LGBTfóbicas em sua vizinhança ou em sua família? Que tipo de relação estabelecemos com vizinhos, vizinhas, familiares, amigos e amigas diante de situações de violências? Quando a polícia é chamada? O que faz a polícia em situações de violências? O que diferencia violência física de violência psicológica? Como se deve agir em casos de violência? A quem recorrer? Qual o papel da segurança pública frente aos casos de violência? Como a polícia age em situações de violência em sua comunidade? Vocês conhecem políticas públicas de combate à violências? Como funcionam? De quem é a responsabilidade de denunciar casos de violência? Você já visitou alguém na prisão? Violência doméstica é privada ou é pública? Como enfrentar violências baseadas no gênero, na orientação sexual e/ou em outros marcadores sociais das diferenças?



DINÂMICA 17: ROLE PLAY

Tema: Violências de gênero e bullying homofóbico na escola.

Objetivos: Visa problematizar as práticas e processos que envolvem as violências contra as mulheres, baseadas nas diferenciações e hierarquias entre os gêneros, além de outras formas de violência, com foco no ambiente escolar e em vivências em sala de aula. Para isso, utiliza-se da técnica de dramatização de situações, sugeridas pela equipe de oficinas, permitindo que os grupos resolvam cada uma das situações.

Material necessário: Computador, apresentação em slides com as situações de violências, apresentação teórica em *slides* sobre violências de gênero e outras formas de violência, *datashow*, placas coloridas em papel A4 com as personagens de cada situação a ser dramatizada.

Metodologia: Apresentação da dinâmica e do tema da oficina. Deve-se falar rapidamente sobre a temática geral da violência, e propor que a dinâmica a ser realizada vai permitir que se pense em grupo de modo mais denso sobre as múltiplas manifestações das violências, não só na escola. Divide-se a turma em grupos de cinco ou seis pessoas, e apresenta-se então o primeiro jogo de slides, com as situações de violências sugeridas.

No caso aqui, foram escolhidas situações bastante variadas, incluindo desde violências de gênero, discriminação por práticas esportivas, violência patrimonial, até situações de violência doméstica contra mulheres. Cada um dos grupos, depois da apresentação, receberá um jogo de plaquinhas coloridas, com as personagens que participam da cena a ser dramatizada. No caso da situação de violência na escola, por exemplo, o grupo que ficar com essa cena receberá plaquinhas com: "Diretor ou Diretora", "Estudante agressor ou agressora", "Mãe de estudante", "Colega 1", "Colega 2", "Supervisor pedagógico ou Supervisora pedagógica". E assim em todas as demais situações.

Uma vez distribuídas as personagens, cada grupo tem 15 minutos para pensar, discutir e dividir seus membros de modo que cada um e cada uma tenha um papel a representar. A seguir, passa-se então para a dramatização, que deverá ser feita na frente da sala para que toda a turma possa acompanhar. O ideal é que, caso haja tempo, seja feita uma primeira vez a dramatização com cada um e cada uma nos seus papéis, e que depois se vá revezando. Assim, quem pela primeira vez foi diretor ou diretora da escola onde aconteceu o caso de violência, na segunda vez poderá ser a ou o estudante que praticou a violência, e assim sucessivamente. Pode ser um pouco difícil para a turma, de acordo com a série e a idade representar, ou querer participar, mas deve-se incentivar que todos e todas se engajem, lembrando que ninguém será julgado ou que não estão em jogo notas ou qualquer tipo de avaliação: é apenas uma forma diferente de discutir as violências e refletir sobre as diversas maneiras em que elas aparecem no cotidiano. Cada representação é finalizada pelo próprio grupo, já que as sugestões não são fechadas, isto é, não apresentam uma resolução ao final, ficando a cargo da turma definir o que seria melhor fazer para resolver caso a caso.

No fim das apresentações, discute-se em grande grupo como foi a experiência, o que cada um e cada uma achou de participar, como é estar no lugar de quem age com violência, de quem pune, de quem é vítima, e de que forma todas as situações vivenciadas na dinâmica estão ou não estão presentes na vida de cada um e cada uma. Deve-se dar espaço e tempo para que a turma se manifeste, comente, discuta, sugira outras possibilidades de resolução para cada caso apresentado. Para encerrar, apresenta-se o outro jogo de slides, com conceitos mais teóricos sobre violência, apontando para a importância de se respeitar as diferenças, e para o papel que cada pessoa tem na transformação das realidades encontradas.

História 1: Carlos é um aluno de dez anos que quer participar das aulas de balé do Colégio. Os colegas de Carlos, em sua maioria frequentadores das aulas de futebol e natação – ao saberem disso –

começam a fazer chacota com ele, dizendo que dançar balé é coisa de “menininha”. A mãe de Carlos, notando que o filho estava com vergonha de voltar às aulas de balé, procura a psicóloga do colégio a fim de conversar sobre a situação.

Personagens a ser interpretadas: Mãe de Carlos; Psicóloga ou Psicólogo; Professor ou Professora de balé; Professor ou professora da escola; Pai de Carlos.

História 2: Mariana é uma aluna de 13 anos que tem chegado à escola com hematomas no rosto e no corpo. Uma professora observando esses sinais, encaminha Mariana ao supervisor pedagógico para conversar sobre o que está acontecendo. Mariana relata que ela e a mãe apanham do pai e que por isso ela chega com as marcas no corpo.

Personagens a ser interpretadas: Mãe de Mariana; Médico ou médica; Amiga de Suzana; Psicóloga ou psicólogo; Delegada ou delegado; Vizinha; Professora ou professor.

História 3: Luiza é uma aluna de 12 anos que, após ser repreendida pela professora em sala de aula, acaba se exaltando e dando um empurrão nesta professora. Luiza recebe uma advertência do diretor da escola que a suspende das aulas por três dias. Discordando da decisão da escola, a mãe de Luiza se dirige à direção a fim de questionar o procedimento tomado.

Personagens a serem interpretadas: Estudante que agrediu; diretor ou diretora da escola; mãe da ou do estudante que agrediu; professora ou professor.

História 4: Gustavo é um aluno de 14 anos que, após uma partida de futebol, acaba se envolvendo numa briga entre os jogadores de seu time e os jogadores do time oponente. Os pais de Gustavo, descontentes com o ocorrido, exigem da direção da escola uma convocação dos pais dos outros estudantes envolvidos na briga.

Personagens a ser interpretadas: Gustavo; dois jogadores; pais do Gustavo; pais de outros dois jogadores; Diretor ou diretora da escola.

Tempo de duração: 90 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: A partir do 7º ano do ensino fundamental, com máximo de 30 participantes.

Questões norteadoras: Quais formas de violência podem ser identificadas nas situações? Como são usados os argumentos sobre gênero e sexualidade para justificá-las? Quais preconceitos envolvendo gênero e sexualidade podem ser identificados? Qual a função dos diferentes atores sociais no seu enfrentamento? Quais outros marcadores sociais da diferença podem se atrelar às situações de violência como as descritas? Como transformar padrões violentos em outros mais justos e respeitosos para todos e todas?



DINÂMICA 18: REPRESENTANDO VIOLÊNCIAS

Tema: Violências de gênero e outras formas de violência.

Objetivos: Visa problematizar as práticas e processos que envolvem as violências contra as mulheres, baseadas nas diferenciações e hierarquias entre os gêneros, além de outras formas de violência, contextualizando com o ambiente escolar e as realidades vivenciadas em sala de aula. Para isso, utiliza-se da técnica de representação de situações, através de técnicas escolhidas pela própria turma, a partir de sugestões da equipe responsável pela oficina.

Material necessário: Computador, data show, papel Kraft, canetas coloridas, placas coloridas em papel A4 com as sugestões de representações. Vídeos selecionados sobre *bullying* ou outras formas de violência (como por exemplo, o vídeo *Maltrato en cadena (La Historia de FITO)*, *Una historia sobre bullying*¹⁴, de Gabriel Carrasco Vega, de 2014).

Metodologia: Apresentar o tema e a dinâmica a ser realizada e depois separar a turma em grupos, que poderão variar em número de integrantes de acordo com o tamanho da turma. Orientar cada grupo para uma discussão inicial que deverá refletir sobre os tipos de violências que são observados no cotidiano: escola, família, bairro, vizinhança, televisão, internet. Depois desse primeiro momento, pede-se que cada grupo escolha como quer representar os tipos de violências encontrados na discussão (neste modelo aqui, havia: Música, Desenho, Mímica ou Teatro, e o único formato que não foi escolhido foi música, mas isso poderá variar para cada turma).

Cada grupo então tem um tempo de até 20 minutos para organizar suas representações, seja desenhando, atuando, ou através de mímicas. É importante que a equipe que está realizando a oficina circule

14 Produzido pela Consejería para la Igualdad y el Bienestar Social de la Junta de Andalucía, Espanha (em espanhol), disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=-9oPnCXtScM&feature=relate>. Acesso em 26/05/2020.

entre os grupos para incentivar as discussões e a participação de todos e todas, orientando, sugerindo, tirando dúvidas, acompanhando a elaboração das situações. Posteriormente, cada grupo apresenta suas situações e o restante da turma deverá ser convidado a participar também, seja tentando adivinhar as situações de violências no caso das mímicas, seja contribuindo na análise dos desenhos, e comentando as dramatizações. Lembre-se que, assim como no caso da dinâmica das dramatizações, é fundamental esclarecer que não se está julgando talentos, nem avaliando quem é melhor, ou quem representa de forma mais convincente, está-se apenas utilizando técnicas diferentes para abordar a questão das violências.

Depois das apresentações, deve-se permitir que outros comentários sejam feitos, e que se avalie se as situações escolhidas por cada grupo são realmente encontradas nos contextos nos quais estão inseridos cada um e cada uma. A seguir, apresenta-se um vídeo selecionado sobre *bullying* ou outra forma de violência, para encaminhar as discussões finais, refletindo sobre o papel de cada uma diante das situações violentas conhecidas, e quais as possibilidades de transformar o que está dado.

Tempo de duração: 90 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: a partir do 7º ano do ensino fundamental, com o máximo de 30 participantes.

Questões norteadoras: Quem são as pessoas envolvidas nas situações e como participam dessas situações de violência? Como a violência aparece nesses diferentes contextos? Quais os tipos de violência identificados? Elas são frequentes? Quais preconceitos envolvendo gênero e sexualidades conseguem identificar em cada uma das situações analisadas? De que forma a sociedade vê os processos relacionais entre os gêneros que levam a práticas violentas? Como lidar com essas situações de violência? Como transformar padrões violentos em outros mais justos e respeitosos para todos e todas?



DINÂMICA 19: FALANDO SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL

Tema: Violência Sexual

Objetivos: Visa sensibilizar as e os estudantes para a questão da **violência sexual e também para outras formas de violências** motivadas por discriminação, preconceito, diferenças de gênero. Deve permitir que sejam feitos relatos, contadas experiências vividas por estudantes e também deixar aparecer comentários sobre notícias, pesquisas, e outras informações.

Material necessário: Cartões com palavras chave relacionadas às violências de ordem sexual. Aparelho de som ou computador para executar música durante a dinâmica. Relatos de casos de abuso sexual, estupro, que tenham sido noticiados na mídia (podem ser buscados na internet, recortados de jornais, revistas, etc).

Metodologia: Depois de apresentada a temática, e de uma breve explanação sobre casos de violências sexuais inicia-se a dinâmica. Uma música deverá tocar nos primeiros minutos, e outras virão em sequência, para ritmar a atividade. Em uma caixa, devem ser colocados os cartões com palavras-chave. Algumas sugestões: Silêncio, Vergonha, Medo, Denúncia, Raiva, Estupro, Conselho Tutelar, Violência sexual, Violência física, Abuso Sexual, Atentado Violento ao Pudor, Lei Maria da Penha, Juiz, Delegacia, Polícia, Prisão, Penetração vaginal, Penetração Anal, Passou a mão, Tocou no meu corpo, Sexo Oral, Forçou a barra, Abuso sexual por parentes, Estupro Conjugal, Sexo sem consentimento, etc.. Outras podem ser escolhidas, de acordo com o grupo e contexto. Enquanto a música toca, a caixa vai passando, e quem estiver com a caixa na mão quando a música parar deverá tirar um cartão de dentro dela. A atividade pode durar até dez minutos, e não necessariamente todos e todas deverão ter uma palavra em mãos ao final. Quem tiver, deverá formar um grupo pequeno com outras pessoas, para a segunda parte da dinâmica.

Recomenda-se que a formação de grupo atue no sentido de dissolver “panelinhas”, ou seja, grupos já estabelecidos na sala. Uma das formas possíveis é dar um número para cada estudante, contando até o número cinco, por exemplo, para que posteriormente quem tiver recebido o mesmo número se una num mesmo grupo. O número de pessoas pode variar a depender da quantidade de estudantes na sala, mas sugerimos que não ultrapasse cinco pessoas num mesmo grupo porque pode dificultar que todos e todas se comuniquem.

A segunda parte da dinâmica consiste em que ao receber uma notícia sobre estupro, abuso ou violência sexual, o grupo discuta, a partir da palavra-chave do cartão, qual a relação entre a notícia e a palavra, e de que forma isso é vivido socialmente. Se o caso for de estupro, por exemplo, e a palavra for Silêncio, o grupo deve refletir sobre o que acontece quando uma mulher é vítima de estupro, a quem recorre, onde busca ajuda, para quem conta ou não o que aconteceu, e como imagina que é o atendimento nas redes de assistência.

Atenção: Quem ministra a oficina deve estar preparado e preparada para escutar relatos de violências vividas pelas participantes e acolher o sofrimento que narrativas de violência provocam na turma. É fundamental também sanar dúvidas diversas, para informar sobre rede de atendimento à mulheres vítimas de violências¹⁵, sobre os direitos de mulheres, sobre funcionamento de conselhos tutelares¹⁶, e também sobre legislações específicas, como a Lei Maria da Penha, Estatuto da Criança e Adolescente, etc. Em um período de 15 minutos, os grupos deverão discutir, analisar e relacionar palavras e notícias e, por fim, apresentar ao grupo para que sejam discutidas coletivamente as informações, elaborações e reflexões feitas.

15 Informações sobre a Rede de Atendimento a mulheres em situação de violência no estado de Santa Catarina podem ser encontradas no sítio do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Santa Catarina (CEDIM/SC): <https://cedimsc.wordpress.com/enderecos-uteis/>.

16 Informações sobre Direitos das Crianças e adolescentes podem ser encontradas no sítio do Conselho Nacional dos direitos da Criança e do adolescente (CONANDA): <https://www.direitosdacrianca.gov.br/>

Tempo de duração: De 60 a 90 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: A partir do oitavo ano do ensino fundamental e para três séries do ensino médio, adaptando-se notícias e palavras de acordo com a idade média dos e das estudantes na turma. Máximo de 30 participantes.

Questões norteadoras: O que é violência sexual? Homens são sempre os agentes de abusos sexuais? Como mulheres vítimas de violência sexual são vistas socialmente? Existe um comportamento “adequado” que impeça estupros? Violências sexuais acontecem só com desconhecidos? Estupros acontecem apenas em espaços públicos? Como o Estado deve agir para combater as muitas formas de violências que existem? Como lidar com os sentimentos de vergonha, solidão e medo, em caso de violências sexuais? Como a Lei Maria da Penha define a violência sexual? Qual o papel do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) na prevenção de violências sexuais contra menores? Por que a lei diferencia abuso de estupro? Qual o lugar da violência na vida sexual? Que relação há entre sexualidade e violência? Afetos e vínculos familiares: como dimensionar essas relações quando há violências?



DINÂMICA 20: DEFININDO VIOLÊNCIAS

Tema: Os diferentes tipos de violência que podem ser encontradas na sociedade e nas escolas.

Objetivos: Visa refletir sobre o fato de que todo tipo de violência baseia-se na presunção de superioridade de um grupo sobre outro e conectar os diferentes tipos de violência com a realidade escolar vivenciada pelos e pelas estudantes.

Material necessário: Cartolina ou papel *kraft*, canetas coloridas.

Metodologia: Convidar a turma para que falem dos diferentes tipos de violência que conhecem. As diferentes contribuições e definições iniciais vão ser anotadas no quadro. Feito isso, se divide a turma em grupos de no máximo seis pessoas. O ideal seria que cada grupo escolhesse o tipo de violência que quer trabalhar, se não for possível, o dinamizador ou a dinamizadora vai associando cada grupo com um tipo de violência. Na continuação, cada grupo tem que debater o tipo de violência que escolheu e sistematizar seu debate no cartaz por meio de frases, desenhos etc. É importante que o debate dos vários grupos esteja acompanhado por um dinamizador ou uma dinamizadora.

Terminados os debates nos grupos pequenos, todos os grupos vão compartilhando em plenária suas definições enquanto o dinamizador ou a dinamizadora irá anotar no quadro os aspectos salientes das reflexões e do debate. É aconselhável terminar a dinâmica com uma apresentação em *powerpoint* sobre diferentes tipos de violência. É importante nesse momento que a equipe esteja atenta para resgatar o máximo possível as definições e contribuições feitas pelos diferentes grupos. Também é importante ressaltar a capacidade dos grupos de criar coletivamente um saber complexo.

Tempo de duração: 90 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).



Aplicável para turmas: a partir do 7º ano do ensino fundamental, máximo de 30 estudantes.

Questões norteadoras: Existem diferenças na forma de enfrentar os tipos de violência? Quais semelhanças e diferenças podem ser estabelecidas? O que têm em comum essas diferentes formas de se manifestar a violência? Nas situações analisadas quem é(são) a(s) pessoa(s) vítima(s) e a(s) pessoa(s) agressora(s)? O quê você acha que isso significa? O que é preciso mudar para termos uma sociedade e uma escola mais democrática, plural, e capaz de conviver sem violência? Quais desafios você acha que devemos ainda enfrentar?



DINÂMICA 21: REPENSANDO PRECONCEITOS

Tema: Os diferentes tipos de preconceitos que podem ser encontrados na sociedade e nas escolas.

Objetivos: Visa trabalhar criticamente sobre os preconceitos de raça, gênero, classe social, situação econômica, regionalidade, religião.

Material necessário: Cartolina ou papel *kraft*, canetas coloridas, frases preconceituosas.

Metodologia: Divide-se a turma em grupo de no máximo cinco pessoas. Cada grupo recebe uma folha com duas frases preconceituosas, um pequeno cartaz e canetas. As frases são intencionalmente selecionadas para que todos e todas estudantes possam se sentir, de algum modo, perto das situações que as frases mostram. Cada grupo é convidado a debater as frases e a sistematizar o resultado das suas reflexões no cartaz. Em seguida apresentamos exemplos de frases que podem ser adaptadas em função do contexto e das necessidades detectadas na turma.

1. *"Ele é tão magro que parece uma lombriga".*
2. Como diria Edir Macedo: *"Templo é dinheiro!"*
3. *"Toda loira é burra".*
4. Na fila do banco: *"O que este velho, nessa idade, tá fazendo aqui?!? Vá pra casa cuidar dos netos, vovô!"*
5. *"Prefiro um filho morto que veado".*
6. *"Nordestino tem miolo mole porque toma muito sol na cabeça".*
7. *"Além de cego é burro".*
8. *"Homem que é homem não chora".*
9. *"Todo índio é preguiçoso".*
10. *"Amigo de mulher é viado".*
11. *"Lugar de mulher é na cozinha".*
12. *"Isso é coisa de negro".*
13. *"Crente é tudo ladrão!"*



14. *"Todo carioca é malandro".*
15. *"Ser 'mané' é comer peixe com pirão e achar que isso é 'fashion'!"*
16. *"Pobre não consegue emprego porque é burro e preguiçoso".*
17. *"Preta para trabalhar, mulata para fornicar e branca para casar".*
18. *"Gaúchos são grossos".*
19. *"Manézinho é mandrião".*
20. *"Tem cara de alemão batata".*
21. *"Mulher que joga futebol é sapatão".*
22. *"Com este corpo de gorda acha que pode ser miss?"*
23. *"Toda loira é burra".*
24. *"Preto quando não caga na entrada, caga na saída".*
25. *"É um negro de alma branca".*
26. *"Tem cheiro de pobre".*
27. *"Tem cara de puta."*
28. *"Cigano ladrão".*

Uma vez que cada grupo tenha preenchido seu cartaz, pedimos que cada grupo exponha em plenária suas reflexões.

Tempo de duração: 40 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: a partir do 7º ano do ensino fundamental, máximo de 30 estudantes.

Questões norteadoras: O que é um preconceito? O que é discriminação? Todos os grupos sociais são alvos de preconceito? Porque alguns grupos sociais sofrem mais discriminação do que outros? Você já sofreu discriminação? Porque? Tem algum preconceito que é mais difícil desconstruir? Qual? Por quê? O que podemos fazer para não ser simples reprodutores e reprodutoras de preconceitos?



DINÂMICA 22: ESTAÇÃO DAS REGRAS

Tema: Discriminações étnico-raciais

Objetivos: A oficina visa problematizar discriminações étnico-raciais no cotidiano. Objetiva provocar reflexão acerca de quem são os agentes da discriminação e quem são os atores passivos de tal ação. Importante permitir que as e os participantes expressem memórias, experiências e dúvidas sobre o tema de discriminações, em particular étnico-raciais durante a oficina.

Material necessário: Cartões colantes de duas cores diferentes (para identificar grupos diferentes), duas listas de regras diferentes para os grupos, uma sala ou quadra de esportes que permita movimentação, cadeiras, aparelho de som ou computador para seleção de músicas, sucos ou refrigerantes, água, e brinquedos como bolas, cordas, bambolês.

Metodologia: O tema é apresentado, com breve contextualização histórica, lembrando dos diferentes grupos étnicos que sofreram preconceito ao longo da história. Apontar também para as diferenças que existem nos lugares que os e as estudantes frequentam e entre as pessoas que convivem. Com número igual de fichas coloridas, dividir, por meio de sorteio, a turma em dois subgrupos. Dados os “laranjas”, por exemplo, e os “verdes”, apresentar os respectivos quadros de regras e fixá-los em local de fácil visualização. A referida etapa deve durar cerca de 20 minutos.

As regras, entre outras, podem ser:

- a) O grupo laranja não pode sentar nas cadeiras.
- b) O grupo verde deve pedir a alguém do grupo oposto para segurar a cadeira sempre que quiser usá-la.
- c) O grupo laranja só pode beber água se alguém do grupo azul oferecer.
- d) O grupo verde pode beber suco sempre que quiser.

- e) O grupo laranja não pode falar, somente se um ou uma integrante do grupo oposito perguntar.
- f) O grupo verde tem livre acesso aos brinquedos e ao aparelho de som.

Após apresentação do jogo, os grupos têm aproximadamente 30 minutos para desenvolver a atividade, ou seja, colocarem em prática as regras. Quem ministra a oficina deve circular entre os grupos, observar, e registrar informações para a discussão final, como resistências, brincadeiras, comentários.

Após terminar o jogo, deve-se reunir a turma novamente e estimular o debate, partindo de questões relativas às relações de poder, preconceito, hierarquias, e como cada um e cada uma se sentiu portando as diferentes cores, transpondo as situações do jogo para a vida cotidiana e contextos variados, especialmente o escolar. Instigar a percepção sobre a agência dos sujeitos e a reprodução de padrões discriminatórios, muitas vezes fruto de pouca reflexão.

Duração: 60 a 80 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: oitavo e nono ano do ensino fundamental e para as três séries do ensino médio, com até 40 participantes.

Questões norteadoras: O que separa as pessoas socialmente? De que forma as diferentes origens sociais influenciam na vida das pessoas? O que é poder? Como ele se manifesta no cotidiano? Como a escola trata as diferenças, sejam elas sociais, de classe, religiosas, étnicas, raciais? Como enfrentar situações de preconceito? O Brasil é um país racista? Que lei criminaliza o racismo no Brasil? Qual a diferença entre cor e etnia? Por que ciganos são um grupo social discriminado? O que significa o slogan “Vidas negras importam”? Qual o papel dos movimentos sociais na luta contra o racismo?



DINÂMICA 23: VIOLÊNCIA CANTADA? – MÚSICAS E VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES

Tema: Violências contra as mulheres

Objetivos: O objetivo é discutir questões de gênero, assédio, machismo e os cinco tipos de violências que a Lei Maria da Penha¹⁷ prevê e criminaliza a partir da problematização da letra de músicas brasileiras.

Material necessário: Xerox das letras de músicas, cartolinas, canetinhas, rádio ou computador, pen drive com as músicas, revistas, cola.

Metodologia: Apresentamos a nossa equipe e pedimos para que a turma fique sentada em um grande círculo. Após, começamos a primeira dinâmica, a qual consiste na apresentação da pessoa sentada ao seu lado direito com três características que a definem, e assim sucessivamente até que todos sejam apresentados.

Em seguida, a coordenação propõe a segunda dinâmica, o “Jogo das Identidades” que consiste na formação de subgrupos de acordo com a auto identificação em relação a: idade, trabalho, relacionamento amoroso, identificação racial (branco, pardo, amarelo, negro), orientação sexual (homo, hetero, bi), gosto musical (sertanejo, rock, funk, reggae, rap). O objetivo é que a sala se movimente e perceba a variedade de grupos e preferências nas quais podemos circular e pertencer.

Partindo para a terceira dinâmica, escutamos a música “Ajoelha e Chora”¹⁸, do Tchê Garotos, e a problematizamos através de questionamentos feitos à turma. Após a discussão com toda a sala, vamos para a quarta dinâmica, dividimos a turma em grupos onde cada grupo

17 Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em 15 de jun. 2020.

18 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=NlzXn4dnQyY>. Acesso em 26/05/2020.



recebe a letra de uma música diferente (por exemplo: “Se eu largar o freio¹⁹”, de Péricles; “Vira-Vira²⁰”, do Mamonas Assassinas).

Distribuímos cartolinas e revistas para que, a partir da discussão em grupo, estes montem uma representação sobre o que diz a música. Por fim, as equipes apresentam os cartazes para toda a turma, sentamos em uma roda e dialogamos sobre as produções, explicando as cinco categorias de violências que a Lei Maria da Penha problematiza: violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial e violência moral.

Tempo de duração: 90 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: a partir do 7º ano do ensino fundamental, com participação de até 30 participantes.

Questões norteadoras: O que é violência? O que define a violência de gênero? O que é violência doméstica? Que definem os cinco tipos de violências que a Lei Maria da Penha criminaliza? O controle sobre o outro pode ser entendido também como uma forma de violência? As tarefas domésticas são atribuições de quem? A violência é naturalizada em nossa sociedade atual? O patriarcado é violento com homens e mulheres? A quem pertence o corpo da mulher? Como prevenir situações de violência contra as mulheres? O que é o Disque 180? O que é violência psicológica? De que forma estão materializadas as violências nas letras das músicas? O que as músicas nos dizem sobre nossa realidade? Como essas músicas influenciam a violência doméstica? Como a música pode influir na prevenção ou legitimação da violência?

19 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=aSfyjDLvcVo>. Acesso em 26/05/2020.

20 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IWIhGM4SDZ0>. Acesso em 26/05/2020.

MÓDULO 4 – SEXUALIDADES, HOMOSSEXUALIDADES, TRANSEXUALIDADES, HOMO-LESBO-BI-TRANSFOBIAS E AFETIVIDADES

[VOLTA AO SUMÁRIO]



Neste módulo estão apresentadas dinâmicas utilizadas em oficinas temáticas sobre sexualidades, homossexualidades, transexualidades e questões relativas à homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia. Como nos demais temas, partimos de conceitos teóricos e discussões básicas, visando demonstrar quais são as premissas norteadoras de nossa atuação neste campo.

As dinâmicas sugeridas podem, como todas, serem adaptadas e direcionadas a cada grupo, faixa etária e contexto em que forem aplicadas.

4.1 SEXUALIDADES NA ADOLESCÊNCIA, ESCOLA E HOMOFOBIA

O ambiente escolar não passa incólume pelas mudanças ocorridas fora dele. Isso se aplica também a uma maior visibilidade de exercícios das sexualidades que não se enquadram em padrões normativos tidos como “normais”. E qual o papel da escola e das educadoras e educadores diante de fenômenos sociais que escapam à norma?

Tomemos como exemplo algo que não deve ser desconhecido por qualquer pessoa envolvida com a comunidade escolar: duas meninas que se tornam mais que “melhores amigas”, e passam a manter um relacionamento ao qual chamam de namoro. O que fazer quando duas meninas se

dizem comprometidas uma com a outra, andam de mãos dadas na escola, ou mesmo se beijam dentro do espaço escolar?

Provavelmente, a primeira reação de professoras e professores será de espanto, talvez preocupação, no sentido de chamar os responsáveis à escola, ou chamar as meninas para conversar sobre o comportamento supostamente inadequado. Na escola, essas questões costumam estar embasadas em um tipo de normatividade. Discute-se, por exemplo, como tratar casais heterossexuais de namorados muito jovens, com a sexualidade começando a ser conhecida e explorada, com os riscos de gravidez na adolescência, e em geral, nas feiras de ciências, aborda-se temas como prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, AIDS e aborto.

Voltemos ao exemplo das meninas que namoram. Como é a reação das e dos colegas? De quem está no papel de educadoras e educadores? Como são tratadas e tratados meninas e meninos que não se encaixam no padrão?

Vamos refletir um pouco sobre algumas questões, por exemplo, a noção de que há modelos corretos de comportamento, vestimenta, gestual, para cada um dos gêneros: meninos vestem azul, jogam futebol, gostam de videogames; meninas vestem cor-de-rosa, são sensíveis, brincam de bonecas. Isso é tratado como “natural”, é assim que “deve ser”. De fato, essas noções e os comportamentos que delas advêm são construções sociais como outras tantas, definem modos de agir, pensar, estar no mundo e, claro, definem a afetividade e para quem ela deve ser direcionada, assim como a sexualidade.

Meninas podem jogar futebol, gostar de lutas e filmes de aventura, sem que sejam menos “femininas” por isso, assim como podem não querer mesmo ser lidas como femininas, o que é igualmente legítimo. Então, perguntamos: o que é ser feminina ou ser masculino? Mais do que o jeito de se vestir, caminhar, relacionar-se com os e as demais, essa questão perpassa identidades de gênero, hábitos, gostos, e não define se alguém vai ser hétero, bi ou homossexual. A sexualidade é um campo muito vasto. Pode ser que uma menina seja lésbica e, então, caberá aos pais, mães, professores e professoras, dentro e fora do ambiente escolar, conversar, acolher, dirimir dúvidas e trabalhar, desde cedo, noções e informações sem preconceitos,

ideias fixas em padrões normativos e, sobretudo, para garantir os direitos de quem está passando por mudanças e descobrindo sua própria identidade.

É preciso que se tenha presente que não necessariamente um namoro adolescente entre duas meninas ou entre dois meninos vai definir de maneira estanque suas sexualidades. Maria Luiza Heilborn (1996) demonstra que as identidades afetivas e sexuais, assim como todas as demais, são mutáveis, relacionais, e podem mudar de acordo com a época, a circunstância e outros fatores. Namorar uma menina não torna necessariamente uma menina lésbica, e talvez elas mesmas, ao serem inquiridas sobre o assunto, talvez não quisessem se definir como lésbicas, heterossexuais ou bissexuais.

A forma como os indivíduos exercem seus afetos e suas sexualidades, a priori, não determina sua capacidade cognitiva, seu potencial para o trabalho, nem para o estabelecimento de relações com colegas, estudantes, dentro de qualquer rede social na qual estejam inseridos. Certamente, em um quadro de educadores e educadoras, haverá alguém que não seja heterossexual. Talvez isso passe despercebido, talvez seja algo oculto, talvez não. Muitas vezes, nosso olhar procura “indícios” de homossexualidade a partir de estereótipos construídos socialmente, ou seja, uma mulher “masculinizada”, que se vista de forma diferente, será associada à imagem distorcida que se tem de uma lésbica. Se ela não for assim, então, será heterossexual. E se não for?

A presença de uma professora lésbica na escola pode influenciar meninos e meninas em suas escolhas e determinações afetivas? E por que não pensamos o mesmo sobre motivações profissionais, por exemplo? Se um professor ou professora de ciências for o mais querido das e dos estudantes, significa que estará influenciando profissionalmente esses sujeitos?

Provavelmente, não. Assim, também, o fato de uma professora ser lésbica não fará de nenhuma estudante homossexual. A homossexualidade não é definida por influências externas, nem por modismos, nem por quaisquer outras possibilidades que não sejam inteiramente subjetivas e não explicadas cientificamente. Se assim fosse, não haveria homossexuais cujos pais são heterossexuais. Se dependesse de exemplo, de influência, todos os meninos e meninas filhos de heterossexuais seriam “naturalmente”

heterossexuais também, e não é assim que acontece. Todavia, a presença de professoras e professores lésbicas, gays ou trans na escola permite que se estabeleça um processo positivo de identificação subjetiva de jovens que não se reconhecem nas normas heterocentradas.

Por se tratar de um fenômeno contemporâneo que permeia todos os espaços sociais, a ampliação da visibilidade de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais não passa incólume pelas escolas. Não é possível situar a escola fora da emergência desses temas, mas isso não significa necessariamente que a escola (ou qualquer outro espaço educacional) sabe como responder aos desafios suscitados pelo tema da diversidade.

Ao lado de todas as discussões sobre gênero, sexualidades, afetividades, também é papel da escola abrir espaço para as novas famílias, suas realidades, basear sua inserção na comunidade escolar dentro de ideias democráticas, educativas e abrangentes, quebrando preconceitos e ampliando as noções de educação como processo integral, coletivo e não discriminatório.

4.2 O DIREITO À LIBERDADE SEXUAL

O reconhecimento do direito à diversidade sexual²¹ também nunca foi tranquilo nem tampouco sua vivência garantida pela legislação. Cunhado no contexto conhecido como medicalização das relações homoafetivas (século XIX), o termo “homossexualismo” representava as diversas teorias explicativas sobre orientação sexual e identidade de gênero (termos e conceitos recentes) desviantes da heterossexualidade, desenvolvidos com o objetivo de descriminalizar as pessoas, suas identidades e práticas (MUS-SKOPF, 2013).

Os discursos médicos sobre a homossexualidade promoveram consequências nefastas sobre indivíduos, mas também fomentaram o surgimento de organizações por direitos civis homossexuais nos anos cinquenta do século vinte. A substituição do termo “homossexualismo” (associado a algum tipo de patologia) por “homossexualidade” refletiu uma mudança

21 Forma de descrever populações “não heterossexuais”.

significativa nas décadas de 1960-70, com a organização de movimentos sociais e a configuração de uma área de produção conhecida como Estudos Gays e Lésbicos. Com o aprofundamento das pesquisas acadêmicas sobre gênero e sexualidade, o desenvolvimento dos estudos *queer* e a multiplicação das siglas – GLS, GLBT, LGBT, LGBTTT, LGBTI –, o tema da homossexualidade foi deslocado para uma perspectiva da diversidade sexual, na qual se enquadram as expressões “orientação sexual” e “identidade de gênero” (MUSSKOPF, 2013).

Os movimentos sociais têm reivindicado leis e políticas públicas visando à proteção e ao respeito da população LGBT e à criação de instrumentos de combate à intolerância, comumente chamada de homofobia, mas também lesbo e transfobia²², sexismo, heterossexismo²³ e machismo. No Brasil, segundo Felipe Fernandes (2011), “a homofobia é um conceito que liga os movimentos LGBTTT com os Estudos de Gênero e feminismo, bem como com outros movimentos sociais, como, e.g., os movimentos negro ou ambientalista” (2011, p. 67). Ela se configurou como “uma categoria capaz de responder a interpretações sobre as violências individuais e coletivas, materiais e simbólicas, que orientam as práticas que estão à margem dos padrões hegemônicos de sexualidade” (FERNANDES, 2011, p. 67-68).

Em junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passasse a ser incorporada à Lei de Racismo (7716/89), que abarca crimes de preconceito e discriminação por cor, raça, etnia, religião e procedência nacional. Entende-se como uma grande conquista política por parte do movimento, mas ainda não suficiente, comparada com outros países que já possuem uma lei específica para crimes relacionados à sexualidade e gênero, como é o caso da Argentina, Canadá, Chile, Portugal e Reino Unido.

22 Para Daniel Borrillo (2009), a homofobia é um termo que indica atitude de hostilidade, rejeição irracional ou mesmo ódio para com os homossexuais. Ela “[...] é uma manifestação arbitrária que consiste em qualificar o outro como contrário, inferior ou anormal” (BORRILLO, 2009, p. 15).

23 Heterossexismo é a atitude de discriminação, negação, estigmatização ou ódio contra toda sexualidade não heterossexual. Essa atitude está fundamentada na noção de que a heterossexualidade é superior e mais desejável às demais formas de orientação sexual (BORRILLO, 2009).

4.3 HOMOSSEXUALIDADES, BISSEXUALIDADES, NÃO BINARISMOS, TRAVESTILIDADES, TRANSEXUALIDADES

Como vimos anteriormente, a identidade de gênero se constrói nas relações sociais. Um homem que não deseja mulheres e que se sinta atraído por homens não deixa de se sentir homem. Mas devido a pressões sociais, alguém que não é heterossexual sente-se “diferente” daquilo que ele aprendeu como o comportamento sexual correto.

Então, como classificar, segundo o gênero, por exemplo, os homossexuais, as travestis e *drag queens*? Se não são “homens”, são então “mulheres”? E as lésbicas, as sapatões, as *drag kings*, a que gênero pertenceriam? Como se sentem esses indivíduos: de que gênero?

Lembramos que o gênero como construção social não é algo natural, não nos é algo inato; diz respeito a um empreendimento social de significação dos corpos reforçado por inúmeras instituições sociais, dentre elas a própria escola. Ao desmistificarmos as noções de *gênero*, *sexo* e *sexualidade*, entendendo-as como produtos socioculturais ordenados por lógicas que se pretendem hegemônicas, trazemos à tona a possibilidade de múltiplas recombinações entre tais dimensões na vida dos sujeitos. Refletindo teoricamente a respeito, não mais as tomamos como categorias coladas umas às outras.

Nem sempre a identidade de gênero de um sujeito corresponde, segundo a percepção que tradicionalmente carregamos conosco, à genitália com que os indivíduos nascem e que determina seu “sexo” nos documentos civis oficiais. Indivíduos nascidos com pênis e socializados como meninos em seus primeiros anos ou décadas de vida podem construir sua subjetividade nos limiares das normas centradas em modelos heterossexuais e se identificar com atributos característicos dos modelos sociais de feminilidade de que dispomos. Da mesma forma, pessoas que nascem com vagina e que são socializadas como meninas podem identificar-se com modelos masculinos, sentir-se masculinas. Assim como pessoas designadas a partir da genitália como homens ou como mulheres podem não se sentir identificadas nem como homens, nem como mulheres, ou com ambos os modelos ao mesmo tempo, a essa identificação chamamos pessoas trans não binárias.

Sentir-se pertencente ao (ou identificado com o) gênero diferente daquele com que foi socialmente designado quando de sua primeira socialização pode inclinar o sujeito a processos de transformação de seu corpo, de seu nome e de sua apresentação social. Esse sujeito constrói sua subjetividade e sua identidade a partir da transgressão das normas tradicionais que enlaçam gênero, sexo e sexualidade em nossa cultura.

4.4 TRAVESTIS E TRANSEXUAIS: SUBJETIVIDADES, DESEJOS, PRECONCEITOS

Travestis e transexuais são sujeitos que, na busca pela performatização, ou seja, pela realização e desempenho dos modelos de gênero com que se identificam, empreendem transformações corporais e subjetivas que podem ser bastante profundas, podendo também performar permanentemente a identidade de gênero correspondente a seu desejo. Nesse caso, tanto podem se constatar histórias de travestis e transexuais que foram registradas e socializadas como homens e acabaram por feminilizar-se (chamamos travestis e mulheres trans); e também transexuais que nasceram e foram criadas como mulheres e iniciaram transformações com vistas a se masculinizar (são transexuais masculinos ou homens trans).

Transexuais masculinos (de “mulheres” para “homens”) e femininas (de “homens” para “mulheres”) iniciam transformações, portanto, com o objetivo de se apresentarem como indivíduos marcados pelos modelos de gênero relativos a seu desejo. As travestis e transexuais femininas, assim como mulheres cisgênero (categoria definida para mulheres não trans), podem ser pessoas que pintam as unhas, fazem as sobrancelhas, adotam roupas e peças íntimas destinadas pelo mercado às mulheres; alongam os cabelos; ingerem hormônios, aplicam silicone em quadris e pernas, aumentam as mamas; investem em cirurgias para modelar o nariz e outras partes do rosto. São práticas recorrentes e conhecidas para a construção de um corpo feminino com o qual se identificam, construção tal que pode culminar ou não na cirurgia de transgenitalização, conhecida comumente como “cirurgia de mudança de sexo”.

Em se tratando de homens transexuais, o uso de roupas e peças íntimas disponibilizadas no mercado aos homens, as práticas esportivas masculinas e a ingestão de hormônios também são recursos que podem ser acionados para que produzam um corpo masculino e, conseqüentemente, uma identidade social masculina, mas muitos desses transexuais masculinos se consideram feministas e lutam por uma “masculinidade feminina” que não seja marcada por violência e opressão das mulheres, como aponta o pesquisador Jack (Judith) Halberstan (1998).

O antropólogo Marcos Benedetti (2005) nos demonstra como no Brasil a identificação com a transexualidade se dá, majoritariamente, entre pessoas provenientes de classes médias, as quais têm mais estreito contato com explicações médicas e psicanalíticas, no seio das quais o termo *transexual* é amplamente difundido sob a ideia de “disfunção” a ser “corrigida” por meio da intervenção nos corpos; já a identificação com as travestilidades se daria, por sua vez, entre grupos populares, e as travestis não teriam a preocupação com o enquadramento normativo de seus corpos.

No ambiente escolar, meninos que se vistam de saia, com sutiã e de unhas pintadas são vistos como homossexuais, mas o que esses jovens estão mostrando é outra identidade, a de travesti ou transexual. Elas se identificam por nomes femininos e desafiam as normas sociais na negociação, junto à escola, em relação a vestimentas permitidas ou impossíveis no espaço escolar (ANDRADE, 2012; SILVA, 2017).

O ambiente escolar se configura como um dos espaços que mais serve de cenário para memórias dramáticas na vida de travestis e transexuais. Conflitos vivenciados nesse espaço recorrentemente provocam evasão escolar, a qual se articula à baixa escolaridade e a justificativas para a sistemática estigmatização e negação do acesso desses sujeitos ao mercado de trabalho formal, por exemplo.

Em muitas escolas, não se aceita que um ou uma estudante peça para ser chamado ou chamada por um nome diferente do que está na lista de presença. Algumas vezes, esses nomes que estão nas listas, lidos em voz alta, provocam risadas e deboche por parte de professoras, professores e colegas. Não raramente, o não reconhecimento de sua identidade de gênero e do nome que escolheram para serem chamadas pesa sobre tais

estudantes sob a forma de violências simbólicas. Cabe a nós, educadoras e educadores, ouvir esses e essas estudantes que vivenciam experiências de margem de gênero – como as travestis e transexuais – e aceitar a demanda que elas fazem de serem reconhecidas pelo gênero oposto do que está em sua certidão de nascimento.

Outro debate é o uso dos banheiros por estudantes travestis e transexuais. Travestis e transexuais femininas, por exemplo, desejariam fazer uso do banheiro feminino; entretanto, em virtude de sua genitália, elas são alocadas ao banheiro masculino, ambiente em que acabam sofrendo discriminação. Propostas de banheiros públicos específicos a travestis e transexuais têm sido levantadas. É necessário que pensemos como orientar todas e todos nessa questão, para que travestis e transexuais possam fazer uso do banheiro em que se sentirem mais à vontade e mais respeitadas e respeitados.

Deboches, perseguições e práticas de ofensa moral podem ser caracterizadas como bullying. O **bullying** é um fenômeno relativamente atual e deve ser pensado de maneira social. Autores como Agnes Oliveira e Priscila Antonio (2006) entendem que o *bullying* está relacionado a ações discriminatórias e práticas frequentes de violência no cotidiano escolar, um tipo de exclusão social que oprime, intimida e machuca aos poucos, sem ser declarada de fato. No *bullying* homofóbico, violência psicológica e física no ambiente escolar se baseariam na discriminação por orientação sexual, com consequências psicológicas e sociais, imediatas e futuras.

4.5 FAMÍLIAS LGBT

Ao abordarmos questões relativas a gênero e sexualidade em nossas oficinas, vamos ser seguidos, levados a discutir questões ligadas ao universo familiar das e dos estudantes envolvidos nas oficinas, pois são grandes os preconceitos da própria estrutura escolar contra famílias que não se enquadram no modelo ideal moderno-contemporâneo de família, que é composto por pai, mãe e dois filhos de sexos diferentes. Nas escolas, usa-se muito seguido a categoria *família desestruturada* para definir os grupos fa-

miliares que não se enquadram neste padrão ideal de família. Neste grupo de “famílias-problema” são enquadrados tanto pais e mães heterossexuais separados, quanto pais e mães homossexuais ou com identidade de gênero trans. Muitas vezes, o que a escola localiza como *família desestruturada* diz respeito a situações de precariedade social e de fragilidade financeira. E no caso de famílias de mães lésbicas ou travestis, pais gays e de transhomens, muitas vezes as escolas operam com preconceitos e visões moralistas e às vezes até fundamentadas em teorias psicológicas ultrapassadas sobre o que é uma “boa família”.

Felipe Fernandes, Miriam Pillar Grossi e Joana Pedro (2009) apontam que a maioria dos pesquisadores e das pesquisadoras no campo das Ciências Sociais que refletem sobre as temáticas de conjugalidades e parentalidades homossexuais pontua como prioridade os debates sobre a lei de união estável, visto que agem sobre as representações de família em nossa sociedade. Os movimentos LGBTQI+ elencam como prioridade número 01 na atual conjuntura a aprovação de uma lei específica de criminalização da homofobia. Em junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passasse a ser incorporada à Lei de Racismo (7716/89), que abarca crimes de preconceito e discriminação por cor, raça, etnia, religião e procedência nacional. Entende-se como uma grande conquista política por parte do movimento, mas ainda não suficiente, comparada com outros países que já possuem uma lei específica para crimes relacionados a sexualidade e gênero, como é o caso da Argentina, Canadá, Chile, Portugal, Reino Unido, por exemplo.



DINÂMICA 24: PALAVRAS CRUZADAS NIGS

Tema: Sexualidades, homo-bi-sexualidades, homofobia e suas variações.

Objetivos: Problematizar as práticas, processos individuais e coletivos que levam ao desconhecimento da diversidade da expressão sexual, acarretando discriminações, preconceitos, agressões, no ambiente escolar e também em outros contextos e situações.

Material necessário: Jogo de Palavras Cruzadas, com cópias suficientes para todos os grupos de estudantes e uma “versão do professor e da professora”, completa. Canetas esferográficas e lápis.

Metodologia: Apresenta-se o tema, fazendo uma breve explanação sobre conceitos básicos de gênero, sexo, sexualidades, e diversidades na escola. Divide-se a turma em grupos menores e então apresenta-se a dinâmica. É importante perguntar quem conhece palavras cruzadas, quem tem hábito de preencher os jogos, se todos e todas sabem do que se trata. Distribuir para cada grupo um jogo, e depois fazer uma leitura atenta de todas as questões. Informar claramente o sentido de preenchimento do quadro, com horizontais e verticais, plurais e outras questões pertinentes para a compreensão do jogo.

É fundamental que a equipe de oficinas permaneça o tempo todo circulando entre os grupos, tirando dúvidas, lendo as questões, olhando para os quadros enquanto são preenchidos. Em nossa experiência, alguns conceitos são encontrados de forma mais rápida, e parecem ser de maior domínio das turmas, especialmente no ensino médio (homossexualidade, família, gênero), enquanto outros parecem mais distantes (como homoparentalidade, bissexualidade e lesbianidade, por exemplo). Não é o objetivo que o jogo se torne uma competição entre os grupos, mas pode acontecer, e isso pode ser tratado de forma produtiva, incentivando os grupos a conversarem entre si, e ajudarem no preenchimento das e dos colegas.



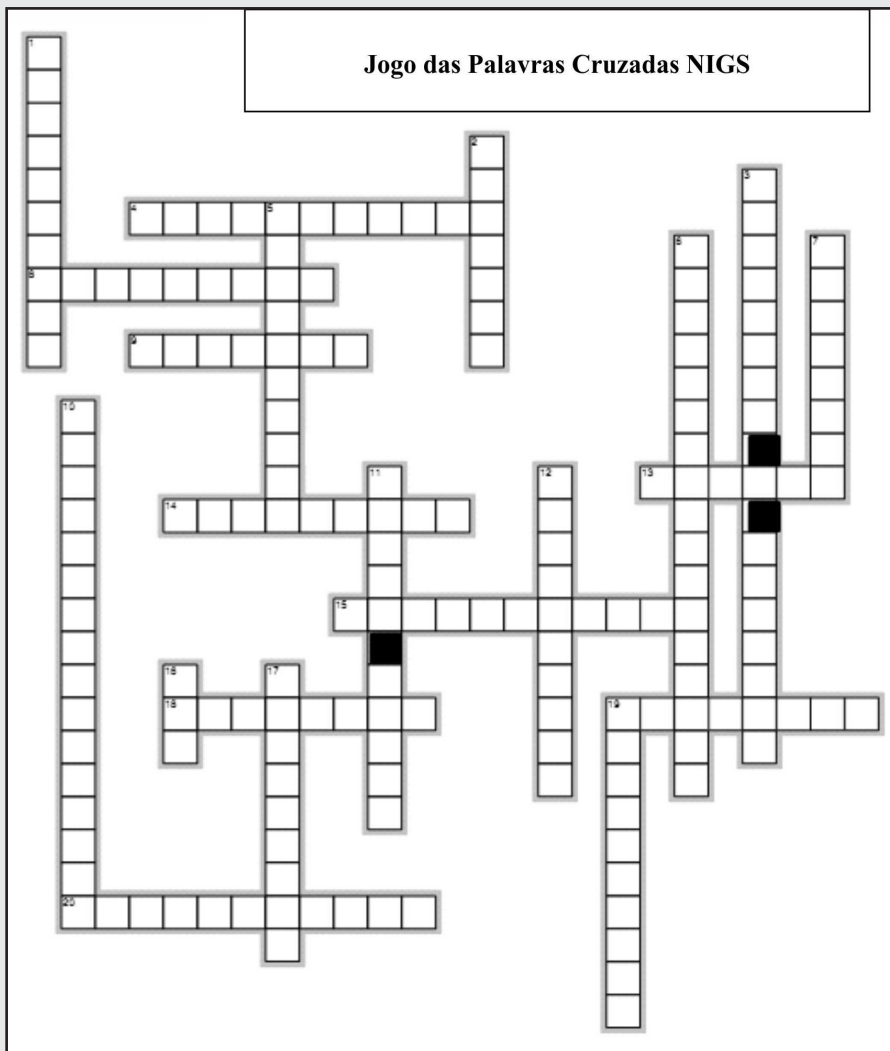
A dinâmica pode durar até 30 minutos, e ao final, deve-se pedir que cada grupo leia uma questão e uma resposta, a fim de que todos e todas possam ouvir, e que, caso alguém não tenha encontrado o significado do conceito para preencher o quadro, possa fazê-lo. Ao final da dinâmica, depois que todos e todas tiverem lido e resolvido o quadro, abre-se espaço para discussão, refletindo sobre os conceitos, sobre os que eram mais conhecidos e sobre os que eram ignorados até então. A proposta é estimular a discussão sobre a diversidade em sala de aula, a relação com colegas “diferentes”, os preconceitos, as piadas, e as transformações pelas quais a sociedade passou e segue passando, não apenas na escola, mas na televisão, internet, espaços familiares, grupos de amizades.

Tempo de duração: 90 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: A partir do oitavo ano do ensino fundamental, com até 40 participantes.

Questões norteadoras: O que define a sexualidade? O que é normal e anormal? O que são homossexualidades? E bissexualidades? Como se define o que é família atualmente? No que se diferenciam travestis e transexuais de homens gays? O que distingue gênero de sexo? O que é homofobia? Por que as diferenças são tratadas diferentemente? O que é desigualdade? Como é possível fazer da escola um ambiente mais seguro, mais saudável, mais respeitoso? Qual o papel de cada um e cada uma nas transformações necessárias?

Jogo das Palavras Cruzadas NIGS



HORIZONTAL

4. Diferentes posições em que somos classificados e classificadas e que nos classificamos (plural).
8. Meninos e meninas que mantêm práticas e relacionamentos afetivo-sexuais tanto com meninas quanto com meninos.
9. Regime de dominação de mulheres e homens homossexuais por homens heterossexuais.
13. Termo científico usado para abordar as masculinidades e feminilidades como sociais e históricas – e não como biológicas.
14. Estado das pessoas que têm seus direitos garantidos e cumprem com seus deveres.
15. Termo médico inventado em 1969 para classificar pessoas que mantêm relação afetivo- sexual com aquelas do mesmo sexo biológico.
18. Símbolo do movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transsexuais e transgêneros (LGBTTT).
19. Nome dado àquelas pessoas que assumem uma identidade de gênero diferente da masculina ou feminina e que não tem quaisquer problemas com isso.
20. Invenção histórica que regulou os atributos ou comportamentos que guiam as ações de homens e mulheres segundo seu sexo e seu gênero.

VERTICAL

1. Medo, aversão ou ódio direcionado àquelas mulheres que mantêm relação afetivo-sexual com outras mulheres.
2. Nome dado a meninas que gostam de meninas inspirado na Ilha de Lesbos, na Grécia, onde viveu uma filósofa chamada Safo.
3. É na garantia e no cumprimento destes dois que se fundamenta a democracia.
5. Medo, aversão ou ódio direcionado àquelas pessoas que adotam uma identidade de gênero diferente daquela prescrita pelo seu sexo biológico.
6. Termo científico usado para designar as novas famílias em que seu núcleo é composto por duas mulheres ou dois homens.

7. Local da escola em que ser homem e ser mulher importa muito.
10. Tipo de ação a que muitas e muitos estudantes gays e lésbicas são submetidas e submetidos na escola.
11. Instituição jurídica (legal) que regulamenta os casais, logo, a família no que diz respeito aos direitos e deveres civis.
12. Ação direcionada a indivíduos ou grupos que faz uso da força ou da repressão (plural).
16. Termo em inglês para designar homens que se relacionam afetivo-sexualmente com outros homens.
17. Aversão, medo ou ódio direcionado aos sujeitos gays ou a todas e todos que não se adequam às normas de gênero estabelecidas socialmente.
19. Termo psicológico usado para classificar mulheres e homens que apresentam atributos biológicos diferentes de suas identidades de gênero.



DINÂMICA 25: CABEÇAS DE BATATA – DISCUTINDO IDENTIDADES, TRAVESTILIDADES E SEXUALIDADES

Tema: Identidades de Gênero

Objetivos: Problematizar as identidades de gênero como construções sociais e históricas, apresentando bases teóricas para abordar a questão das travestilidades e homo-bi-sexualidades em sala de aula. Busca estimular a reflexão crítica no que tange à importância da separação entre crenças individuais e suas responsabilidades, e propõe uma avaliação coletiva sobre as formas de convivência com a diversidade identitária e sexual em ambientes escolares.

Material necessário: Caixa de fósforos para a dinâmica de apresentação. Cartões coloridos com situações diversas, que falem sobre identidades de gênero e sexualidades. Retalhos de tecido, cola, tesoura, papel colorido, EVA, revistas, linhas ou lãs em fios, canetas coloridas, fitas, moldes de cabeças de tamanho médio em formato de batata, que podem ser em isopor ou papelão, desde que fiquem equilibradas verticalmente, sobre uma base.

Metodologia: Esta dinâmica é baseada no brinquedo infantil “Senhor Cabeça de Batata”, criado nos Estados Unidos, e bastante conhecido a partir dos anos 1980, que consiste em trocar acessórios e sinais de identificação em cada cabeça, proporcionando a quem joga criar novos personagens adicionando óculos, bigodes, cabelos curtos ou compridos, batom, brincos, etc.

Para realização da oficina, em primeiro lugar deve-se organizar a turma em círculo, a fim de que todos e todas possam se apresentar. Uma caixa de fósforos deve circular entre grupo, começando pela equipe que ministra a oficina, da seguinte forma: aberta a caixa, cada um e uma pega um palito e acende. Enquanto o mesmo estiver queimando, desde que com segurança, deve dizer seu nome, idade, profissão, quanto tempo está em sala de aula (no caso de educadores e educadoras), qual a disciplina que ministra, etc.

No segundo momento, cada participante receberá uma situação, escrita em cartão colorido, que deverá ser guardada sem que as e os demais participantes saibam qual é ela. As situações precisam ser dinâmicas, diversas, e problematizar o tema da oficina. Suponhamos que uma das situações é: *“Aluna travesti de 15 anos, turno da noite, quer usar o banheiro feminino da escola”*.

Cada participante da dinâmica terá que buscar, para construir sua personagem, uma cabeça, que estará vazia, ou seja, sem nenhum tipo de acessório, podendo ser apenas o molde em isopor (ou papelão), já fixado em uma base do mesmo material. Além da cabeça, cada um e uma deverá escolher então materiais com os quais possa elaborar a personagem da situação, sejam canetas coloridas, fitas, recortes, lãs, o que acharem suficiente. O importante é suscitar a discussão entre quem está na dinâmica, sobre a melhor forma de representar o sujeito de cada situação, ou seja: como é que se representa uma aluna travesti de 15 anos? Quais os seus atributos? Essas questões deverão ser respondidas por meio da criação da personagem.

Deve-se prever pelo menos 45 minutos para esta atividade, a fim de que todas as possibilidades possam ser exploradas. Ao fim da montagem da personagem, todos e todas retornam ao círculo com sua cabeça pronta, e devem apresentar aos demais, sem falar sobre a situação a que se refere. O momento da conversa em grupo é fundamental para que se possa estabelecer um diálogo produtivo sobre as diferenças e a melhor maneira de lidar com elas. O grupo deve ser estimulado a falar, perguntar, questionar o e a participante que apresenta sua cabeça de batata, tentando identificar pelo molde a situação a que se refere, porque escolheu aqueles atributos e não outros, e como esta personagem seria tratada em ambiente escolar, tanto por educadores e educadoras quanto por colegas. Todas as apresentações deverão ser permeadas por discussões práticas e teóricas, que envolvam a temática, bem como deverá ser encorajada a participação ativa de todos e todas para resolução de eventuais conflitos ou dúvidas que surgirem.

O caráter lúdico desta atividade propicia um espaço para construir e aprender brincando, na construção de uma cabeça a partir de materiais variados, o que suscita também lembranças acerca das

brincadeiras de trocar a roupa das bonecas, especialmente entre as mulheres. Por isso também é importante questionar, entre homens que estejam participando, se há lembranças de brinquedos ou brincadeiras nas quais eles tinham essa possibilidade, de vestir, pentear, maquiagem, e como se sentem fazendo isso para discutir identidades de gênero, travestilidades, sexualidades.

Propomos as seguintes situações:

1. *"Aluna travesti de 15 anos, turno da noite, quer usar o banheiro feminino da escola".*
2. *"Pais discutem com a filha jovem por causa de seu estilo 'andrógino' de se caracterizar. A jovem afirma que se sente bem com seu jeito e suas roupas".*
3. *"Mulher lésbica solteira de trinta anos que decide ser mãe".*
4. *"Jovem homossexual luta contra a homofobia em sua escola".*
5. *"Menina bissexual discute com colegas e defende sua sexualidade, afirmando não ser indecisa".*

Tempo de duração: 180 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: do oitavo e nono ano do ensino fundamental, todas as séries do ensino médio, e grupos de educadores e educadoras, tendo-se o cuidado de adaptar as situações utilizadas de acordo com a turma e sua faixa etária. Máximo de 35 pessoas por turma.

Questões norteadoras: Quais as noções que temos sobre homens e mulheres? Como costumamos representar travestis e transexuais? O que sabemos sobre identidades de gênero, papéis sexuais, e modos de estar no mundo de cada sujeito? Quais as possibilidades de transformar a relação que a escola estabelece com quem é diferente? Os problemas surgem dos preconceitos ou do desconhecimento de algumas situações? Como estruturamos nossos pensamentos e reações diante do que não identificamos? O que a escola pode fazer para acolher, respeitar, estimular a convivência respeitosa e a formação integral de seus alunos e alunas?



DINÂMICA 26: BANCO DE RECURSOS CONTRA OS PRECONCEITOS

Tema: Família, identidade de gênero e orientação sexual.

Objetivos: Visa trabalhar questões sobre estruturas e arranjos familiares que fogem à norma da heterossexualidade e sobre homo-lesbo-bi-transfobias, a partir de uma dinâmica que permita vivenciar situações hipotéticas destas questões no âmbito da escola. Busca abordar a homo e trans sexualidades no ambiente escolar, a partir dos tabus que cercam estas questões, e também questionar as noções de família que se tem, suas modificações ao longo do tempo. Visa também questionar qual o papel de educadores e educadoras no enfrentamento de situações de homo-lesbofobia que existam na escola e problematizar a forma que a comunidade escolar lida com docentes gays, lésbicas, bi-sexuais ou trans. Deve-se dar espaço para que as noções sobre família, parentalidade, filiação, maternidade, paternidade, sexualidades, tabus e preconceitos apareçam e sejam discutidas por todos e todas durante a atividade.

Material necessário: Construção do “banco de recursos” que são cartões feitos em cartolina colorida, preparados antecipadamente pelas oficinas e pelos oficinairos com possíveis soluções para as situações apresentadas acerca da temática em tela; folhas A4 brancas; lápis, canetas, cola, revistas, papel *kraft*, tesouras, canetas coloridas.

Metodologia: Apresentar a dinâmica, e fazer uma pequena apresentação de participantes. Explicar como funciona o “banco de recursos”, e como será desenvolvida a atividade. Dividir a turma em grupos menores (de cinco a sete grupos, de acordo com o número de participantes, tamanho da sala e da equipe que ministra a oficina). Apresentar algumas situações para a turma, para que cada grupo escolha aquela com que deseja trabalhar, indicando que cada grupo tem 20 minutos para estudar a situação e escolher uma resposta adequada a ela.



Para auxiliar na escolha, haverá um conjunto de cartões, com sugestões de solução, que formam o “Banco de Recursos”. Esse banco poderá ser utilizado ou não, a decisão é do grupo, que também pode sugerir outras soluções que não estão disponíveis no banco. A proposta é que todos e todas possam ver que há muitas possibilidades de resolução e encaminhamentos para problemas muitas vezes tidos como complicados demais, e que o diálogo e a troca de informações podem apresentar soluções interessantes que não emergiriam de forma solitária. Da mesma forma, assim como há disponíveis socialmente diversos recursos que podem ser utilizados, também há outros que podemos desenvolver e aplicar de acordo com cada situação vivenciada.

Neste caso explicitado aqui, cada grupo deverá escolher uma situação diferente, mas todas elas versarão sobre a temática base da oficina, propondo questões diferentes, e soluções também particulares para cada uma delas, envolvendo gênero, família, sexualidades, afetos, travestilidades, identidades de gênero, mercado de trabalho e sexualidade, entre outras. As situações exemplo encontram-se descritas ao final da descrição da dinâmica.

Desenvolvimento: Após as apresentações e divisão do grande grupo em grupos menores, a facilitadora lerá sete histórias a todos e todas, pedindo que se manifestem, escolhendo as histórias. Depois, explicando que cada grupo terá 20 minutos para preparar uma resposta à(s) demanda(s) que a situação expõe, a facilitadora (ou facilitador) disponibilizará em uma mesa o “Banco de recursos”, cartões com sugestões de encaminhamento, que podem ser adotadas ou não. Ao final, retornando ao grupo maior, os mini-grupos apresentam o caso e as soluções propostas. A facilitadora ou o facilitador pedirá que na discussão as e os participantes tenham em mente algumas questões:

- » Como gênero se produz subjetivamente na família e na escola?
- » Quais são os tabus sobre as homossexualidades e quais são as implicações da homofobia na dinâmica escolar?
- » Que modalidades de família você conhece?

- » Como os modelos de família vêm sendo modificados ao longo do tempo?
- » Porque a visibilidade das famílias homoparentais é percebida como uma novidade?
- » Qual o papel da professora e/ou professor no enfrentamento às situações de homofobia que sofrem as crianças nascidas em famílias compostas por pais e mães que fogem da norma heterossexual?
- » Como lidar com a homossexualidade ou a transexualidade concretizada na figura do professor e da professora? Como trabalhar com os preconceitos da comunidade escolar em relação aos professores e professoras gays/lésbicas /bissexuais/trans?
- » Como lidar com nossas próprias crenças e convicções em relação a casamento, família, maternidade e paternidade?
- » Pessoas em relação homoerótica ou com identidade de gênero fora dos padrões heterocentrados educarão bem as crianças?
- » É preciso ser pai/mãe biológico para ser um bom pai ou uma boa mãe?

Historia 01: Marina e Rafaela

Marina tem 16 anos e frequenta o 3º ano do Ensino Médio. No final do semestre ela e sua colega Rafaela haviam sido advertidas pela supervisão, pois foram flagradas de mãos dadas trocando um selinho no recreio. Marina discutiu com o vigia, que a empurrou e chamou de *"machorra"*. Rafaela torceu o pulso na confusão criada, que envolveu alguns garotos que vieram assediá-las durante o episódio. A mãe e o pai de Rafaela, católicos carismáticos e comerciantes, vieram conversar com a professora para pedir satisfações, pois não aceitam que sua filha se misture com *"sapatão"*. A mãe e o pai de Marina, por sua vez, ateus e psicólogos holísticos, vieram cobrar da Escola uma atitude contra o fiscal, que discriminou sua filha em relação à sua orientação sexual. A turma do 3º ano, por outro lado, está dividida, pois a maioria entende que Marina e Rafaela não poderiam namorar livremente na Escola, e outra parte acha que todos e todas devem ter o direito de

manifestar afeto em público, o que é vedado como regra geral dentro da Escola. Você é professora ou professor das meninas, e a supervisora pediu que preparasse uma reunião reunindo pais e o fiscal para buscar uma conciliação, bem como um conselho de classe para discutir como a escola vai lidar com um namoro entre meninas. Como você prepararia a reunião e que sugestões daria à supervisão e diretoria para o encaminhamento do caso no conselho de classe?

*Se quiser, utilize em conjunto com seus e suas colegas de minigrupo, os recursos do banco descrito nos cartões, e crie outros conforme seu encaminhamento, para depois apresentar ao grande grupo. Você pode usar papel kraft para fazer um cartaz ou ensaiar uma apresentação de teatro. Procure aplicar técnicas lúdicas.

História 02: Maitê e Jorginho

Maitê é travesti e cabeleireira e vive em São Paulo, mas no passado teve um filho, cuja guarda está com sua ex-mulher. O menino, que se chama Jorginho, está com oito anos e é aluno do Instituto Estadual e vive em Florianópolis com a mãe, Renata. O menino, nos últimos tempos, tem passado boa parte do recreio em sala de aula ou isolado no pátio e, quando sai, acaba brigando, pois seus amiguinhos lhe têm chateado bastante, depois que souberam que é filho de uma travesti. Maitê tem uma relação harmoniosa com Renata, e veio visitar o filho durante as férias. Ela decidiu abrir um salão em Florianópolis e gostaria de começar a participar mais da vida de seu filho, acompanhar seu crescimento, o que inclui a escola. Ambas decidem então conversar com a diretoria sobre a situação, e pedem ajuda para tentar ajudar Jorginho a defender-se contra a discriminação que vem sofrendo e também inserir Maitê na comunidade escolar de maneira tranquila. O diretor não sabe como lidar com a situação e, pessoalmente, tem muitas dificuldades de aceitá-la. Dessa forma, pediu que você ajudasse a preparar uma reunião com as crianças envolvidas no bullying a Jorginho para buscar reparação das agressões e mudança de atitude. Como você prepararia essa reunião, sendo professor ou professora de

Jorginho e das outras crianças, e que sugestão daria à supervisão e diretoria para encaminhamento do caso?

*Utilize, se quiser, em conjunto com seus e suas colegas de minigrupo, os recursos do banco descrito nos cartões e crie outros conforme seu encaminhamento, para depois apresentar ao grande grupo. Você pode usar papel pardo, fazer um cartaz, ou ensaiar uma apresentação de teatro. Procure aplicar técnicas lúdicas.

História 03: Francisco e Antônio

Francisco e Antônio adotaram Agostinho, 15 anos, quando ele era ainda bebê. Recentemente registraram sua união estável e se casaram em cartório e possuem um patrimônio conjunto. Antônio trabalha numa empresa de informática e Francisco é ativista em homossexualidades e trabalha numa ONG/AIDS. Eles são muito esclarecidos quanto a seus direitos e, logo no início do ano, quando mudaram de cidade, tiveram um problema com o professor de biologia de Agostinho, que sempre fazia piadas e brincadeiras com conotação homofóbica e falou em sala de aula de modo ofensivo em relação à feminilidade e aos gays afeminados numa aula sobre reprodução animal. Agostinho reagiu e travou uma discussão com o professor, que o expulsou de sala. Após o ocorrido, os dois pais de Agostinho vão à Escola para conversar com a supervisora sobre o evento. Você é também professor ou professora desta turma e a supervisora lhe chamou para ajudar na intervenção, como representante do conselho de classe. Como encaminhará esta situação?

*Utilize, se quiser, em conjunto com seus e suas colegas de mini-grupo, os recursos do banco descrito nos cartões, e crie outros conforme seu encaminhamento, para depois apresentar ao grande grupo. Você pode usar papel kraft, fazer um cartaz, ou ensaiar uma apresentação de teatro. Procure aplicar técnicas lúdicas.

História 04: Débora e Vanessa

Débora é professora de matemática e vive com Vanessa, professora de educação física há 15 anos. Ambas são professoras e, neste semestre,

para incrementar seu salário, Vanessa passou a dar aulas extras numa academia que fica em frente à escola onde Débora trabalha. As mães de duas alunas viram Débora e Vanessa beijando-se em frente à Escola, no final da tarde quando ambas iam para casa, e muito escandalizadas, vieram reclamar à direção sobre o fato de uma professora ser “*sapatão*”. Você é a diretora e precisa preparar um encaminhamento para a questão.

*Utilize se quiser, em conjunto com seus e suas colegas de mini-grupo, os recursos do banco descrito nos cartões, e crie outros conforme seu encaminhamento, para depois apresentar ao grande grupo. Você pode usar papel kraft, fazendo um cartaz, ou ensaiar uma apresentação de teatro. Procure aplicar técnicas lúdicas.

História 05: Roberto

Roberto, gay assumido, é um excelente professor de francês, muito bem visto pela direção, colegas e a maior parte dos alunos. Roberto percebeu que sua posição vinha incomodando alguns e algumas estudantes e pais/mães, que vinham fazendo comentários a seu respeito em redes sociais e nos corredores e em festas da Escola. Roberto passou a receber bilhetes anônimos dizendo coisas como “*Fora gays*”, e montagens com fotos de revistas pornográficas gays e símbolos do nazismo. A parede de um muro em frente ao colégio amanheceu pichada com os mesmos dizeres homofóbicos. Naquele mesmo dia, um pai organizou um abaixo-assinado para despedir o professor, fundado em sua orientação sexual, e encaminhou o pedido à Direção da Escola e à Secretaria de Educação (SED). Roberto pediu auxílio à direção, alegando que está sendo discriminado. Na SED, foi encaminhado o pedido de sindicância para apuração de irregularidades ou de assédio por parte do professor contra algum dos estudantes, mesmo não tendo havido nenhuma demanda neste sentido. Você é professor ou professora, sindicalizado e sindicalizada, colega de Roberto, e foi chamado ou chamada por ele para auxiliar como testemunha na sindicância e na mobilização da comunidade escolar para apoiá-lo.

*Utilize, se quiser, em conjunto com seus e suas colegas de mini-grupo, os recursos do banco descrito nos cartões e crie outros conforme seu encaminhamento, para depois apresentar ao grande grupo. Você pode usar papel kraft, fazendo um cartaz, ou ensaiar uma apresentação de teatro. Procure aplicar técnicas lúdicas.

História 06: Troca-troca

Você é um professor da 2ª série de uma escola particular do interior de São Paulo. Um estudante de sua turma, Luizinho, de oito anos, foi “encontrado” pelo orientador pedagógico fazendo “troca-troca” no banheiro, com um colega da 5ª série e o repreendeu severamente. O pai de Luizinho, um rico fazendeiro da região, foi a escola e após muita discussão, responsabilizou a escola por omissão, você por irresponsabilidade, o orientador por agressão e o estudante da 5ª série por abuso sexual. Além disso, um jornal local relatou o fato pela ótica do pai de Luizinho, o que deixou a cidade revoltada. Seus e suas estudantes, em sala, perguntam a você o que é “omissão”, “abuso sexual” e “troca-troca”?

*Utilize, se quiser, em conjunto com seus colegas de mini-grupo, os recursos do banco descrito nos cartões, e crie outros conforme seu encaminhamento, para depois apresentar ao grande grupo. Você pode usar papel kraft para fazer um cartaz, ou ensaiar uma apresentação de teatro. Procure aplicar técnicas lúdicas.

História 07: Raquel

Sua vizinha, Irene, de 40 anos, sabendo que você é um professor ou professora capacitado/a para trabalhar com sexualidade e gênero, e por isso deve “entender dessas coisas”, procura sua ajuda em uma conversa informal. Conta-lhe então que sua filha, Raquel, de 17 anos, noiva de um “rapaz de boa família e bom partido”, acaba de decidir desmanchar o noivado por estar apaixonada por uma mulher. Quando ela verbaliza o nome da “namorada” de Raquel, você percebe tratar-se de sua sobrinha mais querida. Sem saber desse parentesco, Irene relata que seu marido a culpa pela “sem-vergonhice” da filha, que quer



expulsá-la de casa. Frente a isso, Raquel decidiu fugir de casa e, com sua “namorada”, vai viver em outra cidade. Irene, chorando desesperada, diz que Raquel é sua única filha e que não sabe o que vai fazer sem sua filha em casa, embora ela “sofra desse mal”.

*Utilize, se quiser, em conjunto com seus colegas de mini-grupo, os recursos do banco descrito nos cartões, e crie outros conforme seu encaminhamento, para depois apresentar ao grande grupo. Você pode usar papel kraft, fazendo um cartaz, ou ensaiar uma apresentação de teatro. Procure aplicar técnicas lúdicas.



DINÂMICA 27: *ROLE PLAYING*

Tema: Papéis de Gênero

Objetivos: A dinâmica, através de histórias curtas, visa refletir sobre os papéis de gênero e sobre como todos e todas em algum momento temos que fazer alguma coisa que não queremos, ou deixar de fazer alguma coisa que queremos para nos adequar aos mandatos de gênero. A ideia que seria importante debater é que as imposições de gênero e as sanções que punem o desvio da norma não se dirigem apenas às pessoas cuja sexualidade não seja normativa; elas se dirigem também a homens e mulheres, garotos e garotas que simplesmente querem se portar de um jeito mais livre. Também é importante que as histórias não sejam “trágicas”, mas sim que contêm situações cotidianas de pessoas que não ficam à vontade nas caixinhas heteronormativas.

Material necessário: histórias para gerar o debate, xerox para entregar aos grupos (a experiência nos mostra que o ideal é que cada pessoa tenha sua cópia da história para poder acompanhar a leitura grupal da mesma). Opcionais: cartazes ou papel *Kraft* se queremos que escrevam suas respostas.

Metodologia: Depois da apresentação da equipe e da turma, dividir a turma em grupos de no máximo seis pessoas e entregar as histórias. Solicitar aos e às estudantes que leiam o conto, se coloquem no lugar do ou da protagonista da história e pensem como se sentiriam se estivessem naquela situação. Depois, deve-se colocar no lugar da família, ou das amigas e dos amigos e pensarem em como agiriam frente às situações propostas. Os grupos têm aproximadamente 35-40 minutos para ler e responder às perguntas. É importante que a dinamizadora ou o dinamizador acompanhe e estimule o debate dos vários grupos. Apresentam-se duas histórias de modelo, mas outras podem ser inventadas para se adequar à idade e peculiaridade das turmas (o ideal é que cada grupo tenha uma história distinta da dos demais). Uma vez



finalizada essa primeira parte, cada grupo apresenta na plenária sua história e as reflexões que surgiram. É importante instruir os grupos para que contem rapidamente suas histórias para não perder a atenção da turma. Essa segunda fase deve durar uns 35-40 minutos. A ideia chave que se deve passar é de que as mesmas normas sociais que o sexismo impõe e que fazem os papéis de gênero tão rígidos, são as responsáveis do heterossexismo (termo que descreve o sistema sócio-histórico-cultural que prescreve a superioridade da heterossexualidade sobre as demais sexualidades).

Tempo de duração: 90 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: a partir do 7º ano do ensino fundamental (ainda dá resultados melhores com estudantes do ensino médio). Máximo de 30 estudantes.

Questões norteadoras: O que é Gênero? Quem define o que é certo para homens e mulheres? Ser mulher é ser feminina? Ser homem é ser masculino? Como a sociedade vai moldando e definindo padrões de comportamento e atuação social para cada indivíduo? Alguma vez se sentiram desconfortáveis com as “caixinhas” de gênero? Alguma vez deixaram de fazer alguma coisa por não estar adequada aos mandatos de gênero? Essas questões se refletem na escola de que forma? Como são tratados meninos e meninas em sala de aula? O que é preciso mudar para termos uma sociedade e uma escola mais democrática, plural, e capaz de conviver com as diversidades?

EXEMPLOS DE HISTÓRIAS PARA DINAMIZAR O DEBATE

História 1 – João

“João tem 16 anos. Já faz tempo que sabe que se sente atraído pelos garotos e acha que provavelmente é homossexual. Ele gostaria de compartilhar com seus amigos mas, toda vez que tenta, seus amigos só falam

de garotas e João acaba se calando. Ele também gostaria de falar para a sua família, mas tem medo. Não sabe nem quando nem como falar disso. Será que seus amigos vão rechaçá-lo? Será que eles vão aceitar de verdade ou somente na aparência? Será que a relação com eles vai mudar? E a sua família? Será que vai ficar brava? Será que vão expulsá-lo de casa? Será...”

Ponham-se no lugar do João e imaginem que estão com uns amigos falando da sua orientação sexual.

1. O que aconteceria? Tratem de pensar e escrever no cartaz as atitudes possíveis dos seus amigos.
2. Por que acham que João sente a necessidade de *sair do armário*?
3. Quais acham que são os sentimentos de João?
Agora deixem de ser João e imaginem que o João é um amigo que fala da sua homossexualidade.
4. Qual seria a sua reação?
5. O que falaria para ele? Aconselhá-lo-ia a *sair do armário* também com a família?
Agora tratem de imaginar que são a família do João.
6. Como vocês reagiriam? Com conversa ou com violências?
7. O que fariam para o João?
8. Fariam para outros membros da família (avós, tios, primos) ou esconderiam a situação?

História 2 – Letícia

“Letícia brinca de pipas com seus irmãos e vizinhos. Adora a brincadeira, confecciona suas próprias pipas, coloridas, bonitas. Na escola irá acontecer um festival de pipas. A mãe leva Letícia com a pipa que confeccionou para o festival. Ao chegar na escola a mãe pergunta: Só vai ter meninos no festival? E quer convencê-la a não participar do festival. Letícia resiste querendo participar, mesmo sendo a única menina.”

Ponham-se no lugar da Letícia e digam, através de imagens, frases ou desenhos, se em algum momento nas suas vidas vocês já passaram por uma situação como a da Letícia:

1. A sociedade diz que não se pode fazer tal coisa porque não é coisa de menino ou coisa de menina?
2. Podem contar algum exemplo?
3. Por que será que a mãe da Letícia não deixou ela brincar com os meninos no festival mas permite com irmãos e vizinhos ?
4. Existem brincadeiras e modos de agir que são somente das meninas e outros somente dos meninos?



DINÂMICA 28. FALANDO SOBRE HOMOSSEXUALIDADES – O TRIBUNAL

Tema: Homossexualidades

Objetivos: Busca aproximar participantes da questão das homossexualidades, os padrões sociais heteronormativos e as implicações da diferença de sexo, gênero e identidade de gênero para o cotidiano dos sujeitos, refletindo sobre seus efeitos.

Material necessário: Cartões nas cores rosa e azul, feitos em cartolina ou folhas A4 coloridas, papel, caneta.

Metodologia: Apresentar a dinâmica para a turma e, a seguir, organizar duplas. Cada dupla recebe um cartão rosa e um cartão azul, ambos com a mesma informação escrita. Na dupla, cada um terá um papel, sendo um de “Acusador” ou “Acusadora”, outro de “Defensor” ou de “Defensora”, para a organização do tribunal. Além dos cartões, as duplas recebem caneta e papel, para elaborar suas argumentações a serem apresentadas. Exemplo:

“Acho que minha irmã é lésbica. Se ela for, vou apoiá-la quando quiser falar para nossa família e amigos.”

Quem fica com o cartão rosa deve concordar com a afirmação e elaborar argumentos a respeito para apresentação posterior e quem fica com o cartão azul deve discordar e fazer a mesma elaboração de argumentos.

Propomos as seguintes frases:

1. *“Todo homossexual já sofreu algum tipo de rejeição ou trauma na infância”.*
2. *“Sou contra a violência, mas muitas travestis merecem”.*
3. *“Os homossexuais são pessoas sensíveis”.*
4. *“As lésbicas são mulheres que querem ser homens”.*
5. *“Os gays têm vergonha de ser gays”.*
6. *“Muitos homens fingem ser gays para ficar mais perto das mulheres”.*



7. *“Acho que minha irmã é lésbica. Se ela for, vou apoiá-la quando quiser falar para nossa família e amigos”.*
8. *“Não tenho nada contra homossexuais, desde que se comportem em público”.*
9. *“Os gays são os melhores cabeleireiros do mundo”.*
10. *“Não existe esse negócio de simpatizante. Para mim simpatizante na verdade é suspeito ou enrustido”.*
11. *“A identidade sexual do futuro é a bissexualidade”.*
12. *“Sou contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo. A Bíblia diz que casamento é entre homem e mulher”.*
13. *“O combate à discriminação e preconceito contra os gays, lésbicas e travestis é assunto de todos nós”.*
14. *“Os gays, as lésbicas e as pessoas trans não são discriminadas na escola”.*
15. *“Não deixaria meu irmão caçula sozinho com um amigo gay”.*
16. *“Minha escola deve trazer debates e palestras sobre sexualidade e orientação sexual para nós estudantes”.*

Esta atividade tem mais ou menos 15 minutos de duração, podendo levar até 25 minutos, de acordo com o número de participantes e encaminhamentos das discussões nas duplas. Uma vez tendo sido elaborados todos os argumentos nas duplas, parte-se para a apresentação, que é “O tribunal”, onde todos e todas devem apresentar aos demais seus cartões, ler a informação contida neles e partir para exposição de seus argumentos, buscando convencer a turma de suas opiniões.

Quando a dinâmica tiver terminado, com a apresentação de todas as duplas, a turma deve discutir o que viu e ouviu, quais os argumentos mais interessantes, se concorda ou discorda e, principalmente, pensar sobre as argumentações relacionadas com o ambiente escolar, refletindo sobre a inserção ou exclusão de homossexuais, lésbicas, travestis, transexuais, na escola, e de que forma são tratados. Outras questões podem emergir, como as diferenças entre meninos e meninas, outros preconceitos (atentar para relatos de *bullying*, por exemplo, contra gordos e gordas, negros e negras, pessoas mais baixas ou

muito altas de altura, magros ou magras demais, pessoas com deficiência). Sugere-se refletir sobre a circulação de posições no campo da discriminação perguntando, exemplo, se quem age de forma homofóbica pode ser negra ou negro, ou magra ou magro, ou não usar as roupas da moda, e ser discriminado ou discriminada em outras situações por causa disso? Tudo deve ser levado em conta na discussão final, que deverá apontar para as possibilidades de transformação de concepções, revisão de idéias e questionamento dos preconceitos mais presentes e seus motivos.

Tempo de duração: 90 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: a partir do 7º ano do ensino fundamental, até o fim do ensino médio, podendo-se adaptar às afirmações nos cartões para as turmas. Máximo de 30 participantes.

Questões norteadoras: As desigualdades de gênero se refletem em outras desigualdades? Quem define qual é a expressão da sexualidade mais legítima socialmente? Como sua família aborda as questões de gênero? Existem gays, lésbicas, travestis e transexuais na sua escola? Se sim, como são tratados por colegas, professoras/es, servidores/as? Por que fazemos distinções entre as pessoas? Qual o papel de acusador ou acusadora? Já fui acusado? Se sim, de quê? Como me senti? Como mudar a realidade da escola e dos outros contextos pelos quais se transita?

▷ DINÂMICA 29: “AMOR”, “NAMORO”, “FICAR”

Tema: Relações afetivas na juventude

Objetivos: Problematizar as relações contemporâneas estabelecidas entre jovens, partindo dos conceitos utilizados por estes de “amor, namoro e ficar”. Busca questionar e provocar reflexão sobre afetividade, sociabilidade, formas de se relacionar. Visa problematizar os processos tidos como “naturais” dos relacionamentos entre as pessoas (independentemente de gênero ou orientação sexual), e estimular a discussão sobre os modos como homens e mulheres são classificados socialmente a partir de suas práticas afetivas/sexuais, também no ambiente escolar.

Material necessário: Recortes de notícias de jornais, material divulgado em redes sociais, sites e blogs, matérias de revistas, dentro da temática determinada, e que permita dividir em questões chave para trabalho em grupo. Sugerimos algumas revistas para seleção de matérias, notícias, “testes de comportamento”, voltados ao público jovem, alvo da dinâmica temática. Contudo a seleção ficará a critério de quem estiver ministrando a oficina, desde que levando em conta os objetivos de cada atividade:

1. Revista Capricho²⁴;
2. Revista TodaTeen²⁵;
3. Revista Atrevida²⁶;
4. Revista TRIP²⁷;
5. Revista TPM²⁸;
6. Revista YesTeen²⁹

24 Disponível em <https://capricho.abril.com.br/>. Acesso em 26/05/2020.

25 Disponível em <https://todateen.uol.com.br/>. Acesso em 26/05/2020.

26 Disponível em <https://www.atrevida.com.br/>. Acesso em 26/05/2020.

27 Disponível em <https://revistatrip.uol.com.br/>. Acesso em 26/05/2020.

28 Disponível em <https://revistatrip.uol.com.br/tpm>. Acesso em 26/05/2020.

29 Disponível em <https://febreteen.com.br/tag/yesteen/>. Acesso em 26/05/2020.

Metodologia: O tema é apresentado, conceituando brevemente, com ajuda da turma, o que é “amor”, “namoro” e “ficar”. Deve-se permitir que a própria turma exponha suas ideias, mas sem aprofundar demais o tema, já que este é o objetivo da discussão a ser feita. Dividir a turma em grupos, tentando manter a equidade na composição dos mesmos, entre meninos e meninas. Assim como em outras situações nas quais a equipe interfere na formação de grupos, caso haja a presença de travestis ou transexuais, deve-se permitir que escolham em qual grupo querem trabalhar, e a equipe pode auxiliar se perceber alguma resistência.

Uma vez que os grupos estejam organizados, distribui-se as matérias, recortes e notícias. Junto com este material, cada grupo recebe também uma palavra ou expressão (questão) chave. Sugerimos que estas sejam pensadas como um resumo, uma amostra do que está contido nos materiais colhidos de revistas, jornais, redes sociais, sites, blogs. Neste caso aqui, como exemplo, foram utilizadas as seguintes expressões e palavras chave: *“Eu preciso de um namorado!”*, *“Desabafo”*, *“Menina que beija menina”*, *“Como transformar uma ficada em namoro”*, *“Namoro virtual vira real?”*, *“Você tem coragem de convidar um garoto para sair?”* e *“Traição”*. Por serem questões, em geral, próximas das turmas com as quais se vai trabalhar, elas geram ansiedade, brincadeiras, acusações, piadas e muitas discussões. A distribuição do tema nesta oficina é bastante livre e deve-se calcular pelo menos 30 minutos para que os grupos leiam as matérias, pensem sobre suas expressões-chave, discutam, e organizem uma apresentação sobre o que refletiram. É importante que a equipe, o educador ou a educadora permaneçam circulando entre os grupos, acompanhando as discussões, a fim de coletar as impressões que não necessariamente vão aparecer na apresentação final. Depois de encerrado o tempo da atividade, cada grupo apresenta suas discussões e resultados, deixando-se um tempo de três a cinco minutos para que os demais grupos debatam o que foi apresentado pelos e pelas colegas. Por fim, se faz uma discussão coletiva sobre o que foi lido, quais as noções que a turma já tinha antes e quais mudanças perceberam durante a discussão em grupo. Deve-se



discutir as diferenças de gênero, as rotulações que meninos e meninas recebem, e de que modo representam suas relações.

Tempo de duração: 90 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: A partir do 9º ano do ensino fundamental, mas está mais direcionada para os três anos do ensino médio, com até 40 participantes.

Questões norteadoras: Como a escola lida com as relações entre adolescentes, pré-adolescentes e jovens? Como estudantes definem as relações que estabelecem? Existe alguma relação que seja permitida e outra que seja proibida? Como são vistos meninos e meninas a partir de seus comportamentos afetivos? Quais as diferenças entre namoro, ficar, e o que é amor para jovens? A escola tem contato com os contextos familiares de seus e de suas estudantes? Como é tratada a sexualidade no campo dos afetos adolescentes? Há diferenças entre relações heterossexuais e homossexuais? E entre as relações bissexuais? As diferenças de gênero são levadas em conta na hora de trabalhar com as relações estabelecidas? De que forma educadores e educadoras podem contribuir para o amadurecimento de jovens, no que tange às suas relações iniciais na área da afetividade?



DINÂMICA 30: RELACIONAMENTOS AFETIVOS

Tema: Relacionamentos afetivos

Objetivos: Esta dinâmica pretende problematizar as distintas maneiras de classificar as relações afetivas na juventude, enfocando questões como: o tempo de duração (minutos, uma noite, alguns dias, meses), o tipo de contato (do beijo à transa), entre outros; com o objetivo de enfatizar a relevância das relações de gênero nessas classificações.

Material necessário: Folhas A4 e/ou Cartolinas.

Metodologia: A oficina é iniciada com o preenchimento de perfis, em que já há um espaço para o nome, a idade, relacionamento entre outras informações (cidade natal, esportes...) como encontrado no Facebook, por exemplo. Para o preenchimento do item relacionamento, é solicitada a ajuda das e dos participantes, que se dividirão em grupos de no máximo quatro pessoas para criarem uma lista de possíveis relacionamentos existentes e suas definições, com alguns exemplos (para além dos disponíveis no Facebook – casado, solteiro, namorando, relacionamento aberto) em uma cartolina ou folha A4. A lista deve consistir numa espécie de inventário de termos para se referir a relacionamentos (“ficar”, “pegar”, “zuar”, etc) e das pessoas nelas envolvidas (“cachorra”, “galinha”, “piriguete”, “vaca”, “putões”, etc).

Nesse momento, é importante que as dinamizadoras e os dinamizadores da oficina acompanhem a fluência da atividade, de modo a incitar a participação de todas e todos por meio de questionamentos. Cada grupo apresentará sua lista ao grande grupo, a partir do que haverá a construção de uma listagem geral de classificações por meio da problematização dos termos, definições e seus critérios com o objetivo de apontar as controvérsias, gerando assim, um debate. Essa é uma atividade que pode ser feita para discussões sobre raça/etnia, sexualidade, entre outras questões que são alvos constantes de classificações



e reclassificações. O preenchimento do campo relacionamento após a construção da lista geral é opcional.

Questões norteadoras: Um arranjo de relacionamento precisa necessariamente ser apenas entre duas pessoas? As pessoas são vistas de formas diferentes a depender do tipo de relacionamento em que estão? As cobranças a mulheres solteiras são diferentes das cobranças aos homens solteiros? Se sim, como podemos perceber estas diferenças? É possível se interessar afetivo/sexualmente por mais de uma pessoa ao mesmo tempo? O tempo das relações que alguém estabelece é definidor do seu caráter?

MÓDULO 5 – RELIGIÃO, GÊNERO E SEXUALIDADES

[VOLTA AO SUMÁRIO]



A articulação entre religião, gênero e sexualidade tem um lugar de destaque no debate público brasileiro. Neste módulo apresentamos atividades para desenvolver as temáticas de gênero e sexualidades na interface com as crenças e religiosidades que se manifestam no espaço escolar. Ao longo de uma década de realização de oficinas, acompanhamos o crescimento e presença crescente de discursos, símbolos e práticas religiosas nas escolas onde atuamos. Acreditamos que é fundamental que na escola haja pluralidade religiosa e que variadas crenças (ou mesmo a ausência de crença) devem ser respeitadas entre estudantes, educadores e educadoras, fazendo da escola um ambiente privilegiado também para as reflexões e discussões sobre o tema das crenças e religiosidades. Afinal, muitas vezes preconceitos e discriminações são justificados a partir de concepções religiosas. Antes de apresentarmos as atividades, explicitamos os conceitos e concepções que as embasam.

5.1 O DIREITO À LIBERDADE RELIGIOSA³⁰

O direito à liberdade de culto está previsto na legislação nacional do Brasil desde a constituição de 1824, reconhecendo todavia a Igreja Católica

30 Parte deste texto está publicado em Tânia Welter (2015).

como a religião oficial³¹. Na prática, o Brasil é um país multicultural e pluri-religioso desde antes do período da colonização europeia. As múltiplas formas de religiosidade (inclusive no contexto do cristianismo) trazidas da Europa pelos conquistadores conviveram e misturaram-se a crenças e práticas dos povos tradicionais e das múltiplas religiosidades africanas transplantadas por meio do tráfico para o Brasil.

Essa relação nunca foi harmoniosa e respeitosa, mas repleta de disputas, conflitos e perseguições a religiões e religiosidades minoritárias. Segundo André Musskopf (2013), as perseguições ocorridas, inclusive no interior dos próprios grupos religiosos, foram realizadas por instituições religiosas e escolares, muitas vezes disfarçando-se de afirmação da ortodoxia e prática verdadeira, e “não raro aparelharam o Estado para a efetivação de suas concepções e práticas na esfera pública.” (2013, p. 160).

A religiosidade é uma experiência eminentemente subjetiva e composta pelo conjunto de disposições referentes ao sagrado transcendente³². Apesar do seu caráter subjetivo e individualizado, a identidade religiosa é constituída a partir das relações sociais e do contato de pessoas com princípios, valores, práticas, símbolos e rituais religiosos que são coletivos. A partir desse contato é que a pessoa pode ou não sentir desejo de ter acesso ao sagrado transcendente. Esse processo pode ocorrer de forma gradual a partir das relações familiares e comunitárias ou diretamente em perspectivas religiosas, institucionalizadas ou não. A perspectiva religiosa é um modo de ver, aprender e compreender, uma forma particular de olhar a vida, uma maneira particular de construir o mundo (GEERTZ, 1978). Ela difere do senso comum, porque se move além das realidades da vida cotidiana e da científica e questiona as realidades da vida cotidiana e da estética.

31 Para uma análise da complexa e conflituosa relação entre legislação e igreja confessional, ver André Musskopf (2013).

32 O sagrado é tomado aqui como aquilo que possui um caráter divino, religioso, e, ao adquiri-lo, não pode ser tocado, violado ou infringido.

5.2 ESTADO LAICO, LAICIDADE E SECULARIZAÇÃO

Nos inspiramos no antropólogo Ari Oro (2008) para diferenciar os termos *laicidade* (ou laicização) de *secularização*. Segundo ele, *secularização* é um fenômeno que abrange ao mesmo tempo a sociedade e as suas formas de crer. Já, *laicidade*, designa a maneira pela qual o Estado se emancipa de toda referência religiosa. Ou seja, “secularização expressa a idéia de exclusão das religiões do campo social, que se encontra, então, ‘secularizado’, as normas religiosas interferindo cada vez menos nos comportamentos cotidianos, na maneira de compreender a vida e de se representar a morte” (ORO, 2008, p. 83). Na laicidade, não há uma eliminação total da religião na sociedade e diz respeito, sobretudo, ao Estado.

Segundo Janayna de Alencar Lui (2011) desde a edição do decreto 119-A (1890), de provável autoria de Rui Barbosa, o Estado brasileiro incorporou noções ligadas ao princípio da laicidade e também estabeleceu igualdade de tratamento entre as religiões. Com a Constituição de 1891, instituiu-se a separação entre Igreja e o Estado, em que este não mais reconhece ou financia uma religião oficial (que até então era a católica), mas assume, de forma definitiva, as rédeas da educação.

Segundo Emerson Giumbelli (2004), a laicidade, concebida como um valor comum necessário, passa por três princípios, que a garantem e limitam. O primeiro, princípio da separação, “assegura que as opções espirituais ou religiosas não envolvam o Estado e que este não se envolva com aquelas” (GIUMBELLI, 2004, p. 50). O autor também destaca que o Estado assegure a expressão religiosa, “assim como postula a renúncia, por parte das religiões, à sua dimensão política” (GIUMBELLI, 2004, p. 50). Para ele, a laicidade exige de cada religião um esforço de adaptação e conciliação dos dogmas com as leis que regem a sociedade. Este segundo princípio é o da igualdade, que comanda um tratamento isonômico por parte do Estado, “mas exige das religiões que não façam demandas particularistas” (GIUMBELLI, 2004, p. 50). E, o terceiro princípio, segundo o autor, o da liberdade de consciência, “funda o direito à livre expressão religiosa no espaço e no debate público” e “impõe o Estado a proteger o indivíduo contra toda imposição religiosa” (GIUMBELLI, 2004, p. 50).

Refletir sobre religião, religiosidades e crenças na escola, é portanto um tema fundamental para pensar temáticas de gênero e sexualidades e para isso apresentamos as oficinas que seguem. Todas as oficinas deste eixo são sugeridas para estudantes a partir do 6º ano do Ensino Fundamental pois são turmas que cursam a disciplina Ensino Religioso, que é parte do currículo do Ensino Básico e ministrada para estudantes do 6º ao 9º ano tal como prevê a lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996.³³

33 Art. 1º O art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. § 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.



DINÂMICA 31: RELIGIÃO, GÊNERO E SEXUALIDADES

Tema: Religião, Gênero e Sexualidade.

Objetivo: Esta oficina visa problematizar de forma reflexiva as implicações que os dogmas religiosos têm nas relações sociais e também no espaço escolar. Não se deve abordar nenhuma religião específica, nem de forma crítica nem de forma elogiosa, mas garantir que seja pensada a relação entre pessoas e seus deuses, e o que significa “ter uma religião” ou “acreditar em Deus”. Deve-se permitir a expressão livre de qualquer crença, tanto entre estudantes quanto entre educadores e educadoras. É importante pensar ainda de que modo essa crença, ou a prática religiosa, influencia a interação social, o respeito ou desrespeito às diferenças. A oficina deve ser adaptada a idade e contexto de cada grupo de participantes.

Material necessário: Canetas, folhas A4. De acordo com a faixa etária também podem ser utilizados outros recursos, como vídeos e documentários que abordam a questão da religiosidade e sua relação com discriminações de gênero e violências homo-lesbo-transfóbicas, por exemplo.

Metodologia: Inicialmente a equipe é apresentada, bem como o tema da oficina. Depois, divide-se a turma em grupos menores, para iniciar a dinâmica. Uma preocupação é a de não focar diretamente na questão religiosa, mas de provocar o diálogo e a participação a partir do tema sugerido. A equipe que vai ministrar a oficina deve estar preparada para abrir o campo temático abordado, tratando religiosidades em intersecção com gênero, sexualidade, violências, a partir das falas e percepções sobre estas temáticas trazidas pela turma. Uma vez em grupos, indica-se a tarefa: listar histórias, ditos, provérbios, sobre como homens e mulheres devem se comportar de acordo com seu sexo/gênero, na família, na igreja, na escola, no trabalho. Sugere-se que se reflita sobre estas imposições desde a infância até o momento atual.



Cada grupo recebe folhas em branco e canetas, e é orientado a dialogar e construir de forma livre que memórias têm sobre padrões e indicações sociais do que é considerado certo e errado para homens e mulheres, meninos e meninas. A equipe deverá se distribuir entre os grupos, visando contribuir e incentivar as discussões, mas sem interferir na construção do que será apresentado ao final. A atividade pode ser bastante ampla, se indicando que sejam listados ditos e provérbios populares e também indicações das religiões que frequentam. É importante ressaltar nos comentários feitos pela equipe de oficinas que a religião, seja ela qual for, não é um assunto isolado na vida das pessoas, mas que tem relação também com a família, relações sociais, ambiente escolar, cotidiano. Ao final da atividade é fundamental identificar com a turma o quanto a proposta mobilizou sentimentos, reflexões, questionamentos, sem que isso proíba qualquer tipo de crença religiosa, ou valorize umas em detrimento de outras. É importante destacar que as construções sociais também estão presentes nas religiões, e que estas não podem condicionar as relações entre as pessoas.

Tempo de duração: 90 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: do ensino fundamental e do ensino médio, educação de jovens e adultos, educadores e educadoras.

Questões norteadoras: Qual o lugar da religiosidade na vida contemporânea? De que forma as religiões influenciam as atitudes e contextos sociais? Como a religiosidade é trabalhada na escola, e nos espaços escolares em geral? A religião pode determinar as ações e políticas de um governo? Por que alguns preconceitos são baseados em argumentos religiosos, ou na “palavra de Deus”? A diversidade religiosa é diferente das demais diversidades? Sexualidade, gênero, família, escola, trabalho, são questões ligadas às religiosidades? É possível respeitar as diferenças e manter a crença religiosa, seja ela qual for? Qual é o papel dos contextos familiares e educacionais nas articulações entre religiosidades e demais questões da vivência social de cada um e cada uma?



DINÂMICA 32: NOSSAS CABEÇAS

Tema: Religião, diversidade de crenças, gênero e sexualidades.

Objetivo: Busca fazer as e os participantes refletirem sobre suas próprias crenças e reconhecer semelhanças com as crenças de outros participantes. Ao reconhecer a diversidade de crenças e vertentes religiosas, propõem-se refletir de que forma essas experiências influenciam suas vidas. Deve-se estimular o debate, o pensamento crítico, visando, no entanto, fugir das proposições maniqueístas de que há uma religião “mais certa” do que outra.

Material necessário: Recortes de revistas (ou impressões de imagens da internet) que representem rostos de pessoas de diferentes culturas e religiões, abrangendo a maior diversidade possível. Pode-se mesclar imagens de pessoas sem marcadores visíveis de religiosidade com outras marcadamente religiosas, como padres, freiras, pastoras, mães de santo, pais de santo, mulheres muçulmanas usando xador ou judeus usando kipá. Tesoura, folhas A4, canetas.

Metodologia: Apresentação da equipe e da temática. Durante a apresentação, pode-se perguntar para a turma o que pensam sobre religião, se gostariam de falar sobre suas próprias crenças, ou sobre as experiências religiosas de suas famílias. Depois da apresentação, passa-se para uma explanação sobre diferentes religiosidades, e suas implicações étnicas, sexuais, geográficas, culturais. Aborda-se também distintas formas de cada religião ou crença tratar homens e mulheres. A turma deve ser estimulada a pensar nos papéis que homens e mulheres ocupam em cada grupo religioso, como são hierarquizados, e refletir sobre o que diferencia e o que iguala religiões diferentes. A seguir, divide-se a turma em grupos (entre três e cinco grupos, de acordo com o número de participantes), e cada grupo receberá três peças de um quebra-cabeças, formando imagens de pessoas de religiões diferentes e etnias diversas, e uma folha em branco com canetas.



Cada uma das imagens recortadas ou impressas deverá ser recortada em três partes, obedecendo a seguinte orientação:

Parte 1 – Cabelos, testa.

Parte 2 – Sobrancelhas, olhos, nariz.

Parte 3 – Boca, pescoço.

Ao distribuir as peças, a equipe que ministra a oficina deve ter o cuidado de misturar de fato as figuras e suas peças, para que cada grupo receba partes diferentes quanto à etnia e religião. A turma deve ser orientada então para construir um sujeito a partir daquele quebra-cabeças, registrando em uma folha em branco suas impressões (fácil, difícil, complicado misturar, partes de homens e de mulheres etc.). Uma vez tendo montado a figura, o grupo deverá descrevê-la, refletindo coletivamente sobre sua construção.

Ao responder “*Quem é essa pessoa?*”, o grupo precisa levar em conta: gênero, sexo, etnia, religião, representação de poder ou submissão, origem, posição social, e outras questões que julguem pertinente. Quando todos os grupos tiverem concluído, organiza-se a turma em círculo, para que todos e todas possam apresentar suas figuras aos demais, não só imagneticamente, mas também em sua descrição. A partir da figura, cada um e cada uma pode falar também sobre como se sentiu ao ser estimulado a misturar referências, e como seria em sua própria experiência religiosa, étnica, familiar, essa “mistura”.

A dinâmica é encerrada com uma reflexão sobre a importância do respeito à diversidade cultural, religiosa, de crenças, raças, etnias, sugerindo que todos e todas pensem em suas próprias vivências religiosas como capazes de promover maior igualdade e menos discriminações.

Tempo de duração: 80 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: a partir do 6º ano do ensino fundamental, com até 40 participantes. Adaptar as questões de acordo com a idade das e dos participantes.

Questões norteadoras: Qual o lugar da religiosidade na vida contemporânea? De que forma as religiões influenciam as atitudes de homens e mulheres? Como a religiosidade é trabalhada na escola, e nos espaços escolares em geral? A religião pode determinar as ações e políticas de um governo? Por que alguns preconceitos são baseados em argumentos religiosos, ou na “palavra de Deus”? A diversidade religiosa é diferente das demais diversidades? Sexualidade, gênero, família, escola, trabalho, violências são questões ligadas às religiosidades? É possível respeitar as diferenças e manter sua crença religiosa, seja ela qual for? Qual é o papel dos contextos familiares e educacionais nas articulações entre religiosidades e demais questões da vivência social de cada um e cada uma?



DINÂMICA 33: SENSIBILIZAÇÃO SOBRE RELIGIÃO E DIVERSIDADE SEXUAL

Tema: Religião e diversidade sexual.

Objetivo: Confrontar por meio de imagens diferentes possibilidades de articulação entre religião e diversidade sexual.

Material necessário: Imagens que articulem religião e diversidade sexual encontradas nos buscadores da internet (por exemplo, Google) que deverão ser organizados em apresentação de Powerpoint (cerca de 20 imagens). Por exemplo: fotografias das Paradas do Orgulho LGBTT, religiosos, freiras, anjos, demônios; de igrejas inclusivas LGBT; de casamentos hetero e homossexuais; de cultos afro-brasileiros; de templos evangélicos; de rituais católicos, etc. Tesoura, folhas A4, canetas, papel cartão e/ou cartolina. Apresentação de um trecho de filme que aborde a temática da religião e diversidade sexual. Sugerimos o filme “Porque a Bíblia me diz assim³⁴”, de Daniel G. Karslake (2007), sobre homossexualidade e a Bíblia ou vídeos produzidos pela ONG Católicas Pelo Direito de Decidir que se encontram no youtube (<https://www.youtube.com/user/cddbr/videos>).

Metodologia: Apresentação da equipe e da temática. Exposição das imagens em Powerpoint seguida de motivação e questionamento sobre o que pensam sobre religião, e como suas próprias crenças lidam com a diversidade sexual.

A seguir, divide-se a turma em grupos (entre três e cinco grupos, de acordo com o número de participantes), e cada grupo receberá um papel cartão e canetas em que deverão criar uma frase que resuma a ideia do grupo acerca das imagens vistas. Em seguida, projeta-se o trecho do filme e pede-se para que os grupos reflitam sobre as possí-

34 O documentário está disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=R-SkUAx-IY6I>. Acesso em 12 dez. 2020.

veis relações entre a frase que escolheram e o filme. Perguntas: A frase escrita pelo grupo contempla alguma situação apresentada no filme? Houve alguma mudança no grupo em relação a ideia que foi expressa no cartaz após assistir ao filme? Se sim, quais? Se não, o que é similar entre as duas propostas? O que esta discussão trouxe de conhecimentos para vocês?

Tempo de duração: 90 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: a partir do 6º ano do ensino fundamental, com até 40 participantes. A oficina deve ser adaptada à idade das participantes.

Questões norteadoras: Qual o lugar da religiosidade na vida contemporânea? É possível pensar diferentes relações entre as religiões e a diversidade sexual? Por que alguns preconceitos são baseados em argumentos religiosos, ou na “palavra de Deus”? A diversidade religiosa é diferente das demais diversidades?



DINÂMICA 34: RELIGIÃO E DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Tema: Religião, direitos sexuais e reprodutivos.

Objetivo: Busca através de artigos de jornais e revistas e pequenas reportagens, promover a reflexão sobre as recentes polêmicas que envolvem religião, direitos sexuais e reprodutivos no Brasil.

Material necessário: De três a seis pequenas reportagens (uma página) sobre o aborto no Brasil e legalização do aborto em outros países (como na Argentina em 2020), união entre pessoas do mesmo sexo, relações entre os Estados Brasileiro e o Vaticano, encontradas nos buscadores da internet que deverão ser impressos em folha A4. Tesoura, folhas A4, canetas, papel cartão e/ou cartolina.

Metodologia: Apresentação da equipe e da temática. A seguir, divide-se a turma em grupos (entre três e seis grupos, de acordo com o número de participantes), e cada grupo receberá uma reportagem, um papel cartão e canetas. Em seguida, solicita-se que o grupo faça uma síntese da notícia: do que se trata? Qual a opinião do grupo sobre o assunto tratado? Após, o grupo é orientado a utilizar a folha de papel cartão para colar a notícia e as opiniões do grupo, sem necessidade de consenso. Após cada grupo expor sua notícia, sorteia-se entre os grupos o número de outro grupo para o qual deverão ser feitas três perguntas sobre a sua reportagem. As questões podem ser de conteúdo ou opinião. A equipe deve mediar o debate.

Tempo de duração: 90 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: a partir do 1º ano do ensino médio e EJA, com até 40 participantes.

Questões norteadoras: O Brasil é um Estado laico? Como se dão as relações entre igreja e Estado no que se refere aos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil? E em outros países da América Latina? Qual o impacto de discursos religiosos em relação aos direitos sexuais e reprodutivos na sociedade brasileira?



MÓDULO 6 – SAÚDE REPRODUTIVA, ABORTO, SEXUALIDADE, PREVENÇÃO DE ISTs E AIDS

[VOLTA AO SUMÁRIO]



Na contemporaneidade, as relações afetivo-conjugais têm passado por renovações e transformações, que têm impactado as noções de afeto e amor, sobretudo entre adolescentes e jovens adultos. Neste módulo, serão apresentadas dinâmicas utilizadas em oficinas temáticas sobre as múltiplas formas de relações estabelecidas entre jovens contemporaneamente, as quais não passam despercebidas no ambiente escolar e também não estão excluídas deste. Entendemos que a escola é um espaço privilegiado para as descobertas e para os primeiros exercícios afetivos de crianças, adolescentes e jovens, uma vez que é um ambiente de socialização e sociabilidade muito importante, assim como os contextos familiares. Essas descobertas são reconhecidas como inerentes à vivência de meninos e meninas pela própria escola; porém, ao mesmo tempo, são muitas vezes vistas como problemáticas por trazerem consigo a possibilidade do exercício da sexualidade (em toda a sua diversidade), e associadas a situações compreendidas como de risco, a exemplo da gravidez na adolescência (sendo o exemplo mais presente). É partindo dessa ideia que a abordagem do tema se dá a partir de três eixos que se cruzam e também se sobrepõem, ainda que diferentes, e são assim definidos pelos próprios adolescentes: “amor”, “namoro” e “ficar”.

Além disto, neste módulo também estão agrupadas dinâmicas utilizadas em oficinas relativas às temáticas de saúde reprodutiva, aborto,

sexualidades e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e Aids, desenvolvidas coletivamente pela equipe de pesquisadores e pesquisadoras do NIGS. Assim como nos outros módulos, as sugestões aqui apresentadas de dinâmicas a serem realizadas em oficinas dentro dos temas selecionados foram aplicadas tanto em formações de educadores e educadoras, quanto com estudantes, e podem ser adaptadas para cada grupo, faixa etária e objetivo. Antes de adentrarmos nas dinâmicas, apresentamos algumas definições e perspectivas teóricas que as embasam.

6.1 SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA: A SAÚDE COMO GARANTIA DE DIREITOS

A história dos direitos reprodutivos está intimamente vinculada à Margareth Sanger, enfermeira estadunidense que na década de 1910 foi presa – mais de uma vez – pela divulgação de informações sobre anticoncepção, por ser considerado material pornográfico. Nos anos 1950, após criar associações de planejamento familiar em diversos países e estimular a pesquisa científica sobre anticoncepção, Sanger envolveu-se no projeto de desenvolvimento da primeira pílula anticoncepcional. Este fato em particular influenciou de forma notória a relação entre sexualidade e reprodução nas sociedades contemporâneas. (ZUCCO e GARCIA, 2016).

Dentre os antecedentes mais imediatos estão a revolução cultural e epistemológica dos anos 1960 e 1970, as lutas feministas pelo direito ao aborto e o acesso à anticoncepção e, as lutas lideradas pelos movimentos de gays e lésbicas a favor do tratamento igualitário perante a lei. Na década de 1980, com a expansão da epidemia do HIV/AIDS, na maioria dos países os discursos públicos sobre sexualidade, gênero, direitos e igualdade, não são tratados como elementos dispersos, mas categorias articuladas. Desse modo, falar de “saúde sexual e reprodutiva” implica, necessariamente, referir-se aos “direitos” a serem (re)estabelecidos neste campo. A partir da década de 1980, e dados os intensos debates promovidos pelos feministas, a noção de “direitos reprodutivos”, se mostra como um conceito mais completo do que “saúde reprodutiva”, pois permite integrar a ampla pauta

de propostas que visavam assegurar a autodeterminação reprodutiva das mulheres.

Contudo, a concepção atual de *saúde sexual e reprodutiva* e dos direitos neste campo condensa intensos debates históricos, não apenas provenientes do campo dos feminismos e dos direitos humanos, mas de diferentes áreas do conhecimento, como a demografia e as ciências da saúde. Nessa confluência e disputas de saberes radica talvez sua potência, tornando-se, ao mesmo tempo, um mecanismo de promoção de saúde, uma estratégia de garantia de direitos e de promoção da igualdade de gênero. É importante sublinhar, aliás, que a saúde da mulher – na sua diversidade – não pode ficar restrita à saúde reprodutiva.

6.2 O QUE SÃO OS DIREITOS REPRODUTIVOS?

A primeira definição de “direitos reprodutivos” pautada por um documento das Nações Unidas, foi estabelecida na Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (CIPD) do Cairo, no ano 1994, em que se definiu que:

[...] os direitos reprodutivos abrangem certos direitos humanos já reconhecidos em leis nacionais, em documentos internacionais sobre direitos humanos e em outros documentos consensuais. Esses direitos se ancoram no reconhecimento do direito básico de todo casal e de todo indivíduo de decidir livre e responsabilmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazer, e o direito de gozar do mais elevado padrão de saúde sexual e reprodutiva. Inclui também seu direito de tomar decisões sobre a reprodução livre de discriminação, coerção ou violência, conforme expresso em documentos sobre direitos humanos (CIPD, Programa de Ação, 1994, p.66).

A saúde sexual e reprodutiva pauta-se assim como uma consequência da garantia e exercício dos direitos nesse âmbito. O respeito à integridade física das mulheres fica estabelecido como um elemento fundamental da dignidade humana e da liberdade. Rejeita-se a compreensão do corpo das mulheres como alvo de intervenções externas. Promulga-se o acesso à

anticoncepção e ao aborto, aos recursos e informações que garantam o planejamento familiar, assim como à atenção adequada no pré-natal e parto.

Apesar de a saúde reprodutiva ser um elemento indispensável à saúde de mulheres (e também dos homens), torna-se essencial considerar as particularidades que encobre em cada caso. No caso delas, essas particularidades podem ser pensadas a partir das singularidades da função reprodutiva, que não é um fato biológico apenas, mas social e cultural. Outras particularidades se referem às desigualdades no acesso à saúde, derivadas dos tradicionais comportamentos sociais de gênero, que colocam as mulheres em uma relação ambígua com o cuidado, em que, como tendência, são majoritariamente cuidadoras dos outros, em detrimento do cuidado de si.

Não se deve esquecer o fato de que outras determinantes das desigualdades no acesso aos direitos reprodutivos se localizam na intersecção com outros marcadores sociais como raça, classe, orientação do desejo sexual, particularidades dos contextos socioculturais de residência ou procedência. Este debate, aliás, deve também ser ampliado ao campo das dissidências sexuais e de gênero promovendo a ruptura dos padrões cisnormativos a partir dos quais os cuidados são concebidos e dispensados.

6.3 O QUE SÃO OS DIREITOS SEXUAIS?

Enquanto os direitos reprodutivos asseguram os direitos relativos à concepção e à procriação, os direitos sexuais são focados na garantia do princípio da liberdade sexual. Ainda que o termo “direitos sexuais” surgiu num cenário de reivindicação dos direitos das mulheres, na atualidade seu escopo tem-se ampliado para o reconhecimento das diversidades sexuais e de gênero, como um marco de garantia dos direitos, também das pessoas que não se reconhecem dentro dos padrões binários, hetero e cisnormativos.

Resulta interessante (por já incluir este questionamento), a definição estabelecida pela *International Planned Parenthood Federation* (Federação Internacional para a Parentalidade Planejada) que define os direitos sexuais como:

[...] a normas específicas que emergem, quando Direitos Humanos existentes são aplicados à sexualidade. Estes direitos incluem liberdade, igualdade, privacidade, autonomia, integridade e dignidade de todas as pessoas; princípios reconhecidos em muitos instrumentos internacionais que são particularmente relevantes para a sexualidade. Direitos Sexuais oferecem uma abordagem que inclui, mas vai além da proteção de identidades particulares. Direitos sexuais garantem que todos tenham acesso a condições que permitam a plenitude e a expressão da sexualidade livre de qualquer forma de coerção, discriminação ou violência e dentro de um contexto de respeito à dignidade (IPPF, 2008, p. 10).

Outro marco legal de referência sobre direitos sexuais são os Princípios de Yogyakarta³⁵, que constituem princípios para a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Estes princípios foram apresentados, em março de 2007, como uma carta global para a garantia dos direitos LGBT ante o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Na atualidade são considerados direitos reprodutivos e sexuais a transexualização e a assistência transespecífica em saúde que a garanta, a adoção por casais do mesmo gênero, o aborto, a liberdade de expressão relacionadas a gênero, sexualidade e reprodução, dentre outros. Os direitos sexuais e reprodutivos, enquanto mecanismos de regulação da sexualidade e da reprodução respectivamente, promovem o respeito e a liberdade, a igualdade, a privacidade, a autonomia, a pluralidade, a integridade e dignidade, princípios esses plenamente reconhecidos nos instrumentos internacionais de direitos humanos e pelas constituições de corte democrático (ZUCCO e GARCIA, 2016).

6.4 ABORTO

No meio dos intensos debates globais e nacionais que até hoje suscita o tema do aborto e sua legalização, as organizações internacionais

35 Mais informações em <https://www.refworld.org/es/docid/48244e9f2.html>

defendem que tanto o uso compulsório do aborto, quanto sua proibição, constituem uma violação dos direitos humanos. A posição das Nações Unidas a respeito está baseada na ideia de que, ainda sem promover o aborto como método de planejamento familiar, todos os governos e organizações intergovernamentais e não-governamentais devem considerar o impacto na saúde física e psíquica de um aborto inseguro, o que catalogam como um importante problema de saúde pública. Os estudos mostram que a ilegalidade não impede a prática, estando ela relacionada à desigualdade social e permanecendo como um problema global. Leis restritivas aumentam apenas a ocorrência dos abortos inseguros (CARDOSO, VIEIRA, SARACENI, 2020).

Na atualidade a regulação sobre o aborto varia consideravelmente de país a outro. Conforme estatísticas do *Department of Economic and Social Affairs* (ONU, 2014), 97% das nações permitem às mulheres interromper sua gravidez, ainda que sob condições diferenciadas. No contexto latino-americano, o aborto é legal e sem restrições em Cuba, Uruguai, Guiana, Guiana Francesa e Puerto Rico. Nestes, conforme estabelecido por suas legislações, é permitido abortar durante as primeiras semanas de gestação. Já em países como Paraguai, Venezuela, República Dominicana, Costa Rica e Belize, o aborto é despenalizado apenas nos casos em que a vida ou a saúde da mãe estejam em perigo. No resto dos países da região incorporam-se outras condicionantes para a interrupção da gravidez que vão além do perigo de morte da mãe. Na Argentina, desde 2020, o aborto é permitido até a 14ª semana de gravidez. No Equador, a gravidez pode ser interrompida se for consequência de um estupro a uma mulher com deficiência. Na Colômbia o código penal estabelece entre as condicionantes, além do estupro, a inviabilidade do feto ou o incesto. No México, as restrições variam de um Estado para outro e só na Cidade de México está permitido o aborto livre durante as 12 primeiras semanas de gestação. Dentre os países latino-americanos nos quais o aborto não está permitido estão: Nicarágua, Honduras, Salvador e Haiti. Nestes países, os códigos penais proíbem, sem exceções, a interrupção voluntária da gravidez. No Brasil o acesso ao aborto é restri-

to, sendo permitido somente em casos de estupro, risco de morte para a mãe e, a partir de 2012, também nos casos de fetos com anencefalia³⁶.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, a cifra de abortos que ocorreram no mundo entre 2010 e 2014 está em torno dos 55 milhões e 45% deles foram realizados de forma insegura. O aborto inseguro é definido como um procedimento realizado com a finalidade de dar término à gestação, feito por pessoas sem a habilidade necessária e/ou em um ambiente sem padronização para a realização de procedimentos médicos (GANARA, et al, 2014). Apesar dos avanços científicos que oferecem possibilidades de garantir segurança na sua realização, abortos inseguros continuam a ocorrer, causando severas complicações e mortes maternas, além do aumento dos custos ao sistema de saúde (CARDOSO, VIEIRA, SARACENI, 2020).

No Brasil, entre 2008 e 2015 ocorreram em torno de 200.000 internações/ano por procedimentos relacionados ao aborto, sendo aproximadamente 1.600 por razões médicas e legais. De 2006 a 2015, reportaram-se em torno dos 770 óbitos maternos com causa básica aborto no Sistemas de Informação (SIM -Mortalidade). Embora os dados oficiais de saúde não permitam uma estimativa do número de abortos no país, o perfil de mulheres em maior risco de óbito por aborto vincula-se às pretas e às indígenas, de baixa escolaridade, com menos de 14 e mais de 40 anos, vivendo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste, e sem companheiro (CARDOSO, VIEIRA, SARACENI, 2020).

6.5 PREVENÇÃO DAS ISTS E AIDS

Desde novembro de 2016 o Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das DST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais, adotou a nomenclatura “IST” (Infecções Sexualmente Transmissíveis) em substituição de

36 É uma anomalia que ocorre a começos do desenvolvimento fetal, caracterizado pela ausência de uma grande parte do cérebro e do crânio. É uma condição incompatível com a vida.

“DST” (Doenças Sexualmente Transmissíveis)³⁷ com a finalidade de sinalizar a possibilidade de que uma pessoa possa ter e transmitir uma infecção, mesmo sem sinais e sintomas. Alguns exemplos de IST são: herpes genital, sífilis, gonorreia, tricomoníase, infecção pelo HIV, infecção pelo Papilomavírus Humano (HPV), hepatites virais B e C, e o vírus da imunodeficiência humana (HIV) causador da Aids.

A estratégia mais eficaz de prevenção das ISTs parece ser a Prevenção Combinada³⁸. Esta se define pelo uso simultâneo de diferentes abordagens nas dimensões biomédica, comportamental e estrutural, aplicadas nos níveis individual, nas parcerias/relacionamentos, no nível comunitário e social. Com isto procura-se atender às necessidades específicas dos diferentes segmentos populacionais e às diferentes formas de transmissão do HIV (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

As *intervenções biomédicas* incluem ações voltadas à redução do risco de exposição e incluem a distribuição de preservativos masculinos/femininos e de gel lubrificante, o Tratamento para Todas as Pessoas (TTP), a Profilaxia Pós-Exposição (PEP) e a Profilaxia Pré-Exposição (PrEP). As *intervenções comportamentais* são aquelas que contribuem para o aumento da informação, da percepção do risco de exposição e sua consequente redução por meio das mudanças de comportamento. Entre elas estão o incentivo ao uso de preservativos (masculinos e femininos), o aconselhamento sobre HIV/aids e outras IST, o incentivo à testagem, a adesão às intervenções biomédicas, a vinculação e retenção nos serviços de saúde, a redução de danos para as pessoas que usam álcool e outras drogas; e o uso de estratégias de comunicação e educação entre pares. As *intervenções estruturais* são aquelas voltadas aos fatores e condições socioculturais que influenciam diretamente a vulnerabilidade de indivíduos ou grupos sociais específicos, e que portanto envolvem preconceito, estigma, discriminação, ou qualquer

37 A nova denominação foi uma das atualizações da estrutura regimental do Ministério da Saúde aprovada por meio do Decreto nº 8.901/2016. Publicado no Diário Oficial da União em 11/11/2016, Seção I, páginas 03 a 17.

38 Para mais informações sugere-se acessar através do site do Ministério da Saúde, a Mandala da Prevenção Combinada: <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/previna-se>

outra forma de desrespeito aos direitos e garantias fundamentais. Exemplos deste tipo de intervenções são as ações de enfrentamento ao racismo, sexismo, LGBTfobia, a promoção e defesa dos direitos humanos, as campanhas educativas e de conscientização (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Quem tem relação sexual desprotegida pode contrair uma IST independentemente da identidade de gênero, orientação sexual, idade, classe social, estado civil. Tanto a camisinha masculina como a feminina é distribuída gratuitamente nas Unidades Básicas de Saúde

6.6 DIREITOS DAS PESSOAS VIVENDO COM HIV

No Brasil, como parte da legislação específica direcionada aos grupos mais vulneráveis ao preconceito e à discriminação, existe a Declaração dos Direitos Fundamentais da Pessoa Portadora do Vírus da Aids. Esta foi criada em 1989 e, entre outros direitos, garante que todo portador do vírus da Aids tenha direito à assistência e ao tratamento sem qualquer restrição sem que seja submetido a isolamento, quarentena ou qualquer tipo de discriminação. Em 2014 foi publicada também a Lei nº 12.984, de 2 de junho de 2014³⁹, que define como crime a discriminação aos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de Aids. Outras proteções aos direitos das pessoas vivendo com HIV são garantidas pelo auxílio-doença (art. 152, inciso III, alíneas M e O da Instrução Normativa INSS/PRES nº 45, de 6 de agosto de 2010); pela aposentadoria por invalidez (artigos 201 a 212 da Instrução Normativa INSS/PRES nº 45, de 6 de agosto de 2010) e; pelo benefício de prestação continuada (Lei 8.742/1993 e Decreto 3.048/1999).

39 Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12984.htm



DINÂMICA 35: IMAGENS, PALAVRAS, HISTÓRIAS

Tema: Contracepção, gravidez e aborto.

Objetivo: A dinâmica contempla três momentos diversos e visa suscitar a discussão sobre os temas contracepção, gravidez e aborto. Os temas devem ser trabalhados de forma não maniqueísta, sem criar situações de “defesa” e “acusação”. O debate deve ser estimulado e incentivado, e o desenvolvimento da dinâmica deve proporcionar espaço adequado para que todos e todas expressem suas ideias, noções e percepções acerca dos temas. A oficina deve levar em conta outras questões envolvendo o tema, como: gravidez na adolescência, novas tecnologias reprodutivas, amor materno e convenções de gênero.

Material necessário: Folhas A4, canetas coloridas, cartões pequenos feitos de cartolina, depoimentos temáticos retirados da internet (ou de jornais e revistas), fitas adesivas.

Metodologia: Após apresentação da equipe e do tema, a turma é convidada para o primeiro exercício, o qual funciona também como dinâmica de apresentação. Cada pessoa recebe uma folha A4 e canetas coloridas e deverá desenhar algo que expresse sua prática na escola em relação aos temas da oficina. É bastante comum que se encontre resistências ou dúvidas já nessa primeira dinâmica, uma vez que os temas são muitas vezes tratados periféricamente, ou considerados tabus (especialmente no caso do aborto). Lembramos que esta proposta é voltada diretamente para educadores e educadoras, e é também parte da dinâmica incentivar a todos e todas que reflitam sobre suas práticas – ou sobre a ausência delas.

Depois, cada pessoa recebe dois pequenos cartões, que podem ser feitos de cartolina, em cores diferentes, nos quais devem escrever duas palavras que remetam à GRAVIDEZ, e depois duas palavras que remetam à ABORTO. A equipe que ministra a oficina deve deixar a turma livre para expressar o que quiser, incentivando que sejam escritas as



primeiras palavras que venham à cabeça sobre cada um dos temas. Apesar de ser uma atividade individual, é esperado que haja diálogos próximos, ou um tempo maior de reflexão de algumas pessoas, então, deve-se planejar pelo menos trinta minutos para a realização desta segunda parte. Uma vez que todos os cartões tenham sido preenchidos com duas palavras, monta-se um quadro visível para todos e todas, com os cartões colados, para que seja feita a primeira discussão coletiva. Depois que os cartões forem fixados no quadro, cada participante começa apresentando seu desenho, representativo de suas atividades na escola relativas aos temas da oficina. No exemplo que apresentamos aqui, as palavras que mais apareceram foram:

- » Em relação à gravidez: vida, amor, ilusão, paixão, plenitude, maternidade, alegria, milagre.
- » Em relação ao aborto: tristeza, despreparo, falta de consciência, ceifar uma vida, irresponsabilidade, sofrimento, desespero, fim.

No debate, deve-se provocar a reflexão sobre as oposições presentes, entre morte e vida, por exemplo, e problematizar as noções que existem sobre mulheres que são mães e as que não são, as que querem ter filhos e as que não querem, sem deixar de abordar também as implicações jurídicas da interrupção de uma gravidez, especialmente no Brasil. A seguir, é feita a distribuição de depoimentos sobre gravidez e aborto, que podem ser retirados de notícias da internet, jornais ou revistas. Deve-se buscar apresentar uma gama bastante variada de relatos, como: mulheres que não conseguem engravidar e recorrem à novas tecnologias reprodutivas ou adoção, mães solteiras, mães adolescentes, mulheres que optaram por um aborto e quais as dificuldades enfrentadas.

A turma pode ser dividida em pequenos grupos para discutir cada um dos depoimentos, e depois deverá apresentá-los aos demais, levando em conta as palavras trazidas no primeiro exercício. Para a discussão final, é importante aproximar tanto as palavras escolhidas quanto as reflexões sobre os depoimentos das vivências de cada participante, estimulando relatos pessoais, tanto sobre casos de gravidez e filhos

e filhas quanto sobre casos de aborto, incluindo os que possam ter acontecido em ambiente escolar, e qual a abordagem feita, em relação aos sujeitos envolvidos, colegas, as famílias envolvidas.

Tempo de duração: 90 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: Principalmente para educadores e educadoras de todas as séries, mas também pode ser feita no EJA e em turmas da graduação, máximo de 40 participantes.

Questões norteadoras: Qual o valor da maternidade? Porque as mulheres são incentivadas a serem mães? Qual a influência das religiosidades sobre as decisões das mulheres em ter ou não ter filhos? Qual o papel e a participação masculina na decisão pelo aborto? Qual a responsabilidade masculina na gestação e criação de um filho não desejado? Por que o aborto é considerado crime no Brasil? Existe um “instinto materno”? Como as mulheres que não têm filhos são vistas pela família e sociedade? O que constitui uma família? Existe uma noção de que há um “tempo certo” para ser mãe, mas ela é real? Qual o papel da escola junto a meninos e meninas, e as questões de contracepção, gravidez, aborto, criação de filhos?



DINÂMICA 36: ABORTO: DISCUTINDO UM CASO VERDADEIRO

Tema: Aborto

Objetivo: A dinâmica privilegia um “estudo de caso”, apresentando à turma um caso que tenha tido repercussão na mídia, envolvendo aborto. O ideal é encontrar um caso recente que tenha tido repercussão na mídia. Pode-se procurar um caso na internet, em arquivos de jornais, revistas, ou vídeos de telejornais. O caso escolhido deve permitir a reflexão e o pensamento crítico da turma, acerca de um assunto que pode parecer distante, mas está sempre sendo pautado. Pode-se ampliar a discussão para questões sobre violência sexual, autoridades jurídicas, envolvimento de religiões e seus representantes, sistema de saúde.

Recomendação: A equipe deverá se sentir segura para tratar do tema e suas polêmicas, sem defender ou acusar qualquer tipo de posicionamento que surja durante as discussões.

Material necessário: Computador, datashow, vídeos que tratem de um caso de aborto (ou de casos), preferencialmente retirados de telejornais e que estão disponíveis na internet, ou notícias de jornais e revistas.

Metodologia: Apresenta-se a equipe e o tema e pede-se logo a seguir que a turma enuncie se conhece algum caso famoso, que tenha alcançado destaque na mídia, sobre aborto. O que viram, o que ouviram, o que sabem. É importante permitir que as manifestações sejam livres, ou seja, nem todas as pessoas participantes são obrigadas a falar, mas a equipe pode estimular a busca na memória de algum caso. Esse primeiro momento de aproximação com o tema pode ter até 10 minutos de duração, para funcionar como um desdobramento da apresentação. A seguir, é feita a apresentação dos vídeos ou das notícias, referentes a um caso específico.

Em uma das oficinas de 2009 o caso escolhido foi amplamente divulgado na mídia brasileira e refere-se a uma menina de nove anos, estuprada pelo padrasto e que engravidou dele. Aconteceu na cidade do Recife, em Pernambuco. Ao buscar o serviço de saúde e as autoridades policiais e jurídicas para interromper a gestação, a menina, sua família e de certa forma toda a sociedade, foram confrontadas com as argumentações da igreja católica, representada por um arcebispo, que acabou por excomungar (anular o batismo e, portanto, excluir da religião católica) a mãe da menina e outros membros da família, porque foi buscado um aborto. Como há uma grande variedade de vídeos disponíveis sobre o assunto, foram selecionados três: um em que há a fala do médico, outro com a fala do arcebispo, outro com declarações da mãe da menina.

Podem ser escolhidos outros vídeos e outros casos, de acordo com a faixa etária, o número de participantes, e o foco que a oficina tenha. Há outros casos emblemáticos no Brasil, como por exemplo, da clínica em Mato Grosso do Sul e o processo que envolveu pelo menos dez mil mulheres por terem feito aborto. O importante é que sejam casos de destaque e que contemplem opiniões diversas, tendo mobilizado a mídia, as religiões, o campo jurídico, para que seja possível refletir criticamente sobre eles. Não é preciso que os casos envolvam violência sexual, como no exemplo de Recife, mas se for uma questão, deve ser inserida no debate.

Depois da exibição dos vídeos, a turma deve ser dividida em grupos menores, para um exercício reflexivo e construtivo. A ideia é que cada grupo estude o caso e se posicione, sem necessariamente concordar com uma ou outra opinião apresentada nos vídeos, isto é, um grupo pode concordar com o arcebispo e suas concepções religiosas, mas decidir no debate contrariar o que ele diz. A dinâmica nos grupos deve ser acompanhada de perto pela equipe, que pode circular, sentar, se aproximar das discussões feitas, sempre tendo o cuidado de não influenciar ou passar a impressão de estar “julgando” as opiniões e encaminhamentos. O tempo para esta atividade é variável, mas em 20 minutos se espera ter alguns resultados do exercício. Ao final, reúne-se

novamente a turma, e pede-se que cada grupo apresente suas reflexões sobre: o caso, o aborto, a religião, o campo jurídico, a situação das mulheres, o sistema de saúde e as implicações sociais e culturais de tudo isso.

Por tratar de questões que remetem à sexualidade e também à gravidez, outros temas podem aparecer – como contracepção, métodos reprodutivos, uso de preservativos etc. – e a equipe deve permitir que todas as dúvidas e noções sejam explicitadas para qualificar a discussão.

Tempo de duração: 90 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: do 8º e 9º ano do ensino fundamental, todas as séries do ensino médio, educadores e educadoras, com máximo de 35 participantes.

Questões norteadoras: Em que casos o aborto é permitido no Brasil? Como isso funciona? Se a lei mudasse, garantiria que mulheres pudessem realizar abortos em segurança? Qual o papel do Direito nas questões concernentes à gravidez, aborto, relações de gênero? O que as religiões pensam sobre maternidade, paternidade, aborto, violência sexual? Mulheres vítimas de violências de gênero, inclusive sexual, acabam sendo vitimizadas novamente quando buscam o aborto, como é possível mudar essa realidade? Qual o papel da escola? O que é “Estado Laico”, e por que as religiões têm tanta influência nas legislações? Toda mulher deve ser mãe? Onde ficam os homens em situações de gravidez, e de aborto?



DINÂMICA 37: CONTRA/A FAVOR

Tema: Aborto

Objetivo: Propiciar um espaço reflexivo, crítico, e amplo sobre a questão do aborto. Quem ministra a oficina deve manter a neutralidade e acompanhar as discussões sem opinar, permitindo que a turma debata pontos favoráveis e contrários ao aborto. Por quê ser contra? Quais os motivos para ser a favor? Quem pode decidir se uma gravidez deve ser completada ou interrompida? Privilegia-se a inversão de papéis, e o se colocar no lugar do outro e da outra durante a dinâmica.

Material necessário: Textos pequenos sobre aborto, que podem ser retirados de matérias jornalísticas, tanto de internet quando de revistas e jornais. Deve-se procurar diversificar os temas, desde que dentro da grande temática do aborto: provocados, espontâneos, em casos de anomalias fetais, em casos de violência sexual etc.

Metodologia: A turma é apresentada à equipe e ao tema. Nenhuma discussão prévia deverá ser feita. Após a apresentação, divide-se a turma em dois grandes grupos, explicando a dinâmica: cada grupo vai receber um conjunto de pequenos textos (três ou quatro por grupo, no máximo), que deverá ser lido e analisado para que se construa uma argumentação a respeito. Por sorteio, define-se qual grupo vai ser “a favor” e qual grupo vai ser “contra”. O exercício dura vinte minutos, e ao final, cada grupo vai expor suas ideias e elaborações. Quem ministra a oficina funciona como “elemento neutro”, aquele e aquela que ouve os dois lados, abre espaço para discussão, e permite o contraditório. Um grupo se apresenta por vez, e depois é sabatinado pelo grupo oposto. É importante estar atento para as apresentações e os argumentos de cada grupo, sem “tomar partido”, mas estimular opiniões contrárias. Depois da exposição de cada grupo, os papéis são invertidos: quem estava no grupo “a favor”, passa a ser “contra” e vice-versa. Este momento provoca inquietação, porque houve uma preparação anterior



para estar em cada um dos lados, os textos foram lidos, e os grupos já estavam, certamente, confortáveis em seus lugares. A inversão permite que seja exercitado o lugar do outro e da outra, as opiniões contrárias, as ideias diferentes, e a partir disso se inicia um debate mais amplo sobre o que acontece socialmente em relação ao aborto. Não se trata de discutir para chegar a um consenso ou definir quem tem razão e quem não tem, mas de permitir que a reflexão crítica exista, e que o assunto seja tratado de forma mais abrangente por todos e todas.

Ao final da dinâmica, pede-se que os e as participantes façam comentários livres, relatando como foi a experiência, como se sentiram de um lado e de outro e, caso queiram, podem manifestar suas próprias ideias e noções a respeito do tema.

Tempo de duração: 120 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: do 8º e 9º anos do ensino fundamental, três séries do ensino médio, educadores e educadoras. Máximo de 30 participantes.

Questões norteadoras: Todas as utilizadas em dinâmicas anteriores, envolvendo questões de gênero, sexualidade, violências, religião, direito, cultura, sociedade, escola.



DINÂMICA 38: ABORTO: UM TEMA EM DEBATE

Tema: Aborto

Objetivo: É uma dinâmica voltada especificamente para promover o debate e estimular a reflexão sobre aborto e suas consequências, permitindo que o grupo pense sobre o assunto, discuta e dialogue de forma livre. Por ser uma atividade organizada em “antes” e “depois”, quem ministra a oficina precisa estar preparado para analisar as mudanças de opinião, as críticas, as variações durante o debate.

Material necessário: 60 tarjetas feitas de cartolina ou papel colorido, canetas coloridas, fita adesiva, DVD e televisão (ou computador e datashow), folhas A4, um vídeo sobre aborto (sugestões ao final da descrição da dinâmica).

Metodologia: Apresentação breve do tema e da equipe. A seguir, cada participante recebe uma tarjeta (cartão colorido) e uma caneta colorida (pincel atômico ou hidrocor). Uma pergunta é apresentada, e os e as participantes recebem a orientação de que deverão respondê-la com uma única palavra, a ser escrita na tarjeta: “Qual a primeira palavra que vem à cabeça quando ouvimos ABORTO?” Esta atividade inicial pode ter no máximo cinco minutos de duração, e depois todas as tarjetas são recolhidas, para formar um mural no quadro, fixando-as com fita adesiva para que sejam visíveis por todos e todas. Para a atividade seguinte, pede-se que a turma se organize em três grupos menores, e escolha alguém para ser responsável pelo registro das discussões, anotando o que for construído pelo grupo. Cada grupo receberá então uma folha em branco, uma caneta e uma questão para responder, apresentadas a seguir:

Grupo 01 – *Como as mulheres fazem aborto?*

Grupo 02 – *Por que, e em que condições as mulheres abortam?*

Grupo 03 – *Quais as pessoas e instituições envolvidas nas circunstâncias de decisão de um aborto?*



Os grupos têm pelo menos 25 minutos para responderem a questão que receberam e debater seus resultados. De volta à formação de turma, em círculo, cada representante de grupo apresenta aos demais suas respostas. Deve-se então formar um novo quadro, que permita visualizar as respostas dadas.

Tem início o segundo momento da oficina, com a apresentação de um vídeo sobre aborto. Nesta sugestão aqui, o vídeo escolhido foi “Aborto: um tema para debate (CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR, 2005)”, mas pode ser qualquer outro que trate do tema sob a perspectiva feminista, de direitos reprodutivos, sem caráter panfletário como, por exemplo, os filmes “Quem são elas⁴⁰ (DINIZ, 2006)”, ou “À margem do corpo⁴¹(DINIZ e NAVARRO, 2006)”.

É ideal que o vídeo não tenha mais de 20 minutos de duração, a fim de manter a dinâmica em funcionamento. Ao fim da exibição do vídeo, abre-se então uma discussão com a participação de todas e todos, perguntando quais as impressões sobre o que o vídeo relata, pontos de concordância ou discordância, e quais as implicações sociais de um aborto para quem faz, para quem se envolve, para o Estado. A perspectiva aqui deve ser a da justiça social, do Estado Laico, dos direitos das mulheres, das influências que as religiões exercem, das relações de gênero e autonomia das mulheres.

Após a discussão, repete-se então a primeira pergunta, novamente distribuindo para a turma tarjetas coloridas e canetas aos participantes: “Qual é a primeira palavra que vem à cabeça quando ouvimos ABORTO?”. Um novo quadro é formado com as novas respostas, e deve-se fazer então uma última rodada de discussão, avaliando se as ideias iniciais mudaram, quem respondeu antes determinada palavra e ao final outra, porque mudou de ideia, ou se não mudou, e as razões envolvidas nesse último momento. Para encerrar, a turma deve realizar uma

40 Disponível em <https://www.videocamp.com/pt/movies/quem-sao-elas>. Acesso em 26/05/2020.

41 Disponível em <https://vimeo.com/6117113>. Acesso em 26/05/2020.

reflexão coletiva sobre a atividade, apontando o que considerou mais importante nas discussões.

Tempo de duração: 180 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: preferencialmente, para educadores e educadoras. Pode ser aplicada para as três séries do ensino médio, adaptando os vídeos e discussões à turma e ao objetivo da oficina. Máximo de 30 participantes.

Questões norteadoras: Em que casos o aborto é permitido no Brasil? Como isso funciona? Se a lei mudasse, garantiria que mulheres pudessem realizar abortos em segurança? Qual o papel do Direito nas questões concernentes à gravidez, aborto, relações de gênero? O que as religiões pensam sobre maternidade, paternidade, aborto, violência sexual? Mulheres vítimas de violências de gênero, inclusive sexual, acabam sendo vitimizadas novamente quando buscam o aborto, como é possível mudar essa realidade? Qual o papel da escola? O que é “Estado Laico”, e por quê as religiões têm tanta influência nas legislações? Toda mulher deve ser mãe? Onde ficam os homens em situações de gravidez, e de aborto?





DINÂMICA 39: DEBATENDO DIREITOS SEXUAIS

Tema: Direitos Sexuais

Objetivos: A dinâmica procura promover o **debate sobre direitos sexuais e reprodutivos**. Tem como objetivos sensibilizar os e as participantes sobre a sexualidade no campo de direitos, onde cada um dos parceiros e cada uma das parceiras têm uma gama diversa de direitos e deveres.

Metodologia: Divide-se a turma em grupos de no máximo cinco pessoas. Cada grupo recebe um cartão com três direitos – dois verdadeiros e um falso. Pede-se para a turma debater esses direitos durante 10 ou 15 minutos, buscando refletir se esses são respeitados ou não, se estão de acordo com cada um e cada uma. É importante que o dinamizador ou dinamizadora não indique antecipadamente que alguns dos direitos são falsos e aguarde para ver se surge espontaneamente o debate sobre esses. Após o debate em pequenos grupos as reflexões são compartilhadas em plenária. A dinamizadora ou o dinamizador solicitará que cada grupo leia um direito de cada vez e compartilhe suas reflexões e os direitos verdadeiros são anotados no quadro. Essa segunda parte da dinâmica vai ter uma duração variável em função da participação do grupo.

Os direitos são os seguintes (os direitos falsos são precedidos por um **asterisco* e estão em itálico**):

1. Temos direito a não ter atividade sexual, se assim o quisermos.
2. Temos direito a eleger com quem nos relacionamos sexualmente.
3. Temos direito a poder exercer a sexualidade sem coerção e violência.
4. **Pais e mães têm o direito de decidir sobre a sexualidade dos filhos e das filhas, como devem expressá-la, em que momento e com quem.*
5. Temos direito a ter informação e conhecimento adequado e suficiente sobre sexualidade e reprodução.

6. Temos direito à maternidade/paternidade voluntária, decidida e vivenciada por própria decisão e não por obrigação.
7. Temos direito a decidir ter ou não ter filhos/as e, se sim, em qual quantidade.
8. **Temos direito a expressar livremente nossa sexualidade, desde que não contradiga o majoritariamente aceito pela sociedade.*
9. **Temos direito a exigir de nosso parceiro ou parceira a concepção e nascimento de um filho ou de uma filha.*
10. Temos direito ao amor, à sensualidade e ao erotismo.
11. Temos o direito de procurar afeto e relações sexuais com quem quisermos (respeitando a liberdade e o direito do outro e da outra).
12. **Temos direito de exigir que nosso parceiro ou parceira use o método anticonceptivo que seja mais cômodo para nós dois.*
13. Temos direito a ter acesso e uso de anticoncepcionais gratuitos ou de baixo custo.
14. **Temos direito a que nosso parceiro ou parceira satisfaça nossos desejos sexuais de forma não consensual.*
15. Temos direito de sermos respeitadas e respeitados em nossas escolhas afetivas e/ou sexuais.
16. **Mulheres grávidas não devem fazer sexo durante a gestação.*
17. Temos direito a mudar de ideia no último momento e não querer continuar no encontro sexual com nossa ou nosso parceiro.
18. Temos direito a nos vestir como queremos sem sermos hostilizados ou hostilizadas por isso.
19. **Uma vez começado o intercurso sexual nosso parceiro ou nossa parceira tem direito de continuar até seu orgasmo.*

Duração: 30-40 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: Preferencialmente dos três anos do ensino médio, com no máximo 30 pessoas por turma.



Questões norteadoras: Qual relação existe entre sexualidade e direitos? Na vida cotidiana, é possível sentir ter direitos relativos à sexualidade? Esses direitos estão sendo respeitados? Nossos parceiros ou nossas parceiras os respeitam? Esses direitos se cumprem do mesmo jeito entre adolescentes e adultos? E entre mulheres e homens e a população trans e travesti? Entre heterossexuais e homossexuais? Conseguimos que se respeitem nossos direitos? Quais os maiores obstáculos? As questões de gênero interferem no modo em que nos relacionamos com nossa sexualidade?



DINÂMICA 40: ÁRVORE DE PROBLEMAS E SOLUÇÕES

Tema: HIV, AIDS e ISTs

Objetivos: A proposta inicial é sensibilizar para a temática da infecção pelo HIV e da AIDS, bem como de outras ISTs, associando essas questões ao ambiente escolar, permitindo uma reflexão sobre estratégias de prevenção e esclarecimento entre estudantes. Busca provocar a reflexão sobre sexualidade, diversidade, saúde.

Material necessário: Cartões coloridos de cartolina, fita adesiva, canetas, cartaz com o desenho de uma árvore em tamanho grande.

Metodologia: A dinâmica é dividida em três tempos distintos, iniciando-se com a apresentação da equipe, do tema, e dos e das participantes. O primeiro exercício consiste em distribuir aos e às participantes, individualmente, cartões coloridos e canetas para que escrevam suas expectativas sobre o tema. A orientação deve ser no sentido de que todos e todas possam escrever livremente o que vier à cabeça, sem necessariamente ficar em noções como “aprender”, “tirar dúvidas”, ou outras nesse sentido. A pergunta principal é: *“O que eu espero de uma oficina com este tema?”*. Este exercício não deve durar mais de 10 minutos, ao final dos quais os cartões serão recolhidos, e colados no quadro, de forma a serem visíveis para toda a turma. Não devem ser discutidos ainda.

A segunda atividade começa com a divisão da turma em grupos, e a distribuição de novos cartões para cada grupo. De acordo com o número de participantes (e, portanto, de grupos), pode-se trabalhar com até três cartões por grupo. Para esta atividade a orientação é: escrever nos cartões seus maiores problemas diante do tema da oficina. Em cada cartão, há um problema, relacionado a ISTs, Aids, prevenção, que tem a ver ou não com o contexto escolar. Enquanto discute, cada grupo deve pontuar o que considera mais importante em relação ao assunto, e por que está escolhendo determinados problemas e não outros.



Ao final da atividade, cada grupo é convidado a escolher um ou uma representante, para levantar e ir até o quadro para pendurar seus cartões na árvore. O cartaz com a árvore deve ser de tamanho adequado para ser visível, ficar pendurado no quadro (colado) e ser preenchido com os problemas. Quando todos os grupos tiverem construído a árvore com seus problemas, é realizada uma leitura completa de todos os problemas listados, comparando-os com o quadro inicial, onde estavam os cartões com as expectativas de cada participante.

O terceiro e último exercício consiste em trocar problemas e encontrar soluções. As e/ou os representantes de cada grupo, outra vez, vão até a árvore, e escolhem um dos “frutos” desde que seja de um grupo diferente do seu. Podem ser colhidos um, ou mais frutos-problema. E retornando aos grupos, aquele problema deve ser comparado aos seus, e caso seja igual, deve-se então pensar em soluções que sirvam para cada situação.

De forma geral, as questões que mais aparecem, em oficinas voltadas para educadores e educadoras seguem uma mesma linha: desconhecimento, preconceito, dificuldade de lidar com o tema, como falar de preservativos, como retirar o tema das aulas de Biologia, como falar de sexualidade e doenças sem transmitir medo, como abordar a diversidade sexual, o despertar da sexualidade, as demais implicações sociais e familiares dos temas? A discussão final deve privilegiar o reconhecimento de que todos e todas podem aprender, trocar informações, desenvolver estratégias para formar e informar, fazendo da escola um espaço acolhedor também para questões mais complicadas como essas.

Tempo de duração: 120 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: das três séries do ensino médio e para turmas de educadores e educadoras, com máximo de 30 participantes.

Questões norteadoras: A informação basta para estratégias de prevenção que tenham sucesso? Como abordar o uso de preservativos

com adolescentes? Como abordar sexualidade e prevenção de doenças sem necessariamente associar as duas questões? Quem deve falar sobre prevenção, escola, família, amigos, mídia? Como garantir que educadores tenham formação continuada dentro destas temáticas? Por que é importante praticar sexo seguro, independente da orientação sexual e da identidade de gênero? Como garantir que portadores e portadoras de HIV sejam inseridos no espaço escolar, sem preconceito e sem discriminações? Importância das parcerias, serviços de saúde, rede de formação para a temática.



DINÂMICA 41: MITOS E VERDADES

Tema: HIV e AIDS

Objetivos: Abordar a questão do HIV e da AIDS de forma ampla, mapeando as noções construídas a respeito. Visa desmistificar formas de transmissão, ideias como “grupos de risco”, e dirimir dúvidas gerais sobre AIDS. Propicia a educadores e educadoras espaço para discutir, refletir, pensar sobre suas práticas e elaborar estratégias para tratar o tema em sala de aula.

Material necessário: Folhas A4, cartões com informações sobre AIDS, ISTs, Sexualidade, Diversidade, Homossexualidade. Fita adesiva, canetas coloridas, cartolina ou papel *kraft*.

Metodologia: Apresentar a dinâmica, a equipe e também a turma. Esta oficina é voltada preferencialmente para grupos de educadores e educadoras, então é importante saber quais as disciplinas ministradas por cada participante, a fim de estimular o reconhecimento de que a responsabilidade pela abordagem destes temas é de todos e todas, não apenas das aulas de Biologia ou de parcerias com acadêmicos de Medicina ou Enfermagem (que é uma realidade bastante presente nas experiências que tivemos junto às escolas, parcerias para realização de oficinas).

Depois de apresentado o tema, divide-se a turma em grupos menores, e cada grupo receberá um conjunto de cartões coloridos com afirmações sobre AIDS, IST, HIV, sexualidades, etc. Junto com os cartões, cada grupo recebe uma cartolina (ou papel kraft cortado em tamanho cartaz), e bastões de cola. Segue-se então a orientação para a atividade: cada grupo deverá separar o cartaz em duas colunas, de um lado escrevendo MITO e do outro VERDADE. Depois, deverá ler e discutir as informações contidas nos cartões, e decidir em qual das colunas vai colar os cartões. As afirmações podem ser, por exemplo: “*Relações heterossexuais não transmitem HIV*”, “*Profissionais do sexo são grupos*

de risco para a AIDS”, “ Uma criança com HIV não pode estudar com outras crianças sem o vírus”, “AIDS tem tratamento”, entre outras. Durante 25 minutos, os grupos podem discutir e elaborar seus cartazes, os quais serão apresentados ao final da atividade.

Enquanto os grupos produzem, a equipe que ministra a oficina desenha no quadro a mesma divisão dos cartazes, de um lado uma coluna com MITO, e no outro, VERDADE. Cada grupo é chamado a apresentar seus cartazes e este momento é o mais importante da oficina, porque cada afirmação colocada em uma coluna deve abrir espaço para o diálogo, a intervenção, a solução de dúvidas. Digamos que o primeiro grupo tenha colocado a afirmação “Só homens gays podem contrair HIV” na coluna VERDADE. Isso certamente vai suscitar discussão, contradições, perguntas da turma, e outro grupo terá colocado a afirmação na coluna MITO.

Antes de escrever no quadro na respectiva coluna, a equipe responsável da oficina deve ouvir as argumentações, questionar, refletir, e então, quando chegar ao nível desejado de informação, registrar a resposta. Esse exercício deve ser conduzido da mesma forma até o fim, o que significa que deverá ter um tempo de realização de pelo menos 30 minutos. Ao final da atividade, realiza-se um debate amplo com toda a turma, e pede-se que cada participante fale sobre como se sentiu, se considera que alcançou informações que desconhecia até então, e como pensa em aplicar essas informações no ambiente escolar em que está inserido.

Tempo de duração: 180 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: Preferencialmente para educadores e educadoras mas também podem ser feitas para estudantes dos três anos do ensino médio, com as devidas adaptações.

Questões norteadoras: De quem é a responsabilidade pela prevenção do HIV? Como abordar o tema da AIDS na escola? Existe um jeito

certo e um jeito errado de falar de prevenção? Como trabalhar com as questões relativas à sexualidade de forma não preconceituosa ou discriminatória? Sexualidade, homossexualidade, uso de drogas, corpo, gênero, sexo, doenças sexualmente transmissíveis: qual é o lugar desses assuntos na escola? Como educadores e educadoras podem se manter informados? Deve-se disponibilizar preservativos na escola? Para meninos e meninas? A AIDS tem o mesmo impacto para homens e mulheres e população trans e travesti? Como lidar com crianças ou adolescentes portadores e portadoras de HIV? Como educar para uma sexualidade saudável, sem deixar de lado a necessidade de prevenir doenças e gravidez adolescente?



DINÂMICA 42: CLASSIFICADOS

Tema: ISTs e AIDS

Objetivos: A oficina tem como objetivo elucidar as possibilidades de transmissão de ISTs e AIDS, bem como desfazer os estereótipos sobre os portadores e portadoras dessa enfermidade. É importante ter em mente a relevância da discussão de tal tema com estudantes em fase escolar. Mais do que teorizar e apresentar o assunto apenas pelo viés biológico é preciso refletir sobre a vivência sexual saudável, independente de orientações e escolhas de gênero.

Material necessário: Quadrados de cartolina, pincéis atômicos e fotos de diversas pessoas para confeccionar os perfis. Cartolina para desenhar os símbolos (quadrado, círculo e retângulo) e suas respectivas legendas. Canetas ou lápis para o reconhecimento e troca dos símbolos dos pares. Aparelho de som ou computador para executar músicas durante a oficina. Classificados de jornais que contemplem descrições de perfis, modelos de perfis de redes sociais (Instagram, Twitter, Facebook, Tinder, Grindr, etc).

Metodologia: O tema é apresentado com breve explanação a respeito dos tipos e principais características das doenças sexualmente transmissíveis e da AIDS. Em seguida introduz-se a dinâmica. Perfis devem ser previamente construídos pela equipe ministrante da oficina. Pode-se fazer alusão aos perfis de pessoas em redes sociais ou ainda, usar um modelo simples de classificados de jornal. Deve-se usar fotos características de acordo com o perfil almejado. Faça perfis que destaquem a diversidade de gênero – hetero e homossexuais, transsexuais, transgênero etc. – bem como outros pontos de suas histórias – profissão, música, filme e time preferidos, por exemplo. Atrás de cada perfil cole ou desenhe uma das seguintes formas: Triângulo – Quadrado – Círculo.



Paralelo a isso, faça um quadro de cartolina, com as três formas geométricas desenhadas e suas respectivas legendas. Cole o quadro na parede de maneira que, por enquanto, não apareça a legenda.

- » Triângulo: portador ou portadora de HIV.
- » Quadrado: portador ou portadora de IST.
- » Círculo: pessoa sadia.

Começa a dinâmica. As ministrantes da oficina distribuem aleatoriamente as fichas com os perfis. Caso o número de pessoas seja muito grande, forme grupos de quatro pessoas e distribua uma ficha por grupo. A proposta é que cada estudante (ou grupo) faça pares de acordo com o que mais chamar atenção no/a outro/a, representado/a pelo perfil em mãos. Coloque músicas animadas, para deixar o ambiente mais descontraído, enquanto acontece a procura. Conforme os pares forem se formando peça para que ambas pessoas verifiquem qual forma geométrica está atrás de seu perfil. Peça para que cada um e cada uma copie a figura do outro ou da outra em seu cartão. Em seguida, vá até o quadro de legendas das figuras, conte o significado de cada uma delas e lance alguns questionamentos, que podem ser:

- » Quantos começaram com o triângulo, o quadrado e o círculo?
- » Quais foram os principais fatores para a escolha dos pares?
- » Quantos terminaram com apenas círculos, apenas triângulos ou apenas quadrados?
- » Quais foram as outras combinações decorrentes da formação dos pares? Fazendo alusão à legenda, a formação dos pares e a cópia de seus respectivos símbolos significam a relação que tiveram, e o contato sem prevenção alguma deu origem a uma IST ou a AIDS, caso o oposto fosse um quadrado ou um triângulo.
- » Havia algum sinal aparente de que a pessoa que despertou interesse seria portadora de IST/AIDS?
- » Quais são as medidas de prevenção?

Depois de encerrada a dinâmica, deve ser feita uma discussão que leve em conta os eixos temáticos, e também as impressões dos e das

participantes, norteadas pelas questões e observações realizadas durante a dinâmica.

Tempo de duração: 90 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: dos três anos do ensino médio, com, máximo de 40 pessoas por turma.

Questões norteadoras: Devem ser utilizadas todas as que surgirem durante a realização da oficina, com questionamentos, observações, impressões, reflexões, dúvidas, processos de escolha e vivências.



DINÂMICA 43: SCRIPTS SEXUAIS: CONSTRUINDO CENAS SOBRE A NEGOCIAÇÃO DE PRESERVATIVOS E AS DEMAIS PRESSÕES SOCIAIS RELACIONADAS À SEXUALIDADE

Tema: Negociação do uso de preservativo

Objetivos: Desenvolver habilidades de comunicação voltadas à negociação da utilização de preservativos; praticar formas de dizer “não” às pressões relacionadas à vida sexual; aprender a desenvolver estratégias para resistir às pressões sociais; refletir e vivenciar o papel que as pressões exercem sobre as pessoas.

Material necessário: Papeletas com instruções sobre cenas relacionadas à negociação da primeira relação sexual, utilização de preservativos e demais pressões sociais (quatro exemplos abaixo descritos).

Metodologia: A equipe dinamizadora divide a turma em grupos com no máximo seis integrantes e solicita para eles criarem e apresentarem cenas curtas que expressem pressões sociais relacionadas à sexualidade. A dinamizadora explica às equipes que as cenas criadas devem representar situações em que alguém exerce pressão com o intuito de induzir outra pessoa a ter relações sexuais sem que essa pessoa tenha vontade ou sem a utilização do preservativo. Pode-se sugerir que os próprios integrantes construam as cenas (nesse caso dar aproximadamente 20 minutos para a criação da história), como também podem ser entregues os roteiros descritos adiante.

Quando algum ou alguma integrante apresenta dificuldades para resistir às pressões sociais durante as apresentações, a dinamizadora pode fazer a troca de papéis entre os e as participantes, estimulando todos e todas a ampliarem o repertório de respostas às diversas pressões ocorridas no cotidiano.

Aconselha-se terminar a dinâmica com um debate para analisar com o grupo a melhor forma de resistir a pressões de qualquer tipo, quando não existe o desejo de corresponder ao que é solicitado.

Tempo de duração: Aproximadamente 90 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: Preferencialmente dos três anos do ensino médio com, no máximo, 30 pessoas por turma.

Questões norteadoras: A resposta dada à pressão foi realmente eficaz? Os rapazes também devem resistir às pressões? Questões de gênero, raça, classe social e orientação sexual também constituem pressões sociais? O que devemos fazer para resistir a pressões de qualquer tipo, quando não existe o desejo de corresponder ao que é solicitado?

Possíveis Cenas a serem utilizadas

1. Um rapaz, após um mês de namoro, convida a moça para ir a sua casa conhecer seus pais. Ao chegarem lá, ele diz que havia esquecido o fato de que seus pais iriam viajar. Eles começam a namorar e, de repente, ele pede para ela "*se entregar para ele*". Eles não têm preservativo. Ela não quer transar com ele sem o preservativo, mas ele insiste.

Instruções: O grupo deve criar uma cena em que ocorre a negociação da utilização do preservativo. Nesta, a moça não quer, de jeito nenhum, transar sem preservativo. Todavia, o rapaz insiste por meio de muitos argumentos utilizados no dia-a-dia. As pessoas participantes devem construir os e as personagens, dando nomes fictícios.

2. Dois adolescentes estão namorando já há três semanas. O rapaz é muito preocupado com os estudos e com seu futuro profissional, fato que faz com que ele queira transar com preservativo tanto para prevenir gravidez, como também para prevenir ISTs e AIDS. Já a moça, mesmo eles não tendo o preservativo disponível, insiste em transar utilizando de todos os argumentos possíveis para convencê-lo a transar assim mesmo.

Instruções: O grupo deve criar uma cena em que ocorre a negociação da utilização do preservativo. Nesta, o rapaz não quer, de jeito nenhum, transar sem preservativo. Todavia, a moça insiste por meio de muitos argumentos utilizados no dia-a-dia. As pessoas participantes devem construir os e as personagens, dando nomes fictícios.

3. Uma moça de 13 anos, após duas semanas de namoro, insiste em fazer sexo com o namorado de 14 anos. Este não tem interesse em ter relações por se julgar jovem demais para isso. Ela insiste em manter relações sexuais alegando a seguinte afirmação: *“Todos os rapazes querem transar comigo, mas eu só quero com você. Por que você não quer? Você é gay?”*

Instruções: O grupo deve encenar uma apresentação em que ocorre a situação acima. As pessoas participantes devem construir os e as personagens, dando nomes fictícios.

4. Dois adolescentes estão muito apaixonados um pelo outro. Todavia, a moça de 15 anos não cogita a possibilidade de transar tão cedo. Acha que é muito jovem e, embora goste do seu namorado, acha que neste momento tem que investir nos estudos. Seu namorado a pressiona mediante a seguinte afirmação: *“Se você realmente me ama, então prove, fazendo amor comigo”*.

Instruções: O grupo deve encenar uma apresentação em que ocorre a situação acima. As pessoas participantes devem construir os e as personagens, dando nomes fictícios.



DINÂMICA 44: AUTÓGRAFOS

Tema: Sexualidade e prevenção.

Objetivos: Sensibilizar os e as participantes para a necessidade de prevenção de infecção por HIV e demais ISTs e também para as pressões sociais relacionadas ao comportamento sexual dos e das jovens.

Materiais: Rádio, CD de música dançante, papel cartão (têm que ter uma ficha por cada participante, dessas três terão um triângulo no verso, três terão uma bolinha e uma a afirmação “*Não siga as instruções*”) e canetas.

Metodologia: Primeiramente o dinamizador ou a dinamizadora entrega um papel cartão para cada integrante do grupo e comunica que o nome da atividade é “*Dinâmica dos Autógrafos*”. Em seguida, informa que colocará uma música para que todos e todas dance (é importante que ninguém fique parado) e que, quando a música parar, devem trocar autógrafos. O dinamizador ou a dinamizadora vai procedendo assim até que todos e todas tenham pelo menos cinco autógrafos em sua ficha.

Após alguns minutos, a dinamizadora para a música e comunica que cada autógrafo significa uma relação sexual que a pessoa teve naquela balada. Após, solicita que as pessoas virem suas fichas do lado de baixo e pergunta quem tem um triângulo desenhado no verso. Depois, solicita que estes e estas permaneçam em um canto da sala e comunica que o triângulo significa que eles/elas são portadoras do vírus HIV. Após, a dinamizadora pede para que as pessoas que possuem o autógrafo de um deles ou de uma delas (e que conseqüentemente tiveram relações sexuais com eles e elas) também venham para o canto. Em seguida, que as pessoas que tiveram uma relação sexual com estes e estas também venham (ao final, todos e todas já estarão naquele canto). Quando todos e todas já estiverem novamente reunidos, a equipe dinamizadora pergunta quem tem um círculo desenhado, e comunica



que estes e estas usaram camisinha e que não se infectaram. Por fim, pergunta quem tinha uma frase escrita “*Não siga as instruções*”. Caso este tenha seguido as instruções e obtido os autógrafos, o facilitador ou facilitadora deve utilizar esse dado para problematizar, junto aos e às demais participantes, sobre qual a relação que essa opção tem com o nosso comportamento sexual.

Tempo de Duração: em média 30 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: De ensino médio com no máximo 30 pessoas por turma.

Questões norteadoras: Tem como identificarmos se as pessoas ao nosso redor possuem alguma IST ou HIV? Como fazer para prevenir ISTs e HIV? Será que na dimensão da vida sexual dos e das jovens, colegas também tendem a dar “instruções” sobre o que cada uma e cada uma devem fazer? Será que devemos segui-las? Por que muitas vezes temos a necessidade de seguir instruções do grupo? As questões de gênero interferem no nosso comportamento sexual?



DINÂMICA 45: PRÁTICAS DE SEXO SEGURO

Tema: Práticas de sexo seguro

Objetivos: Essa dinâmica tem como objetivo propiciar uma reflexão sobre práticas de sexo seguro. As práticas sexuais foram selecionados com intuito de “desgenitalizar” os atos sexuais mostrando como todo nosso corpo pode nos proporcionar prazer. No desenvolvimento da dinâmica é preciso prestar atenção para não adotar uma atitude heteronormativa que invisibilize práticas sexuais homossexuais.

Materiais: Cartões de papel com três diferentes práticas sexuais a serem entregues a cada grupo.

Metodologia: Separamos a turma em cinco grupos de no máximo cinco pessoas. Distribuímos para cada grupo um cartão contendo três diferentes práticas sexuais. A equipe escolhida para começar a atividade seleciona uma das práticas no cartão para ser adivinhada pelos outros grupos. As outras equipes terão duas rodadas para tentar descobrir que prática é. Na primeira rodada, cada grupo faz uma pergunta que possa ser respondida com um “não” ou um “sim”, na tentativa de descobrir informações sobre a prática a ser adivinhada. Na segunda rodada, as equipes fazem mais uma pergunta e arriscam um palpite. Caso ninguém descubra, a prática é revelada.

Passamos, então, ao cartão do grupo seguinte. Seguimos com a dinâmica até que o tempo termine, revelando tantas práticas quanto for possível. Depois que cada prática é adivinhada ou revelada a dinamizadora ou dinamizador, em diálogo e debate com a turma, classifica e anota no quadro, as práticas apresentadas como COM RISCO ou SEM RISCO. (Se considera “com risco” qualquer tipo de prática sexual que envolva contato genitália-mucosa sem barreira, penetração que se faça sem uso de preservativo de látex, ou com preservativo de látex e lubrificante a base de petróleo).



Abaixo uma lista, não exaustiva de possibilidades de práticas sexuais. Estas podem ser adaptadas aos contextos nos quais serão desenvolvidas, eliminando práticas “ousadas” para determinada faixa etária ou contexto. Outras práticas podem ser acrescentadas.

1. Abraçar e beijar no rosto.
2. Beijo no rosto.
3. Beijo no pescoço.
4. Beijo na orelha.
5. Beijo na boca.
6. Beijo de língua.
7. Abraçar o parceiro.
8. Cheiro no cangote.
9. Mordida na orelha.
10. Sentar no colo do parceiro ou da parceira.
11. Beijar os mamilos.
12. Tomar banho com o parceiro.
13. Lamber o dedão do pé.
14. Lamber o cotovelo do parceiro ou da parceira.
15. Masturbar o/a parceiro/a.
16. Sexo oral sem camisinha.
17. Sexo oral com camisinha.
18. Sexo vaginal sem camisinha.
19. Sexo vaginal com camisinha.
20. Sexo anal com camisinha e lubrificante a base de água.
21. Sexo anal com camisinha e lubrificante a base de óleo ou petróleo.
22. Sexo anal sem camisinha.

Após finalizar o debate sobre práticas com risco e sem risco, explicaremos algumas formas de utilizar camisinhas, demonstrando **(1)** como se coloca uma camisinha masculina, **(2)** como utilizar a camisinha masculina como barreira no sexo oral em mulheres e **(3)** o que é camisinha feminina e como funciona.

Duração: 30-40 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: Preferencialmente dos três anos do ensino médio, com no máximo 30 pessoas por turma.

Questões norteadoras: Como viver plenamente a sexualidade sem riscos de contrair IST e/ou AIDS? Sexualidade equivale a genitalidade? Que outras formas de contato corporal são prazerosas e sem risco para a saúde sexual? Estamos vivendo a sexualidade responsabilmente?



DINÂMICA 46: A BATATA QUENTE DA SEXUALIDADE

Tema: Prevenção ISTs/AIDS e gravidez

Objetivos: Consideramos importante tratar o tema de sexualidade e da prevenção das ISTs/AIDS e gravidez indesejada. Essa dinâmica tem como objetivo fortalecer habilidades para a negociação do uso da camisinha, assim como aumentar o repertório de argumentos dos e das estudantes para exigir o uso do preservativo na hora de manter relações sexuais. Ao mesmo tempo, a dinâmica tem como objetivo conscientizar sobre a necessidade de viver a sexualidade de um jeito pleno e seguro.

Materiais: Rádio, CD de música dançante, bola.

Metodologia: Divide-se a turma em grupos de três ou quatro pessoas que devem permanecer perto em um círculo que se formará no meio da sala. Ao som da música colocada pela equipe dinamizadora, o oficineiro ou oficineira joga uma bola de uma pessoa para outra, no modelo de “batata quente”, e quando a música parar o grupo da pessoa que tenha ficado com a bola deve oferecer rapidamente uma resposta à frase que será lida pela dinamizadora ou dinamizador da oficina. Se o grupo não consegue dar uma resposta, abre-se para outros grupos oferecerem uma resposta. É importante manter um ritmo rápido para manter a atenção na dinâmica. Depois que o grupo dá uma resposta, a música volta a ser ligada, repetindo a dinâmica até que se considere conveniente.

As frases são as seguintes:

1. Se alguém falar: *“Camisinha não é natural, me bloqueia”*.
Você responde:
2. Se alguém falar: *“Ah! Você tem uma camisinha! Você tinha planos de me seduzir”*.
Você responde:
3. Se alguém falar: *“Não tenho camisinha comigo”*.
Você responde:

- 4.** Se alguém falar: *"Eu não sou homossexual e não uso drogas injetáveis, por isso não preciso me preocupar com as IST ou o AIDS"*.
Você responde:
- 5.** Se alguém falar: *"Não precisamos de camisinha. Sou virgem"*.
Você responde:
- 6.** Se alguém falar: *"Camisinha! Você está me ofendendo! Não confia em mim?"*
Você responde:
- 7.** Se alguém falar: *"Se eu parar para colocar a camisinha, perco o tesão"*.
Você responde:
- 8.** Se alguém falar: *"Morro, mas não uso camisinha"*.
Você responde:
- 9.** Se alguém falar: *"Não transo com você se for com camisinha"*.
Você responde:
- 10.** Se alguém falar: *"Até você colocar a camisinha, eu já perdi a vontade"*.
Você responde:
- 11.** Se alguém falar: *"Tomo pílula. Você não precisa usar camisinha"*.
Você responde:
- 12.** Se alguém falar: *"Só uma vez! Não faz mal! Já nos conhecemos há tanto tempo"*.
Você responde:
- 13.** Se alguém falar: *"Só de olhar alguém é o bastante para saber se tem AIDS. Assim, por que me preocupar?"*
Você responde:
- 14.** Se alguém falar: *"Usar camisinha para fazer sexo oral é como chupar bala com papel"*.
Você responde:
- 15.** Se alguém falar: *"É só a cabecinha não precisa de camisinha"*.
Você responde:
- 16.** Se alguém falar: *"Não precisa de camisinha, na hora de gozar eu tiro"*.
Você responde:

17. Se alguém falar: *“Sou mulher, não preciso usar camisinha”*.

Você responde:

É importante estimular as pessoas para que as respostas sejam pensadas rapidamente em grupo, em esse momento o dinamizador ou a dinamizadora deverá introduzir alguma problematização e explicação.

Duração: 30-40 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: Preferivelmente dos três anos do ensino médio, com no máximo 30 pessoas por turma.

Questões norteadoras: Como viver plenamente a sexualidade sem riscos de contrair ISTs e AIDS? Na nossa experiência é comum ter relações sexuais sem proteção? Quais são as dificuldades que encontramos ao negociar o uso do preservativo? Existem práticas de sexo seguro sem o uso da camisinha? As consequências do não uso do preservativo são iguais para homens e mulheres?

MÓDULO 7 – DINÂMICAS DE APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO

[VOLTA AO SUMÁRIO]



Consideramos que todas as oficinas têm que contar com um primeiro momento de apresentação e com um momento final de avaliação da dinâmica por parte dos e das participantes. Começar com a dinâmica de apresentação é importante, pois nos permitirá ter uma primeira aproximação com a turma com a qual vamos trabalhar – saber suas idades, como se definem, as expectativas que têm sobre a oficina, ter uma primeira imagem do grupo, do clima que permeia as relações na turma – para assim descontrair o ambiente antes de começar os trabalhos.

A dinâmica final de avaliação é importante para obter uma retroalimentação do trabalho realizado pelos oficineiros e oficineiras. Nesse momento devolvemos a palavra para o grupo com quem temos trabalhado para saber suas impressões, reflexões, emoções ao realizar o trabalho. É muito importante para os e as oficineiras ter esses tipos de avaliações para poder avançar no processo de constante aprimoramento do trabalho realizado.

7.1 O QUE É IMPORTANTE CONSIDERAR AO REALIZAR AS DINÂMICAS DE APRESENTAÇÃO?

As dinâmicas de apresentação visam, de modo geral, preparar o grupo para o trabalho conjunto e facilitá-lo. Assim, poderemos criar vínculo

e confiança entre os e as participantes, pautar formas de comunicação, motivar e promover a integração e os processos coletivos de discussão e reflexão. Deste modo, a apresentação vai além do conhecimento do nome dos e das participantes e pode incluir outros aspectos que permitam a identificação da pessoa e seus interesses/expectativas com a participação na oficina. A apresentação da coordenação é também essencial, assim como a informação dos objetivos da oficina e as regras de funcionamento grupal, que podem ser construídas em conjunto ou não e devem ser fornecidas numa linguagem clara e em acordo às características do grupo.

A confiança e o conhecimento entre as pessoas na coordenação e as pessoas participantes da oficina é essencial para o seu desenvolvimento satisfatório e o cumprimento dos objetivos propostos. Porém, grupos em que as pessoas se conhecem previamente ou que compartilham outros espaços, além das oficinas, pode favorecer em alguns casos a dinâmica grupal e em outros impedir a abertura ao tema dos e das participantes. Nesse sentido, antes de juntar meninas e meninos, ou crianças/adolescentes de diferentes idades, ou professores/as e estudantes, ou professores e a equipe diretiva do centro, por exemplo, é importante conhecer sempre que possível o tipo de relação que existe e refletir sobre o efeito nos objetivos propostos e o que se pode esperar deles.

Desta forma, a avaliação é consubstancial à preparação, desenvolvimento e fechamento das oficinas e o trabalho grupal.

7.2 O QUE SE AVALIA?

No final de cada sessão de trabalho grupal, assim como no final de uma sequência de oficinas, é importante avaliar o cumprimento dos objetivos parciais e/ou gerais estabelecidos pela coordenação em cada caso. Para isso, promove-se as dinâmicas que permitam comprovar o conhecimento alcançado pelos e pelas participantes, o cumprimento das expectativas com que as pessoas iniciaram ou se inseriram na oficina, o nível de satisfação reportado, a existência de sugestões que ajudem a melhorar a dinâmica do trabalho grupal, o grau de funcionamento das dinâmicas e recursos usados.

Estes momentos de *feedback* vão permitir não apenas restaurar ou ajustar as dinâmicas e recursos empregados nas oficinas às características dos e das participantes, mas também evidenciar e delimitar expectativas, e caso seja necessário, aperfeiçoar o desenho metodológico das sessões de trabalho, que não são nunca fixas.

Deve-se sublinhar ainda a necessidade de pensar na avaliação como uma habilidade da pessoa/equipe coordenadora, que deve ser colocada em prática durante toda a sessão de trabalho e que se refere à capacidade de captar e interpretar as diferentes dinâmicas grupais (os silêncios, as pausas, as omissões ou esquecimentos, a escassa participação, as brigas, as lideranças positivas e negativas) e ajustar a sequência do desenho metodológico e os recursos implementados, a esse funcionamento grupal. Neste sentido, a avaliação permite saber o que funciona para esse grupo, quais os efeitos de determinados “estímulos”, em que momentos usá-los conforme os objetivos que se persegue, quais não funcionam para esse grupo ou tem um efeito não desejado, etc.

7.3 É POSSÍVEL O TRABALHO GRUPAL ONLINE? QUAIS OS DESAFIOS?

O trabalho grupal na modalidade online é possível, mas exige considerar várias questões e ajustar o desenho metodológico das oficinas às características dos espaços virtuais e aos recursos que oferece cada tipo de plataforma virtual.

Também devemos levar em conta que os temas sobre gênero e sexualidade e as discussões e reflexões nesse campo podem não se dar conforme desejado quando não são garantidas condições de privacidade e anonimato dos e das participantes. Questões estas que, no espaço virtual, nem sempre temos como controlar. É por isso que, para o trabalho nos espaços online, enfatiza-se a importância de evidenciar e conferir de antemão, que as normas grupais pautadas possam ser respeitadas em todos os casos.

Nas interações online é necessário pensar em formas de avaliação e *feedback* durante a sessão de trabalho grupal, aquelas que não envolvem o

contato visual com os participantes (expressão facial e corporal, risos) e o controle da dedicação exclusiva à atividade, o que também supõe importantes desafios em termos das estratégias de motivação implementadas.

As plataformas digitais têm, às vezes, diferentes versões (para móvel ou computador), o que faz com que, dependendo do dispositivo pelo qual a pessoa está acessando, a forma de apresentação da plataforma, os recursos disponíveis e as formas de interação, possam ser diferenciadas. Deve-se considerar, ainda, que problemas de conectividade afetam a participação de todos e as formas de interação, assim como o acesso a recursos visuais como vídeos. Vejamos as dinâmicas.



DINÂMICA 47: APRESENTAÇÃO RÁPIDA

Tema: Apresentação do grupo

Objetivos: Esta apresentação visa buscar um espaço de empatia entre a equipe dinamizadora, as e os participantes, quebrando o gelo e possibilitando que todas e todos se apresentem e comecem a se conhecer. É importante que se busque um clima de descontração e que as dinamizadoras estimulem que estudantes se apresentem e falem de si.

Metodologia: A apresentação deve se dar em um clima de descontração e de atenção às falas, manifestações, expressões, enfim, às reações das e dos participantes. A turma é convidada a sentar ou ficar em pé, mas em círculo, buscando-se, assim, uma relação horizontal entre todas e todos da sala. Então, alguém da equipe dinamizadora se apresenta, dizendo seu nome, idade e de onde vem (grupo, faculdade ou outra instituição).

Após sua apresentação, pergunta-se para a turma se esta sabe o motivo da equipe estar presente, ou seja, se a turma está ciente da oficina. Após esta pergunta e a devida resposta, a dinamizadora volta à apresentação e diz uma característica sua. Depois que toda a equipe tiver se apresentado, pede-se para as e os estudantes fazerem o mesmo. Em vez de seguir a roda, pode usar-se uma bola de tênis (ou de qualquer material): a dinamizadora segura a bola enquanto se apresenta, depois joga a bola para alguém da roda, passando, assim, a vez de fazer a apresentação.

Tempo de duração: 10 minutos.

Material Necessário: Uma pequena bola que pode ser de papel, bola de tênis etc.

Aplicável para turmas: Para todos os anos. Máximo de 40 participantes.

Questões norteadoras: Ter em mente a importância da apresentação para quebrar o gelo do ambiente e possibilitar que as e os estudantes se expressem e que todas e todos se conheçam. Refletir sobre as características das e dos estudantes relatadas em suas apresentações. Essa breve fala pode dizer muito sobre a relação de cada sujeito com a oficina.





DINÂMICA 48: APRESENTANDO OS COLEGAS E AS COLEGAS

Tema: Apresentação do grupo

Objetivos: Indicada para oficinas nas quais as e os participantes não se conheçam ou se conheçam pouco, como oficinas de formação para professoras e professores, movimentos sociais, etc. Esta apresentação visa buscar um clima de empatia entre todas e todos participantes – levando em conta que não se conhecem ou se conhecem pouco – quebrando o gelo e possibilitando que se apresentem e comecem a se conhecer.

Metodologia: A apresentação deve se dar em um clima de descontração e de atenção às falas, manifestações, expressões, enfim, às reações das/os participantes. Alguém da equipe dinamizadora se apresenta, dizendo seu nome, idade e de onde vem (grupo, faculdade ou outra instituição). Então, a turma é convidada a se dividir em pequenos grupos de três a quatro pessoas e pede-se que se conheçam e conversem entre si por cinco minutos. Após esse tempo, todas e todos se juntam em círculo e pede-se que as e os participantes apresentem a ou o colega com que conversaram e conheceram em grupo.

Tempo de duração: 20 minutos.

Aplicável para: Ensino Médio, grupo de professoras e professores. Máximo de 40 participantes.

Questões norteadoras: Ter em mente a importância da apresentação para quebrar o gelo do ambiente e possibilitar que as e os participantes e a equipe dinamizadora da oficina possam se conhecer um pouco. Refletir sobre as características dadas pelas e pelos participantes. Essa breve fala pode ajudar a conhecer um pouco sobre as pessoas que estarão recebendo a oficina e a sua reação com a mesma.



DINÂMICA 49: REPRESENTANDO A COMPREENSÃO

Tema: Avaliação de aprendizados

Objetivos: A dinâmica pode ser utilizada em diferentes contextos e situações, mas é direcionada para fixar conteúdos e avaliar a compreensão ao final de um curso ou disciplina. Pode ser aplicada em qualquer área do conhecimento, embora tenha sido desenvolvida para a área de Ciências Humanas. Deve permitir que experiências pessoais de aprendizado e vivências cotidianas sejam utilizadas pelos e pelas participantes para representar sua compreensão do que foi ensinado e aprendido. Visa integrar o conhecimento com outras formas de expressão, e oportunizar a troca de informações de forma lúdica, após um período de discussões teóricas sobre temas específicos.

Material necessário: Cartões com temas discutidos anteriormente, que podem conter apenas uma palavra-chave, como “Antropologia”, “Diferença”, “Cultura”, “Gênero”, “Responsabilidade social”, entre outros, desde que representativos do que foi aprendido.

Metodologia: Apresentar a dinâmica, e dividir a turma em grupos. Distribuir os cartões-tema, e orientar que cada grupo elabore uma cena, ou pequenas cenas, que representem não só o tema, mas o que foi compreendido a partir da abordagem dele. Para elaborar a cena, os grupos devem levar em conta questões teóricas, aprendizados, dúvidas, reflexões, mudanças durante o processo de aprendizado, e também uma avaliação a respeito. Os grupos têm até vinte minutos para organizar suas apresentações, e de acordo com o número de participantes da turma, até 30 minutos para apresentarem suas cenas. O papel de quem ministra a oficina, que deverá ser preferencialmente o educador ou educadora que deu o curso ou a disciplina em questão, é o de circular entre os grupos, instigar, questionar, observar as discussões realizadas. Após as apresentações, os grupos devem manifestar suas opiniões e reflexões sobre o trabalho dos colegas, retomando



conceitos, noções e sugerindo pontos que talvez tenham ficado de fora, gerando assim um novo momento para fixação de aprendizados. A dinâmica se encerra com uma discussão ampla entre a turma e educador ou educadora, avaliando de que forma o que foi aprendido e ensinado pode ser transposto para as vivências fora de sala de aula.

Tempo de duração: 90 minutos (a duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável).

Aplicável para turmas: a partir do 6º ano do ensino fundamental, até a 4ª fase (semestre, período) de cursos de Graduação em qualquer área. Máximo de 45 participantes por turma.

Questões norteadoras: Para que serve o conhecimento adquirido? É possível representar e vivenciar o que é aprendido? Como se dão os processos de ensino e aprendizagem entre educadores e estudantes? Por que é importante refletir sobre o que se aprende?



DINÂMICA 50: AVALIANDO APRENDIZADOS

Tema: Avaliação

Objetivos: Uma dinâmica simples, para ser aplicada ao final de atividades em oficinas, independentemente da temática trabalhada, busca avaliar aprendizados a partir da representação imagética de sensações e percepções.

Material necessário: Cartões com imagens variadas, que podem ser desenhadas ou recortadas de revistas. No exemplo aqui, foram utilizados cartões com imagens de velas, lâmpadas, sol, ponto de interrogação, ponto de exclamação, horizonte, pôr-do-sol, tempestade, noite com estrelas, noite escura, entre outras.

Metodologia: Ao final da oficina e da realização de outras dinâmicas, o grupo é convidado a avaliar, através de imagens, como se sentiu e o que aprendeu. Em uma mesa, devem estar dispostos os cartões com as imagens, e cada pessoa vai até lá e escolhe um dos cartões, para representar o que aprendeu e como se sentiu. Caso alguém escolha o mesmo cartão de outra pessoa, formam um grupo em torno da imagem.

Quando todos e todas tiverem escolhido seus cartões, a turma é instigada a falar sobre essa escolha, quais os motivos, o que o cartão representa, e o que poderia ser mudado para a troca da imagem. Por exemplo, quem escolheu o cartão com um ponto de interrogação pode ter saído da atividade com dúvidas, e então deve-se refletir sobre essas dúvidas, e buscar saber o que poderia ser melhorado. Por ser uma dinâmica de fechamento, pode levar no máximo 15 minutos, de acordo com o número de participantes.

Tempo de duração: entre 10 e 15 minutos.

Aplicável para turmas: Todas, independentemente do tema, série e objetivos da oficina, com o mesmo número de participantes.

Questões norteadoras: A importância de refletir sobre o que se aprende e dimensionar as pequenas mudanças no espaço de tempo de uma atividade de oficina.





DINÂMICA 51: AVALIANDO EM PALAVRAS

Tema: Avaliação

Objetivos: Dinâmica de avaliação de conhecimentos adquiridos em atividades anteriores, podendo ser adaptada para qualquer tema. Neste exemplo, foram utilizados conceitos referentes às oficinas de sexualidade, gênero, violências, visando reforçar conceitos e noções e avaliar o aprendizado e seus processos. Pode também ser executada ao final de um curso completo em determinada temática.

Material necessário: Quadro verde e giz (ou quadro branco e canetas), cartões coloridos com palavras, fita adesiva.

Metodologia: Apresentar a dinâmica, e organizar um quadro com uma lista de categorias⁴², que façam referência aos temas trabalhados em atividades prévias ou durante o curso todo. Em uma mesa, devem ser espalhados cartões coloridos com diversas palavras, relacionadas às categorias escolhidas e colocadas no quadro, visível para todos e todas. A turma então é chamada a se agrupar em torno da mesa, e escolher cartões para colocar em uma das categorias do quadro. Disponibiliza-se fita adesiva, para que os cartões possam ser colados. Durante 10 a 15 minutos, a turma deve ler os cartões, pensar, discutir, e escolher em qual categoria vai colar seu cartão. É importante acompanhar as discussões, argumentos, ideias, contradições, para que possam ser discutidas no final da atividade. As palavras, para este exemplo aqui, foram: Sexismo, Racismo, Homofobia, Machismo, Homossexualidade, Bissexualidade, Heterossexualidade, Masculino, Feminino, Heterossexual, Homossexual, Bissexual, Travesti, Transexuais, Transgêneros, Gravidez na adolescência, HIV/AIDS, DSTs, Estupro, Violência sexual,

42 Para uma avaliação de oficinas sobre temáticas de gênero e sexualidades, foram colocados no quadro as seguintes categorias: PRECONCEITO, SEXUALIDADES, IDENTIDADES, PROBLEMAS, SOLUÇÕES.

Abuso sexual, Posto de saúde, Escola, Delegacia, Professor(a) de confiança, Pílula anticoncepcional, Preservativo feminino, Preservativo masculino.

Depois que todos tiverem escolhido as palavras, começa-se a montar o quadro, permitindo que a participação de cada um e cada uma seja efetiva, com liberdade para movimentação diante do quadro, troca de categorias e discussões ampliadas. Quando o quadro estiver completo, a turma deve tecer comentários, dizer se concorda com a estrutura organizada, podendo apontar onde colocou seus cartões escolhidos, se acha que estão corretos, o que conversou com os e as colegas. A dinâmica serve para dimensionar a extensão dos conhecimentos apreendidos, se houve eficácia nas atividades anteriores ou no curso, como as ideias são elaboradas ao final, se as dúvidas foram dirimidas, e o que precisa ser melhor trabalhado em outras atividades.

Tempo de duração: Se for atividade única, no último dia de um curso, pode durar até 50 minutos. Se for para encerrar uma atividade específica, a duração da discussão e montagem do quadro poderá levar no máximo 30 minutos (para oficinas de pelo menos 120 minutos). A duração de cada dinâmica pode ser adaptada pela professora ou professor responsável.

Aplicável para turmas: todas, de acordo com faixa etária, temas, foco da oficina ou do curso. Máximo de 40 participantes.

Questões norteadoras: Refletir sobre se o que se aprende é aprender. Importância de avaliar atividades. Aprendizado de conceitos se faz em diálogo. Todas as demais questões que tenham norteadado cada uma das atividades relacionadas.



MÓDULO 8 – O CONCURSO DE CARTAZES SOBRE LESBO-TRANS-BI-HOMOFOBIA E HETEROSEXISMO NAS ESCOLAS: UM MARCO PARA TRABALHAR SEXUALIDADES NÃO NORMATIVAS NO CONTEXTO ESCOLAR

[VOLTA AO SUMÁRIO]



Apresentamos neste último módulo a experiência de organização do Concurso de Cartazes sobre Lesbo-Trans-Bi-Homofobia e Heterossexismo nas escolas, atividade desenvolvida pelo NIGS, no quadro do projeto Papo Sério, entre 2009 e 2015, com sete edições. O concurso foi realizado junto e articuladamente com as oficinas do Projeto Papo Sério, que haviam iniciado em 2007.

O concurso, que iniciou em 2009 com o título de *Concurso de Cartazes Contra a Homofobia nas Escolas*, foi mudando de nome ano a ano, alternando os termos *Lesbofobia*, *Transfobia* e *Bifobia* com o termo inicial *Homofobia* e em sua quinta edição realizada em 2013, contou com a inclusão do termo heterossexismo, compreendendo-o de forma similar às expressões racismo, antissemitismo ou machismo, para descrever um sistema ideológico que nega, rechaça ou violenta qualquer forma de comportamento, identidade, comunidade ou estilo de vida que não seja heterossexual, ao tempo que exalta a heterossexualidade (HEREK, 1991). Para falar com as palavras de Daniel Borillo:

A ordem sexual que é o sexismo não só implica a subordinação do feminino ao masculino, mas também a hierarquização das sexualidades, fundamento da homofobia. Por isso a alusão constante à

superioridade biológica e moral dos comportamentos heterossexuais forma parte duma estratégia política de construção da normalidade sexual. (...) O heterossexismo se define como a crença na hierarquia das sexualidades, que coloca a heterossexualidade no nível superior. As demais formas de sexualidades aparecem no melhor dos casos como incompletas, acidentais, e perversas, e no pior dos casos como patológicas, criminais, imorais e destruidoras da civilização. (2001, p. 32, tradução nossa)

O concurso foi uma ação focada na visibilização de sexualidades não heterossexuais e das identidades trans e não binárias, e na denúncia visando a desconstrução de valores e práticas heterossexistas e homo/lesbo/transfóbicas, em particular no espaço escolar. O concurso buscou auxiliar na prevenção de condutas física ou simbolicamente violentas contra pessoas não heterossexuais e também contra pessoas trans.

Em suas sete edições, o Concurso envolveu estudantes da Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino para Jovens e Adultos das escolas públicas da Grande Florianópolis em Santa Catarina. A participação no concurso se dava através da produção de cartazes, confeccionados em grupos de no máximo cinco estudantes, sob a orientação de pelo menos um membro do corpo docente e/ou da coordenação pedagógica de cada escola.

Para a viabilização deste projeto, a perspectiva do diálogo e da construção em parcerias e redes foi imprescindível. Ao longo de seus 7 anos o Concurso de Cartazes teve o apoio de muitas entidades: das Pró-Reitorias de Pesquisa e Extensão e de Pós-Graduação da UFSC, do Instituto de Estudos de Gênero (IEG-UFSC), o NEPRE – Núcleo de Educação e Prevenção da Grande Florianópolis (vinculado a Secretaria de Estado da Educação), do Grupo Gestor do projeto Escola Sem Homofobia, da TV Bandeirantes, entre outros.

Entendemos a importância do Concurso de cartazes como uma atividade lúdico/pedagógica com alto potencial de romper com o silêncio perpetuado nas escolas por um sistema ideológico heterossexista. O concurso promoveu a conscientização e reflexão de que as violências simbólicas e/ou físicas às quais estão sujeitas as pessoas não heterossexuais, em todos

os âmbitos, mas aqui, especialmente nas escolas, são fruto de um sistema ideológico, estrutural. Elas não dependem das dificuldades experimentadas individualmente para aceitar os arranjos sexuais e sentimentais diferentes das heterossexuais.

Compartilhamos neste módulo as experiências e as estratégias acerca da construção do concurso para que possa ser replicado, adaptado e trabalhado em outros contextos. Para tanto, dividimos em seis fases de atuação, sendo elas: 1) Divulgação; 2) Visita às exposições; 3) Recepção dos Cartazes; 4) Montagem das exposições; 5) Monitoria das exposições; 6) Votação.

1º FASE: DIVULGAÇÃO

Consideramos oportuno começar a divulgação do Concurso de Cartazes Contra a Homofobia, Lesbofobia, Transfobia e Heterossexismo nas escolas ao menos três meses antes da data estipulada para o concurso. Dividimos a divulgação nas seguintes etapas:

E-mail e ligações para escolas

Para realizar o primeiro contato com as escolas, e buscando atingir o maior número possível, realizamos um primeiro levantamento dos telefones e endereços de email das escolas do local em que queríamos realizar o concurso, recolhendo esses dados em uma tabela de Excell (ou outro programa parecido) para que se pudesse anotar os contatos realizados, pessoas de contato, e outros dados que consideramos úteis no transcurso do concurso.

Uma vez com os contatos das escolas, começamos a enviar os e-mails de convite contendo uma rápida apresentação do NIGS, núcleo que promovia o concurso, assim como o edital deste⁴³ (que continha normas para a participação, cronograma, eventuais prêmios etc.). Consideramos que foi

43 Em anexo, o edital da edição 2015 do Concurso de Cartazes sobre lesbo-trans-homofobia e heterossexismo nas escolas.

importante enviar os emails direcionando-os à diretoria e à coordenação pedagógica das respectivas escolas, assim como ter reforçado o convite via telefone, mantendo um canal de diálogo com a diretoria e/ou com a coordenação pedagógica dos centros escolares. Ainda neste primeiro telefonema, pedia-se, juntamente com o e-mail institucional da escola, o e-mail da pessoa com quem se fez o primeiro contato para agilizar a comunicação eletrônica posterior.

Visitas pessoais às escolas

Depois das ligações realizadas, para maximizar a possibilidade de participação de escolas que consideramos estratégicas (por número de estudantes, casos de violência heterossexista conhecidos, presença de algum ou alguma profissional da educação nossa parceira etc.), começamos as visitas nas escolas.

Antes das visitas, percebemos como importante visualizar num mapa as escolas que pretendíamos visitar para ir criando um roteiro que maximizasse o número de escolas que conseguiríamos visitar num mesmo dia. Recomendamos naquele momento que as equipes que realizassem as visitas fossem compostas por duas ou três pessoas.

Aconselhamos que cada equipe organizasse pastas com o edital, eventual cartaz de divulgação do Concurso para ser exposto na escola e outros materiais que consideramos de utilidade para auxiliar no acompanhamento do trabalho dos estudantes (cartilhas, artigos, textos, entre outros), solicitando que deixassem as mesmas em cada escola nas mãos da diretora ou coordenadora pedagógica com quem havia falado.

Uso das redes sociais

Consideramos de grande importância e utilidade o uso das redes sociais para divulgar o concurso e visibilizar a temática associada. Por isso consideramos relevante criar uma conta em diferentes redes sociais (Facebook, Instagram, etc.) e divulgá-la nas visitas às escolas. Na época da realização dos concursos criamos anualmente uma nova conta no Facebook

que foi utilizada para compartilhar fotos das visitas às exposições, fotos dos cartazes que recebermos, artigos que versassem sobre a temática do concurso, vídeos, lembretes de datas importantes no concurso etc. Como recomendação geral, lembramos da importância durante todo o processo do concurso de procurar o máximo de divulgação através das redes sociais, mídia universitária, grande imprensa, podcasts etc.

2º FASE: EXPOSIÇÕES NAS ESCOLAS

A segunda fase do concurso consiste na exposição, nas escolas, dos cartazes elaborados por uma ou mais turmas participantes do concurso. Recomendamos a exposição dos cartazes na própria escola onde foram confeccionados, para que pudessem ser mostrados, discutidos e votados pela própria comunidade escolar. Nesta fase, é importante também o comparecimento da equipe organizadora do concurso às exposições.

Na etapa de visita às exposições dos cartazes nas escolas, foram também registrados em formulário próprio⁴⁴ questões feitas sobre o processo de construção, exposição e votação dos cartazes e também reflexões sobre o impacto do tema do concurso na comunidade escolar.

Nesta etapa cada escola participante realiza uma votação dos melhores cartazes da escola, mobilizando o máximo de votantes (estudantes, docentes, funcionários, mães e pais, etc). Os cartazes mais votados são encaminhados para a etapa final, com exposição e votação na UFSC.

3º FASE: RECEPÇÃO DOS CARTAZES

Depois dos cartazes serem expostos e votados nas escolas, eles são recebidos na Universidade para a exposição final com os vencedores na primeira etapa, de todas as escolas participantes. Recebemos os cartazes duas semanas antes da exposição, tempo necessário para organização,

44 Em anexo a guia de observação elaborada para a edição 2015 do concurso.

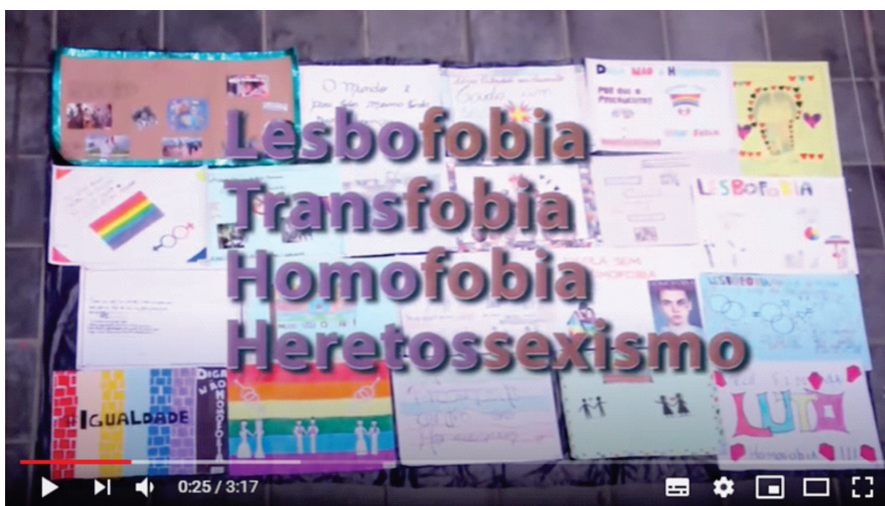
classificação e montagem da exposição. Professoras/es ou técnicas/os das escolas levaram pessoalmente os cartazes ao NIGS, na UFSC. Destacamos a importância de que os cartazes levassem escritos no verso: nome da escola, professor ou professora responsável, título do cartaz, nome dos e das estudantes que os criaram, série cursada pelos/as estudantes/as autores/as de cada cartaz.

Na medida em que os cartazes foram sendo entregues, fazia-se numeração, catalogação e fotografia dos mesmos. Foi de extrema importância que as peças estivessem catalogadas com números progressivos para posteriormente serem colados em um canto do cartaz antes de fotografar os mesmos, para agilizar as sucessivas operações de contagem dos votos.

Referente à catalogação, realizamos numa planilha de Excel (mas pode ser ou outro programa parecido) que indicava para cada cartaz: número identificador (atribuído pela equipe), escola de origem, professor ou professora responsável, título do cartaz, número de estudantes que realizaram cada cartaz e série cursada pelos e pelas estudantes autores e autoras.

4º FASE: MONTAGEM DAS EXPOSIÇÕES

Nos dias que antecederam a semana de exposição dos cartazes, a equipe se juntou em mutirão para a montagem do trabalho, na Universidade. Os cartazes foram expostos em murais e em tiras de papel TNT dependuradas na vertical e de outras maneiras criativas que a equipe criou. Para ter uma idéia de como se deu este processo de montagem na edição 2013 do concurso NIGS, Luísa Naves, naquele momento estudante de Cinema e bolsista do NIGS, filmou e disponibilizou teasers de vídeos que foram divulgados em redes sociais durante o “V Concurso de cartazes sobre homo/lesbo/transfobia e heterossexismo nas escolas”, em Florianópolis.



Teaser V Concurso de Cartazes nas Escolas NIGS/UFSC

- » Teaser V Concurso de Cartazes nas Escolas NIGS/UFSC. NIGS/UFSC. 2013. Brasil. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=m27gwJW34fI>>
- » V Concurso de Cartazes no HALL da Reitoria NIGS/UFSC. 2013. Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jZF_No-A5DE>.

5º FASE: MONITORIA DAS EXPOSIÇÕES

Na fase da exposição, propriamente dita, organizamos um grupo grande de estudantes de graduação para atuarem na monitoria, nos três turnos de aulas na UFSC. Esta presença foi fundamental para que cartazes não fossem danificados e as pessoas que passassem pelo local pudessem ser informadas sobre os objetivos e etapas do concurso. A monitoria também se fez imprescindível para auxiliar na votação do júri popular, isto é, os votos das/os transeuntes que passavam pelo local e foram convidados/as a votarem no cartaz que mais gostaram.

Novamente, realizou-se um teaser para mostrar o trabalho que estava sendo realizado e para convidar as pessoas a participar na cerimônia de premiação: *o III Teaser V Concurso de Cartazes*. Este vídeo se encontra no seguinte link <https://www.youtube.com/watch?v=YFvwlzBhzM4>.

6º FASE: VOTAÇÕES

O Concurso de Cartazes sobre lesbofobia, transfobia, homofobia e heterossexismo nas escolas contou com a votação de vários júris. Inicialmente tínhamos apenas o júri científico e o júri popular presencial, mas com o aumento de inscritos e visibilidade do concurso criamos as categorias de Júri NIGS e Júri Popular pela internet. Os júris eram assim constituídos:

- a) Júri Científico (Pesquisadoras e Pesquisadores do campo de estudos de gênero e sexualidade, representantes dos movimentos sociais feministas e LGBT de Florianópolis).
- b) Júri NIGS (Pesquisadoras e Pesquisadores egressos e atuando no NIGS).
- c) Júri Popular Presencial: Pessoas que votaram pessoalmente na exposição).
- d) Júri Popular Internet: votação pela página do Facebook.

O júri foi dividido conforme o número de cartazes recebidos. por dividir a premiação da seguinte maneira:

a) Júri Científico

Para o Júri Científico foi organizada uma plataforma no site da UFSC⁴⁵. Nessa plataforma (que possibilitou a participação de pesquisadores e pesquisadoras que não puderam visitar presencialmente as exposições), puderam ser vistos os cartazes do concursos e acessados, com senha, os formulários para

45 Júris de Avaliação – Científico e NIGS (Imagens). In: *VII Concurso de Cartazes sobre Lesbo-Trans-Homofobia e Heterossexismo nas Escolas*. Disponível em <http://concursonigs.paginas.ufsc.br/juris-de-avaliacao-cientifico-e-nigs-imagens/>. Acesso em: 06/05/2020.

votar. Na categoria *Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos* as/os integrantes do Júri Científico escolheram o melhor cartaz, enquanto que nas categorias *Ensino Fundamental e Ensino Médio* as/os integrantes do júri científico tiveram que escolher os três melhores cartazes, classificando-os como primeiro, segundo e terceiro lugares.

Para avaliação, foram seguidos os seguintes critérios:

- » Clareza e conformidade com o edital;
- » Comunicação do tema proposto no cartaz;
- » Estética e originalidade do cartaz.

b) Júri NIGS

O Júri NIGS teve que escolher os três melhores cartazes entre os mais votados nas exposições realizadas nas escolas. Para esta votação, habilitamos uma plataforma de internet no site da UFSC: <http://concursonigs.paginas.ufsc.br/juris-de-avaliacao-cientifico-e-nigs-imagens/>

Os critérios para a votação foram os seguintes:

- » Clareza e conformidade com o edital;
- » Comunicação do tema proposto no cartaz;
- » Estética e originalidade do cartaz.

c) Júri Popular

Para o voto popular foi criado um álbum na página⁴⁶ do Facebook do concurso, onde qualquer pessoa podia entrar, curtir e compartilhar todos os cartazes que quisesse. A votação online foi mantida aberta até dois dias antes da premiação. Através de votação popular foram escolhidos os três cartazes mais curtidos e o cartaz mais compartilhado. Além disso, foi habilitada uma urna que ficou à disposição de todos e todas as visitantes da exposição no CFH até a tarde do dia anterior à premiação para votação dos 230 cartazes ali expostos.

46 Concurso de Cartazes NIGS/UFSC. Disponível em <https://www.facebook.com/ConcursoDeCartazesNigsufsc?fref=ts>. Acesso em: 06/05/2020.

Em anos posteriores do concurso foi criado o Prêmio Popular Facebook, através de um álbum na página oficial do Concurso. Aqui temos o link para o VII Concurso de Cartazes (<https://www.facebook.com/ConcursoDeCartazesNigsufsc>). Foram compiladas nesse álbum as fotos dos cartazes selecionados para a exposição na UFSC. Nesta categoria, foram premiados os três cartazes com maior número de curtidas.

d) Votação para o prêmio Educador/Educadora destaque em gênero e sexualidades

Constituiu-se uma comissão para analisar os relatos de experiência e/ou pôsteres analíticos produzidos pelos professores e pelas professoras que coordenaram os trabalhos dos e das estudantes nas salas de aulas. Os critérios utilizados para a votação foram os seguintes:

- » Articulação da dimensão teórica e prática da intervenção com os e as estudantes.
- » Clareza na exposição do processo pedagógico desenvolvido com as turmas.
- » Estratégias usadas.
- » Descrição das etapas implementadas.
- » Relato da experiência subjetiva e pessoal nas diferentes etapas do processo de construção dos cartazes.

A comissão se reuniu nos dias que antecederam a exposição final para decidir os professores e as professoras vencedores/as do 1º, 2º e 3º lugar do Prêmio Educador/Educadora destaque em gênero e sexualidade e as menções honrosas.

7º FASE: CERIMÔNIA DE PREMIAÇÃO

Nas duas semanas anteriores à cerimônia de premiação voltou-se a entrar em contato com as escolas para reiterar o convite para participar

na premiação. É importante ter a possibilidade de reembolsar com gasolina ou passagem de ônibus os professores e as professoras e estudantes que comparecerem à premiação, pois as escolas públicas não têm recursos para transporte.

Percebemos com o Concurso que a cerimônia de premiação é para estudantes e professores/professoras um momento de festa e socialização e também uma oportunidade para visitar a exposição e ver o trabalho dos e das demais colegas que participaram do concurso. Para a equipe que dinamizou todo o processo também é a oportunidade de conhecer quem realizou o trabalho nas escolas e celebrar a finalização do projeto. Para a constituição da mesa para a premiação sugerimos que sejam convidadas as pessoas que de alguma forma auxiliaram institucionalmente a realização do Concurso. Na UFSC convidamos a Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, direção do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Chefia de departamento e coordenação de cursos de graduação envolvidos, representantes de ONGs, movimentos sociais, conselhos LGBT, secretarias do Estado e do Município que atuam na temática de gênero e LGBT.

Para concluir, aconselhamos que seja realizado um roteiro da premiação que auxilie na execução desta, lembrando que é recomendável planejar uma atividade dinâmica que não ultrapasse duas horas de duração.

MATERIAL DE APOIO

GLOSSÁRIO

[VOLTA AO SUMÁRIO]



AIDS: Sigla para a expressão em inglês “*Acquired Immune Deficiency Syndrome*”, que significa Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (ou Sida, na sigla em português).

Biologizar: explicar desigualdades construídas socialmente a partir das características físicas e biológicas dos indivíduos, ou seja, por sua identidade de gênero ou pertencimento a um determinado grupo racial-étnico.

Bissexual: Pessoa que tem desejos, práticas sexuais e/ou relacionamento afetivo-sexual com pessoas de mesmo sexo/gênero que o dela e de por pessoas de sexo/gênero diferentes.

Capacitismo: Atitude preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional. Com base no capacitismo discriminam-se as pessoas com algum grau de deficiência física ou mental.

Corpo: Conceito que incorpora, além das potencialidades biológicas, todas as dimensões psicológicas, sociais e culturais do aprendizado através das quais as pessoas desenvolvem a percepção da própria vivência.

Cultura: Fenômeno unicamente humano, a cultura refere-se à capacidade que os seres humanos têm de dar significado às suas ações e ao mundo que os rodeia. A cultura é compartilhada pelos indivíduos de um determinado grupo, não se relacionando a um fenômeno individual. Por outro lado, cada grupo de seres humanos, em diferentes épocas e lugares, atribui significados diferentes a coisas e a passagens da vida aparentemente semelhantes.

Desigualdade: Quando falamos em desigualdade, estamos tratando de um fenômeno social que produz uma hierarquização entre indivíduos e/ou grupos não permitindo um tratamento igualitário (em termos de oportunidades, acesso a bens e recursos etc.) a todos e todas.

Diferença: Ao falarmos de diferença, estamos marcando que indivíduos e/ou grupos possuem variadas formas de distinção ou de semelhança (sexo, cor, idade, nacionalidade etc.). A relação entre eles estabelece-se na medida em que a desigualdade se pauta por critérios que são de diferença e semelhança, como sexo, cor, orientação sexual.

Direitos Humanos: Constituem o marco de reconhecimento dos direitos e liberdades básicas inerentes à pessoa humana, sem qualquer espécie de discriminação. São os direitos que consagram o respeito à dignidade humana, que visam resguardar a integridade física e psicológica das pessoas perante seus semelhantes e perante o Estado em geral. Exemplos desses direitos e liberdades reconhecidos como direitos humanos incluem os direitos civis e políticos, o direito à vida e à liberdade, liberdade de expressão e igualdade perante a lei, direitos sociais, culturais e econômicos, o direito à saúde, ao trabalho e à educação. Em 1948, após a Segunda Guerra Mundial, foi proclamada a Declaração Universal de Direitos Humanos, com

a qual se inicia a fase de afirmação universal e positiva dos referidos direitos, materializada na busca por instrumentos internacionais (pactos, declarações e tratados) de defesa desses direitos. Alguns exemplos especialmente relevantes para o estabelecimento dos direitos relativos ao livre exercício da sexualidade são: o Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos e o de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ambos de 1966), a Declaração sobre a Eliminação de Discriminação contra a Mulher (1967).

Direitos reprodutivos: São direitos que asseguram a autonomia nas escolhas reprodutivas, como o de decidir sobre a reprodução sem sofrer discriminação, coerção, violência ou restrição de filhos e filhas e de intervalo entre os nascimentos; o direito de ter acesso à informação e aos meios para o exercício saudável e seguro da reprodução e da sexualidade; e o direito de ter controle sobre o próprio corpo.

Direitos sexuais: São direitos que asseguram aos indivíduos a liberdade e a autonomia nas escolhas sexuais, como a de exercer a orientação sexual sem sofrer discriminações ou violência.

Discriminação: Ação de discriminar, tratar diferente, anular, de tornar invisível, excluir, marginalizar.

Educação Sexual: Disciplina ou conteúdo transversal relativo à sexualidade na formação de crianças e adolescentes. O foco, o conteúdo, a idade e o modo de introdução dessas problemáticas na escola são questões debatidas de forma intensa desde a década de 1970 na sociedade brasileira.

Eqüidade de gênero: Igualdade de direitos, oportunidades e condições entre homens e mulheres.

Estado laico, laicidade do Estado: O princípio da laicidade do Estado é a imparcialidade diante dos conflitos do campo religioso, que corresponde à soberania popular em matéria de política e de cultura. Corretamente entendido, o Estado laico não apoia direta ou indiretamente, explícita ou implicitamente correntes religiosas, tampouco professa uma ideologia irreligiosa ou anti-religiosa. A laicidade do Estado é pré-condição para a liberdade de crença garantida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, e pela Constituição brasileira de 1988.

Estereótipo: Consiste na generalização e atribuição de valor (na maioria das vezes negativo) a algumas características de um grupo, reduzindo-o a estas características e definindo os “lugares de poder” a serem ocupados. É uma generalização de julgamentos subjetivos feitos em relação a um determinado grupo, impondo-lhes o lugar de inferior e o lugar de incapaz no caso dos estereótipos negativos.

Estigma: Marca, rótulo atribuído a pessoas e grupos, seja por pertencerem a determinada classe social, por sua identidade de gênero, ou por sua cor/raça/etnia. O estigma é sempre uma forma de simplificação, de desqualificação da pessoa e do grupo. Os estigmas decorrem de preconceitos e ao mesmo tempo os alimentam, cristalizando pensamentos e expectativas com relação a indivíduos e grupos.

Etnia: Refere-se à classificação de um povo ou de uma população de acordo com sua organização social e cultural, caracterizadas por particulares modos de vida.

Gay: Pessoa do gênero masculino que tem desejos, práticas sexuais e/ou relacionamento afetivo-sexual com pessoas do gênero masculino.

Gênero: Conceito formulado nos anos 1970 com profunda influência do pensamento feminista. Ele foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos.

Heteronormatividade: Termo que se refere aos ditados sociais que limitam os desejos sexuais, as condutas e as identificações de gênero que são admitidos como normais ou aceitáveis àqueles ajustados ao par binário masculino/feminino. Desse modo, toda a variação ou todo o desvio do modelo heterossexual complementar macho/fêmea – ora através de manifestações atribuídas à homossexualidade, ora à transgeneridade – é marginalizada e perseguida como perigosa ou marginalizado e perseguido como perigoso para a ordem social.

Heterossexualidade: Atração sexual por pessoas de outro gênero e relacionamento afetivo-sexual com elas.

Hierarquia de gênero: Pirâmide social econômica construída pelas relações assimétricas de gênero.

HIV: Sigla para a expressão em inglês *Human Immunodeficiency Virus*, que significa vírus da imunodeficiência humana.

Heterossexismo: Sistema ideológico que nega, rechaça ou denigra qualquer forma de comportamento, identidade, comunidade ou estilo de vida que não seja heterossexual, ao mesmo tempo em que exalta a heterossexualidade.

Homoafetividade: Termo recorrente no Brasil, em particular no campo jurídico, para realçar que o afeto é um aspecto

central também nos relacionamentos que fogem à norma heterossexual.

Homofobia: Termo usado para se referir ao desprezo e ao ódio às pessoas com orientação sexual diferente da heterossexual. Também podem ser utilizadas as derivações Lesbofobia (relativa ao ódio por lésbicas), Bifobia (relativa ao ódio por pessoas bissexuais) e Transfobia (relativa ao ódio por travestis e transexuais).

Homossexualidade: Atração sexual por pessoas do mesmo gênero e relacionamento afetivo-sexual com elas.

Identidade de Gênero: Diz respeito à percepção subjetiva de ser masculino ou feminina, conforme os atributos, os comportamentos e os papéis convencionalmente estabelecidos para homens e mulheres.

Identidade sexual: Refere-se a duas questões diferenciadas: por um lado, é o modo como a pessoa se percebe em termos de orientação sexual; por outro lado, é o modo como ela torna pública (ou não) essa percepção de si em determinados ambientes ou situações. A identidade sexual corresponde ao posicionamento (nem sempre permanente) da pessoa como homossexual, heterossexual ou bissexual, e aos contextos em que essa orientação pode ser assumida pela pessoa e/ou reconhecida em seu entorno.

IST: Infecções sexualmente transmissíveis.

Lésbica: Pessoa do gênero feminino que têm desejos, práticas sexuais e/ou relacionamento afetivo-sexual com pessoas do gênero feminino.

Medicalização: Refere-se à regulação da vida de homens e mulheres pelos saberes e pelas práticas das ciências médicas. O alcance desse processo, característico da Modernidade Ocidental, não se restringe ao cuidado da saúde (em que operam, por exemplo, a evolução tecnológica e a expansão da indústria e do mercado farmacêuticos), mas estende-se ao plano político do controle das populações, da ordem e da moral social.

Movimento Feminista: Movimento social e político de defesa de direitos iguais para mulheres e homens, tanto no âmbito da legislação (plano normativo e jurídico), quanto no plano da formulação de políticas públicas que ofereçam serviços e programas sociais de apoio a mulheres.

Movimento LGBT: No conjunto das conquistas político-sociais da atuação do Movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais), se enquadra a sensibilização da população de modo geral para as formas de discriminação por orientação sexual, que têm levado estudantes a abandonarem a escola, por não suportarem o sofrimento causado pelas piadinhas e ameaças cotidianas dentro e fora dos muros escolares. Esses mesmos movimentos têm apontado a urgência de inclusão, no currículo escolar, da diversidade de orientação sexual, como forma de superação de preconceitos e enfrentamento da homofobia. Uma das principais manifestações públicas do movimento LGBT são as “Paradas do Orgulho Gay” ou Parada LGBT”OU “Paradas da Diversidade”, que ocorrem em boa parte das grandes cidades brasileiras.

Naturalização: Refere-se ao modo como ideias, valores e regras sociais (produzidos por homens e mulheres em contextos históricos) são transmitidos, justificados e adotados como se existissem independentes da ação humana, como se fossem imposições externas (“naturais”) que não podem ser evitadas,

combatidas ou modificadas, sob o risco de alterarem essa ordem “natural” que garantiria a estabilidade e a reprodução da sociedade. Uma construção “naturalizada” é percebida como dado inquestionável da realidade, quando de fato as condições de ela ser considerada verdadeira são o resultado de um processo social.

Organismo: Infraestrutura biológica que dá sustento às capacidades materiais da vida.

Orientação sexual: Refere-se ao sexo das pessoas que elegemos como objetos de desejo e afeto. Hoje são reconhecidos quatro tipos de orientação sexual: a heterossexualidade (atração física e emocional pelo “sexo/gênero oposto”); a homossexualidade (atração física e emocional pelo “mesmo sexo/gênero”); a bissexualidade (atração física e emocional tanto pelo “mesmo sexo/gênero” quanto pelo “sexo/gênero oposto”); e a assexualidade (orientação sexual das pessoas que não têm interesse na prática sexual com outras pessoas).

Preconceito: Qualquer atitude negativa em relação a uma pessoa ou a um grupo social que derive de uma ideia preconcebida sobre tal pessoa ou grupo. É possível então dizer que a atitude preconceituosa está baseada não em uma opinião adquirida com a experiência, mas em generalizações que advêm de estereótipos.

Raça: do ponto de vista científico não existem “raças”, há apenas uma raça humana. No entanto, do ponto de vista social e político é necessário reconhecer a existência do racismo enquanto atitude de exclusão e discriminação. Assim, o termo “raça”, em uma sociedade racializada, marcada pelo racismo, é uma reivindicação política de movimentos sociais.

Racismo: doutrina que afirma não só a existência das raças, mas também a superioridade natural e, portanto, hereditária, de umas sobre as outras. No mundo ocidental, marcado pelo processo colonial, são as pessoas brancas que se beneficiam desta hierarquização. A atitude racista, por sua vez, é aquela que atribui qualidades aos indivíduos ou grupos conforme o seu suposto pertencimento biológico a uma dessas diferentes raças e, portanto, conforme as suas supostas qualidades ou defeitos inatos e hereditários. Assim, o racismo não é apenas uma reação ao outro, mas uma forma de subordinação do outro.

Sexismo: Atitude preconceituosa que prescreve para homens e mulheres papéis e condutas diferenciadas de acordo com o gênero atribuído a cada um, subordinando o feminino ao masculino.

Sexo biológico: Conjunto de informações cromossômicas, órgãos genitais, capacidades reprodutivas e características fisiológicas secundárias que distinguem machos e fêmeas.

Sexo seguro: termo que representa um conjunto de cuidados e habilidades que cada pessoa desenvolve para evitar atividades que apresentem riscos indesejados. Embora ainda não faça parte dos hábitos de muitos e muitas adolescentes, o uso consistente da camisinha é o meio mais seguro de prevenção contra o HIV/AIDS e contra outras infecções sexualmente transmissíveis.

Sexualidade: Refere-se às elaborações culturais sobre os prazeres e os intercâmbios sociais e corporais que compreendem desde o erotismo, o desejo e o afeto até noções relativas à saúde, à reprodução, ao uso de tecnologias e ao exercício do poder na sociedade. As definições atuais da sexualidade abarcam, nas ciências sociais, significados, ideais, desejos, sensações, emoções, experiências, condutas, proibições, modelos e

fantasias que são configurados de modos diversos em diferentes contextos sociais e períodos históricos. Trata-se, portanto, de um conceito dinâmico que vai evoluindo e que está sujeito a diversos usos, múltiplas e contraditórias interpretações, e que se encontra sujeito a debates e a disputas políticas subsequentes.

Tema transversal: Modo de organização do trabalho didático no qual determinadas questões (no caso dos Parâmetros Curriculares Nacionais brasileiros, aquelas relativas à Ética, à Pluralidade Cultural, ao Meio Ambiente, à Saúde, ao Trabalho e ao Consumo, e à Orientação Sexual) são incorporadas às áreas convencionais do ensino de modo a estarem presentes em todas elas. Não se trata de trabalhá-las paralelamente, mas de trazer para os conteúdos e para a metodologia da área a perspectiva dos temas.

Transexual: Pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. Homens e mulheres transexuais podem manifestar (ou não) o desejo de se submeterem a intervenções médico-cirúrgicas para realizarem a adequação dos seus atributos físicos de nascença (inclusive genitais) à sua identidade de gênero constituída.

Travesti: Pessoa que nasce do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade. Muitas travestis modificam seus corpos através de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém vale ressaltar que isso não é regra para todas (Definição adotada pela Conferência Nacional LGBT em 2008⁴⁷).

47 Anais da 1a Conferência Nacional LGBT, SEDH, 2008. Disponível em <https://sedh.es.gov.br/Media/sedh/DOCUMENTOS%202019/Anais%20da%201%C2%AA%20Confer%C3%AAncia%20LGBT.pdf>

Violência por preconceito: Refere-se a agressões e a atos violentos que impõem o exercício de uma hierarquia social, sendo expressivos de uma relação de dominação de um grupo ou categoria social sobre outro/a, por exemplo, homens sobre mulheres, ricos e ricas sobre pobres, brancos e brancas sobre pessoas de pele escura, nativos e nativas contra estrangeiros, estrangeiras e migrantes, heterossexuais contra homossexuais. Esses atos requerem a aprovação social que justifica a conduta violenta como instrumento para a subordinação ou a exclusão do grupo discriminado, e faz com que a violência represente uma ameaça constante contra determinado grupo.

Xenofobia: Atitude preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função de seu grupo étnico e/ou sua nacionalidade.

LINKS ÚTEIS⁴⁸

[VOLTA AO SUMÁRIO]



Estão apresentados aqui links para Instituições governamentais, educacionais, não governamentais e de pesquisa, que foram utilizados pela equipe do NIGS para a preparação e realização de oficinas. Alguns deles não estão atualizados ou se encontram fora do ar mas optamos por mantê-los aqui pelo registro histórico do papel que estas instituições tiveram para o campo de pesquisas e ativismo feminista e LGBT. A maioria das instituições aqui listadas estão ativas e podem auxiliar na busca de referências e informações sobre os temas encontrados no livro.

Associação Brasileira de Antropologia – ABA – <http://www.portal.abant.org.br/>

A mais antiga das associações científicas existentes no país na área das ciências sociais, ocupando hoje um papel de destaque na condução de questões relacionadas às políticas públicas referentes à educação, à ação social e à defesa dos direitos humanos; voz atuante em defesa das minorias étnicas, dos discriminados e posicionando-se consistentemente contra a injustiça social.

48 Todos os links foram acessados em 10/06/2020.

Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABLGT – <<https://www.abglt.org/>>

A ABGLT, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que promove ações que garantam a cidadania e os direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT).

Ação Educativa – <<http://www.acaoeducativa.org.br>>

Associação civil sem fins lucrativos que atua nos campos da educação, da cultura e da juventude, na perspectiva dos direitos humanos, realizando atividades de formação e apoio a grupos de educadores e educadoras, jovens e agentes culturais.

Agende – Ações em gênero, cidadania e desenvolvimento – <<https://wiser.directory/organization/agende-acoes-em-genero-cidadania-e-desenvolvimento/>>

Organização feminista da sociedade civil, independente, democrática e pluralista, com finalidade pública e sem fins lucrativos, tendo como missão consolidar a perspectiva feminista nas agendas política e social, visando ao fortalecimento da cidadania e da democracia.

ANIS – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero – <<http://www.anis.org.br>>

Organização não-governamental, sem fins lucrativos, voltada para a pesquisa, assessoramento e capacitação em bioética na América Latina, desenvolvendo atividades com uma equipe multidisciplinar de profissionais com larga experiência em pesquisa social, incidência política, litígio estratégico e projetos de comunicação sobre violações e defesa de direitos, em campos como direitos sexuais, direitos reprodutivos, deficiência, saúde mental, violências e sistemas penal e socioeducativo.

ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – <<http://www.anped.org.br/>>

Entidade sem fins lucrativos que congrega programas de pós-graduação stricto sensu em educação, professores e estudantes

vinculados a estes programas e demais pesquisadores da área, tendo por finalidade o desenvolvimento da ciência, da educação e da cultura, dentro dos princípios da participação democrática, da liberdade e da justiça social.

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS – <<http://anpocs.com>>

Associação científica que reúne mais de uma centena de centros de pós-graduação e de pesquisa em ciências sociais, antropologia, ciência política, relações internacionais, sociologia, de todo o Brasil tendo como missão promover o ensino, a pesquisa e a divulgação de conhecimento científico nacional.

Biblioteca Digital do CLAM (Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos) / Universidade Estadual do Rio de Janeiro – <http://www.clam.org.br>

Portal para consulta de boletim, livros, teses, dissertações, monografias, artigos de periódicos e outras publicações produzidas pelo CLAM e seus parceiros, visando complementar as bibliografias disponibilizadas pelos programas de Ensino a Distância (EAD) e presenciais e, ao mesmo tempo, compartilhar o conhecimento acumulado.

Biblioteca Virtual Mulher – <http://mulher.ibict.br/>

A Biblioteca Virtual Mulher era um site especializado no tema Mulher e Relações de Gênero, que continha, selecionadas, as informações existentes na Internet – do Brasil e do Exterior – sobre saúde, violência, cultura, trabalho, direitos e cidadania, educação, poder e participação política. O site não está mais no ar.

Cadernos PAGU – Universidade Estadual de Campinas – <<https://www.pagu.unicamp.br/pt-br/cadernos-pagu>>

Publicação quadrimestral interdisciplinar, tem como objetivo contribuir para a ampliação e o fortalecimento do campo interdisciplinar de estudos de gênero, dando visibilidade à produção realizada no

Brasil e promovendo o intercâmbio de conhecimento internacional sobre a problemática.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – <<http://www.capes.gov.br/>>

A CAPES, fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação. No site pode-se ficar sabendo das principais notícias e acessar o banco de teses.

Católicas Pelo Direito de Decidir – <<http://www.catolicasonline.org.br>>

Apoia-se na prática e teoria feministas para promover mudanças em nossa sociedade, especialmente nos padrões culturais e religiosos, lutando pela laicidade do Estado livre da interferência religiosa na criação e condução das políticas públicas. Realizam atividades de *advocacy*, oficinas, cursos, assessorias, debates, seminários em todo País, especialmente no Norte e Nordeste, com mulheres envolvidas com organizações religiosas e movimentos sociais, além de disponibilizar para download todas as publicações produzidas desde 1993, investindo ainda no desenvolvimento de pesquisas, artigos, editoriais, publicações, entre outros.

Centro de Estudos Afro-Orientais – Universidade Federal da Bahia – CEAO – <<http://www.ceao.ufba.br/>>

O Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) é um órgão complementar da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia voltado para o estudo, a pesquisa e ação comunitária na área dos estudos afro-brasileiros e das ações afirmativas em favor das populações afro-descendentes, bem como na área dos estudos das línguas e civilizações africanas e asiáticas.

Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA – <<http://www.cfemea.org.br/>>

Organização não governamental feminista e antirracista, de caráter público e sem fins lucrativos que luta pelos direitos sexuais e reprodutivos, e atua no fortalecimento da Universidade Livre Feminista; no impulsionamento da dimensão política do autocuidado e do cuidado entre ativistas e no desenvolvimento de metodologias de formação na ação para fortalecer a luta feminista.

Consórcio de Informações Sociais – CIS (ANPOCS e Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Democratização e Desenvolvimento – Pró-Reitoria de Pesquisa – Universidade Federal de São Paulo) – <<http://www.nadd.prp.usp.br/cis/index.aspx>>

Visa dotar a comunidade acadêmica de Ciências Sociais de um sistema de compartilhamento de bancos de dados gerados nas investigações de seus pesquisadores e pesquisadoras, oferece também mini-cursos em diversas instituições de ensino e pesquisa do País.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – <<http://www.cnpq.br/>>

Tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica, tecnológica e de inovação e promover a formação de recursos humanos qualificados para a pesquisa, em todas as áreas do conhecimento.

Comitê de Cidadania e Reprodução – <<http://www.ccr.org.br>>

Usamos muito este site no desenvolvimento das oficinas aqui registradas. O site alava sobre as demandas em relação: ao aborto, à AIDS, ao câncer do aparelho reprodutivo, a reformas da legislação, à reprodução. Trazia Relatório de Pesquisa sobre Esterilização, Boletim Saúde Reprodutiva na Imprensa e outras publicações. O site foi descontinuado.

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – <<http://conaq.org.br/>>

Luta pela garantia de uso coletivo do território, pela implantação de projetos de desenvolvimento sustentável, pela implementação de políticas públicas levando em consideração a organização das comunidades de quilombo; por educação de qualidade e coerente com o modo de viver nos quilombos; e pelo protagonismo e autonomia das mulheres quilombolas.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – <<http://www.dieese.org.br/>>

O DIEESE é uma entidade criada e mantida pelo movimento sindical brasileiro em 1955, com o objetivo de desenvolver pesquisas que subsidiassem as demandas dos trabalhadores e das trabalhadoras do país.

Diversidade Católica – <http://www.diversidadecatolica.com.br>

Grupo de católicos e católicas que procuram conciliar a fé cristã e a diversidade sexual e de gênero, atuando desde 2007, fornecendo subsídios teológicos e pastorais, e promovendo o diálogo e a reflexão.

Ecos Comunicação em Sexualidade – <http://www.ecos.org.br>

Site com informações, produtos, jornais, vídeos sobre os temas da sexualidade e do gênero entre jovens, também voltado a educadores e educadoras e a profissionais que lidam com a temática em estudo.

EducaRede – <http://www.educarede.org.br>

Portal educativo, totalmente gratuito e aberto, dirigido a educadores, educadoras e a estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da rede pública e a outras instituições educativas.

Fundação Nacional do Índio – FUNAI – <http://www.funai.gov.br>

Promove políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas, além do monitoramento das políticas voltadas à

seguridade social e educação escolar indígena, fomentando e apoiando processos educativos comunitários tradicionais e de participação e controle social.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – <<http://www.ibge.gov.br>>

Principal provedor de dados e informações do País, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal.

Fundação Palmares – <<http://www.palmares.gov.br>>

Primeira instituição pública voltada para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. Vinculada ao Ministério da Cidadania, tem trabalhado para promover uma política cultural igualitária e inclusiva, que contribua para a valorização da história e das manifestações culturais e artísticas negras brasileiras como patrimônios nacionais.

Fundo de População das Nações Unidas – <<https://nacoesunidas.org/agencia/unfpa/>>

Agência de desenvolvimento internacional da ONU que trata de questões populacionais, responsável por contribuir com os países para garantir o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva, incluindo o exercício do direito à maternidade segura. Trabalha também para que os direitos das juventudes sejam efetivados e para que todas as pessoas jovens possam atingir seu pleno potencial.

GDE – Gênero e Diversidade na Escola UFSC

Cursos à distância de aperfeiçoamento e especialização, ministrado pelo IEG UFSC, entre 2008 e 2017 para formação de professoras e professores da rede pública de Santa Catarina. Produziu livros didáticos e vídeo-aulas que podem ser acessadas no site <http://www.ieg.ufsc.br/eventos-e-cursos>.

Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – GEERGE – <<https://www.ufrgs.br/geerge/>>

Criado em 1990, é um grupo de docentes e estudantes ligados ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio-Grande do Sul – Brasil, que se dedica a atividades de investigação, ensino e extensão nas temáticas de gênero, sexualidade, raça/cor, etnia, classe, religião, nacionalidade, geração, em articulação com a Educação.

Grupo de Estudos Interdisciplinar em Sexualidade Humana – Universidade Estadual de Campinas – GEISH – <<http://www.lite.fe.unicamp.br/grupos/geish/index.html>>

Realiza pesquisas sobre a sexualidade, assim como o erotismo e as relações de gênero, na perspectiva de uma crítica da cultura. Reúne atividades, publicações e links interessantes.

Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual – GTPOS – <<http://ideca.org.br/projetos/26-grupo-de-trabalho-e-pesquisa-em-orientacao-sexual-gtpos>>

Contribui para o aprimoramento das ações sociais desenvolvidas por organizações do terceiro setor e instituições públicas e privadas e realiza avaliações de projetos sociais e de políticas públicas. O site tem materiais, projetos, links e textos interessantes.

Grupo de Trabalho Gênero, sexualidade e educação (ANPED) – <<http://www.anped.org.br>>

Rede de pesquisadoras e pesquisadores e de grupos e núcleos de pesquisa ligados aos estudos de gênero, de sexualidade e de educação sexual.

Instituto de Estudos de Gênero – Universidade Federal de Santa Catarina – IEG – <<http://www.ieg.ufsc.br/>>

Rede de professoras e pesquisadoras da UFSC, da UDESC e de Instituições de Ensino Superior do país e do mundo, que tem em

comum o interesse nos estudos de gênero e estudos feministas. Realiza atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo formação e ensino voltada para a sociedade em escolas, movimentos sociais, organizações, institutos, órgãos públicos e empresas.

Instituto Nacional de Pesquisas Brasil Plural – <<https://brasilplural.paginas.ufsc.br/>>

Abriga diferentes campos e especialidades da antropologia, com o fim de desenvolver pesquisas, ações educacionais e de intervenção, no âmbito de vários segmentos da população brasileira, aglutinando pesquisadores, laboratórios, núcleos, pesquisadoras e pesquisadores de diferentes regiões

Instituto Papai – <<http://www.papai.org.br>>

Especialmente dedicado às pesquisas, às ações educativas e à agenda política em torno do tema “Homens e masculinidades”, a partir da perspectiva feminista e de gênero.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – <<http://www.ipea.gov.br>>

Fundação pública federal vinculada ao Ministério da Economia. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros. Os trabalhos do Ipea são disponibilizados para a sociedade por meio de inúmeras e regulares publicações eletrônicas, impressas, e eventos.

Ministério Da Educação – MEC – <<http://www.mec.gov.br>>

Órgão da administração federal que tem como área de competência a política nacional de educação, da educação infantil, a educação em geral, compreendendo o ensino fundamental, o ensino médio, o ensino superior, a educação de jovens e adultos, a educação profissional, a educação especial e a educação a distância, a avaliação, informação e pesquisa educacional, a pesquisa e extensão universitária.

Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulher – Universidade Federal da Bahia – NEIM – <<http://www.neim.ufba.br/site/>>

Realiza estudos e pesquisas interdisciplinares sobre as questões das mulheres e relações de gênero, desenvolvendo ensino sobre o tema através da promoção de cursos, seminários, debates, atividades de extensão e assessorias, e fornecendo subsídios para a formulação de políticas públicas que visem a equidade de gênero.

Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – NIEM – <<http://www.ufrgs.br/nucleomulher/>>

Conta com a participação de professoras, professores, pesquisadoras, pesquisadores, funcionárias, funcionários e estudantes de diversas áreas realizando estudos e pesquisas interdisciplinares, projetos de pesquisa sobre a mulher e as relações de gênero e atividades de assessoria e consultoria.

Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades – Universidade Federal de Santa Catarina – NIGS – <<http://nigs.paginas.ufsc.br/>>

Fundado em 1991, desenvolve pesquisas relacionadas aos Estudos de Gênero e Sexualidade, Metodologia de Pesquisa e História da Antropologia a partir da perspectiva antropológica. Além dos trabalhos produzidos por sua equipe, o NIGS dispõe de um importante acervo de teses e dissertações sobre gênero e violência.

Observatório Nacional de Políticas de AIDS – <<http://abiaids.org.br>>

Atua diretamente na democratização da informação sobre o HIV e a AIDS com base em análises críticas e pesquisas fundamentadas. Um dos seus princípios é contribuir com os esforços governamentais e, principalmente, da sociedade civil na área de educação e prevenção.

Portal Catarinas – <<https://catarinas.info/>>

Portal que abarca produção de conteúdo, curadoria de informação e observação dos debates públicos sobre feminismo e gênero,

principalmente aqueles desencadeados pelos meios de comunicação tradicionais.

Portal de Periódicos CAPES – <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>

Disponibiliza consulta a diversos periódicos nacionais e internacionais.

Portal Scielo (Scientific Electronic Library Online) – <<http://www.scielo.br>>

Disponibiliza consulta a diversos periódicos nacionais e internacionais.

Projeto Momento Lilás – Universidade Federal de Santa Catarina – <https://momentolilasnigs.paginas.ufsc.br/>

Projeto submetido pela equipe do NIGS que visa trabalhar questões relacionadas ao ensino de gênero e diversidades para jovens de escolas públicas municipais e estaduais de Santa Catarina.

Projeto Papo Sério – Universidade Federal de Santa Catarina – <https://projetopaposerio.paginas.ufsc.br/inicio/>

Projeto de extensão que consolidou-se como uma das mais importantes atividades realizadas pelo NIGS no campo da Educação, articulando gênero, sexualidade, diversidade e direitos humanos. Teve como objetivo problematizar as representações de gênero e sexualidade com estudantes, professoras e professores das escolas públicas da Grande Florianópolis.

Red LIESS – Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistorico de la Sexualidad – <<https://red-liess.org/>>

Rede de pesquisadores e pesquisadoras da sexualidade, desde o ponto de vista das Ciências Sociais e das Ciências Humanas seu campo prioritário de investigação.

Rede Nacional Feminista de Saúde – Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos – <<http://www.redesaude.org.br>>

Articulação política nacional do movimento de mulheres, feminista e antirracismo, com abrangência nacional, realiza ações e incidência política junto às diferentes instâncias públicas do país visando garantir o acesso e assistência à saúde integral das mulheres e assegurar os direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos das mulheres.

Rede de Desenvolvimento Humano – REDEH – <<http://www.redeh.org.br>>

Site da Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh), polo de pesquisa, catalogação e disseminação de material teórico sobre gênero e desenvolvimento sustentável. Realiza consultas e pesquisas nas áreas de direitos sexuais e reprodutivos, saúde, meio ambiente e trabalho, sempre com o enfoque de gênero.

Revista Estudos Feministas – Universidade Federal de Santa Catarina – <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref>>

Tem como foco as questões de gênero e feminismos, que podem ser tanto relativos a uma determinada disciplina quanto interdisciplinares em sua metodologia, teorização e bibliografia. A cobertura temática contribui para o estudo das questões de gênero, sendo provenientes de diversas disciplinas: sociologia, antropologia, história, literatura, estudos culturais, ciência política, medicina, psicologia, teoria feminista, semiótica, demografia, comunicação, psicanálise, entre outras.

Revista Gênero – Universidade Federal Fluminense – <https://periodicos.uff.br/revistagenero>

A revista Gênero é um periódico vinculado ao Programa de Estudos Pós Graduação em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Criada no ano de 2000, ela publica artigos, resenhas e entrevistas destinadas a divulgar contribuições de interesse dos estudos feministas e de gênero nas diferentes

tradições disciplinares, num arco de questões que dizem respeito às feminilidades, às homossexualidades e às masculinidades, dentre outros temas correlatos, associando-os ao Serviço Social e a outras áreas do conhecimento.

Revista Labrys – Estudos feministas / Études féministes – <<https://www.labrys.net.br/>>

Objetiva publicar textos acadêmicos feministas e recebe toda proposta de artigo correspondente aos dossiês definidos para cada número, assim como artigos acadêmicos de temática feminista livre.

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI – Governo Federal – Ministério da Educação – <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/programas-e-acoes>>

Secretaria vinculada ao MEC, extinta em 2017. Os programas e ações da SECADI buscavam viabilizar o pleno acesso à escolarização e à participação de todos e todas estudantes, com redução das desigualdades educacionais, com equidade e respeito às diferenças. Assim, voltam-se para a formação inicial e continuada de profissionais da educação, o desenvolvimento de materiais didáticos e paradidáticos específicos, além de contribuírem para a garantia do direito à educação com qualidade e equidade, em um sistema educacional inclusivo.

Secretaria de Políticas para as Mulheres – Governo Federal – <http://www.spm.gov.br/>

Secretaria criada em 2002 e extinta em 2016, quando do impeachment contra a Presidenta Dilma. Foi responsável por importantes políticas públicas para mulheres, construídas em diálogo com a sociedade civil em quatro Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres.

Secretaria da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – <https://www.gov.br/mdh/pt-br>

Criada no Governo Bolsonaro, em 2019, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), é, segundo seu site:

“responsável pela articulação interministerial e intersetorial das políticas de promoção e proteção dos Direitos Humanos no Brasil.”

Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – Governo Federal – <http://www.presidencia.gov.br/seppir>

A SEPPIR, criada em 2003, no primeiro Governo Lula, existiu até 2015, tendo sido dirigida por várias ministras: Mathilde Ribeiro, Édson Santos, Eloi Ferreira Araújo, Luiza Helena de Bairros e Nilma Lino Gomes (https://pt.wikipedia.org/wiki/Secretaria_de_Pol%C3%ADticas_de_Promo%C3%A7%C3%A3o_da_Igualdade_Racial)

Seminário Internacional Fazendo Gênero – <<http://www.fazendo-genero.eventos.dype.com.br/>>

Procura fazer refletir feminismos e visibilidades de minorias, reconhecendo a importância das vozes que falam por si e por um comum compartilhado, reivindicando direitos, quando e sempre que o contexto e a força das mediações as ameçam de silenciamento. O site reúne links que redirecionam para memória de seminários realizados e para o que estiver em vigência, com publicações, entre outros.

SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia – <<http://www.soscorpo.org.br/>>

Organização da sociedade civil, autônoma, sem fins lucrativos, que visa a emancipação das mulheres, propõe-se a contribuir para a construção de uma sociedade democrática e igualitária com justiça socioambiental.

Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da FIOCRUZ – ICICT – <<http://www.icict.fiocruz.br/>>

Possui um importante acervo de vídeos de interface entre ensino, pesquisa e serviços de forma a gerar conhecimentos, produtos e inovações para a saúde pública brasileira.

FILMES INDICADOS

[VOLTA AO SUMÁRIO]



4 meses, 3 semanas e 2 dias (Romênia, 2007, Cristian Mungiu).

A decisão de Rita – as posições da igreja católica sobre o aborto (Brasil, 1997, Católicas Pelos Direito de Decidir).

À margem do corpo (Brasil, 2006, Débora Diniz e Ramon Navarro).

As Pontes de Madison (Estados Unidos, 1995, Clint Eastwood).

Aborto legal: implicações éticas e religiosas (Brasil, 2004, Católicas Pelos Direito de Decidir).

Aborto: um tema em debate (Brasil, 2005, Católicas Pelos Direito de Decidir).

Bagda Café (Estados Unidos, 1988, Percy Adlon).

Billy Eliot (Reino Unido, 2000, Stephen Daldry).

Eternamente Pagu (Brasil, 1987, Norma Bengell).

Eu, tu, eles (Brasil, 2000, Andrucha Waddington).

Filadélfia (Estados Unidos, 1993, Jonathan Demme).

Frida (Estados Unidos, 2002, Julie Taymor).

Habeas corpus (Brasil, 2005, Debora Diniz e Ramon Navarro).

Lanternas Vermelhas (China/Hong Kong/Taiwan, 1991, Zhang Yimou)

Lolita (Estados Unidos, 1997, Adrian Lyne).

Má Educação (Espanha, 2004, Pedro Almodóvar).

Menina de ouro (Estados Unidos, 2004, Clint Eastwood).

Menino 23 (Brasil, 2016, Belisário Franca).

Meninos não choram (Estados Unidos, 1999, Kimberly Peirce).

Minha vida em cor-de-rosa (Bélgica, 1997, Mike Newell).

Mulheres Perfeitas (Estados Unidos, 2004).

O aborto dos outros (Brasil, 2007, Carla Gallo. Brasil).

O Closet (França, 2001, Francis Veber).

O Diário de Uma Rapariga Adolescente (Estados Unidos, 2015, Marielle Heller).

O Piano (Austrália/França/Nova Zelândia, 1993, Jane Campion).

O Segredo de Brokeback Mountain (EUA, 2005, Ang Lee).

O segredo de Vera Drake (Inglaterra/França/Nova Zelândia, 2004, Mike Leigh).

O Sorriso de Mona Lisa (Estados Unidos, 2003, Mike Newell).

Pariah (Estados Unidos, 2011, Dee Rees).

Priscila, a rainha do deserto (Austrália, 1994, Stephan Elliott).

Quem são elas (Brasil, 2006, Debora Diniz).

Série POSE (Estados Unidos, 2018, Ryan Murphy, Brad Falchuk, Steven Canals).

Sexo, mentiras e videotape (Estados Unidos, 1998, Steven Soderbergh).

Sob o sol de Toscana (Estados Unidos, 2003, Audrey Wells).

Tangerine (Estados Unidos, 2016, Sean S. Baker).

Tomates Verdes Fritos (Estados Unidos/Inglaterra, 1991, Jon Avnet).

Tomboy (França, 2011, Céline Sciamma).

Tudo sobre minha mãe (Espanha/França, 1999, Pedro Almodóvar).

Uma história severina (Brasil, 2004, Debora Diniz e Eliane Brum).

Uma mulher fantástica (Chile, 2017, Sebastián Lelio).

XXY (Argentina, 2007, Lucia Puenzo).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[VOLTA AO SUMÁRIO]



ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Mauricio. *Adolescência Normal*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981, p.13.

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. *Violências nas Escolas*. Brasília, UNESCO, 2002.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Jandaíra Pólen, 2019.

ANDRADE, Luma Nogueira de. *Travestis na Escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa*. 2012. 279f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2012.

AUAD, Daniela. Relações de gênero nas práticas escolares: o aprendizado na separação nas misturas do pátio. *Revista Ártemis – Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades*, [S. l.], p.39-49, n. 2, 2005.

_____. A co-educação como política pública: a manutenção da escola mista com o advento da igualdade de gênero. *Caderno Espaço Feminino* (UFU), v. 16, p. 57-76, 2007.

_____. Relações de gênero na sala de aula: atividades de fronteira e jogos de separação nas práticas escolares. *Pro-Posições*, Campinas, SP, v. 17, n. 3, p. 137-149, 2016.

BENEDETTI, Marcos Renato. *Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2005.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(2), 2011, p. 549-559.

BOAL, Augusto. *200 Exercícios e Jogos para o Ator e o Não-ator com Vontade de Dizer*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BONETTI, Alinne de Lima. Antropologia feminista – o que é esta antropologia adjetivada? In: BONETTI, A.; SOUZA, A.M.F.L. (orgs). *Gênero, Mulheres e Feminismos* – Coleção Bahianas 14. Salvador: EDUFBA, 2011.

BORRILLO, Daniel. *Homofobia*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2001.

BORRILLO, Daniel. A homofobia. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Org.). *Homofobia e Educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: Letras Livres, 2009. p. 15-46.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2010, pp 83-113.

CARDOSO, Bruno; VIEIRA, Fernanda Morena e SARACENI, Valeria. Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais? *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, supl. 1, e00188718, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/01002-311x00188718>

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A Construção do Outro como não-ser como Fundamento do Ser*. (Tese de Doutorado) São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

DINIZ JUNQUEIRA, Rogério (Org.). *Diversidade Sexual na Educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

_____. Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. In: MISKOLCI Richard; PELÚCIO Larissa (Org.). *Discursos Fora da Ordem: Sexualidades, saberes e direitos*. São Paulo: Annablume, 2012.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins; GROSSI, Miriam. P.; PEDRO, Joana. M. Homofobia como uma categoria teórica no Brasil (2008): Notas preliminares sobre a produção de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses a partir de pesquisa na plataforma lattes. In: SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, 2009, Rio Grande. *Anais*. Rio Grande: UFRGS/FURG/UFMS, 2009. v. 1. p. 1-10.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. *A Agenda Anti-homofobia na Educação Brasileira (2003-2010)*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas), Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 2011.

FONSECA, Claudia. *Família, Fofoca e Honra – etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é Homossexualidade*. São Paulo: Abril Cultural/ Brasiliense, 1985.

GAGNON, John H. *Uma interpretação do Desejo – Ensaio sobre o estudo da sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

GANATRA, Bela *et al.* From concept to measurement: operationalizing WHO's definition of unsafe abortion. *Bull World Health Organ* 92, 155, 2014.

GEERTZ, Clifford. *Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIUMBELLI, Emerson. Religião, estado, modernidade: notas a propósito de fatos provisórios. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 47-62, set./dez. 2004.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas: Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GROSSI, Miriam Pillar. Novas/velhas violência contra a mulher no Brasil. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1. 1993.

_____. Pancada de amor não dói? ENCONTRO INTERDISCIPLINAR FAZENDO GÊNERO. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

_____. Identidade de Gênero e Sexualidade. *Coleção Antropologia em Primeira Mão*. Florianópolis, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 1998a.

_____. Feministas Históricas e Novas Feministas no Brasil. *Coleção Antropologia em Primeira Mão*. Florianópolis, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 1998b.

GROSSI, Miriam Pillar; FERNANDES, Felipe Bruno Martins; CARDOZO, Fernanda. *Sexualidades, Juventude e Representações Docentes: Uma etnografia da educação básica em escolas públicas de Santa Catarina*. Tubarão/Florianópolis: Copiart/Tribo da Ilha, 2017.

HALBERSTAM, Judith. *Female masculinity*. Durham: Duke University Press, 1998.

HEILBORN, Maria Luiza. Violência e Mulher. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (Orgs.). *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996.

_____. A primeira vez nunca se esquece. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 6(2): 394-405, 1998.

_____. Ser ou Estar Homossexual: dilemas de construção da identidade social. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina. *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996, p. 136-145.

HEILBORN, Maria Luiza; BRANDÃO, Elaine Reis (Org.). *Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

HEILBORN, Maria Luiza *et al.* Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, vol.8, n.17, 2002.

HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela M. L.; KNAUDT, Daniela Riva. Juventude, sexualidade e reprodução. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, Jul 2006, vol.22, no.7.

HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela Maria Leão de; KNAUTH, Daniela Riva; BOZON, Michel (Orgs.). *O Aprendizado da Sexualidade: Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

HEREK, Gregory M. Stigma, prejudice, and violence against lesbians and gay men. In: GONSIORREK, John C.; WEINRICH, James D. *Homosexuality: research implications for public policy*. Newbury Park: Sage, 1991, p. 60-80.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.

LEAL, Ondina F.; RIETH, Flávia. Ficar, namorar: desvendando práticas e representações adolescentes sobre sexualidade. In: BÉRIA, Jorge. (Org.). *Ficar, Transar: a sexualidade em tempos de AIDS*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1998.

LIONÇO Tatiana, DINIZ Debora. Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. *Psicologia Política*. Rio de Janeiro, 8(16), 307-324, 2008.

LIONÇO Tatiana, DINIZ Débora (Orgs). *Homofobia & Educação: Um desafio ao silêncio*. Brasília: Letras Livres/EdUnB, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. *O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. Currículo, gênero e sexualidade – o ‘normal’, o ‘diferente’ e o ‘excêntrico’. In: LOURO, Guacira L.; GOELLNER, Silvana; NECKEL, Jane (Orgs.). *Corpo, Gênero e Sexualidade. Um debate contemporâneo na Educação*. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. Sexualidade: lições da escola. In: MEYER, Dagmar (Org.). *Saúde e Sexualidade na Escola*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUI, Janayna de Alencar. *Educação, Laicidade, Religião: controvérsias sobre a implementação do ensino religioso em escolas públicas*. (Tese de doutorado em Antropologia). Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

MISKOLCI, Richard, PELÚCIO, Larissa. Fora do Sujeito e Fora do Lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. *Gênero*, v. 07, p. 257-267, 2007.

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO Larissa (Org.) *Discursos fora da ordem: Sexualidades, saberes e direitos*. São Paulo, Annablume Editora. 2012.

MISKOLCI, Richard. *Batalhas Morais: Política identitária na esfera pública técnico-midiatizada*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

_____. *A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização*. *Sociologias*. Porto Alegre, UFRGS, v. 21, p. 150-182, 2009.

MONTEIRO, Simone. Gênero, sexualidade e juventude numa favela carioca. In: Heilborn, Maria Luiza; Brandão, Elaine (Org.). *Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

MUSSKOPF, André S. A relação entre diversidade religiosa e diversidade sexual: um desafio para os direitos humanos e o Estado laico. *Estudos de Religião*. São Bernardo do Campo, v. 27, n. 1, p. 157-176, jan.-jun. 2013.

NASPOLINI, Marisa. *Relatório Final de Estágio Pós-Doutoral*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2015.

NOVENA, Nadia Patrizia. *A Sexualidade na Organização Escolar*. Narrativas do silêncio. Recife: Edupe, 2011.

OLIVEIRA, Agnes Schutz de; ANTONIO, Priscila da Silva. Sentimentos do adolescente relacionados ao fenômeno bullying: possibilidades para a assistência de enfermagem nesse contexto. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 2006. Disponível em http://www.fen.ufg.br/revista/revista8_1/original_04.htm.

ORO, Ari P. A laicidade na América Latina: uma apreciação antropológica. In: LOREA, Roberto A. *Em defesa das Liberdades Laicas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. p.81-96.

ORTNER, Sherry. *Making gender: The politics and erotics of culture*. Boston: Beacon, 1996.

PAIVA, Vera. Sexualidades adolescentes: escolaridade, gênero e o sujeito sexual. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina. M. (Orgs.). *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ABIA/IMS/UERJ, 1996.

RIETH, Flávia. Amor e sexualidade. In: BÉRIA, Jorge. (org.). *Ficar, Transar: a sexualidade em tempos de AIDS*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1998.

RIFIOTIS, Theophilos. Nos Campos da Violência: diferença e positividade. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1997.

RIOS, Roger Raupp (org.). *Em defesa dos Direitos Sexuais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SANTOS, Vera Lopes dos, SANTOS Cledy Eliana. Adolescentes, jovens e AIDS no Brasil. In: SCHOR, Néia; MOTA, Maria do Socorro F. Tabosa; BRANCO, Viviane Castelo. *Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento*. Brasília: Ministério da Saúde, ago. 1999.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, n.º 16, 1990.

SEFFNER, Fernando. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. *Educação e Pesquisa* (USP. Impresso). São Paulo, v. 39, p. 145-159, 2013.

_____. Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade. *Revista Estudos Feministas* (UFSC, Impresso). Florianópolis, v. 19(2), p. 561-572, 2011.

SEFFNER, Fernando, FIGLIUZZI, Adriza. Na escola e nas revistas: Reconhecendo pedagogias do gênero, da sexualidade e do corpo. *Revista da FACCED* (UFBA. Online), v. 19, p. 45-59, 2011.

SILVA, Gabriela J. da; CRUZ, Tânia M. Escola e heteronormatividade: para além do binarismo sexo/gênero. In: WELTER, Tânia; GROSSI, Miriam Pillar; GRAUPE, Mareli Eliane (Orgs.). *Antropologia, Gênero e Educação em Santa Catarina*. Tubarão/Florianópolis, Copiart/Mulheres, 2017.

SIQUEIRA PERES, Wiliam. Cenas de Exclusões Anunciadas: travestis, transsexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.) *Diversidade Sexual na Educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/UNESCO, 2009.

SOARES, Bárbara Musumeci. Delegacia de Atendimento à Mulher: questão de gênero, número e grau. In: SOARES, Luiz Eduardo (Org.) *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER/Relume Dumará, 1996.

SOARES, Luis Eduardo; CARNEIRO, Leandro Piquet. Os quatro nomes da violência: um estudo sobre éticas populares e cultura política. In: SOARES, Luiz Eduardo. *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER/Relume Dumará, 1996.

SOUSA, Sandra Tanhote. *Trajetórias Negras e Racismos: memórias da convivência inter-racial na infância*. (Dissertação de mestrado). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2020.

SOUSA FILHO, Alípio de. A política do conceito: subversiva ou conservadora? – Crítica à essencialização do conceito de orientação sexual. *Bagoas* n. 04, 2009, p. 59-77.

STOLLER, Robert. *Recherches sur l'Identité Sexuelle*. Paris: Gallimard, 1978.

UZIEL, Anna Paula. Homossexualidades e formação familiar no Brasil contemporâneo. *Revista Latinoamericana de Estudios de Familia*, v. 1, p. 1-12, 2009.

_____. Sexualidades e incertezas. *Saúde, Sexo e Educação*. Rio de Janeiro, v. 17, p. 18-29, 1999.

UZIEL, Anna Paula, MELLO, Luiz, GROSSI, Miriam Pillar. Conjugalidades e parentalidades de gays, lésbicas e transgêneros no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, p. 481-487, 2006.

VIEIRA, Regina Lúcia de Almeida Lino, SANTA ROSA, Darci de Oliveira. Em tempos de Aids: representações sociais de jovens orientando suas práticas sexuais. In: III JORNADA INTERNACIONAL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, 2003.

VILHENA, J.; SOUZA, A. C. B.; UZIEL, A. P.; Zamora, Maria Helena; NOVAES, J. V. Que família? Provocações a partir da homoparentalidade. *Revista Mal-Estar e Subjetividade* (Impresso). Fortaleza, v. XI, p. 1037-1047, 2011.

WALKER, Leonore. *The Battered Woman Syndrome*. New York: Harper and Row, 1999.

WELTER, Tânia. Educação laica e ensino brasileiro. In: GROSSI, Miriam P.; GARCIA, Olga R. Z.; MAGRINI, Pedro R. (Org.). *Especialização em Gênero e Diversidade na Escola – Livro II, Módulo II*. Tubarão: Copiart, 2015, p. 29-39.

WELTER, Tânia; GROSSI, Miriam Pillar; GRAUPE, Mareli Eliane. *Antropologia, Gênero e Educação em Santa Catarina*. Tubarão/Florianópolis: Copiart/Mulheres, 2017.

ZALUAR, Alba. *A Máquina e a Revolta: As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ZUCCO, Luciana; GARCIA, Olga Regina Zigelli. Interfaces entre sexualidade e saúde sexual e reprodutiva. In: GROSSI, Miriam Pillar; GARCIA, Olga Regina Zigelli; MAGRINI, Pedro Rosas (Ed.). *Especialização em Gênero e Diversidade na Escola – Livro V, Módulo V e VI*. Tubarão: Copiart, 2016.

POLÍTICAS PÚBLICAS E DOCUMENTOS

BBC NEWS MUNDO. *Aborto en América Latina: el mapa que muestra dónde la interrupción del embarazo es legal, restringida o prohibida en la región*. Materia publicada em 09/08/2020, disponível em <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-45132307>

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 15 set. 2019.

BRASIL. *Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm Acesso em 15 de set. 2019.

BRASIL/MINISTÉRIO DA SAÚDE/Departamento de doenças de condições crônicas e infecções sexualmente transmissíveis). *Infecções Sexualmente Transmissíveis*. 2020. Disponível em <http://www.aids.gov.br>

BRASIL/MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Boletim Epidemiológico – AIDS e DST 2012*. Disponível em <http://www.aids.gov.br/publicacao/2012/boletim-epidemiologico-aids-e-dst-2012>, Acesso em 27/02/2014.

COMISSION INTERNACIONAL DE JURISTAS (ICJ). *Principios de Yogyakarta: Principios sobre la aplicación de la legislación internacional de derechos humanos en relación con la orientación sexual y la identidad de género*. Marzo 2007. Disponível em <https://www.refworld.org/es/docid/48244e9f2.html>

CIPD. *Programa de Acción de la Conferencia Internacional sobre la Población y el Desarrollo*. Cairo, 1994. Disponível em https://www.un.org/en/development/desa/population/publications/ICPD_programme_of_action_es.pdf

CMM. *Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher*. Pequim, 1995. Disponível em http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Nota Técnica – Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19* – 16 de abril de 2020. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf> . Acesso em 23 ago. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. 2019. Disponível em <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf> Acesso em 15 de set. 2019.

IPPF. *Declaração dos Direitos Sexuais*. Londres: International Planned Parenthood Federation, 2008. Disponível em http://www.apf.pt/sites/default/files/media/2015/direitos_sexuais_ippf.pdf

MANIFESTO POR UMA CONVENÇÃO INTERAMERICANA DOS DIREITOS SEXUAIS E DOS DIREITOS REPRODUTIVOS. Segunda versão para debate. *Estudos Feministas* – Encarte, Florianópolis, v.15, n.1, p. 1-20, janeiro-abril/2007.

NEMGE/CECAE/USP. *Ensino e Educação com igualdade de gênero na infância e na adolescência. Guia prático para educadores e educadoras*. São Paulo, Projeto USP/PRONAICA, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolution adopted by the General Assembly 48/104. *Declaration on the Elimination of Violence against Women*. 20 dec. 1993. Disponível em <http://www.un-documents.net/a48r104.htm>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher*, 1979. Disponível em http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS/Department of Economic and Social Affairs Population Division. *Abortion Policies and Reproductive Health around the World*. New York, 2014. Disponível em <https://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/policy/AbortionPolicies-ReproductiveHealth.pdf>

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher*, Belém do Pará, 1994.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (2002). *Resumen del informe Organización Panamericana de la Salud para la O.M.S*. Washington, D.C.

SANTA CATARINA/Secretaria de Estado da Saúde/Diretoria de Vigilância Epidemiológica. *O perfil epidemiológico da AIDS*. Florianópolis: SEA/DGAO, 2006.

UNESCO. *Resposta do Setor de Educação ao bullying homofóbico*. Brasília: UNESCO, 2013. http://www.unesco.org/new/pt/brasil/abou-this-office/single-view/news/education_sector_responses_to_homophobic_bullying_in_portuguese_pdf_only/#.UxCjieN5Mpp

ANEXOS

ANEXO 1 – GUIA DE OBSERVAÇÃO NAS OFICINAS “PAPO SÉRIO”

[VOLTA AO SUMÁRIO]



Relator/a: _____

Data: _____ Horário início: _____ Horário finalização: _____

Escola: _____

Local de realização da oficina: _____

Tema central da oficina: _____

Coordenação Geral das oficinas na escola: _____

Ministrantes das oficinas:

1: _____

2: _____

3: _____

Observador/Observadora: _____

Número estudantes participantes da oficina: ♂: _____ ♀: _____

Idade dos/as estudantes (número de estudantes por faixa etária):

Menos de 11: _____

12/13 anos: _____

14/15 anos: _____

16/17 anos: _____

Mais de 18 anos: _____

Os e as participantes são da mesma turma? (Sim) (Não)

Série(s) envolvidas: _____

Professor/Professora presente?

() Sim () Não

Observações da apresentação das/dos estudantes:

Observações Dinâmica 1 (descreva pelo menos UMA reação importante no grupo):

Observações Dinâmica 2 (descreva pelo menos UMA reação importante no grupo):

Faça uma avaliação geral da oficina (integração da equipe, adequação do tema a faixa etária, interesse e participação da turma, conflitos existentes na turma):

Quais seus aprendizados nesta oficina (em relação aos temas, a trabalhar com jovens, a participar em um trabalho de grupo):

ANEXO 2 – EDITAL DO VII CONCURSO DE

[VOLTA AO SUMÁRIO]



CARTAZES SOBRE LESBOFOBIA, TRANSFOBIA , HOMOFOBIA E HETEROSSEXISMO NAS ESCOLAS

Publicamos aqui o edital da última edição do Concurso de Cartazes para ser usado como modelo para iniciativas similares.



**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas**

**Laboratório de Antropologia Social
Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades**

Instituto de Estudos de Gênero
Curso Gênero e Diversidade na Escola

**Edital do VII Concurso de Cartazes sobre Lesbofobia, Transfobia ,
Homofobia e Heterossexismo nas Escolas**

**Violências e Discriminações se Combatem da Educação Infantil à
Educação de Jovens e Adultos – Edição 2015**

O Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) através deste edital torna público o “VII Concurso de Cartazes sobre Trans-Lesbo-Homofobia e Heterossexismo nas Escolas”.

Com o tema “Violências e discriminações devem ser combatidas da educação infantil e básica à educação de jovens e adultos”, o concurso visa criar espaços de discussão e debate nas salas de aula que oportunizem que professoras/es e estudantes reflitam sobre os temas das violências homo-lesbo-transfóbicas, heterossexistas, capacitistas, racistas e sexistas nas escolas de Santa Catarina.

REGULAMENTO

1. TEMA E OBJETIVOS

O “VII Concurso de Cartazes sobre Transfobia, Lesbofobia, Homofobia e Heterossexismo nas Escolas”, organizado pelo Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS), em parceria com o Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da – UFSC, visa à criação artística de cartazes alusivos às questões que envolvem o combate às violências e discriminações nas escolas públicas, com foco no combate a trans-lesbohomofobia e heterossexismo.

2. TIPOS DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Com cartazes. Poderão participar estudantes de escolas de Edu-

cação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (coordenadas/os por uma professora ou professor ou integrante do corpo técnico-pedagógico) das escolas públicas do Estado de Santa Catarina que se proponham a realizar as atividades para elaboração de cartazes.

*Não há número mínimo ou limite de cartazes por professora ou professor participante. * Os cartazes devem obrigatoriamente ser feitos em grupos, de no mínimo dois e no máximo cinco participantes.

2.1.1. O cartaz deverá conter:

Na frente:

- a) Título alusivo ao Combate às Violências Heterossexistas e Discriminações Sexistas na Escola.
- b) Texto e imagens a critério das e dos proponentes.

No verso deve-se anexar:

- a) impressão ou versão manuscrita da ficha de inscrição de cada cartaz. Disponível em: <<http://goo.gl/forms/VQidAOQpAk>>
- b) título do cartaz e ano do concurso
- c) nome da escola
- d) nome completo das alunas e alunos envolvidos na confecção do cartaz com ano/série cursada.
- e) nome, email e telefone da ou das professoras/es ou outros integrantes da gestão escolar que coordenaram a atividade com as alunas e alunos.

2.2. Relatórios

Cada coordenador/a do concurso em sua sala de aula ou escola (professora ou professor ou integrante do corpo técnico-pedagógico) deverá elaborar um pequeno relatório, em formato de redação, não importando o número de equipes que tenha coordenado. Este relatório deve trazer à luz o processo pedagógico envolvido na construção dos cartazes das e dos estudantes.

2.2.1. Normas para elaboração do relatório

O relatório é opcional para a participação da escola, mas sua reda-

ção permitirá que o/a professor/coordenador/a das equipes de confecção dos cartazes concorra ao prêmio “Educador/a Destaque em Gênero e Sexualidade”.

2.2.2. O relatório deverá conter:

- a) um cabeçalho com referência ao “VII Concurso de Cartazes sobre TransLesbo-Homofobia e Heterossexismo nas Escolas” contendo Título, Nome e Instituição do/a autor/a da redação (impreterivelmente a coordenadora ou coordenador das equipes);
- b) introdução;
- c) estratégias utilizadas para elaboração dos cartazes;
- d) resultados É o objetivo do relatório traduzir as etapas do processo pedagógico de construção dos cartazes com as equipes nas escolas, bem como apresentar uma reflexão crítica do processo, trazendo uma dimensão teórica articulada com a prática da intervenção. Devem ser ressaltadas as estratégias e atividades realizadas, assim como os novos aprendizados tanto das/dos estudantes como da coordenadora ou coordenador nesta edição do concurso.

Os relatórios deverão ser escritos em Times New Roman 12, seguindo as regras da ABNT, e devem conter entre duas e três páginas (máximo 6500 caracteres). Eles devem ser enviados para o email concursocartazes-nigs@gmail.com até o dia 25 de setembro de 2015.

3. DA INSCRIÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

3.1. Cada escola deverá confirmar até o dia 11 de setembro de 2015 a participação no “VII Concurso de Cartazes sobre Trans-Lesbo-Homofobias e Heterossexismo nas Escolas” preenchendo a ficha disponível aqui: <http://goo.gl/forms/g5HfwL10Bz>

3.2. Cada professora ou professor deverá inscrever até o dia 25 de setembro de 2015 os três cartazes de cada turma participante que foram

selecionados após exposição na escola de origem, preenchendo a ficha disponível aqui: <http://goo.gl/forms/mLrDvNCBqp>

Caso a professora ou professor coordene o trabalho de mais de uma turma, ela/ele deverá preencher o número correspondente de fichas.

OBS.: O Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades não custeará quaisquer despesas que envolvam elaboração dos cartazes, entrega do material e/ou participação nas atividades previstas pelo cronograma do presente edital.

3.3. Elaboração dos Cartazes

Os cartazes deverão ser elaborados até dia 25 de setembro de 2015 em todas as escolas e turmas participantes do concurso.

3.3.1. Exposição dos Cartazes nas escolas de origem

Os cartazes deverão ser expostos nas respectivas escolas entre 14 e 25 de setembro de 2015. Caberá aos professores e às professoras envolvidas no concurso a organização da exposição dos cartazes em suas respectivas escolas.

3.3.2. Cada escola deverá escolher até três cartazes por cada turma participante do VII Concurso para representarem sua escola em todas as categorias do concurso: “Prêmio Científico”, “Prêmio NIGS”, “Prêmio Popular Presencial” e “Prêmio Popular FaceBook”.

3.3.3. Fica ao critério de cada escola a forma de seleção dos cartazes (ex. votação aberta a toda a comunidade escolar, seleção por um júri escolar, votação secreta, dentre outras).

3.3.4. O processo de seleção dos cartazes na escola deverá ser descrito no relatório do/a professor/a.

OBS: Devido a limitações de espaço, caso houver número maior de cartazes recebidos do que espaço para exposição, poderá haver uma pré-seleção dos cartazes que serão expostos, feita pela equipe responsável pelo VII Concurso de Cartazes.

3.4. Entrega dos Cartazes escolhidos na UFSC.

3.4.1. As escolas, em nome de um/a ou mais coordenadoras/es da atividade, deverão entregar os cartazes e a ficha de inscrição (<http://goo.gl/forms/mLRdVNCBqp>), até o dia 28 de setembro de 2015, no período matutino e vespertino na Revistaria do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina – Campus Trindade.

Maiores informações serão fornecidas através do e-mail concurso-cartazesnigs@gmail.com ou pelo fone: +48 3721 3508 – Horário: das 09:00 às 12:00 e das 13:00 às 19:00 (com exceção das quartas-feiras a tarde).

4. SELEÇÃO E JULGAMENTO

Todos os cartazes passarão por pré-seleção da comissão organizadora do concurso. A seleção dos cartazes para exposição será avaliada em relação à conformidade dos cartazes com os critérios do edital, tais como as limitações de espaço para a Exposição do VII Concurso de Cartazes.

O julgamento público dos cartazes aprovados na pré-seleção será realizado de 06 a 12 de outubro, seguindo os seguintes critérios específicos:

- a) Clareza e conformidade com o edital;
- b) Comunicação do tema proposto no cartaz;
- c) Estética e originalidade do cartaz.

4.1. Categoria Prêmio Científico O Prêmio Científico será avaliado por comissão constituída por profissionais que atuam no campo das temáticas do concurso, que escolherá os três melhores cartazes nas categorias: Ensino Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.

4.2. Prêmio NIGS UFSC

Atribuído por pesquisadoras e pesquisadores vinculados ao NIGS UFSC que visitarão as escolas durante o período de exposição e atribuirão o prêmio ao melhor cartaz de cada escola concorrente.

4.3. Prêmio Popular: Facebook e Presencial

4.3.1. Prêmio Popular Presencial: será atribuído por voto de turmas

de escolas e universitários visitantes na exposição dos cartazes expostos na UFSC. Cada visitante poderá votar em um cartaz por categoria (Ensino Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos) no período de 06 a 12 de outubro.

4.3.2. Prêmio Popular Facebook: será criado um álbum na página oficial do VII Concurso de Cartazes (<https://www.facebook.com/ConcursoDeCartazesNigsufsc>). Serão compiladas nesse álbum as fotos dos cartazes selecionados para a exposição na UFSC. Nesta categoria, serão premiados os três cartazes com maior número de curtidas.

4.4. Prêmio Educador/Educadora Destaque em Gênero e Sexualidade
Os prêmios para 1º, 2º e 3º lugar e Menção Honrosa para “Educador/Educadora Destaque em Gênero e Sexualidade” serão atribuídos seguindo os seguintes critérios de análise dos relatórios:

4.4.1. Referenciais teóricos apresentados.

4.4.2. Clareza na exposição do processo pedagógico desenvolvido com as turmas.

4.4.3. Descrição das estratégias usadas, etapas implementadas e resultados alcançados.

5. DO PRÊMIO

Serão premiados:

- a) Os três cartazes que receberem mais curtidas no Facebook do Concurso (<https://www.facebook.com/ConcursoDeCartazesNigsufsc>) na categoria Prêmio Popular Facebook.
- b) Os três melhores cartazes nas categorias Ensino Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, pela categoria Prêmio Científico.
- c) Os três cartazes mais votados nas categorias Ensino Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, pela categoria Prêmio Popular Presencial.

- d) O melhor cartaz de cada escola pela categoria Prêmio NIGS. Os três melhores relatórios relativos aos “processos pedagógicos” avaliados pela Comissão Científica na categoria Educador/Educadora Destaque em Gênero e Sexualidade.

Obs.: Visando uma distribuição justa, não haverá repetição de prêmios para o mesmo cartaz em mais de uma categoria, ficando em ordem as categorias a), b) e c), evitando assim o acúmulo de prêmios por um mesmo grupo de estudantes.

6. DA CERTIFICAÇÃO

Todas e todos os/as estudantes, professoras, professores e demais profissionais da escola envolvidos na confecção dos cartazes inscritos receberão certificado de participação no concurso desde que seus nomes completos estejam devidamente inscritos nos cartazes e na ficha de inscrição do concurso. Todos os certificados devem ser retirados pessoalmente pela ou pelo participante ou professor/a responsável no dia da premiação, 16 de outubro de 2015. Não serão enviados ou entregues certificados de participação posteriormente.

7. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS E CERIMÔNIA DE PREMIAÇÃO

No dia 13 de outubro de 2015 serão divulgados, na página oficial do NIGS (<http://nigs.paginas.ufsc.br/>), e na página de Facebook do VII Concurso de Cartazes (<https://facebook.com/ConcursoDeCartazesNigsufsc>), os cartazes indicados à premiação (este não será o resultado oficial, mas sim a divulgação dos cartazes indicados aos prêmios).

Os prêmios serão outorgados em atividade pública na Universidade Federal de Santa Catarina, no dia 16 de outubro de 2015, no Auditório da Reitoria. O resultado final do Concurso será publicado, na íntegra, no site do NIGS, no dia 22 de outubro de 2015.

ANEXO 3 – GUIA DE OBSERVAÇÃO NAS ESCOLAS

[VOLTA AO SUMÁRIO]



Este documento foi usado para a observação das exposições do concurso de cartazes nas escolas.

**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Instituto de Estudos de Gênero
Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades**

**VII CONCURSO DE CARTAZES SOBRE LESBOFOBIA, TRANSFOBIA,
HOMOFOBIA E HETEROSSEXISMO NAS ESCOLAS – Edição 2015**

GUIA DE OBSERVAÇÃO NAS ESCOLAS

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- 1. Nome da escola:**
- 2. Data da visita:**
- 3. Horário de início e final da visita:**
- 4. Membros da equipe:**
- 5. Pessoa(s) que acolheram na escola:**

EXPOSIÇÃO

5. Local da exposição:

Sala de aula () Pátio () Hall de Entrada () Ginásio () Refeitório ()

6. Grau de Visibilidade:

Excelente () Bom () Regular () Péssimo ()

7. Mobilização da Escola:

7.1 Número de Estudantes Envolvidos e Envolvidas:

Alguns e/ou algumas estudantes de uma turma (< de 10) ()

Uma turma inteira (25 a 40 alunos) ()

Mais de uma turma de estudantes (explicitar número de turmas e estudantes) ()

7.2 Número de Professores e Professoras Envolvidos

Um/a professor ou professora ()

Duas/dois professores e/ou professoras ()

Mais de duas/dois professores e/ou professoras () – explicitar o número ()

7.3 Envolvimento de outros atores sociais

Direção da escola ()

Serviços Gerais ()

Segurança ()

Mães, Pais e/ou Responsáveis ()

Comunidade ()

Outros () explicitar _____

8. Modalidade de Escolha e Votação de melhores cartazes:

() Professores e/ou Professoras escolheram

() Votação aberta a toda escola

() Votação da Turma

() Outros

Aproximadamente votaram ____ pessoas.

9. Recursos Utilizados para confecção dos Cartazes:

() Tinta () Lápis de Cor () Cola () Revistas

() Outros– explicitar _____

Os materiais utilizados para confecção dos cartazes foram fornecidos por:

() Professores/Professoras () Escola () Estudantes

() Outros – explicitar _____

10. Outras observações sobre o concurso.

(Preenchimento livre)

11. Observação da Escola:

Localização no bairro, estrutura física interna e externa, composição identitária (raça/etnia, gênero, classe, estilos de juventude, etc.). Outras observações sobre a escola e sua composição.

ANEXO 4 – PUBLICAÇÕES SOBRE O PROJETO PAPO SÉRIO

[VOLTA AO SUMÁRIO]



Os artigos aqui listados estão disponíveis na página: <https://projetopaposerio.paginas.ufsc.br/>

ARAÚJO, Caroline G. M. G.; SUCUPIRA, Gicele. Papo Sério: Discussões sobre Gênero, Homofobia e Prevenção com jovens do entorno da Universidade Federal de Santa Catarina. SEMINÁRIO DAS MARGENS AOS CENTROS: Sexualidades, gêneros e direitos humanos. Goiânia/GO: Universidade Federal de Goiás/Ser-tão, 2008.

DUTRA, Emília H. Entre Versos e Prosas – Gênero, educação e música. Experiência etnográfica nas oficinas do Projeto Papo Sério. *Série Cadernos NIGS*, Florianópolis, NIGS, 2016, 221 p.

_____. Violência cantada? Gênero, educação e música, experiência etnográfica nas oficinas do projeto Papo Sério. In: IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, Salvador – BA, 2015.

DUTRA, Emília H.; NASPOLINI, Marisa; REIS, Nathalia D. Projeto Papo Sério: abordagens sobre gênero e sexualidade na escola. In: IV ENASEB - ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA. São Leopoldo/RS, 17 e 20 de julho de 2015.

DUTRA, Emília H.; GROSSI, Miriam P. Problematizando questões feministas através da música: violências de gênero e lesbianidades nas oficinas do Papo Sério. In: WELTER, Tânia; GROSSI, Miriam; GRAUPE, Mareli. (Orgs.). *Antropologia, Gênero e Educação em Santa Catarina*. Tubarão/Florianópolis: Copiart/Mulheres, 2017, p. 139-162.

FERREIRA, Vinícius K.; SANTOS, Rayani M.; FIGUEIREDO, Gabriela. Papo Sério Sobre Ciência: Epistemologia, Senso Comum e Extensão. In: XII REUNIÃO BIENAL DA REDE DE POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE. *Caderno de Resumos*. Campinas/SP, 2011.

GRAUPE, Mareli E.; GROSSI, Miriam P.; SOUZA, Kathilça L. de; AMORIM, Alexandre de S. Projeto de Extensão Papo Sério: realização de oficinas sobre Gênero, Sexualidade e Homofobia com Jovens das Escolas Públicas da Grande Florianópolis. In: V SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE. *Anais*, Rio Grande/RS, Universidade Federal de Rio Grande, 25 a 27 de agosto 2011, p. 1522-1525.

GRAUPE, Mareli E.; LOPES, Kathilça. Projeto de Extensão “Papo Sério”: realização de oficinas sobre gênero, sexualidade e homofobia com jovens das escolas públicas da grande Florianópolis. In: XXI SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (SIC), Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

GROSSI, Miriam P.; FROES DA SILVA, Anelise; MARIANO, Rayani; WEISS DE JESUS, Fátima. Relatório Projeto Papo Sério. In: *Cadernos NIGS EXTENSÃO*, n.1, vol.1, 2010.

GROSSI, Miriam; COSTA NOVO, Arthur, DEQUECH, Gabriela, NASPOLINI, Marisa; NEDEL, Red. *Revista Papo Sério, Cadernos NIGS*, 2016.

KREMER, Natan Schmitz; WELTER, Tânia; GROSSI, Miriam Pillar. Trajetórias e Experiências no Ensino Médio: a extensão universitária criando possibilidades. *Caminho Aberto: Revista de Extensão do IFSC*, v. 1, 2014, p. 83-89.

KREMER, Natan S.; GROSSI, Miriam P.; WELTER, Tânia. *Normatividades Abaladas: Trajetórias e Experiências de Estudantes com Bolsa PIBIC EM Vinculados ao Projeto Papo Sério* (NIGS UFSC). In: XXIV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (SIC). Florianópolis/SC, Universidade Federal de Santa Catarina, 22, 23 e 24 de outubro de 2014.

KREMER, Natan S.; DUTRA, Emilia H.; NASPOLINI, Marisa; GROSSI, Miriam P. O Projeto Papo Sério: a extensão universitária criando novas possibilidades nas trajetórias de estudantes de escolas públicas catarinenses. In: IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES. Salvador/BA: Universidade do Estado da Bahia, 27-29 de maio de 2015.

LAUS, Guilherme Borges. Dinamizando estudantes: reflexões sobre as oficinas temáticas do projeto de extensão “Papo Sério”. *Mosaico Social*. Revista Do Curso De Ciências Sociais. Florianópolis, n.10, 2019, p.27-41.

MACHADO, Isadora Vier; OLIVEIRA, Raruilquer S.; BOSCATTI, Ana Paula Garcia. Projeto Papo Sério: Problematizando gênero, sexualidades e violência a partir da antropologia da educação. In: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL – Gênero, Direitos e Diversidade Sexual: trajetórias escolares. Maringá/PR, 2011.

PEDRONI, Gabriela. Gênero e Sexualidade nas escolas: análise do projeto de extensão universitária “Papo Sério”. In: 31ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. Brasília/DF, 09-12 dezembro de 2018.

POCAHY, Fernando A.; OLIVEIRA, Raruilquer. “Papo sério”: Oficinando narrativas coletivas na problematização das (re)definições corporais das masculinidades juvenis no espaço escolar. In: II SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS – Gênero e Políticas Públicas. Anais... Londrina/PR, Universidade Estadual de Londrina, 18 e 19 de agosto de 2011.

SALA, Ariana; GROSSI, Miriam Pillar. Batendo um papo sério: desconstruindo gênero e sexo nas escolas de Santa Catarina. In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES. Salvador/BA, Universidade do Estado da Bahia, 15-17 maio de 2013.

SANTOS, Lino Nascimento dos; GROSSI, Miriam Pillar. “Marginais” na Escola: A moda como dispositivo de reconhecimento entre docentes e estudantes em situações de subalternidade. In: WELTER, Tânia; GROSSI, Miriam P.; GRAUPE, Mareli. (Orgs.). *Antropologia, Gênero e Educação em Santa Catarina*. Florianópolis/Tubarão: Mulheres/Copiart, 2017, p. 231-250.

WELTER, Tânia; OLIVEIRA, Ângela M.; RODRIGUES, Nattany C. S.; GROSSI, Miriam P. Socializações e aprendizados no projeto Papo Sério (NIGS – UFSC): o projeto de iniciação científica do Ensino Médio. In: V SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE. *Anais*, Rio Grande/RS, Universidade Federal de Rio Grande, 25 a 27 de agosto 2011, p. 1546-1548.

WELTER, Tânia; GROSSI, Miriam Pillar. É possível ensinar gênero na escola? Análise de experiências de formação em gênero, sexualidade e diversidades em Santa Catarina. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 19, n. 39, p. 123-145, jan./abr. 2018.

ANEXO 5 – PUBLICAÇÕES DA EQUIPE NIGS



TESES DE DOUTORADO

ADELMAN, Miriam. A voz e a escuta: encontros e desencontros entre a teorias feminista e a sociedade contemporânea. 2004. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

AFONSECA E SILVA, Carmelita de. *Rede Sol e a Lei Especial Contra Violência Baseada no Gênero: Processos Institucionais e Narrativas de Mulheres e Homens em Situação de Violências Conjugais em Cabo Verde*. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

AMORIM, Anna Carolina Hostmann. *Novas Tecnologias Reprodutivas e Maternidades Lésbicas no Brasil e na França: conexões entre parentesco, tecnologia e política*. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

AVILA, Simone Nunes. *FTM, transhomem, homens trans, trans, homem: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo*. 2014. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

BARRETO, Leticia Cardoso. *Somos sujeitas políticas de nossa própria história: Prostituição e Feminismos em Belo Horizonte*. 2015. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

BLANCA CEDILLO, Rosa. *Arte Queer/Arte desde lo Queer*. 2011. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

CARLOS, Paula Pinhal de. *Sou para casar ou Pego, mas não me apego: práticas afetivas e representações de jovens sobre amor e conjugalidade*. 2011. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

CORREA, Crishna Mirella de Andrade. *Subjetividades em Trânsito: Nome Social, Travestilidades e Transexualidades em duas Universidades Públicas do Sul do Brasil*. 2017. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

COSTA, Patrícia Rosalba Salvador de Moura. *Aracaju dos anos 90: crimes sexuais, homossexualidade, homofobia e justiça*. 2012. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

FERNANDES, Felipe Bruno. *A Agenda Anti-homofobia na Educação Brasileira (2003-2010)*. 2011. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

GARCIA, Olga Zigelli. *Sexualidades femininas e prazer sexual: uma abordagem de gênero*. 2007. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina. Coorientadora: Miriam Pillar Grossi.

GOMES, Mauricio Pereira. *“Se eu passar despercebido o baile não prestou”*. *Visibilidade e resistência viada no interior de Santa Catarina*. 2019. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

MACHADO, Isadora Vier. *Da dor no corpo à dor na alma: Uma leitura do conceito de violência psicológica da Lei Maria da Penha*. 2013. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

MASSA, Jimena Maria. *Restituição De Identidades E (Re)Construção De Parentesco Em Casos De Netos/As Apropriados/As Pela Ditadura Militar Argentina*. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

MELLO, Anahi Guedes de. *“Olhar, (não) ouvir, escrever”*: *uma autoetnografia ciborgue*. 2019. Tese (Doutorado em Pós-Graduação em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

NICHNIG, Claudia Regina. *Conjugalidades homoeróticas a partir de decisões proferidas no âmbito da Justiça Federal no Brasil*. 2013. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

NUERNBERG, Adriano. *Gênero e psicologia social no contexto da produção científica brasileira nas décadas de 80 e 90*. 2005. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Coorientadora: Miriam Pillar Grossi.

PORTO, Rozeli Maria. *Aborto Legal e Cultivo ao Segredo: Dramas, Práticas e Representações de Profissionais de Saúde, Feministas e Agentes Sociais no Bra-*

sil e em Portugal. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

OLIVEIRA, Marcelo José . *Entre amigos: Antropologia da homosociabilidade masculina em camadas populares na periferia metropolitana da Grande Florianópolis*. 2008. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

OLIVEIRA, Melissa Barbieri. *Trans-tornando o campo do Direito: uma análise da construção da categoria transexual na doutrina jurídica brasileira e seus efeitos no reconhecimento das pessoas trans como sujeito de direitos*. 2017. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de. *Isto é contra a natureza? Decisões e discursos sobre conjugualidades homoeróticas em tribunais brasileiros*. 2009. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

OLTRAMARI, Leandro Castro. *“Aids dá medo, A conjugualidade, Confiança”:* *Representações sociais da AIDS de Homens e Mulheres em Relações Amorosas*. 2007. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina. Coorientadora: Miriam Pillar Grossi.

SANTIN, Myriam Aldana. *Sexualidade e Reprodução. Da Natureza aos Direitos: A incidência da Igreja Católica na Tramitação do PL 20/91 – Aborto Legal e PL 1151/95 – União Civil entre pessoas do mesmo sexo*. 2005. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina. Coorientadora: Miriam Pillar Grossi.

SARAIVA, Eduardo Steindorf *Conjugando amor e desejo: sobre experiências masculinas do assumir-se homossexual*. 2007. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

SENA, Tito. *Os relatórios Kinsey, Masters & Johnson, Hite: As sexualidades estatísticas em uma perspectiva das ciências humanas*. 2007. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina. Coorientadora: Miriam Pillar Grossi.

SCHLINDWEIN, Izabela Liz. *Os Natais da livre pensadora alemã Julie Engell-Günther: Relações de Gênero e Interétnicas no Brasil do Século 19*. 2015. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

TORNQUIST, Carmen Suzana. *Parto e Poder: Análise do Movimento pela Humanização do Parto no Brasil*. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

TAMANINI, Marlene. *Novas Tecnologias Reprodutivas Concepcionais à Luz da Bioética e das Teorias de Gênero: casais e médic@s no sul do Brasil*. 2003. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

WEISS DE JESUS, Fátima. *Entre a Cruz e o Arco Iris*. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

DISSERTAÇÕES DE MESTRADO

AMORIM, Anna Carolina Horstmann. *Nós já somos uma família, só faltam os filhos: maternidade lésbica e novas tecnologias reprodutivas no Brasil*. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

AHLERT, Martina. *Mulheres do Monte Verde: Etnografia, subalternidade e política na relação de um grupo popular de Porto Alegre e o Programa Fome Zero*.

2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. *Estar Aqui, Estar Lá... Uma Cartografia da Vida Entre Dois Lugares*. 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

BATISTA, Ana Maria Fonseca de Oliveira. *O Telefone Sem Fio, A Sobrinha do Presidente e As Duas Polegadas A Mais: Concepções de Beleza no Concurso de Miss Universo*. 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

BONETTI, Alinne de Lima. *Entre Feministas e Mulheristas: Uma etnografia sobre promotoras legais populares e novas configurações da participação política feminina em Porto Alegre*. 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

BUFFON, Roseli. *Encontrando O Homem Sensível? Reconstrução da Imagem Masculina Em Um Grupo de Camadas Médias Intelectualizadas*. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

CARDOZO, Fernanda. *Das Dimensões da Coragem: socialidades, conflitos e moralidades entre travestis em uma cidade no sul do Brasil*. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

CAVILHA, Juliana. *História de quartel: um estudo de masculinidades com oficiais fora da ativa*. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

FERREIRA, Emilia Juliana. *Um Grande Juri: análise do processamento penal do aborto*. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

GHIORZI, Alessandra Caroline. *“Dilma, guerreira da pátria brasileira”: discursos midiáticos sobre a primeira mulher presidenta do Brasil durante seu processo de impeachment em 2016*. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

LAGO, Cláudia. *Burocráticos e Românticos: Pontos Para Uma Etnografia do Campo Jornalístico Paulistano*. 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

LEANDRO, Claudio Leite. *Da Sexxxchurch a Capital Augusta: novas religiosidades na regulação da sexualidade*. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

MARTINS, João Batista. *Marolas Antropológicas: Identidade Em Mudanças Na Praia do Santinho*. 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

MAZARIEGOS GARCIA, Dina Susana. *Trajetória e Resistência: Uma análise antropológica das emergentes práticas discursivas das mulheres intelectuais mayas da Guatemala – 1988-2008*. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Fundação Ford. Coorientadora: Miriam Pillar Grossi.

MELLO, Anahi Guedes de. *Gênero, Deficiência, Cuidado e Capacitismo: uma análise antropológica de experiências, observações e narrativas sobre violências contra mulheres com deficiência*. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação

de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

MORAES, Fernanda Azeredo de. *Pântanos de relações e colchões de cumplicidade*. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

NUNES, Virginia de Santana Cordolino. *Antropologia, Diversidade Sexual e Educação*. 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

NOVO, Arthur da Costa. *O armário da escola: Regimes de visibilidade de professoras lésbicas e gays*. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

PEDRONI, Gabriela. *Alguns Caminhos da Antropologia Feminista no México*. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

PORTO, Rozeli Maria. *Gravidez e relações violentas: representações da violência doméstica no município de Lages-SC*. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

RAMOS, Leonardo de Miranda. *“O GDE mudou minha vida”: Subjetividades na constituição de redes de resistência entre professoras egressas do curso de especialização em gênero e diversidade na escola em Santa Catarina*. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

SANTOS, Bernadette Grossi dos. *O reino da impura sorte: garimpeiros e garimpeiras em Datas – MG*. 2001. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

SARTORI, Ari José. *Homem e as Políticas de Empoderamento das Mulheres: A Emergência do Gênero entre Sindicalistas de Esquerda*. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Miriam Pillar Grossi

SCHWADE, Elisete. *A Luta Não Faz Parte da Vida ... é a Vida – O Projeto Político – Religioso de Um Assentamento No Oeste Catarinense*. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

SILVA, Anelise Fróes da. *Mulheres em movimento (s): Estudo etnográfico sobre a inserção de feministas e lésbicas em movimentos sociais institucionalizados e autônomos na cidade de Porto Alegre/RS*. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

TARNOVSKI, Flávio Luiz. *Pais assumidos: adoção e paternidade homossexual no Brasil contemporâneo*. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

VIRGILIO, Jefferson. *Travessias Antropológicas do Além-mar: pós colonialismos em Português*. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

XAVIER, Euthália de Freitas. *Fragments de Um Discurso Interdito: Sobre A Voz do Homem No Conflito Conjugal*. 1998. Dissertação (Mestrado em An-

tropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

BADALOTTI, Rosana Maria. *A construção dos papéis de gênero na festa do Divino Espírito Santo no Ribeirão da Ilha*. 1990. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

BETTIOL CARNEIRO, Maria Luiza. *Um toque de bola em pés femininos: um estudo sobre o futebol feminino em Florianópolis*. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

BRUDER, Silvana Rassi. *Poder e proteção na delegacia da mulher em Florianópolis*. 1992. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

BITENCOURT, Silvana Maria. *Novas feministas: um estudo sobre jovens mulheres feministas*. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

BRUM, Dalva Marisa Ribas. *Os filhos das contraculturas*. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

CARDOZO, Fernanda. *Filhos de Sangre e Filhos do Coração: Parentalidades Travestis em Florianópolis/SC*. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, PIBIC/CNPq. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

CONCEIÇÃO, Daniel Machado. *Estudante-atleta: caminhos e descaminhos no futebol – entre o vestiário e o banco escolar*. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

CONCEIÇÃO, Daniel Machado. *O educar que se repele: um estudo sobre escolarização e profissionalização futebolística em Florianópolis*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

CORONA, Joana Pagliosa. *As meninas do centro: família, sociabilidade e subjetivação entre mulheres prostitutas de rua em Florianópolis*. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

COSTA, Suzana Martins. *Uma aventura etnográfica: reflexões antropológicas sobre o teatro feminista e lgbttiq+ na Ilha de Santa Catarina*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, PROEXT Ministério da Educação. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

D'AVILA, Eliane. *Homoerotismo no cinema: uma análise das representações afetivas entre iguais*. 1996. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

DOTHILING REIS, Nathalia. *Se eu não puder gozar, não é a minha revolução”: etnografia da Marcha das Vadias de Florianópolis/SC em 2014*. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

DUTRA, Emilia Haline. *Violência cantada? Uma experiência etnográfica a partir de uma oficina utilizando músicas que naturalizam a(s) violência(s) contra*

a mulher. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

FACHINI, Maria Aparecida *Começa como eu comecei: estudo sobre a construção de um nome na profissão de cabeleireira*. 1992. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

FERNANDES, Silvia dos Santos. *As Mulheres encarceradas no Presídio Feminino de Florianópolis -SC: O Cotidiano e os desejos*. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

FERREIRA, Vinicius Kauê. *Histórias de Rodapé: Conflitos na constituição das antropologias indianas*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

FLORIANI, Ana Cristina Barreto *Freiras Progressistas*. 1991. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

FRIGÉRIO, Eduardo. *O feminismo como perspectiva de análise: Articulando teoria e prática na interpretação dos dados do PNAD 2009*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

GODINHO, Julia Moura. *Mulheres Artistas em Revolução: museologia, feminismo e arte*. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Museologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

GOMES, Giovanna Barros *Conscientização de Mulheres Negras no Ensino Médio e Magistério em Florianópolis*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

KLÖPPEL, Bruna. *Ciência, Excelência e Gênero: um olhar antropológico sobre um laboratório de Engenharia*. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

KRIEGER, Clarice. *Trajetória de uma mulher no poder: Marta Suplicy*. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

LAUTERBACH, Gabriela. *“Abortar é um ato político, acompanhar também”: redes feministas de acompanhamento a mulheres que abortam*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

MONACO, Helena Motta. *Toda Desenhada à Mão: Etnografia Do Fisiculturismo Feminino Em Santa Catarina*. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

MEDEIROS, Camila Pinheiro. *Sobre deveres e prazeres: estudo acerca de mulheres que se assumiram lésbicas depois de terem sido mães*. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

NACIF BAIÃO, Sara Raquel. *Os mortos de São Tomaz – Ritos Funerários em um bairro rural ao sul de Santa Catarina*. 2010. Trabalho de Conclusão de

Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

PANSERA, Giovana Cristina. *“Senhores passageiros, aqui quem fala é a comandante”*: os desafios das mulheres pilotos na aviação brasileira. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

PEREIRA, Karine Antunes *Entre homens: um estudo sobre a construção de masculinidades num bar de Itacorubi*. 1992. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

PILONI, Nayra. *Jovens alternativos em Florianópolis: sexualidade, festas e estilo de vida*. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

PONTES, Diego. *Cidade e Sexualidade: Pegação no parque da cidade em Brasília*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

REBELO, Francine P. *As Batonetes: Uma etnografia de mulheres caminhoneiras no Brasil*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

SACCHI, Ângela Célia. *Mapeando o conceito de gênero nos anos 90 na ABA (Associação Brasileira de Antropologia)*. 1994. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

SILVA, Marineide. *Isso é feio, isso é bonito: casamento, fuga e honra em Ponta das Canas*. 1992. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências

Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

SUCUPIRA FERNANDES, Gicele. *Será que as meninas não gostam da matemática ou a matemática não gosta das meninas? Uma Etnografia das Olimpíadas de Matemática em Florianópolis*. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

TRIÑANES, Giovanna Lícia. *Onde fica a Antropologia na disciplina de Sociologia no Ensino Médio*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

VIRGÍLIO, Jefferson. *Antropólogo militante, pesquisador e/ou sujeito de estudo? Revisão teórica sobre pesquisa e militância na academia*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

Coordenação do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades

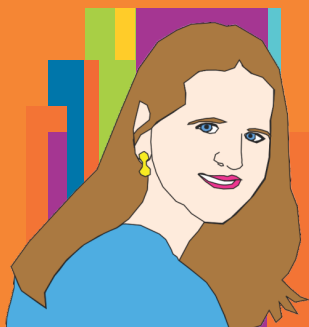
MIRIAM PILLAR GROSSI

é professora titular do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Antropologia Social e Cultural pela Université Paris V - René Descartes. Coordenadora do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) e dos projetos que resultaram neste livro. Realiza pesquisas sobre gênero, sexualidade, educação, políticas públicas, história da antropologia e metodologias de pesquisa.



TÂNIA WELTER

é doutora em Antropologia Social (UFSC) com estágio na Universidade Nova de Lisboa (UNL, Portugal). Presidenta do Instituto Egon Schaden (mandato 2020-2022), associada à Associação Brasileira de Antropologia (ABA), integrante do Instituto de Estudos de Gênero (IEG). É pesquisadora do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) desde 2007, tendo sido coordenadora do primeiro Projeto de Iniciação Científica Junior (PIBIC/CNPQ) do Projeto Papo Sêrio.



ALINNE DE LIMA BONETTI

é antropóloga, licenciada em Ciências Sociais (UFRGS), mestra em Antropologia Social (UFSC) e doutora em Ciências Sociais (UNICAMP). Professora adjunta da Universidade Federal de Santa Catarina, integrante do Núcleo de Identidade de gênero e Subjetividade (NIGS), do Instituto de Estudos de Gênero (IEG) e do Grupo de Pesquisa Tuna - gênero, educação e diferença. Tem interesse em gênero, poder, política, feminismo, desigualdades e suas interseccionalidades, teoria feminista, antropologia feminista e teoria antropológica.



Testemunho de uma antropologia encarnada, este livro é a sistematização de 30 anos de práxis feminista. Se ele é, em si, o resultado do desafio de transformar a prática em teoria, os seus sete módulos apresentam 51 atividades concebidas a partir do esforço de tornar a teoria feminista em prática transformadora.

Ao longo de sua história, o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) tem atuado imbuído do compromisso ético de promover conjuntamente o ensino, a pesquisa e a extensão, cumprindo a missão da universidade pública brasileira, de qualidade e para todes. Em sua prática, tem aliado a convicção antropológica no trabalho de campo como um importante motor do conhecimento da alteridade ao compromisso ético de devolução à sociedade dos saberes produzidos na academia por meio de práticas extensionistas.

Esta longa trajetória colaborativa com a sociedade civil em torno do enfrentamento de problemas sociais é marcada pela experiência de ações coletivas, pela solidariedade e pela criticidade. Ela se materializa nesta metodologia de formação feminista, resultado de centenas de corpos e mentes em reflexão e ação, de diferentes gerações de pesquisadoras formadas e pesquisadores formados pelo NIGS em seus 30 anos de existência.

É, portanto, a partir do compromisso com a produção de conhecimento que transforma e com a educação, como motor desta transformação, que partilhamos os saberes coletivos aqui sistematizados, com o desejo de que se multipliquem.

Boas reflexões e ações!



Sociedade Brasileira para o
Progresso da Ciência



PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
NIGS/UFSC



Secretaria de
Políticas para
as Mulheres
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA



**Gênero e
Diversidade na Escola**



CAPES



COFECUB



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E
INOVACÃO CIENTÍFICA DE SANTA CATARINA



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**
Pró-Reitoria de Extensão
PROEX



Red LIESS



Instituto
de Estudos
de Gênero
UFSC



Projeto Povo Sério
Educação, gênero e diversidade

VERSÃO DIGITAL

ISBN: 978-65-86602-24-1



9 786586 602241 >



1991 - 2021

